



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO À REVISÃO DO PDM

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA

outubro 2019



Câmara Municipal de Lousada | outubro 2019

Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. METODOLOGIA ADOTADA	19
3. ENQUADRAMENTO E DINÂMICAS POLÍTICAS DE DECISÃO: TERRITÓRIO E GOVERNÂNCIAS.....	21
4. PLANOS E PROGRAMAS COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL E INTERFERÊNCIA NOS DESIGNIOS DO MUNICÍPIO	27
4.1. ÂMBITO NACIONAL.....	29
4.1.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território I PNPOT	29
4.1.2. Plano Rodoviário Nacional I PRN	30
4.1.3. Plano Nacional da Água I PNA.....	32
4.1.4. Plano de Gestão da Região Hidrográfica I PGRH do Cávado, Ave e Leça - RH2 e PGRH do Douro - RH3.....	33
4.2. ÂMBITO REGIONAL.....	37
4.2.1. Plano Regional de Ordenamento Florestal Entre Douro e Minho I PROF EDM	37
4.3. ÂMBITO INTERMUNICIPAL	41
4.3.1. Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal I PEDI	41
4.3.2. Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade do Tâmega e Sousa I PAPE .	45
4.3.3. Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética I PASE.....	48
4.3.4. Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Tâmega e Sousa I PAMUS-TS	53
4.4. ÂMBITO MUNICIPAL	55
4.4.1. Estrutura do Ordenamento	56
4.4.2. Reabilitação Urbana.....	62
4.4.2.1. Área de Reabilitação Urbana da vila de Lousada	63
4.4.2.2. Área de Reabilitação Urbana da vila de Aparecida	66
4.4.3. Portugal 2020.....	68
4.4.3.1. Plano de Ação de Reabilitação Urbana.....	68
4.4.3.2. Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável	70
4.4.4. Estratégia Local de Habitação	71

4.4.5. Dinâmica Urbanística	72
4.4.5.1. Licenciamentos	73
4.4.5.2. Loteamentos	77
5. EVOLUÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS	81
5.1. ENQUADRAMENTO FÍSICO E USO DO SOLO.....	81
Síntese	86
5.2. DEMOGRAFIA	87
Síntese	96
5.3. HABITAÇÃO	97
Síntese	104
5.4. ECONOMIA	105
5.4.1. Dinâmica Empresarial	112
5.4.2. Turismo	117
Síntese	122
5.5. REDES DE CONETIVIDADE.....	123
5.5.1. Rede Rodoviária	124
5.5.2. Rede Ferroviária	128
5.5.3. Padrões e Fluxos de Mobilidade da População	129
5.5.4. Sistema de Transportes Públicos	132
5.5.5. Mobilidade Suave e Ativa	134
Síntese	138
5.6. PATRIMÓNIO.....	139
Síntese	143
5.7. EQUIPAMENTOS	145
5.7.1. Equipamentos de Educação	146
5.7.1.1. Ensino Secundário	146
5.7.1.2. Estabelecimentos de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	147
5.7.1.3. Escolas Básicas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância	147
5.7.1.4. Educação Pré-Escolar	149
5.7.2. Equipamentos Desportivos	149

5.7.2.1. Grandes Campos de Jogos	150
5.7.2.2. Pequenos Campos de Jogos	151
5.7.2.3. Piscinas Cobertas	151
5.7.2.4. Pavilhões e Salas de Desporto	151
5.7.3. Equipamentos de Saúde.....	151
5.7.4. Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social	152
5.7.4.1. Infância e Juventude – Creches e Jardins de Infância.....	153
5.7.4.2. Infância e Juventude – Centro de Atividades de Tempos Livres	154
5.7.4.3. População Adulta com Deficiência – Atividades Ocupacionais	154
5.7.4.4. População Adulta e Idosa – Centros de Dia.....	155
5.7.4.5. População Adulta ou Idosa – Lares de Idosos	155
5.7.4.6. População Adulta – Serviços de Apoio Domiciliário (Idosos).....	156
5.7.4.7. Família e Comunidade – Centro Comunitário.....	157
5.7.5. Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil	157
Síntese.....	158
5.8. AMBIENTE E INFRAESTRUTURAS	159
5.8.1. Resíduos.....	159
5.8.1.1. Plano Municipal para a Prevenção de Resíduos	162
5.8.2. Saneamento.....	164
5.8.3. Qualidade e Abastecimento da Água	165
5.8.4. Qualidade do Ar	167
5.8.5. Energia	168
5.8.6. Ruído.....	171
5.8.7. Proteção Civil.....	173
5.8.7.1. Defesa da Floresta.....	173
5.8.7.2. Situações de emergência ou catástrofe	178
Síntese.....	181
6. NÍVEL DE EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO PDM	183
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	193
Legislação.....	195

Sítios da Internet.....	199
Siglas e acrónimos	201
Glossário	205
ANEXO.....	209

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento territorial do concelho de Lousada e concelhos limítrofes	21
Figura 2. Enquadramento da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa nas NUTS III	24
Figura 3. Agregação de freguesias com a reorganização administrativa em 2013 no concelho de Lousada	25
Figura 4. Programa e Planos com incidência no concelho de Lousada	27
Figura 5. Cronologia dos Planos e Programas com Incidência Territorial no concelho de Lousada	28
Figura 6. Enquadramento Excerto do PRN 2000 – Rede rodoviária no concelho de Lousada e envolvente	31
Figura 7. Enquadramento e delimitação geográfica da bacia hidrográfica do Cávado, Ave e Leça.....	34
Figura 8. Enquadramento e delimitação geográfica da bacia hidrográfica do Douro	35
Figura 9. PROF Entre Douro e Minho	38
Figura 10. Planta de Ordenamento	57
Figura 11. Planta de Condicionantes	59
Figura 12. Planta de Condicionantes – Carta das Áreas Percorridas por Incêndio de 2000 a 2009	60
Figura 13. Planta de Condicionantes – Carta de Risco de Incêndio	61
Figura 14. Planta de Condicionantes – Carta de Zonamento Acústico.....	61
Figura 15. Delimitação da ARU vila de Lousada	64
Figura 16. Delimitação da ARU da Vila de Aparecida.....	66
Figura 17. Licenciamentos (N.º) no concelho de Lousada (2012–2018)	75
Figura 18. Licenciamentos (N.º), por destino de obra (%), no concelho de Lousada (2012–2018)	76
Figura 19. Loteamentos (N.º) no concelho de Lousada (2012–2018)	78
Figura 20. Loteamentos (N.º), por destino de obra (%), no concelho de Lousada (2012–2018)	79
Figura 21. Altimetria do concelho de Lousada	81
Figura 22. Hidrografia do concelho de Lousada	82
Figura 23. Carta de Uso e Ocupação do Solo do concelho de Lousada (1995 e 2015)	84
Figura 24. População residente (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Lousada	88
Figura 25. Densidade populacional (hab./km ²), por freguesia, no concelho de Lousada	89
Figura 26. Índice de envelhecimento (N.º), por freguesia, no concelho de Lousada.....	94
Figura 27. Famílias clássicas (N.º), por freguesia, no concelho de Lousada.....	94
Figura 28. Edifícios (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Lousada	98

Figura 29. Idade média dos edifícios (anos) e necessidade de reparação (%), por freguesia, no concelho de Lousada.....	99
Figura 30. Alojamentos (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Lousada	100
Figura 31. Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (%) e respetiva densidade (N.º/Km ²), por freguesia, no concelho de Lousada.....	102
Figura 32. Taxa de variação (%) da população ativa no período intercensitário, por freguesia, no concelho de Lousada e população empregada.....	107
Figura 33. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população empregada, por freguesia, no concelho de Lousada	108
Figura 34. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população desempregada, por freguesia, no concelho de Lousada	109
Figura 35. População empregada (N.º) segundo os setores de atividade (%), por freguesia, no concelho de Lousada.....	110
Figura 36. Taxa de desemprego (%), por freguesia, no concelho de Lousada.....	112
Figura 37. Mata de Vilar.....	118
Figura 38. Centro de Interpretação do Românico.....	119
Figura 39. Rede rodoviária no concelho de Lousada	124
Figura 40. Rede ferroviária no concelho de Lousada	128
Figura 41. Principais fluxos externos da população residente do concelho de Lousada que se desloca para outro município para trabalhar ou estudar (N.º).....	130
Figura 42. População que entra e sai (%), para trabalhar ou estudar, no concelho de Lousada	130
Figura 43. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante no concelho de Lousada	131
Figura 44. Rede de transportes públicos no concelho de Lousada.....	132
Figura 45. Rede de transportes escolares no concelho de Lousada	133
Figura 46. Equipamentos de saúde, de educação e de desporto, no concelho de Lousada	145
Figura 47. Aterro Sanitário.....	159
Figura 48. Central de Biogás	160
Figura 49. Sistema fotovoltaico	160
Figura 50. Estação de triagem.....	160
Figura 51. Rede de Saneamento no concelho de Lousada	164
Figura 52. Rede de Abastecimento de Água no concelho de Lousada.....	167

Figura 53. Mapa de Ruído	172
Figura 54. Estrutura do PMDFCI de Lousada	174
Figura 55. Risco de Incêndio Rural	175
Figura 56. Enquadramento da ZIF no concelho de Lousada	176
Figura 57. Áreas ardidadas no concelho de Lousada	177
Figura 58. Estrutura organizativa da resposta.....	179
Figura 59. Estrutura operacional da resposta.....	179

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Licenciamentos (N.º) no concelho de Lousada (2012–2018)	73
Gráfico 2. Licenciamentos (%), por destino da obra, no concelho de Lousada (2012–2018).....	76
Gráfico 3. Licenciamentos (%), por tipo de obra, no concelho de Lousada (2012–2018).....	77
Gráfico 4. Loteamentos (N.º) no concelho de Lousada (2012–2018).....	77
Gráfico 5. Loteamentos, por classes de uso do solo (%), no concelho de Lousada (2012–2018)	78
Gráfico 6. Carta de Uso e Ocupação do Solo (%) do concelho de Lousada (1995 e 2015).....	84
Gráfico 7. População residente (N.º), por grupo etário, no concelho de Lousada.....	90
Gráfico 8. Taxa de natalidade e mortalidade (‰) no concelho de Lousada.....	91
Gráfico 9. Taxa de crescimento natural e crescimento migratório (‰) no concelho de Lousada	92
Gráfico 10. Índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho de Lousada.....	92
Gráfico 11. Índice de envelhecimento (N.º) no concelho de Lousada	93
Gráfico 12. Alojamentos familiares clássicos (N.º), por forma de ocupação, no concelho de Lousada	101
Gráfico 13. Índice de renovação da população ativa (%) no concelho de Lousada.....	106
Gráfico 14. Mão-de-obra agrícola (N.º), por tipologia, no concelho de Lousada.....	111
Gráfico 15. Empresas (N.º) no concelho de Lousada	113
Gráfico 16. Empresas (N.º), por pessoal ao serviço, no concelho de Lousada.....	113
Gráfico 17. Empresas (N.º), por atividade económica, no concelho de Lousada	114
Gráfico 18. Taxa de sobrevivência (%), por empresas nascidas 2 anos antes, no concelho	115
Gráfico 19. Valor dos bens importados e exportados (€) no concelho de Lousada.....	115
Gráfico 20. Estabelecimentos hoteleiros (N.º) no concelho de Lousada.....	120
Gráfico 21. Hóspedes e dormidas (N.º) no concelho de Lousada	120
Gráfico 22. População residente empregada ou estudante (N.º), por local de trabalho ou estudo, no concelho de Lousada	129
Gráfico 23. Modo de transporte mais utilizado (N.º) nos movimentos pendulares no concelho de Lousada	131
Gráfico 24. Resíduos urbanos recolhidos (t) no concelho de Lousada.....	161
Gráfico 25. Edifícios (N.º), por existência de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, no concelho de Lousada	162
Gráfico 26. Água segura (%) no concelho de Lousada.....	165
Gráfico 27. Perdas nos sistemas de abastecimento de água (m ³) no concelho de Lousada.....	166
Gráfico 28. Índice da qualidade do ar na Zona Norte Litoral.....	168

Gráfico 29. Consumo total de energia elétrica (kWh) no concelho de Lousada.....	168
Gráfico 30. Consumo total de energia elétrica (kWh), por tipo de consumo, no concelho de Lousada	169
Gráfico 31. Consumidores de energia elétrica (N.º), por tipo de consumo, no concelho de Lousada ..	170
Gráfico 32. Áreas ardidas (ha), por ano, no concelho de Lousada	178
Gráfico 33. Intervenções/medidas propostas no âmbito da qualificação do território (%), por grau de execução, no PDM em vigor do concelho de Lousada	184
Gráfico 34. Intervenções/medidas propostas no âmbito da estruturação da rede urbana (%), por grau de execução, no PDM em vigor do concelho de Lousada	185
Gráfico 35. Intervenções/medidas propostas no âmbito da salvaguarda e valorização do património natural, edificado e cultural (%), por grau de execução, no PDM em vigor do concelho de Lousada....	186
Gráfico 36. Intervenções/medidas propostas no âmbito do reforço da acessibilidade e mobilidade (%), por grau de execução, no PDM em vigor do concelho de Lousada	187
Gráfico 37. Intervenções/medidas propostas (N.º e %), por grau de execução, no PDM em vigor do concelho de Lousada	187

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Medidas específicas do PGRH Cávado, Ave e Leça para o concelho de Lousada	34
Tabela 2. Medidas específicas do PGRH Douro para o concelho de Lousada	35
Tabela 3. Normas a atualizar ou compatibilizar no PDM de Lousada	39
Tabela 4. Domínios estratégicos e respetivo plano de ação do PEDI	42
Tabela 5. Matriz de Intervenção Territorial no Domínio do Capital Humano, Emprego e Capital Inclusivo	46
Tabela 6. Medidas transversais e respetivas ações do PASE.....	48
Tabela 7. Iluminação Pública e Semafórica: medidas e respetivas ações do PASE.....	49
Tabela 8. Edifícios Municipais: medidas e respetivas ações do PASE.....	50
Tabela 9. Abastecimento de água: medidas e respetivas ações do PASE.....	51
Tabela 10. Energias Renováveis: medidas e respetivas ações do PASE	52
Tabela 11. Transportes: medidas e respetivas ações do PASE	52
Tabela 12. PMOT em vigor	55
Tabela 13. PDM – Linhas estratégicas em vigor	56
Tabela 14. UOPG definidas no PDM em vigor.....	58
Tabela 15. Evolução da ocupação do solo por REN e RAN (1994 e 2010).....	60
Tabela 16. Evolução do PDM em números (1994 e 2010).....	62
Tabela 17. Compromissos prioritários do PARU.....	68
Tabela 18. Compromissos prioritários do PAMUS	70
Tabela 19. Abrangência dos licenciamentos (N.º e %), por classes de uso do solo, no concelho de Lousada (2012–2018).....	74
Tabela 20. Classes de ocupação do solo (ha e %) no concelho de Lousada (2015)	85
Tabela 21. População residente (N.º) desde o nível nacional ao municipal	87
Tabela 22. Edifícios (N.º) desde o nível nacional ao municipal.....	97
Tabela 23. Alojamentos (N.º) desde o nível nacional ao municipal	99
Tabela 24. Características do parque habitacional no concelho de Lousada	103
Tabela 25. Habitação social no concelho de Lousada.....	103
Tabela 26. População ativa (N.º) e taxa de atividade (%) desde o nível nacional até ao municipal	105
Tabela 27. População ativa (N.º), por freguesia, no concelho de Lousada	106
Tabela 28. Taxa de desemprego (%) desde o nível nacional ao municipal (2001, 2011 e 2018*)	111

Tabela 29. Evolução do volume de negócios (€) das empresas, por sectores de atividade, no concelho de Lousada.....	116
Tabela 30. Projetos aprovados (N.º) do Norte 2020 para o concelho de Lousada.....	116
Tabela 31. Investimentos do fundo FEDER (euros) no concelho de Lousada.....	117
Tabela 32. Empreendimentos turísticos em Lousada (2018)	120
Tabela 33. Unidades de Alojamento local em Lousada (2018).....	121
Tabela 34. Ações no âmbito da rede viária no concelho de Lousada	125
Tabela 35. Ações no âmbito dos transportes públicos de passageiros no concelho de Lousada	134
Tabela 36. Ações no âmbito da mobilidade suave e ativa no concelho de Lousada.....	135
Tabela 37. Património classificado e em vias de classificação à data da 1ª revisão do PDM (2012).....	139
Tabela 38. Património classificado e em vias de classificação atualmente (2019)	140
Tabela 39. Equipamentos com o ensino secundário	146
Tabela 40. Equipamentos com os 2º e 3º ciclos de ensino	147
Tabela 41. Equipamentos com o ensino básico e jardins de infância.....	148
Tabela 42. Equipamentos com ensino pré-escolar	149
Tabela 43. Hierarquia da rede de equipamentos para o desporto	150
Tabela 44. Grandes Campos de Jogos	150
Tabela 45. Pavilhões e Salas de Desporto.....	151
Tabela 46. Equipamento de Saúde	152
Tabela 47. Creches e Jardins de Infância	153
Tabela 48. Centro de Atividades Tempos Livres – ATL.....	154
Tabela 49. Centros de Dia	155
Tabela 50. Lares de Idosos	156
Tabela 51. Serviços de Apoio Domiciliário a Idosos	156
Tabela 52. Centros Comunitários.....	157
Tabela 53. Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil	157
Tabela 54. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de destino, no concelho de Lousada	161
Tabela 55. Grau de cumprimento da meta “Retomas de Recolha Seletiva”	164
Tabela 56. Análise (N.º) das águas para consumo humano, por parâmetro de qualidade, no concelho de Lousada	166
Tabela 57. Operações no âmbito da eficiência energética – Norte 2020 – no concelho de Lousada....	170
Tabela 58. Objetivos e metas definidos para o PMDFCI do concelho de Lousada	174

Tabela 59. Grau execução das intervenções/medidas propostas, no âmbito da qualificação do território, no PDM em vigor do concelho de Lousada.....	183
Tabela 60. Grau de execução das intervenções/medidas propostas, no âmbito da estruturação da rede urbana, no PDM em vigor do concelho de Lousada.....	184
Tabela 61. Grau de execução das intervenções/medidas propostas, no âmbito da salvaguarda e valorização do património natural, edificado e cultural, no PDM em vigor do concelho de Lousada..	185
Tabela 62. Grau de execução das intervenções/medidas propostas, no âmbito do reforço da acessibilidade e mobilidade, no PDM em vigor do concelho de Lousada.....	186

1. INTRODUÇÃO

As entidades responsáveis pela concretização das orientações que constam na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, LBGPPSOTU, Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, RJIGT, Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, devem promover a permanente avaliação da política de ordenamento do território.

Neste sentido, o presente documento constitui o Relatório de Avaliação que vem fundamentar a necessidade de revisão do Plano Diretor Municipal, PDM, de Lousada, publicado a 3 de fevereiro de 2012, em enquadramento com o artigo 50.º da LBGPPSOTU e o 202.º do RJIGT.

Neste contexto, identificam-se os principais fatores de desenvolvimento ocorridos no município nos domínios económico, social, cultural e ambiental, atribuindo o devido enfoque às alterações de governança territorial e dos fundos de apoio à implementação de ações preconizadas em planos e programas municipais, nomeadamente através das Comunidades Intermunicipais, CIM, e de novos desafios inscritos em planos e programas de escala nacional e regional que vêm alterar o quadro de decisão territorial.

Apresenta ainda o enquadramento aos programas e planos de hierarquia superior de incidência territorial no território lousadense, nomeando as suas implicações ao nível municipal, e destaca ainda o impacto dos apoios financeiros no território municipal, decorrentes do Programa Portugal 2020.

O Relatório faz também o diagnóstico relativo ao grau de concretização da estratégia de desenvolvimento municipal preconizado pelo PDM, ponderando as alterações que em matéria de ordenamento do território o município deverá acautelar, designadamente no que se refere ao seu devido enquadramento legal e aos desafios contemporâneos que ao território se colocam.

2. METODOLOGIA ADOTADA

O presente documento centra-se na análise e avaliação das estratégias de desenvolvimento municipal, monitorizando as dinâmicas territoriais do concelho de Lousada, com implicações a nível económico, social, cultural e ambiental. Faz, deste modo, o balanço da execução do PDM em vigor, formando a base de fundamento para a necessidade de revisão e/ou reprogramação das opções estratégicas definidas.

Do modelo adotado, um entre os múltiplos possíveis, selecionou-se o método “comparativo” entre o estado atual do território e dos seus principais indicadores e o preconizado em 2012, ano do PDM em vigor. Aborda-se, assim, dois assuntos paralelos com porções estruturais constituídas por forma a estabelecer conclusões sobre as necessidades atuais e o que o PDM considerou, resultado de um conjunto de recomendações consideradas pertinentes para posteriormente se constituírem como uma das bases do processo de planeamento urbanístico e territorial do concelho.

Neste sentido, tornou-se essencial proceder à análise e tratamento de informação estatística proveniente do Instituto Nacional de Estatística, INE, recorrendo aos resultados definitivos dos Censos de 2001 e 2011 e ainda a estimativas realizadas para os anos posteriores, por forma a identificar a evolução da conjuntura, bem como perspetivar as tendências evolutivas nos diversos domínios do ordenamento do território enquanto construção social. Importa, no entanto, salientar o carácter volátil das estimativas e, como tal, será necessário ter a devida precaução na interpretação de tais informações, em virtude da inconstância dos ciclos económicos e consequentemente sociais.

Portanto, efetua-se uma caracterização e diagnóstico da situação e da dinâmica atual do município de Lousada através do recurso a uma série de indicadores estatísticos. Atente-se que apesar de os mesmos terem por base a organização administrativa anterior à Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro¹, todas as variáveis serão agrupadas e devidamente calculadas em função da nova organização administrativa, de modo a facilitar e adequar a informação existente à nova configuração territorial e a permitir a construção de análises temporais comparativas.

Face ao exposto, o balanço efetivo da execução do plano será a consequência de uma monitorização bem estruturada e contínua, que permitirá perceber as variações existentes, mantendo-se a coerência dos dados, ao mesmo tempo que se desenvolverá uma análise ao nível da condição demográfica, habitacional, económica, ambiental e da mobilidade, relativamente à estratégia e objetivos estabelecidos pelo PDM, reequacionando sempre que necessário as ações e os procedimentos de implementação.

¹ Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.

Realiza-se ainda o enquadramento aos instrumentos de gestão territorial em vigor com incidência no concelho de Lousada, designadamente a nível nacional, regional e municipal, a fim de elencar as alterações, realizadas ou a realizar, no âmbito do PDM, e será também contemplada a dimensão intermunicipal, pese embora os planos não se constituam vinculativos.

Adicionalmente, desenvolve-se a avaliação do nível de execução das propostas elencadas no Relatório do Plano do PDM em vigor, de modo a compreender o grau de implementação das ações previstas.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, onde se identificam as principais conclusões face aos vários domínios estudados, e as recomendações a ter em consideração.

3. ENQUADRAMENTO E DINÂMICAS POLÍTICAS DE DECISÃO: TERRITÓRIO E GOVERNÂNCIAS

O concelho de Lousada encontra-se localizado no norte de Portugal, e em termos de Nomenclatura Comum de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, NUTS, faz parte da Região Norte – NUTS II e enquanto sub-região – NUTS III² Tâmega e Sousa limitada a Oeste pela área Metropolitana do Porto. No que respeita aos municípios, que com ele tem relações fronteiriças, são sete e são os que se podem observar na Figura 1.

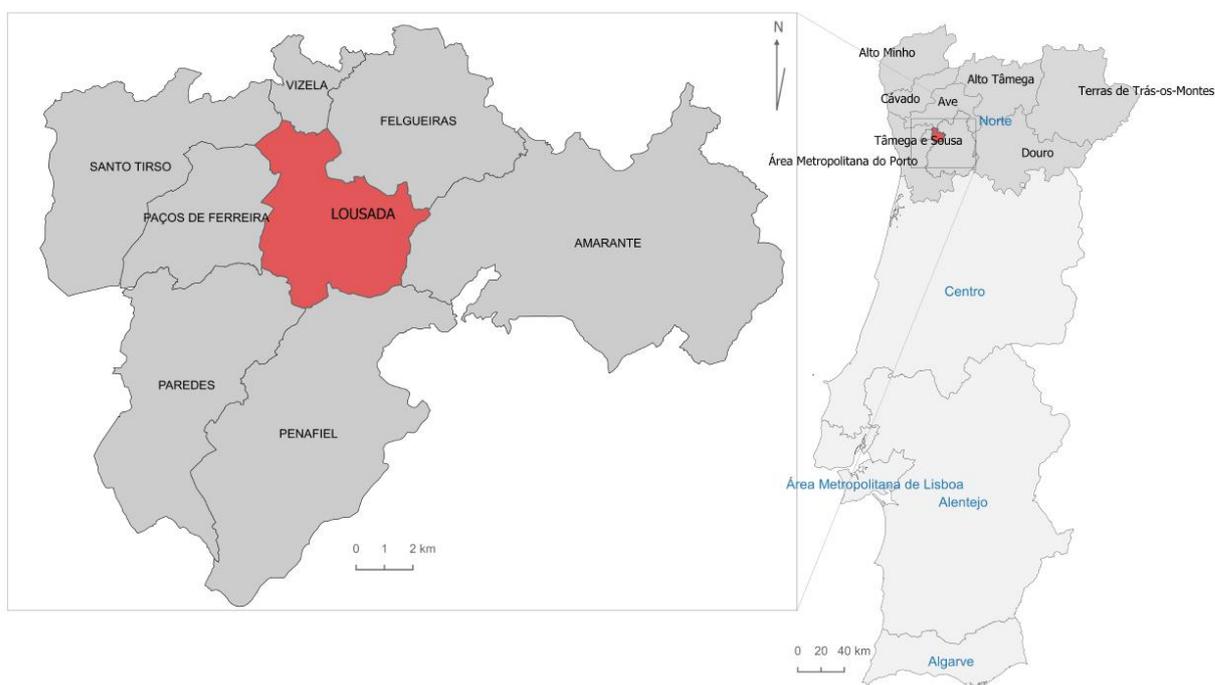


Figura 1. Enquadramento territorial do concelho de Lousada e concelhos limítrofes

FONTE: CAOP 2018 e EUROSTAT 2013

Também de ressaltar a integração de Lousada na Rota do Românico pela importância turística e as dinâmicas que impõe aos territórios que abrange. Constituída em 1998 e inicialmente no seio dos concelhos que integram a Associação de Municípios do Vale do Sousa (VALSOUSA) - Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, e alargada, em 2010, aos restantes municípios da antiga NUT III - Tâmega e Sousa (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende), unidos num projeto supramunicipal de legado histórico e cultural comum.

Atendendo ao enquadramento nestas sinergias locais e regionais, e às relações entre territórios, pode afirmar-se que, as formas de governação local, tem vindo a transformar-se, na sequência do

² NUT estabelecida pelo regulamento comunitário nº 868/2014

crescente envolvimento de novos atores, como as CIM e os organismos de coordenação política regional, com impacto no desenvolvimento local e na tomada de decisão.

As CIM começam a ser desenhadas em 2008 com a publicação da Lei³ que regula o associativismo municipal de fins múltiplos, devendo estas corresponder a unidades territoriais definidas pelas NUTS III. Ficam estabelecidas na altura, as atribuições e fins públicos a que se destinam as CIM, assim como, as competências de gestão territorial.

Fins Públicos:

- *Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;*
- *Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;*
- *Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN;*
- *Planeamento das acuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.*

Competências no sentido de assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:

- *Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;*
- *Rede de equipamentos de saúde;*
- *Rede educativa e de formação profissional;*
- *Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;*
- *Segurança e proteção civil;*
- *Mobilidade e transportes;*
- *Redes de equipamentos públicos;*
- *Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;*
- *Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.*

Às CIM cabe também exercer as responsabilidades e funções transferidas da administração pública central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram. O processo de transferência de competências do nível central da administração para as regiões é operacionalizado mediante mecanismos de contratualização (setorial ou territorial) e de

³ Lei n.º 45/2008 de 27 de agosto - Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis n.ºs 10/2003 e 11/2003, de 13 de maio.

descentralização por via legislativa⁴ no ano de 2013. Com a entrada em vigor desta legislação de descentralização de competências do estado para as entidades locais e regionais, em 2016 a CIM do Tâmega e Sousa, CIM-TS, publica em Diário da República, por despacho⁵ o novo regulamento interno, pela necessidade de proceder a alterações e adaptações em relação às competências que passam a ser da incumbência das CIM.

Ainda no contexto da governação regional na sequência do decreto-lei⁶ de 2016, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento, em que as NUTS III correspondem às unidades territoriais de aplicação dos investimentos, as CIM começam a firmar os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, um acordo de parceria entre os municípios. No caso da CIM-TS, o pacto intermunicipal foi precedido da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal com o objetivo e a preocupação de criar condições para que os fundos europeus que vão estar disponíveis até 2020, que possam ser mobilizados em prol do desenvolvimento da região.

O Pacto é assinado em janeiro de 2016 e fica estabelecido que através deste instrumento regulamentar dos investimentos territoriais integrados, definidos no âmbito do período de programação do “Portugal 2020”, os municípios da CIM devem desenvolver ações que vão de encontro aos temas de aplicação dos fundos em Portugal:

- *Programação da competitividade e internacionalização da economia;*
- *Formação do capital humano;*
- *Promoção da coesão social e territorial;*
- *Reforma do estado, na prossecução do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.*

Neste contexto, acresce o aumento das competências e responsabilidade do município, tanto pela avaliação intercalar do pacto, definida pelo mesmo a realizar-se em 2019, quer pelo que resulta dos processos de descentralização e de um maior envolvimento dos governos locais nos processos de desenvolvimento e integração regional. Sendo que, Lousada integra a CIM-TS, como representado na Figura 2, a par com os municípios de Paços de Ferreira, Felgueiras, Celorico de Basto, Penafiel, Marco de Canaveses, Amarante, Castelo de Paiva, Cinfães, Baião e Resende. De ressaltar, que a NUTS III do Tâmega e Sousa, cuja atual composição vem da divisão territorial de 2013 e que entra em vigor em Portugal em 2015, constitui-se por 11 municípios, enquanto na versão anterior de 2002,

⁴ Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

⁵ Despacho n.º 1816/2016 - Alteração ao Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

⁶ Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro - Fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) impõem que se verifique uma forte sintonia com as prioridades estratégicas enunciadas na «Estratégia Europa 2020».

divisão sobre a qual foi elaborado o PDM de Lousada, era constituída por 15 municípios e denominada de Tâmega.

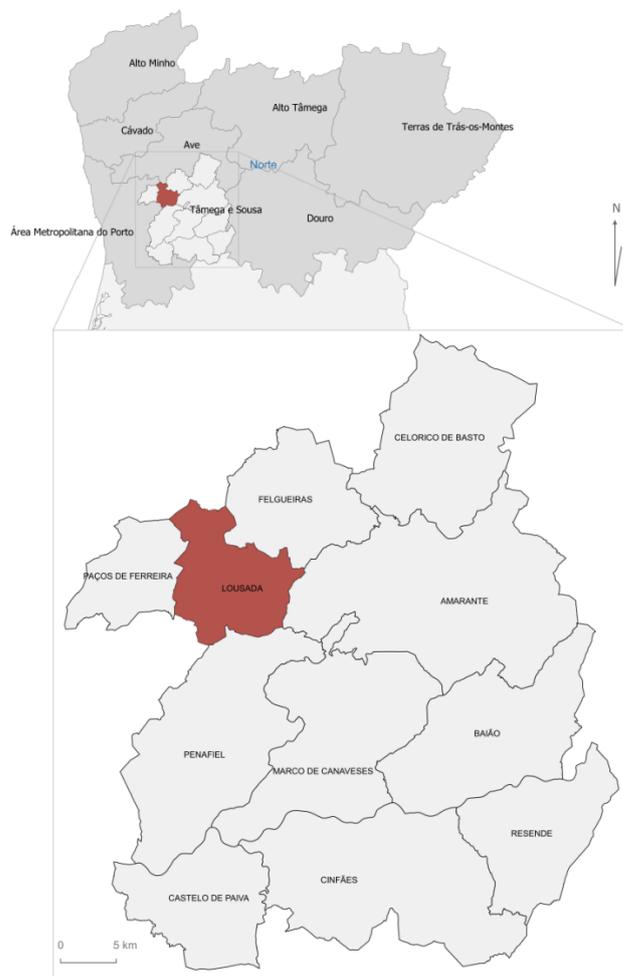


Figura 2. Enquadramento da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa nas NUTS III

FONTE: CAOP 2018 e EUROSTAT 2013

Com isto, emerge o conceito de *governança multinível*⁷ que constitui um desafio acrescido, quanto à dotação do município em termos de autonomia, de capacitação institucional e de recursos financeiros para fazer face às novas exigências da governação.

Acresce ainda, em termos de administração local, a articulação entre o município e as freguesias que advém da reorganização administrativa do território⁸ em 2013 que implicou no concelho de Lousada, uma redução do número de freguesias, passando assim a ser composto por quinze, ao invés das vinte e cinco que anteriormente existiam aquando da elaboração do PDM em vigência, a saber: Aveleda, Caíde de Rei, Lodares, Macieira, Meinedo, Nevogilde, Sousela, Torno, Vilar de Torno e Alentém e em União das freguesias a de Cernadelo e Lousada (Santo Estêvão e Santa Margarida), a de Cristelo, Boim e Ordem, a de Figueiras e Covas, a de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão), a de

⁷ Transferência de competências do nível central do governo para as entidades intermunicipais (NUTS III) e para os municípios.

⁸ Lei nº11-A/2013 de 28 de janeiro, que estabelece a reorganização administrativa das freguesias por agregação das mesmas, originando alterações dos seus limites territoriais.

Nespereira e Casais e União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, conforme é exibido na Figura 3. Isto acarreta mudanças na dimensão do território, configurando novas escalas de análise, mas também de decisão, pelo peso de representatividade na participação da definição do orçamento municipal.

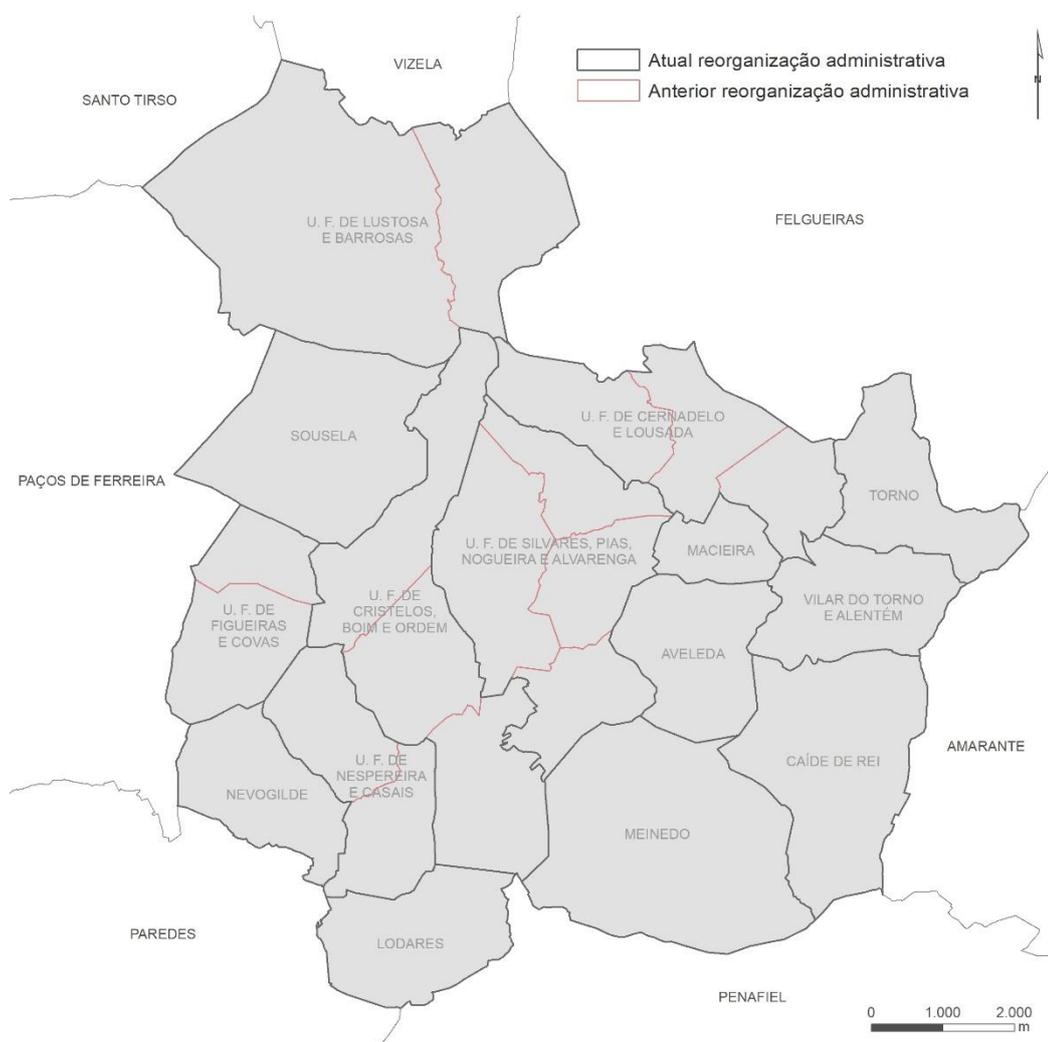


Figura 3. Agregação de freguesias com a reorganização administrativa em 2013 no concelho de Lousada

FONTE: CAOP 2011 e CAOP 2018

As estratégias e as ações de desenvolvimento concelhio devem ser definidas tendo conta, as novas organizações administrativas locais e regionais, como o enquadramento supramunicipal e regional em termos de governação, denotando-se ser desejável apostar no desenho e implementação de estratégias e políticas de desenvolvimento económico que consagrem as sinergias decorrentes deste contexto atual de inter-relações.

No entanto, as populações e as autarquias locais devem ter uma opinião determinante no reconhecimento das assimetrias territoriais, atendendo ao conhecimento profundo que as várias comunidades locais têm do seu território como ponto de partida para avaliar a revisão da reforma

administrativa das freguesias. É neste contexto que em 2019 encontra-se em desenvolvimento uma proposta de lei⁹ que define o regime jurídico de criação de freguesias, para que, a fusão ou a desagregação seja, concretizável, no futuro.

A governação local tem vindo a sofrer atualmente inúmeras transformações que se vêm processando a diferentes ritmos, o que pode condicionar o desempenho do município no que respeita aos desafios de natureza económica, social, cultural e de sustentabilidade ambiental, que estão relacionados entre si, pela dimensão institucional, dimensão territorial e a dimensão da gestão pública¹⁰.

De facto, poder-se-á estar na presença de uma mudança de paradigma na governança pública, que inclui a reformulação de estruturas, instituições, papéis, competências e escalas de atuação, como chama a atenção Teles¹¹ (2016) para a profundidade e implicações estruturais destas reformas.

A integração regional e a modernização da administração pública em geral, convergem como resposta a estes desafios, suscitando uma maior coordenação, entre os municípios da Região do Tâmega e Sousa e entre os diferentes níveis do governo nacional, regional e municipal. Contudo, será de ressaltar que “(...) os executivos não deixam de assumir um lugar central nas redes de governação territorial que se desenham e multiplicam sectorialmente.¹²”

⁹ Enviada pelo secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel, para parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (Anafre), sendo posteriormente remetida ao parlamento após aprovação em Conselho de Ministros.

¹⁰ OECD (2017), Multi-level Governance Reforms: Overview of OECD Country Experiences, OECD Multi-level Governance Studies, Paris: OECD Publishing.

¹¹ Teles, F. (2016), Local Governance and Inter-municipal Cooperation, UK, Palgrave Macmillan.

¹² Tavares, António; de Sousa, Luís. Qualidade da governação local em Portugal. Fundação Francisco Manuel dos Santo (2018) pp. 10

4. PLANOS E PROGRAMAS COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL E INTERFERÊNCIA NOS DESIGNIOS DO MUNICÍPIO

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território, PMOT, devem, no âmbito da sua elaboração, traduzir ou incorporar o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional, tal como previsto na alínea a) do artigo 75.º do RJIGT.

A elaboração dos PMOT obriga a identificar e a ponderar os planos, programas e projetos com incidência na área em estudo, considerando aqueles que existam e os que se encontrem em preparação, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações, facto que é mencionado no n.º 4 do artigo 76.º do RJIGT.

De acordo com a LBGPPSOTU, o ordenamento do território organiza-se num quadro de interação coordenada dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal, em função da natureza e da incidência territorial dos interesses públicos prosseguidos.

Neste âmbito, a política de ordenamento do território e de urbanismo no concelho de Lousada é concretizada através dos programas e planos exibidos na Figura 4.

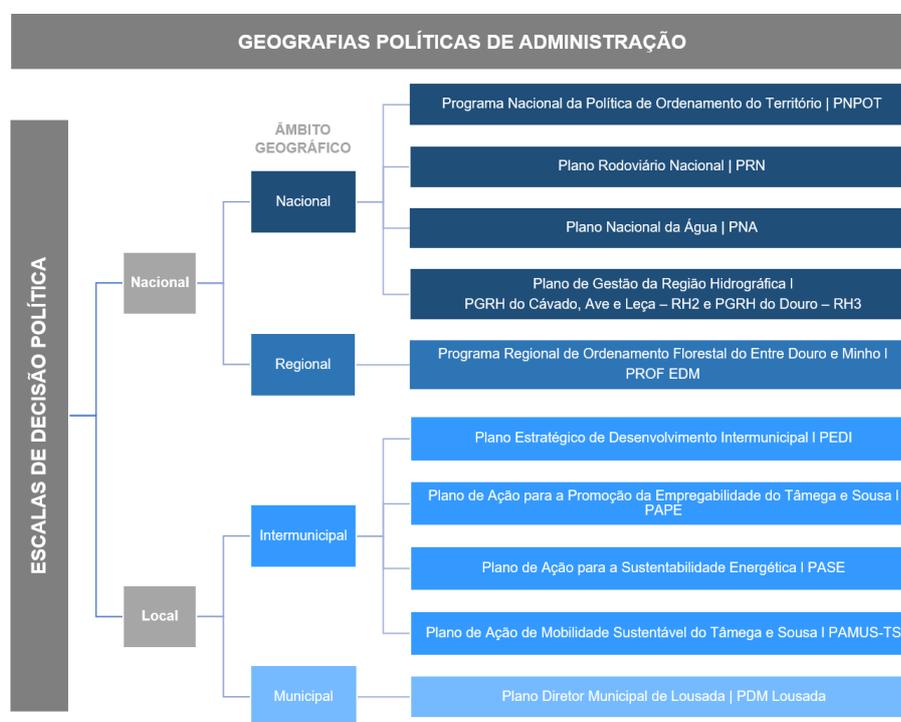


Figura 4. Programa e Planos com incidência no concelho de Lousada

FONTE: DGT 2019 e CIM-TS 2019

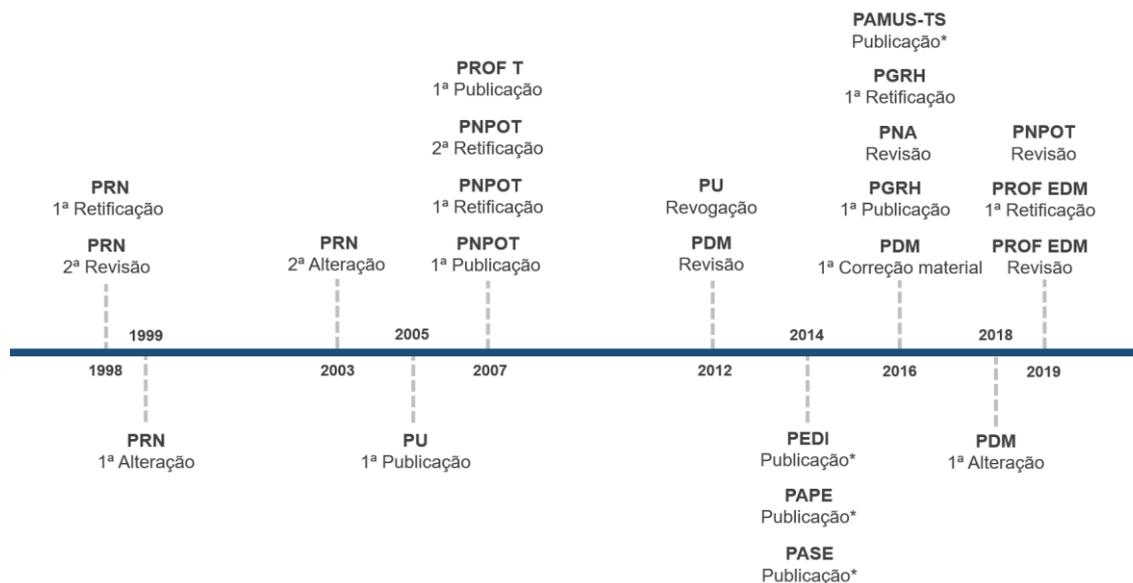


Figura 5. Cronologia dos Planos e Programas com Incidência Territorial no concelho de Lousada

FONTE: DGT 2019 e CIM-TS 2019

* Não publicado em Diário da República

Note-se que, observando Figura 5, vários foram os planos e programas, de carácter vinculativo, que entraram em vigor ou foram revistos e retificados após à 1.ª revisão do PDM de Lousada em 2012, destacando-se também a elaboração de planos intermunicipais, os quais serão, a seguir, explanados.

4.1. ÂMBITO NACIONAL

4.1.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território I PNPOT

A visão estratégica e o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNOT, constituem os elementos de referência para a elaboração, alteração ou revisão dos instrumentos de gestão territorial, uma vez que são estabelecidas as orientações específicas, sistematizando-as de forma a evidenciar o modo como devem ser acolhidas e concretizadas nos seguintes instrumentos:

- Programas Setoriais I PS
- Programas Especiais de Ordenamento do Território I PEOT
- Programas Regionais de Ordenamento do Território I PROT
- Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território I PIOT
- Planos Municipais de Ordenamento do Território I PMOT

O PNPOT foi criado pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo de 1998, a fim de dotar o país de um instrumento detentor de uma visão prospetiva, completa e integrada da organização e desenvolvimento do território, capaz de coordenar e articular políticas públicas.

O primeiro PNPOT foi aprovado pela Lei n.º 58/2007 de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007 de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007 de 23 de novembro, aplicando-se a todo o território nacional, versão sobre a qual foi elaborado o PDM em vigor de Lousada.

No entanto, o PNPOT foi alvo de uma avaliação em 2014, com o intuito de determinar os resultados provenientes do programa de ação e apresentar recomendações para o futuro. Face aos problemas encontrados e vertidos no diagnóstico da avaliação, foi determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto, o processo de alteração.

Assim, a 5 de setembro de 2019 foi publicada em Diário da República, 1.ª série, N.º 170, a primeira revisão do PNPOT, onde se identificaram os cinco desafios territoriais a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta nas próximas décadas:

1. *Gerir os recursos naturais de forma sustentável*
2. *Promover um sistema urbano policêntrico*
3. *Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial*

4. Reforçar a conectividade interna e externa

5. Promover a governança territorial

A revisão do PNPOT foca-se na elaboração de um novo programa de ação com o horizonte a 2030, assente num sistema de racionalização, monitorização e avaliação, capaz de dinamizar a concretização das estratégias de organização e desenvolvimento territorial, que importa considerar aquando da elaboração de qualquer PDM.

Interessa, por isso, realçar que o PNPOT indica que o PDM deve ter os conteúdos estratégicos reforçados, em detrimento dos regulamentares, devendo ainda possuir orientações e práticas consentâneas aliadas a um planeamento mais claro e firme no que respeita à organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos.

Além disso, aponta-se para a necessidade dos PDM estabelecerem princípios e regras gerais de reclassificação do solo, que evitem operações casuísticas passíveis de prejudicar a otimização do modelo de organização territorial e a concretização da estratégia municipal.

A necessidade de integrar as disposições relativas aos PE e PS também são mencionadas, bem como a importância de articulação com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios.

Por fim, é também declarada a relevância de munir os principais centros urbanos dos respetivos Planos de Urbanização e incentivar a adoção de Planos de Urbanização, Planos de Pormenor e Unidades de Execução, a fim de libertar os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos.

4.1.2. Plano Rodoviário Nacional I PRN

Um dos elementos estruturantes de qualquer território é a rede de vias de comunicação, uma vez que constitui um fator indispensável a ter em consideração na definição das políticas e estratégias ao nível do ordenamento do território.

Esta constatação justifica a relevância do Plano Rodoviário Nacional, PRN 2000¹³, bem como, a importância de englobar as suas opções no presente estudo, pelos objetivos assumidos como:

- O fomento correto e articulado do funcionamento do sistema de transportes rodoviários;
- O desenvolvimento de potencialidades regionais;
- A redução do custo global daqueles transportes;

¹³ Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho e alterado pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto.

- O aumento da segurança da circulação;
- A satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.

Todas estas intenções devem ser ponderadas e articuladas com os instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente com o PDM, que deve assumir uma visão estratégica da rede viária concelhia através da concertação com a sua envolvente supramunicipal, de forma a conseguir, localmente, melhorar as condições de circulação, comodidade e segurança do tráfego.



Figura 6. Enquadramento Excerto do PRN 2000 – Rede rodoviária no concelho de Lousada e envolvente

FONTE: Infraestruturas de Portugal, 2018

Na Figura 6 encontra-se representada a hierarquia viária estabelecida pelo PRN2000 no concelho de Lousada e envolvente, tornando-se perceptíveis as principais ligações viárias e os eixos estruturantes previstos por este instrumento de gestão territorial.

Deste modo, segundo a classificação adotada pelo PRN2000, os principais eixos viários que servem, de uma forma direta ou indireta, o concelho, são os seguintes:

Rede Nacional Fundamental

IP9/ A11 Viana do Castelo – Vila Real

Rede Nacional Complementar

IC 25/ A42 - Ligação: IC24/ A41 – Paços de Ferreira – IP9/ A11

EN 106 Vizela – Penafiel

Estradas Regionais

ER 207 Aldeia Nova – Paços de Ferreira; Lousada – Póvoa do Lanhoso

4.1.3. Plano Nacional da Água I PNA

O Plano Nacional da Água, PNA, define a estratégia nacional para a gestão integrada da água. Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e regras de orientação a aplicar pelos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas, PGRH, e por outros instrumentos de planeamento das águas.

O primeiro PNA foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 112/2002 de 17 de abril. Este plano, elaborado no quadro legal definido pelo Decreto-Lei n.º 45/94 de 22 de fevereiro, visava a implementação de uma gestão equilibrada e racional dos recursos hídricos.

Nos termos da Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, foi desenvolvida a revisão do PNA, onde se definiram as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar pelos PGRH para o período 2016-2021 e ainda os programas de medidas que lhes estão associados. Apontou-se também as grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água, DQA.

O Decreto-Lei n.º 76/2016 de 9 de novembro aprovou o PNA, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008 de 31 de maio, e criou a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

Assim, o PNA, instrumento de política sectorial de âmbito nacional, prossegue três objetivos fundamentais para a gestão das águas, designadamente:

- 1. A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;*
- 2. A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;*
- 3. A mitigação dos efeitos das inundações e das secas.*

Neste contexto, importa referir que a Lei da Água, no artigo 17.º, refere que o PNA deve ser coordenado e articulado com o PNPOT, uma vez que este estabelece o RJIGT, desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial.

Aliás, também afirma que medidas preconizadas nos, PS, PEOT e PMOT devem ser compatibilizadas e articuladas com os instrumentos de planeamento das águas.

4.1.4. Plano de Gestão da Região Hidrográfica I PGRH do Cávado, Ave e Leça - RH2 e PGRH do Douro - RH3

A Lei da Água n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, transpõe a DQA n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, de modo a estipular os objetivos ambientais para a proteção das águas superficiais interiores, de transição, costeiras e subterrâneas, através da aplicação dos programas de medidas especificados nos PGRH, sendo a competência da sua elaboração atribuída à Agência Portuguesa do Ambiente, APA.

Nestes termos, o PGRH está estruturado em ciclos de 6 anos. Atualmente está em vigor o 2.º ciclo de planeamento referente ao período 2016-2021, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016 de 20 de setembro, retificado e republicado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016 de 18 de novembro.

O território municipal de Lousada enquadra-se em duas regiões hidrográficas, a RH2 e a RH3.

PGRH do Cávado, Ave e Leça - RH2:

A Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça, com uma área total de 3 585 km², integra as bacias hidrográficas dos rios Cávado, Ave e Leça e as bacias hidrográficas das ribeiras de costa, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes, como enquadramento na Figura 7.

O rio Cávado nasce na Serra do Larouco a uma altitude de cerca de 1 520 metros, percorrendo aproximadamente 129 km na direção geral Este – Oeste até à foz, em Esposende. O rio Ave nasce na Serra da Cabreira, a cerca de 1 200 m de altitude, no Pau da Bela, percorrendo cerca de 85 km até desaguar no Oceano Atlântico, a Sul de Vila do Conde. O rio Leça nasce no Monte de Santa Luzia a cerca de 420 metros de altitude, percorrendo 48 km até à sua foz no Oceano Atlântico.

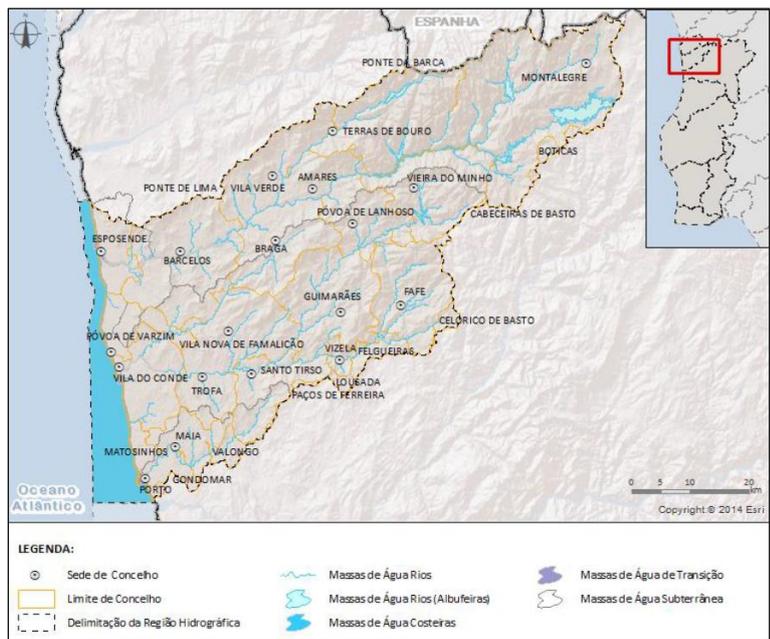


Figura 7. Enquadramento e delimitação geográfica da bacia hidrográfica do Cávado, Ave e Leça

Fonte: PGRH Cávado, Ave e Leça, 2015

Desta forma, importa ressaltar a medida específica que o PGRH Cávado, Ave e Leça apresentou para o concelho de Lousada, na Tabela 1, de modo a serem atingidos ou preservados os objetivos ambientais.

Tabela 1. Medidas específicas do PGRH Cávado, Ave e Leça para o concelho de Lousada

Eixo	Designação	Tipologia	Natureza	Prioridade	Âmbito
Eixo 1 Redução ou eliminação de cargas poluentes	Intervenções nos sistemas de saneamento nos Municípios de Lousada e Vieira do Minho.	Medida suplementar	Corretiva	1	Específica

Fonte: PGRH Cávado, Ave e Leça, 2015

Neste âmbito, a Avaliação Intercalar da Implementação das Medidas, realizada em março de 2019, indica que o objetivo foi concretizado, uma vez que a intervenção nos sistemas de saneamento foi executada a 100%.

PGRH do Douro – RH3:

A Região hidrográfica internacional Douro, com uma área total de 19 218 km² em território nacional. O rio Douro nasce na serra de Urbion, em Espanha, a cerca de 1 700 m de altitude. Ao longo do seu curso de 927 km até à foz no Oceano Atlântico, atravessa o território nacional numa extensão 208 km.

Ademais, o PGRH pressupõe um programa de medidas organizadas em eixos, definindo as ações, técnica e economicamente viáveis. Inclui medidas de base, suplementares e adicionais, adaptadas às características da região hidrográfica enquadrada na Figura 8.

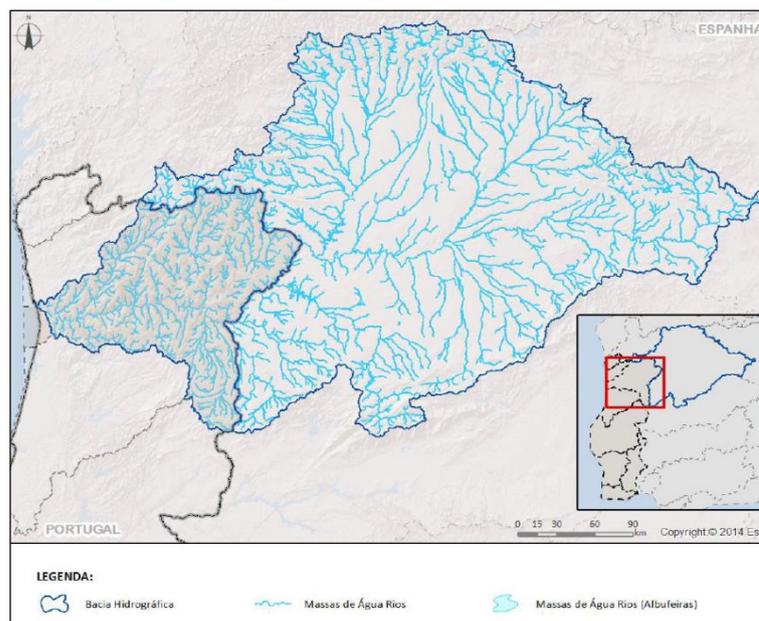


Figura 8. Enquadramento e delimitação geográfica da bacia hidrográfica do Douro

FONTE: PGRH Douro, 2015

Assim, na Tabela 2 apresentam-se as medidas destinadas ao concelho de Lousada, que se associam essencialmente ao eixo da redução ou eliminação de cargas poluentes, com o intuito de realizar intervenções nos sistemas de saneamento municipais e também através da criação de um projeto que reduza os efluentes indevidos com impacte ambiental negativo nos rios Sousa e Mezio. Adicionalmente, é intenção também a minimização de alterações hidromorfológicas com ações de requalificação e renaturalização de troços do rio Sousa em Lousada.

Tabela 2. Medidas específicas do PGRH Douro para o concelho de Lousada

Eixo	Designação	Tipologia	Natureza	Prioridade	Âmbito
Eixo 1 Redução ou eliminação de cargas poluentes	Projeto para redução de alfuências indevidas, com impacte nos rios Sousa e Mezio, no concelho de Lousada.	Medida suplementar	Corretiva	3	Específica
	Intervenções nos sistemas de saneamento no Município de Lousada.	Medida suplementar	Corretiva	3	Específica
Eixo 3 Minimização de alterações hidromorfológicas	Projeto de requalificação e renaturalização do Rio Sousa (PRIOSOUSA), no concelho de Lousada.	Medida suplementar	Corretiva	3	Específica

FONTE: PGRH Douro, 2015

Neste âmbito, a Avaliação Intercalar da Implementação das Medidas, realizada em março de 2019, indica que os objetivos não foram concretizados. A redução de alfuências indevidas e a requalificação e renaturalização do Rio Sousa não foram executadas neste ciclo, mas serão concretizadas no 3º ciclo. Por sua vez, a intervenção nos sistemas de saneamento foi adiada, devendo ainda ser executada no 2º ciclo.

4.2. ÂMBITO REGIONAL

4.2.1. Programa Regional de Ordenamento Florestal Entre Douro e Minho I PROF EDM

Na Lei de Bases da Política Florestal, aprovada pela Lei n.º 33/96 de 17 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro, estabelecem-se os princípios orientadores da política florestal e determina-se que o ordenamento e a gestão florestal fica a cargo do Programa Regional de Ordenamento Florestal, PROF.

O Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro aprova o regime jurídico dos programas e planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal e constitui a quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro.

No artigo n.º 4 do referido decreto, o PROF é definido como “instrumento programático de concretização de política setorial”, previsto na Lei de Bases da Política Florestal e “estabelece as normas específicas de intervenção, utilização e exploração dos espaços florestais, de modo a promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados, na salvaguarda dos objetivos previstos na Estratégia Nacional para as Florestas”. No n.º 7 do mesmo artigo e de acordo com o disposto no artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, os Planos Diretores Municipais “devem adaptar as suas disposições ao conteúdo dos PROF”.

Constituem objetivos gerais dos PROF:

- *A avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;*
- *A definição do elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;*
- *A identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados;*
- *A definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços.*

A revisão dos PROF é determinada pela ocorrência de factos relevantes constantes da Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 141/2015, de 21 de maio, e deste modo através do Despacho n.º 782/2014, de 17 de janeiro, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, é determinada a revisão dos PROF e redefinida a sua abrangência geográfica, passando de 21 PROF para 7.

O PROF de Entre o Douro e Minho, PROF EDM, é aprovado e publicado no Diário de República, 1.ª série, n.º 29, Portaria n.º 58/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 14/2019 publicada a 12 de abril e compreende as sub-regiões homogêneas indicadas na Figura 9.

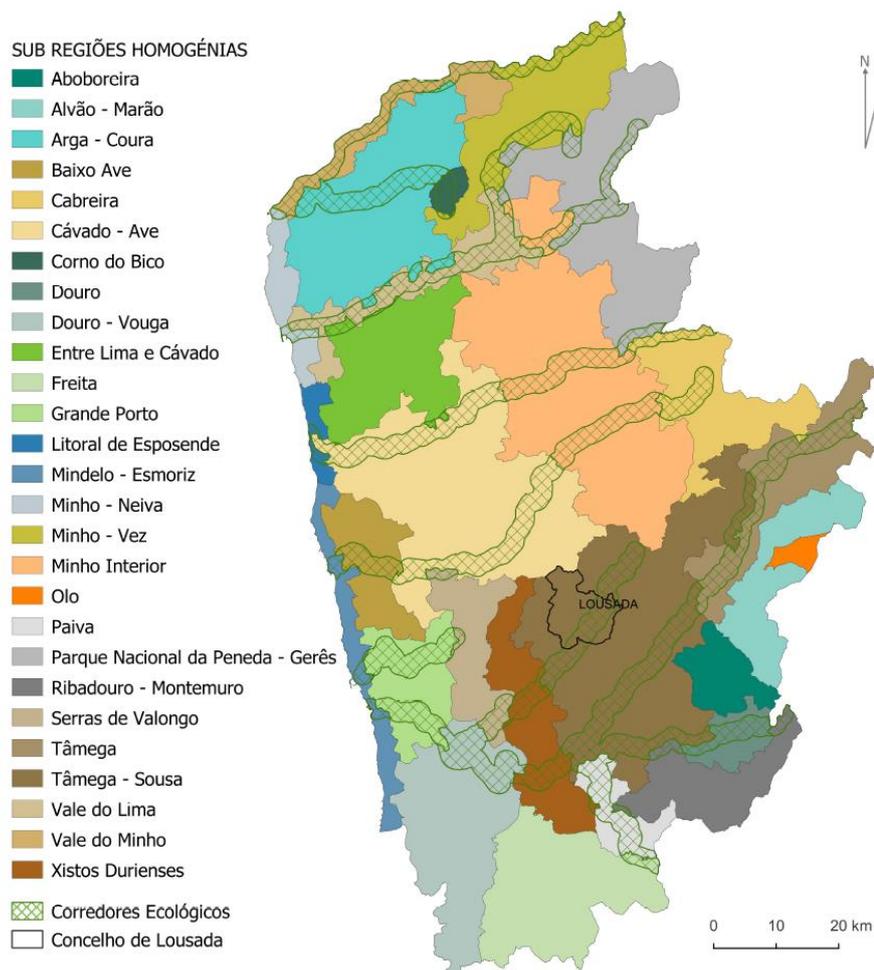


Figura 9. PROF Entre Douro e Minho

FONTE: PROF EDM, 2019

O PROF EDM é constituído pelo Documento Estratégico, que entre outros elementos, incluiu a caracterização da região; a análise prospetiva e objetivos; normas e modelos gerais de silvicultura e de gestão; a articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial; o programa de execução e atribuições; e pelo Regulamento e Carta Síntese.

No PROF EDM são definidas Áreas florestais sensíveis, que de acordo com o Documento Estratégico - Capítulo C (ICNF, 2018), devem ter por base os seguintes fatores:

- *Perigosidade de Incêndio;*
- *Suscetibilidade a pragas e doenças;*
- *Risco de erosão;*
- *Importância ecológica.*

E definidos os Corredores Ecológicos, que têm como principais objetivos:

- *Compensação dos efeitos da fragmentação da paisagem, facilitando a dispersão de animais e plantas através da paisagem;*
- *Promover a continuidade com habitats de difícil acesso;*
- *Aumentar a qualidade da paisagem;*
- *Fomentar atividades de recreio.*

O concelho de Lousada é abrangido pelas sub-regiões homogéneas do Tâmega-Sousa para a qual são atribuídas as funções gerais de produção, proteção e de silvo pastorícia, caça e pesca nas águas interiores, tal como definido no artigo n.º 40 da Portaria n.º 58/2019, de 11 de fevereiro. Verifica-se, também, que o concelho é atravessado, a norte pelo Corredor Ecológico, que inclui respetivamente, o Rio Sousa.

De acordo com o RJIGT, a adequação dos PMOT é obrigatória e com a entrada em vigor do PROF EDM. Neste contexto, foram identificadas as disposições dos planos territoriais preexistentes incompatíveis com o PROF EDM, evidenciando-se na Tabela 3 os artigos analisados neste âmbito relativamente ao PDM de Lousada.

Tabela 3. Normas a atualizar ou compatibilizar no PDM de Lousada

A ATUALIZAR (A) / INCOMPATÍVEL (I)	Artigo do PDM	Conteúdo Regulamentar do PDM
A	Com a aprovação do PROF de Entre Douro e Minho deverá alterar-se a referência ao IGT. Capítulo V / Artigo 41.º / 2	2 - Os espaços florestais, integrados na sub-região homogénea Tâmega-Sousa definida no PROF Tâmega, correspondem aos espaços florestais de produção que reúnem áreas de maior aptidão florestal.
A	Com a aprovação do PROF de Entre Douro e Minho deverá alterar-se a referência ao IGT e, conseqüentemente, ajustar as referências ao capítulo do PROF de Entre Douro e Minho. Capítulo V / Artigo 41.º / 4 / c)	c) As normas de intervenção e modelos de silvicultura por função de produção previstas no Capítulo V do PROF Tâmega e normas de intervenção e modelos de silvicultura por função de proteção nas situações referidas no n.º 3;
A	Com a aprovação do PROF de Entre Douro e Minho deverá alterar-se a referência ao IGT. Capítulo V / Artigo 41.º / 5	5 - As espécies florestais a privilegiar são as previstas no PROF Tâmega para a sub-região homogénea Tâmega Sousa, em particular as consideradas prioritárias.
A	Com a aprovação do PROF de Entre Douro e Minho deverá alterar-se a referência ao IGT. Capítulo V / Artigo 42.º / 1	1 - Nestes espaços devem ser cumpridas as medidas e ações no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, bem como, as orientações constantes do PROF Tâmega.

FONTE: FONTE: PROF EDM, 2019

Verifica-se, portanto, que existem quatro situações a serem acauteladas no regulamento do PDM, nomeadamente a necessidade de atualizar, nos artigos referidos na tabela anterior, as referências ao PROF Tâmega, que agora se designa por PROF EDM.

De referir, ainda, que o PROF EDM vigora por um período máximo de 20 anos, podendo ser sujeito a alterações, tendo em consideração os resultados dos relatórios de execução elaborados de 5 em 5 anos, ou a alterações intermédias sempre que ocorra algum facto relevante que o justifique.

4.3. ÂMBITO INTERMUNICIPAL

4.3.1. Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal I PEDI

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, PEDI, datado de 2014, surgiu da preocupação de criar condições para que os fundos comunitários disponíveis do Portugal 2020 fossem mobilizados em prol do desenvolvimento do Tâmega e Sousa.

Neste sentido, os autarcas da CIM-TS avançaram com a oportunidade de elaboração deste Plano, tendo cada concelho contribuído para a sua construção através da apresentação das suas prioridades e visão para a região.

Contudo, este documento não se esgota nesta temática de acesso aos fundos, uma vez que 2020 é apenas uma etapa, na medida em que a visão do PEDI é mais alargada, estendendo-se a 2030, altura em que se espera encontrar “uma região apelativa, onde se queira viver e trabalhar, com boa qualidade de vida e com um nível de rendimento que a coloque em linha com a média do País”¹⁴.

Assim, após caracterização extensa e aferição do potencial e dos problemas da região, o PEDI apresenta dez linhas de força do diagnóstico, a saber:

1. Uma comunidade heterogénea e com uma identidade pouco vincada
2. Localização e acessibilidades: vantagens e inconvenientes da proximidade
3. Uma população jovem, mas a perder dinâmica
4. Défice de qualificações
5. Vitalidade industrial heterogeneamente distribuída
6. A relevância da agricultura e floresta
7. Ambiente: mais-valias e problemas
8. Um potencial turístico subaproveitado
9. Carências no mercado de trabalho e inclusão social
10. Fragilidades do tecido institucional

Neste contexto, mediante o diagnóstico realizado, a CIM do Tâmega e Sousa adotou a seguinte visão estratégica:

Tâmega e Sousa 2030

Um território ambientalmente exemplar, uma economia dinâmica, uma comunidade coesa.

¹⁴ Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal*. maio 2014.

A referência a “2030” visa afirmar a perspetiva de médio/longo prazo que está subjacente ao PEDI porque, como referido anteriormente, não se trata de definir objetivos para o período de programação dos fundos comunitários, trata-se de propor um rumo para a comunidade.

Definida a visão, foram identificados seis domínios estratégicos de intervenção, bem como o respetivo plano de ação, exposto na Tabela 4, que pretende ser a resposta às preocupações do Tâmega e Sousa, não somente à lógica exclusiva de acesso aos fundos estruturais.

Tabela 4. Domínios estratégicos e respetivo plano de ação do PEDI

1. MODERNIZAR E REORGANIZAR A GOVERNAÇÃO DO TERRITÓRIO		
EIXO	AÇÃO	PROMOTOR
Exploração do potencial da intermunicipalidade	Promoção da harmonização da organização administrativa e funcional do Tâmega e Sousa	CIM, câmaras municipais
	Observatório do Tâmega e Sousa	CIM
	Programa intermunicipal de compras partilhadas	CIM, câmaras municipais
	Avaliação da viabilidade de estruturas de serviços partilhados	CIM, câmaras municipais
Modernização e capacitação da administração municipal	Programa intermunicipal de qualificação dos agentes da administração municipal	CIM, câmaras municipais
	Programa para a administração municipal eletrónica	CIM, câmaras municipais
	Serviços de proximidade	CIM, câmaras municipais
2. DEFENDER A QUALIDADE AMBIENTAL NO TÂMEGA E SOUSA, PRESERVANDO O SEU PATRIMÓNIO NATURAL E REFORÇANDO A COBERTURA DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS		
EIXO	AÇÃO	PROMOTOR
Ações enquadradoras	Agenda 21 do Tâmega e Sousa	CIM, câmaras municipais, tecido empresarial, sociedade civil
Serviços ambientais	Programa intermunicipal para os resíduos	CIM, câmaras municipais, empresas concessionárias
	Programa intermunicipal para o abastecimento de águas e saneamento	CIM, câmaras municipais, Águas de Portugal, empresas concessionárias
	Programa intermunicipal para a qualidade das massas de água	CIM, APA, câmaras municipais, empresas concessionárias
Eficiência energética	Criação de task force intermunicipal para a eficiência energética	CIM
	Programa intermunicipal para a eficiência energética nos edifícios, equipamentos e veículos municipais	CIM, câmaras municipais, IPP
	Programa intermunicipal para a eficiência energética na habitação social	CIM, câmaras municipais, IPP
	Programa intermunicipal para a eficiência energética na iluminação pública	CIM, câmaras municipais, IPP

Valorização e recuperação de espaços naturais	Paisagem protegida regional da Serra da Aboboreira	CIM, C.M. Amarante, Baião, Marco de Canaveses, ICNF
	Programa intermunicipal de gestão florestal e reforestação	CIM, associações de produtores florestais
	Programa de recuperação de espaços naturais degradados pelas atividades económicas	CIM, câmaras municipais, entidades licenciadas para a exploração de inertes e de pedreiras, proprietários privados
Proteção civil	Programa intermunicipal de prevenção e combate aos fogos florestais	CIM, câmaras municipais, bombeiros, associações de produtores florestais, ICNF
	Programa intermunicipal de combate a acidentes industriais	CIM, câmaras municipais, bombeiros
	Programa intermunicipal de adaptação às alterações climáticas e mitigação de fenómenos meteorológicos extremos	CIM, câmaras municipais, proteção civil, concessionários e entidades gestoras, APA
3. INCENTIVAR A INOVAÇÃO E A COMPETITIVIDADE NA ECONOMIA DO TÂMEGA E SOUSA		
EIXO	AÇÃO	PROMOTOR
Coordenação e dinamização estratégica	Fórum intermunicipal para a inovação e competitividade	CIM, câmaras, CETS
	Task force para a promoção da utilização dos fundos estruturais	CIM, CETS
Promoção da economia do conhecimento e da inovação	Parque Tecnológico & Politécnico	CIM, CMF, IPP
	Centro de apoio tecnológico e extensão agro-florestal	CIM, MAM, instituições de ensino superior, parceiros setoriais
Localização empresarial	Programa intermunicipal de acolhimento empresarial	CIM, câmaras
	Ordenamento do solo industrial	CIM, câmaras
Facilitação da atividade empresarial e estímulo ao empreendedorismo	Rede intermunicipal de apoio à iniciativa empresarial	CIM, câmaras, CETS
	Programa intermunicipal de empreendedorismo	CIM, CETS, outras entidades
Valorização da economia agroflorestal	Central de biomassa	CIM, associações de produtores florestais, parceiros privados
	Valorização económica das raças arouquesa e maronesa	CIM, câmaras
4. PROMOVER O POTENCIAL TURÍSTICO E CULTURAL DO TÂMEGA E SOUSA, NO CONTEXTO DO NORTE DE PORTUGAL, APOSTANDO NO MARKETING TERRITORIAL E NA DINAMIZAÇÃO DA OFERTA		
EIXO	AÇÃO	PROMOTOR
Promoção	Programa intermunicipal de marketing territorial	CIM, Turismo do Porto e Norte de Portugal
	Roteiro turístico-cultural intermunicipal	CIM
Estruturação da oferta e valorização do património natural e cultural	Programa intermunicipal de rotas turísticas	CIM, câmaras municipais, diversos
	Rota do Românico	CIM, Rota do Românico

	Reforço da oferta museológica do Tâmega e Sousa	CIM, câmaras, SEC, outros parceiros
	Programa de proteção, beneficiação e promoção do edificado	CIM, câmaras, SEC, proprietários privados, outros parceiros
	Programa intermunicipal para os desportos radicais e de natureza	CIM, câmaras, federações e clubes desportivos
	Política intermunicipal para a caça e pesca	CIM, câmaras municipais, associações e clubes setoriais
	Promoção do termalismo e turismo de bem-estar	CIM, câmaras municipais, setor privado
	Programa de qualificação das margens ribeirinhas	CIM, câmaras municipais
	Programa de certificação e promoção de artesanato e produtos regionais	CIM, câmaras municipais, associações de desenvolvimento local
Formação e capacitação dos agentes turísticos	Programa intermunicipal de formação de agentes turísticos	CIM, câmaras municipais, IPP, diversos
5. FORTALECER A MOBILIDADE INTER E INTRA-MUNICIPAL, AO SERVIÇO DA COESÃO, DA INCLUSÃO E DA COMPETITIVIDADE		
EIXO	AÇÃO	PROMOTOR
Coordenação e dinamização estratégica	Carta intermunicipal de mobilidade	CIM, câmaras municipais
Infraestruturas da mobilidade intra e intermunicipal do Tâmega e Sousa	Requalificação e eletrificação da linha do Douro entre Caíde de Rei e Marco de Canaveses	REFER
	Requalificação e eletrificação da linha do Tâmega entre Livração e Amarante	REFER
	Requalificação / conclusão de portos fluviais	CIM, câmaras municipais, IPTM, concessionárias
	Programa intermunicipal de vias rodoviárias estruturantes	CIM, câmaras municipais, Estradas de Portugal
	Programa de requalificação e manutenção da rede viária intracomunitária	CIM, câmaras municipais, Estradas de Portugal
Oferta de transportes	Dinamização da oferta de transportes públicos de passageiros	CIM, municípios, operadores privados
	Programa intermunicipal de transporte escolar	CIM, operadores privados
6. REFORÇAR A INCLUSÃO SOCIAL, A QUALIDADE DE VIDA E A COESÃO TERRITORIAL		
	AÇÃO	PROMOTOR
Promoção do emprego, do autoemprego e do microempreendedorismo	Programa intermunicipal de estágios	CIM, câmaras municipais
	Programa intermunicipal de apoio ao microempreendedorismo e ao autoemprego	CIM, CETS
	Feira de emprego do Tâmega e Sousa	CIM

	Rede intermunicipal de apoio ao emprego	CIM, câmaras municipais, IEFP
Ação social	Carta social intermunicipal	CIM, câmaras municipais, IEFP, IPSS
	Programa intermunicipal no domínio da saúde mental	CIM, estruturas do Ministério da Saúde, IPSS
	Programa intermunicipal no domínio das dependências	CIM, SICAD, ARS, IPSS
	Rede intermunicipal de apoio ao idoso	CIM, Segurança Social, IPSS
	Rede intermunicipal de apoio à vítima	CIM, IPSS, autoridades judiciais e policiais
Educação e desporto	Carta educativa intermunicipal	CIM, câmaras municipais, MEd
	Programa intermunicipal de promoção da conclusão do ensino secundário e transição para o ensino superior	CIM, câmaras municipais, MEd
	Programa intermunicipal de qualificação da população ativa	CIM, câmaras municipais, ANQEP, IEFP
	Carta desportiva intermunicipal	CIM, câmaras municipais
	Programa de reabilitação e manutenção de equipamentos escolares e desportivos	CIM, câmaras municipais
Qualificação do espaço público	Programa para a regeneração urbana no Tâmega e Sousa	Câmaras municipais
	Planos municipais e locais de acessibilidades	Câmaras municipais
Outras iniciativas	Política intermunicipal de igualdade	CIM, câmaras municipais

“As ações aqui detalhadas são um contributo para o concretizar, incidindo de forma prioritária, mas não exclusiva, em matérias que estão dentro da capacidade de intervenção dos municípios e da sua comunidade intermunicipal”¹⁵.

Ademais, o PEDI pretende ser um estímulo para que a sociedade civil e a administração pública desenvolvam “iniciativas congruentes com o rumo proposto, que complementem as ações aqui enunciadas”, sendo que “a comunidade intermunicipal selecionará as que devem integrar as candidaturas que venha a apresentar. As restantes não cairão no esquecimento, procurando os municípios, no limite das suas possibilidades, a melhor solução para as concretizar”¹⁶.

4.3.2. Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade do Tâmega e Sousa I PAPE

A Região Norte, nomeadamente a sub-região do Tâmega e Sousa, deparou-se com a necessidade de encontrar um modelo integrado de intervenção no domínio da inclusão social e do emprego, no

¹⁵ Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa. Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal. maio 2014.

¹⁶ Idem

horizonte 2014-2020, inovador e capaz de dar resposta aos ambiciosos desafios que o território enfrenta.

Neste contexto, o Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade do Tâmega e Sousa, PAPE, foi promovido pela CIM do Tâmega e Sousa em 2014, assumindo-o “como um instrumento dotado de total sincronia com os instrumentos FEEI¹⁷ do ponto de vista das tipologias de ação a mobilizar, tendo em conta o mapeamento de candidaturas que podem ser realizadas pelo sistema de atores a estes instrumentos de financiamento”¹⁸.

Assim, após diagnóstico aprofundado das dinâmicas do emprego no Tâmega e Sousa, que constitui fonte basilar na definição dos pressupostos estratégicos, que decorrem da leitura entre as dimensões-problema e os recursos potenciais, estruturaram-se, assim, três dimensões estratégicas o PAPE: o Capital Humano, o Emprego e o Capital Inclusivo.

Neste sentido, na Tabela 5 exibem-se o conjunto de dimensões-problema contemporâneos traduzidos em eixos estratégicos e respetivos objetivos específicos, onde é possível constatar que o domínio do Capital Humano, se traduz na aposta da melhoria das qualificações da população, assente numa estratégia baseada ajustamento da oferta educacional e formativa às necessidades das empresas região, bem como no combate ao abandono escolar e à qualificação da população adulta.

Por sua vez, o domínio do Emprego foca-se no combate ao desemprego, sobretudo, jovem, através do reforço de vários mecanismos de apoio como, por exemplo, o empreendedorismo jovem e a reintegração de ativos desempregados.

Tabela 5. Matriz de Intervenção Territorial no Domínio do Capital Humano, Emprego e Capital Inclusivo

DOMÍNIO	EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
CAPITAL HUMANO	Melhorar a articulação da oferta de educação-formação existente e a sua aproximação às necessidades do tecido económico regional	Implementar/ melhorar os mecanismos de informação e orientação vocacional
		Melhorar a capacidade de planeamento e funcionamento da rede da oferta de formação
		Promover a qualidade/ otimizar as condições de operacionalização da formação prática/em contexto de trabalho
		Capacitar o sistema de atores e as organizações
	Combater o abandono escolar precoce (em particular no ensino secundário) e promover o sucesso escolar	Apostar no combate ao abandono escolar precoce, no nível secundário de ensino
		Reforçar as intervenções orientadas à melhoria do sucesso educativo dos alunos
		Capacitar o sistema de atores e as organizações do sistema de educação-formação, com vista a promover a qualidade e eficácia do sistema de educação-formação

¹⁷ Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

¹⁸ Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa. *Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade do Tâmega e Sousa*. dezembro 2014.

DOMÍNIO	EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
	Melhorar a qualificação da população adulta	Promover estratégias de qualificação da população adulta com baixas qualificações
		Promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas
		Promover a continuidade das trajetórias académicas do Ensino Secundário para o Ensino Superior
		Capacitar o sistema de atores e as organizações
EMPREGO	Combater o desemprego	Reforçar a capacidade das estruturas e mecanismos de apoio ao emprego
		Apoiar estratégias orientadas para a reintegração dos ativos desempregados no mercado de trabalho
		Apoiar estratégias de criação de emprego
	Combater o desemprego jovem	Melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens
		Estimular o empreendedorismo jovem
		Capacitar o sistema de atores e as organizações
CAPITAL INCLUSIVO	Saúde Mental e Dependências	Sinalizar os casos de Saúde Mental
		Reduzir o impacto das perturbações mentais e contribuir para a promoção da saúde
		Sensibilizar e combater o estigma social associado à doença mental
	População em risco de exclusão/pobreza e grupos desfavorecidos	Dinamizar apoios locais de combate à privação económica e exclusão social
		Dinamizar intervenções de Inclusão Ativa com vista à empregabilidade
		Capacitar o sistema de atores e as organizações Redes Sociais
	Envelhecimento	Aumentar a permanência na vida ativa de adultos seniores
		Reduzir os níveis de dependência dos idosos
	Economia social e empreendedorismo social	Melhorar da capacidade e qualidade de resposta das organizações da economia social (capacitação)
		Apoiar a instalação de projetos de empreendedorismo social
	Violência doméstica / crianças e jovens em risco	Sinalização e diagnóstico dos casos de violência doméstica
		Sinalização integrada (interconcelhia) dos jovens e crianças em risco
		Prevenção da violência doméstica

FONTE: PAPE

No que respeita ao domínio do Capital Inclusivo, recaem desafios da coesão social, apresentando-se estratégias que atribuam respostas a problemas como a saúde mental e dependências, a pobreza, o envelhecimento, a falta de empreendedorismo social, a violência doméstica e situações de crianças e jovens em risco.

Adicionalmente, o PAPE delineou o Plano de Ação para as três dimensões definidas, onde são apresentadas as soluções centrada em estratégias consubstanciadas em projetos, ações/intervenções e atividades.

De facto, este documento assume-se como uma importante orientação para a administração local solucionar problemas de natureza económica e social, devendo, por isso, o município de Lousada atentar a sua estratégia.

4.3.3. Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética I PASE

O Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética, PASE 2014-2020 - apresentado em 2014 -, foi elaborado com o objetivo de servir de suporte à governação a vários níveis, por forma a alavancar e apoiar os esforços das autarquias integrantes da CIM-TS na implementação de políticas de energia sustentável em prol do bem comum.

O PASE trata-se, portanto, de um documento produzido de forma concertada, possuindo uma visão global, mas atendendo às peculiaridades de cada território. “A sua implementação contribuirá, de forma decisiva, para a cada vez mais necessária coesão e equidade social na região do Tâmega e Sousa”¹⁹.

Neste contexto, este plano elenca um conjunto de medidas que abrangem os consumos municipais e promovem, de forma indireta, a racionalização de consumos energéticos dos outros atores do território. Deste modo, a seguir, ressaltam-se as medidas e respetivas ações definidas no PASE.

Tabela 6. Medidas transversais e respetivas ações do PASE

MEDIDAS TRANSVERSAIS	DESCRIÇÃO	AÇÕES
Agência de Energia	Desenvolvimento de um centro de conhecimento integrado na CIM-TS para a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, denominado de Agência de Energia.	Ação 1: Capacitação interna da CIM-TS Ação 2: Constituição da Agência de Energia Ação 3: Integração em Redes e Consórcios
Pacto de Autarcas	Adotar um compromisso de redução de pelo menos 20% de CO2	Ação 1: Adesão ao Pacto de Autarcas Ação 2: Elaboração e submissão do PASE Ação 3: Monitorização da aplicação do PASE
Observatório de Sustentabilidade	Implementação de um Observatório de Sustentabilidade CIM-TS.	Ação 1: Operacionalizar o OdS em todos os municípios da CIM-TS Ação 2: Manter o OdS atualizado com a informação de cadastro e consumos das infraestruturas e equipamentos em todos os municípios da CIM-TS Ação 3: Utilizar o OdS em atividades de gestão de

¹⁹ Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa. *Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética 2014-2020*. 2014.

MEDIDAS TRANSVERSAIS		DESCRIÇÃO	AÇÕES
			recursos e planeamento de políticas de sustentabilidade
Sensibilização e Formação	Campanha de Comunicação: Público Geral	Campanha de comunicação alargada a toda a comunidade	<p>Ação 1: Desenvolvimento e implementação de uma campanha de sensibilização massiva no âmbito da eficiência energética, energias renováveis e divulgação de medidas do presente Plano de Ação, para o público em geral</p> <p>Ação 2: Realização de “dias da energia”, vocacionados para o público em geral, organizados em colaboração com várias entidades</p>
	Prémio de Sustentabilidade Energética	Promover projetos energeticamente e ambientalmente sustentáveis	<p>Ação 1: Elaboração de regulamentos, definição de prémios, comissão de acompanhamento e júri.</p> <p>Ação 2: Desenvolvimento de marca e imagem do prémio e promoção do evento.</p> <p>Ação 3: Organização bienal do evento.</p>
Ecoeficiência do Território		Consultadoria, formação e informação para a ecoeficiência empresarial	Ação 1: Prestação de consultoria, formação e informação às empresas existentes no território, no sentido de garantir a maior competitividade das mesmas por via da sua ecoeficiência
Governação		Alteração da Regulamentação Municipal no âmbito da Sustentabilidade	Ação 1: Alteração dos regulamentos municipais com o objetivo de incentivar a aplicação dos princípios e práticas associadas à realização de construções e reabilitações ambientalmente sustentáveis bem como aplicação de sistemas reconhecidos de Certificação Ambiental como seja o LEED Certification, o BREEAM, entre outros

FONTE: PASE, 2014

Atente-se, sobretudo, para a última ação da Tabela 6, não obstante a importância das outras, uma vez que é indicada a necessidade de alteração dos regulamentos municipais, introduzindo princípios e práticas de incentivo à aplicação/realização de soluções ambientalmente sustentáveis.

Tabela 7. Iluminação Pública e Semafórica: medidas e respetivas ações do PASE

MEDIDAS	DESCRIÇÃO	AÇÕES
Gestão de Energia na Iluminação Pública	Implementação de um programa de gestão de energia na Iluminação Pública	<p>Ação 1: Cadastro da IP</p> <p>Ação 2: Elaboração de Plano de Ação para a IP</p> <p>Ação 3: Preparação de modelo de procedimento</p> <p>Ação 4: Abertura de procedimento</p>

MEDIDAS	DESCRIÇÃO	AÇÕES
Semáforos a Led	Substituição progressiva da iluminação incandescente associada à sinalização de trânsito	Ação 1: Substituir as lâmpadas incandescentes por iluminação LED Ação 2: Renegociar avenças e/ou instalação de sistemas de contagem

FONTE: PASE, 2014

No que concerne à iluminação pública, alerta-se para a implementação de iluminação LED, situação esta que tem sido acautelada pelo município, a qual está mais detalhada posteriormente, no capítulo do Ambiente e Infraestruturas.

Tabela 8. Edifícios Municipais: medidas e respetivas ações do PASE

MEDIDAS	DESCRIÇÃO	AÇÕES
Auditorias Energéticas e Certificação Energética	Realização de auditorias energéticas e certificação energética em Edifícios Municipais	Ação 1: Realização de levantamento energéticos simplificados Ação 2: Realização de auditorias energéticas Ação 3: Certificação energética dos edifícios
Habitação Social Sustentável	Realização de auditorias energéticas e certificação energética em Edifícios Municipais	Ação 1: Realização de levantamento energéticos simplificados Ação 2: Realização de auditorias energéticas Ação 3: Certificação energética dos edifícios
Equipamentos Desportivos Sustentáveis	Transformar os edifícios desportivos sob gestão municipal num modelo de sustentabilidade e eficiência energética	Ação 1: Instalação de sistemas de redução das perdas de evaporação nas piscinas Ação 2: Substituição/instalação de sistemas de recuperação de energia na ventilação e desumidificação ineficientes nos equipamentos desportivos Ação 3: Instalação de caldeiras a biomassa (pellets) em combinação com sistemas solares térmicos nos equipamentos desportivos Ação 4: Instalação de equipamentos redutores de caudal, de torneiras com temporizadores, e incorporação de isolamento da rede de tubagem de águas quentes nos equipamentos desportivos Ação 5: Instalação de sistemas fotovoltaicos de autoconsumo Ação 6: Instalação de equipamentos de monitorização de consumos Ação 7: Implementação de uma campanha de sensibilização
Escolas Sustentáveis	Transformar os edifícios escolares sob gestão municipal num modelo de sustentabilidade e eficiência energética	Ação 1: Aplicação de isolamento térmico e sombreamento de envidraçados Ação 2: Instalação de caldeiras a biomassa (pellets) em combinação com sistemas solares térmicos nos equipamentos escolares Ação 3: Instalação de equipamentos redutores de caudal, de torneiras com temporizadores, e incorporação de isolamento da rede de tubagem de águas

		quentes nos equipamentos escolares Ação 4: Instalação de sistemas fotovoltaicos de autoconsumo Ação 5: Instalação de sistemas de iluminação eficiente Ação 6: Otimização da manutenção e instalação de equipamentos de monitorização de consumos Ação 7: Implementação de uma campanha de sensibilização
--	--	--

FONTE: PASE, 2014

De facto, também neste âmbito a CML tem estimulado a implementação da eficiência energética em edifícios municipais, escolas, equipamentos desportivos e habitação social, sendo possível referir, portanto, que o município tem apostado na prossecução das medidas do PASE.

Tabela 9. Abastecimento de água: medidas e respetivas ações do PASE

MEDIDAS	DESCRIÇÃO	AÇÕES
Eficiência no Abastecimento de Água	Desenvolvimento e implementação de uma política de racionalização integrada na gestão da rede de abastecimento de água	Ação 1: Implementação da campanha de promoção ao consumo de água da torneira Ação 2: Elaboração da Matriz da Água da CIM-TS Ação 3: Redução das perdas de água na rede de abastecimento Ação 4: Redução dos consumos energéticos das instalações e processos
Rega Eficiente	Introdução de meios de racionalização de água da rede pública para rega de espaços verdes	Ação 1: Definição em Diplomas ou Regulamentos Municipais, de procedimentos e descrição técnica dos equipamentos a considerar para os sistemas de rega, armazenamento de águas pluviais e demais descrições de ordem técnica necessárias Ação 2: Implementação de uma campanha de sensibilização sobre Sistemas de Rega Inteligente e adequada gestão da rega de espaços verdes

FONTE: PASE, 2014

No domínio do abastecimento de água, as ações assumem-se como essenciais no âmbito da sustentabilidade, devendo a CML atentar para as suas orientações, na medida em que persistem problemas como a perda de água na rede de abastecimento, tal como se poderá constatar no capítulo do Ambiente e Infraestruturas.

Tabela 10. Energias Renováveis: medidas e respetivas ações do PASE

MEDIDAS	DESCRIÇÃO	AÇÕES
Plataforma Renovável	Promoção de medidas de partilha de veículos	<p>Ação 1: Definição de estratégias de <i>carpooling</i> (internas aos municípios e/ou territoriais)</p> <p>Ação 2: Promover uma campanha de sensibilização e medidas de promoção da mobilidade elétrica</p>

FONTE: PASE, 2014

No domínio das energias renováveis e dos transportes, as medidas devem ser trabalhadas através de uma coordenação conjunta entre os municípios e a CIM-TS, de forma a, mais eficazmente, se proceder à sua concretização.

Tabela 11. Transportes: medidas e respetivas ações do PASE

MEDIDAS	DESCRIÇÃO	AÇÕES
Fórum Civitas	Participação ativa no programa CIVITAS	<p>Ação 1: Integrar o programa CIVITAS</p> <p>Ação 2: Promover uma campanha de sensibilização no âmbito do Fórum CIVITAS, como meio de suportar e contribuir para a realização dos objetivos da iniciativa</p>
Mobilidade Elétrica	Integração de todos os municípios na MOBI.E	<p>Ação 1: Definição de pontos de carga a nível municipal e intermunicipal</p> <p>Ação 2: Definição de modelos de negócio e financiamentos para a implementação da rede.</p> <p>Ação 3: Promover uma campanha de sensibilização e medidas de promoção da mobilidade elétrica.</p>
Promoção de Carpooling	Promoção de medidas de partilha de veículos	<p>Ação 1: Definição de estratégias de <i>carpooling</i> (internas aos municípios e/ou territoriais)</p> <p>Ação 2: Promover uma campanha de sensibilização e medidas de promoção da mobilidade elétrica</p>

FONTE: PASE, 2014

“Tendo presente as dificuldades de disponibilidade financeira para investimentos em energia sustentável, este plano foi elaborado tendo como horizonte temporal de 2014-2020 que coincide com programas financiamento criando-se assim condições à sua implementação”²⁰.

Adicionalmente, o PASE refere a necessidade de um acompanhamento permanente, de forma a garantir a concretização dos objetivos definidos, propondo, “sempre que tal se justifique, o que for oportuno e conveniente a uma ação necessariamente eficaz e eficiente do Município neste âmbito”²¹.

²⁰ Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa. Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética 2014-2020. 2014.

²¹ Idem.

4.3.4. Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Tâmega e Sousa I PAMUS-TS

Nos últimos anos, a crescente consciencialização da necessidade de se promover um desenvolvimento mais sustentável, coloca o tema da mobilidade como uma questão central da sociedade moderna.

Atendendo às opções políticas à escala municipal, supramunicipal e intermunicipal em matéria de mobilidade e transportes, a CIM-TS entendeu ser prioritário desenvolver, em 2016, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Tâmega e Sousa²², PAMUS-TS, para o seu território de influência – a NUT III do Tâmega e Sousa, tendo presente os seguintes objetivos estratégicos:

- Melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens;
- Promoção de uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpo e eficientes;
- Garantia de um sistema de acessibilidade e transporte mais inclusivo;
- Diminuição do impacto negativo do sistema de transportes na saúde e segurança dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis;
- Redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia.

Neste plano de ação, a CIM assume o compromisso de desenvolver um sistema de mobilidade e transportes sustentável, eficiente e inclusivo para a sub-região do Tâmega e Sousa, alinhado com o quadro estratégico estabelecido no Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal e no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Este plano integra, entre outros aspetos, um conjunto de ações a executar em todo o território do Tâmega e Sousa durante o período de vigência do programa Portugal 2020, promovendo a mobilidade multimodal sustentável, assente em estratégias de baixo teor em carbono e de diminuição da intensidade energética, compatível com as políticas de desenvolvimento económico e indutora de uma maior coesão social, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, o PAMUS do município de Lousada assenta na promoção das deslocações a pé e em bicicleta, em detrimento do automóvel, no centro e na periferia da vila de Lousada. Visa, por isso, colmatar os problemas mais comuns que têm sido identificados no que diz respeito às questões de mobilidade, nomeadamente:

²² Publicado em novembro de 2016.

- Aumento excessivo do uso do transporte individual;
- Redução da utilização do transporte público;
- Fraca adesão aos modos “suaves”, designadamente, pedonal e ciclável;
- Aumento do estacionamento ilegal;
- Aumento do congestionamento;
- Diminuição da segurança rodoviária;
- Impactos negativos no ambiente.

Entre as medidas propostas e em execução, denota-se a criação de uma rede de percursos pedonais, complementada com ciclovias, que se assumem como vias preferenciais de circulação entre as interfaces de transporte público de passageiros, espaço onde é efetuado o transbordo de passageiros entre diferentes modos de transporte, os parques de estacionamento, os polos de equipamentos coletivos e serviços públicos, as áreas culturais e as zonas comerciais/empresariais.

Ademais, de modo a promover a utilização do transporte público nas deslocações quotidianas da população, a CML propõe, ainda, a implementação de interfaces multimodais de transportes públicos.

4.4. ÂMBITO MUNICIPAL

O entendimento da existência no território de um conjunto de dinâmicas em domínios que de um modo direto ou indireto, influenciam as condições de sustentabilidade dos planos, exigem respostas ao nível dos planos municipais de ordenamento do território e de políticas municipais de intervenção territorial.

A este respeito, no concelho de Lousada encontra-se apenas em vigor o PDM, conforme evidenciado na Tabela 12, uma vez que o Plano de Urbanização da vila de Lousada, publicado em Diário da República a 13 de Setembro de 2005, foi revogado pelo PDM em vigor.

Tabela 12. PMOT em vigor

PDM		
1ª Alteração	Aviso n.º 1281/2018	Diário da República, 2.ª série — N.º 19 — 26 de janeiro de 2018
1ª Correção Material	Aviso nº 9294/2016	Diário da República, 2.ª série — N.º 142 — 26 de junho de 2016
1ª Revisão	Aviso n.º 1746/2012	Diário da República, 2.ª série — N.º 25 — 3 de fevereiro de 2012

FONTE: DGT, 2019

A 1ª revisão do PDM de Lousada entrou em vigor 2012, após a sua publicação em Diário da República. Posteriormente, procedeu-se à 1ª Correção Material com efeito após a sua publicação, cujas alterações incidiram: 1 - Pelourinho de Lousada - Legenda da Planta de Condicionantes e Carta de Património; 2 - Sobreposição de tramas na Planta de Ordenamento; 3 - Campo de Futebol de Figueiras; 4 - Castro de São Domingos; 5 - Erro na colocação das tramas identificativas da rede rodoviária; e 6 - Espaços de atividades económicas.

Mais recentemente, em 2018, foi publicada a 1ª alteração ao PDM, com o aditamento de um novo artigo ao regulamento, o 85.º, cujo objetivo foram regularizações no âmbito do Regime Excepcional de Regularização de Atividade Económica, RERAE.²³

De referir que o PDM estabelece as grandes estratégias de desenvolvimento, as orientações e as políticas urbanísticas para o território municipal, define a programação da respetiva execução e as regras para as ações dos vários atores que intervêm no território, para responder aos objetivos fixados e assentes na estratégia de desenvolvimento para o concelho.

Assim, foram definidos os princípios estratégicos orientadores para o desenvolvimento do concelho no horizonte de vigência do PDM atual:

²³ Regularizações no âmbito do RERAE (decreto-lei n.º 165/2014, de 05 de novembro), em cumprimento do n.º 1 do art. 90.º RJIGT (D.L. n.º 80/2015 de 14/05).

- *Qualificação do território;*
- *Estruturação da rede urbana;*
- *Salvaguarda e valorização do património natural, edificado e cultural;*
- *Reforço da acessibilidade e mobilidade.*

Consagrados no PDM, estes princípios nortearam os vetores de desenvolvimento assentes em linhas estratégicas, responsáveis pelas ações e metas a implementar no território concelhio.

Tabela 13. PDM – Linhas estratégicas em vigor

LINHAS ESTRATÉGICAS
<i>Implementação de um modelo territorial que afirme o concelho como território qualificado e competitivo;</i>
<i>Requalificação urbana, reforço da centralidade da vila de Lousada e compactação dos aglomerados existentes;</i>
<i>Salvaguarda e valorização do património edificado e do património natural que promova a atividade turística nas áreas de solo rural;</i>
<i>Requalificação florestal e qualificação ambiental e paisagística do território;</i>
<i>Reordenamento industrial e reforço da captação de novas atividades empresariais;</i>
<i>Implementação de uma rede de equipamentos de utilização coletiva e criação de uma rede de parques urbanos;</i>
<i>Infraestruturação do concelho, nomeadamente nas redes de abastecimento de água e de drenagem das águas residuais domésticas e industriais;</i>
<i>Acréscimo da mobilidade e melhoria da acessibilidade.</i>

Fonte: PDM, 2012

4.4.1. Estrutura do Ordenamento

O PDM de Lousada em vigência consubstancia a estratégia municipal de desenvolvimento do território e é constituído pelos seguintes elementos:

- 1) Regulamento;
- 2) Planta de ordenamento (1:25.000);
- 3) Planta de condicionantes (1:25.000), incorporando em plantas anexas as condicionantes relativas a:
 - i) Carta das áreas percorridas por incêndio de 2000 a 2009 (1:25.000);
 - ii) Carta de risco de incêndio (1:25.000);
 - iii) Carta de zonamento acústico (1:25.000).

Regulamento

É o elemento normativo que estabelece as regras e parâmetros aplicáveis à ocupação, uso e transformação do solo, vinculando as entidades públicas, privadas ou cooperativas.

Planta de Ordenamento I 1:25 000

Representa o modelo de organização espacial do território municipal.

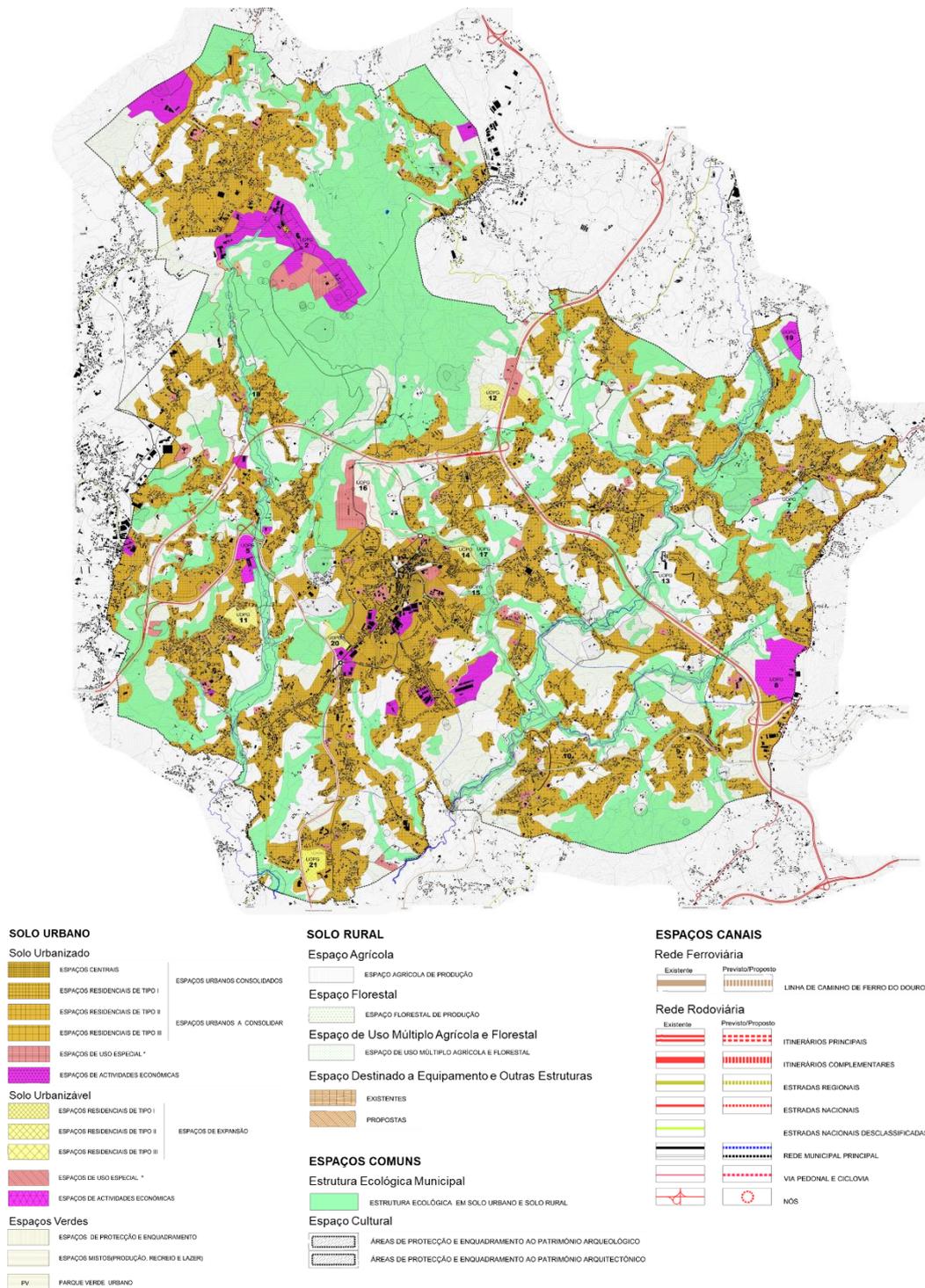


Figura 10. Planta de Ordenamento

FONTE: DGT, 2019

Acrescem aos parâmetros de ocupação do solo exposto na Figura 10, em termos de proposta de ordenamento, a definição de 21 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, UOPG, que marcam e correspondem a áreas de intervenção no território, devidamente delimitadas, para serem tratadas com um nível de planeamento mais detalhado com vista à sua execução e que se apresentam na Tabela 14.

De ressaltar que até ao momento nenhuma destas UOPG foram executadas.

Tabela 14. UOPG definidas no PDM em vigor

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	Forma de Execução
UOPG 1 Lustosa	Plano de Urbanização
UOPG 2 Área de acolhimento empresarial de Lustosa	Operação de Loteamento ou Plano Pormenor
UOPG 3 Expansão Noroeste da Vila de Lousada	Operação de Loteamento ou Plano Pormenor
UOPG 4 Área central da Vila de Lousada	Plano Pormenor
UOPG 5 Área de acolhimento empresarial de Mezio (Ex-fábrica de tomate)	Unidade de Execução ou Operação de Loteamento
UOPG 6 Nevogilde	Plano de Urbanização
UOPG 7 Torno e Vilar	Plano de Urbanização
UOPG 8 Área de acolhimento empresarial de Caíde de Rei	Unidade de Execução ou Operação de Loteamento
UOPG 9 Caíde de Rei	Plano de Urbanização
UOPG 10 Meinedo	Plano de Urbanização
UOPG 11 Expansão de Casais	Unidade de Execução ou Operação de Loteamento
UOPG 12 Santa Margarida	Plano Pormenor
UOPG 13 Quinta dos Ingleses	Plano Pormenor na modalidade de PIER
UOPG 14 Expansão Nordeste da Vila de Lousada	Operação de Loteamento ou Plano Pormenor
UOPG 15 Parque verde nascente da Vila de Lousada	Unidade de Execução ou Projeto Urbanístico
UOPG 16 Parque verde norte da Vila de Lousada	Unidade de Execução ou Projeto Urbanístico
UOPG 17 Vale do Ribeiro de Pontarrinhas	Unidade de Execução ou Projeto Urbanístico
UOPG 18 Sousela	Plano de Urbanização
UOPG 19 Área de acolhimento empresarial de Torno	Operação de Loteamento
UOPG 20 Costilha	Plano Pormenor ou Unidade de Execução
UOPG 21 Área de Expansão de Lodares	Unidade de Execução ou Operação de Loteamento

FONTE: PDM, 2012

Neste âmbito, cumpre salutar que decorreram alterações legislativas introduzidas pela LBGPPSOTU, nomeadamente, quanto às regras relativas à classificação e qualificação do solo, as quais foram concretizadas na publicação da revisão do RJIGT que, por sua vez, prevê a obrigatoriedade da sua integração até 13 de julho de 2020 e, posteriormente o seu reforço com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, devendo, neste sentido, o PDM em vigor realizar a devida adequação a estes diplomas, onde, a título de exemplo, se registam mudanças ao nível das designações das categorias de solo.

Plantas de Condicionantes Geral I 1:25000

Representam e Identificam as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do solo.

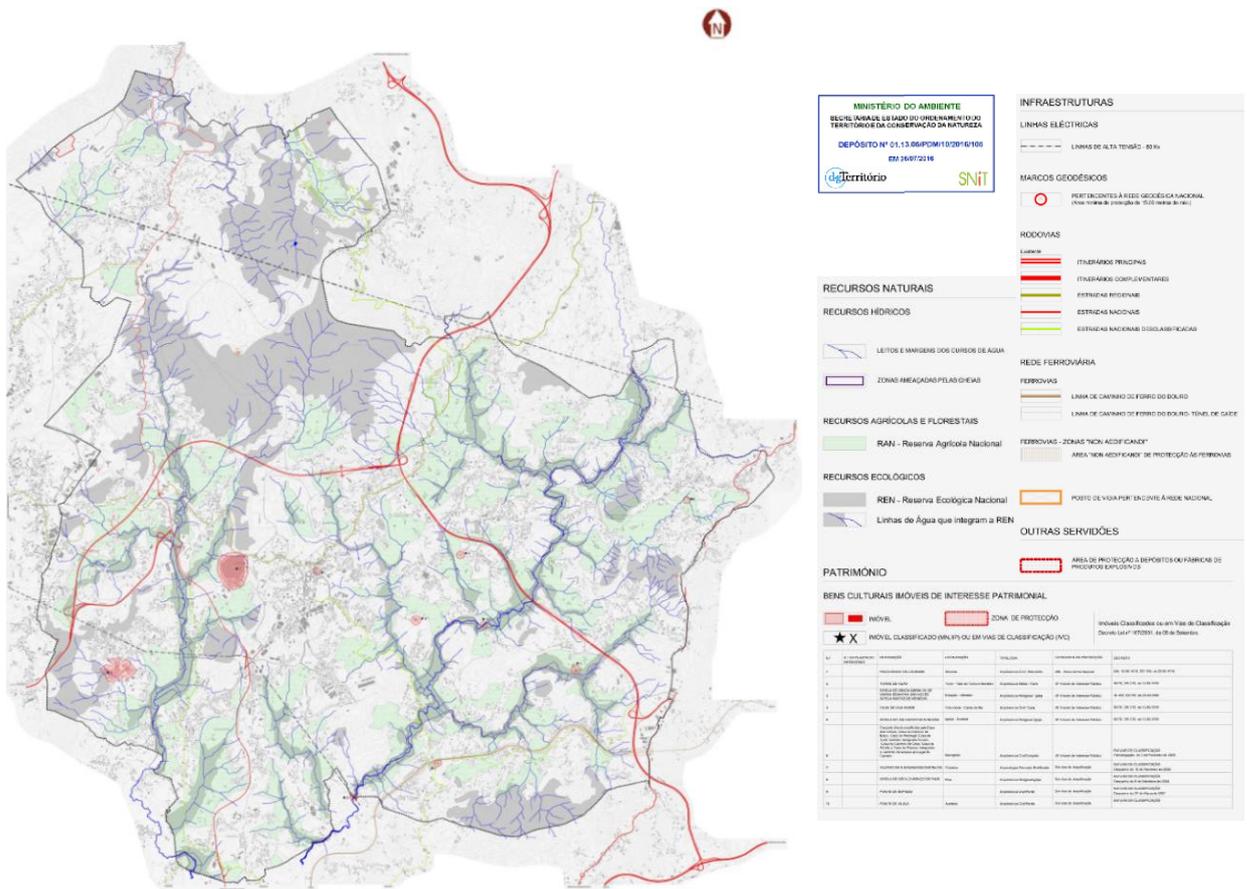


Figura 11. Planta de Condicionantes

FONTE: DGT, 2019

No que à Planta de Condicionantes respeita, as considerações sobre a evolução das áreas ocupadas pela REN e pela RAN são pertinentes, na medida em que permitem aferir sobre a sua evolução até ao PDM em vigor e considerar novas delimitações mais adequadas à realidade do ordenamento, na atualidade.

Tabela 15. Evolução da ocupação do solo por REN e RAN (1994 e 2010)

Categorias de espaço	PDM 1994	PDM 2010	Variação (1994-2010)
REN	1880 ha	2455 ha	+ 575 ha
RAN	2889 ha	2578 ha	- 311 ha

FONTE: PDM, 2012

De salientar que, observando a Tabela 15, as áreas de REN, na evolução para o PDM em vigor, aumentaram em 575 ha, enquanto que as definidas RAN, diminuíram em 311 ha.

Atente-se, neste âmbito, para a mais recente atualização do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto²⁴ – Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto²⁵ –, uma vez que as delimitações da REN devem conformar-se com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, devendo a adaptação ser concretizada no prazo de cinco anos.

i) Carta das áreas percorridas por incêndio de 2000 a 2009 (1:25.000)

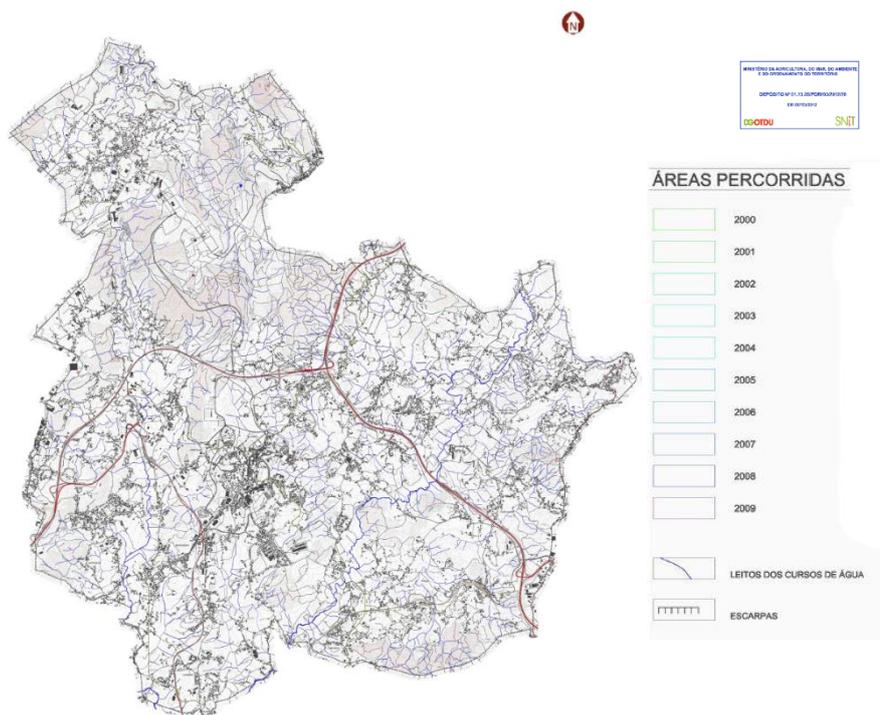


Figura 12. Planta de Condicionantes - Carta das Áreas Percorridas por Incêndio de 2000 a 2009

FONTE: DGT, 2019

²⁴ Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março.

²⁵ Altera o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

ii) Carta de risco de incêndio (1:25.000)

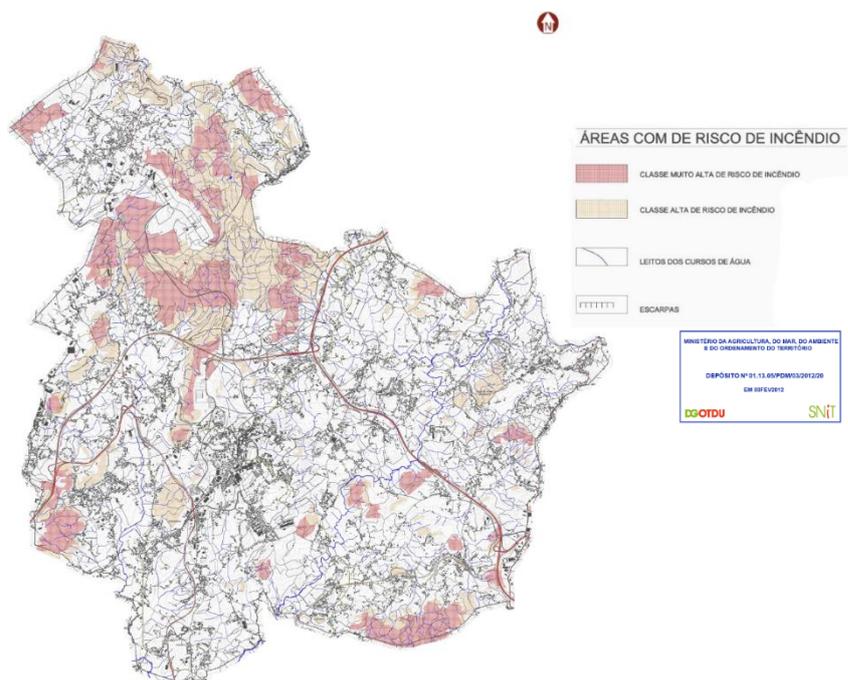


Figura 13. Planta de Condicionantes - Carta de Risco de Incêndio

FONTE: DGT, 2019

iii) Carta de zonamento acústico (1:25.000)

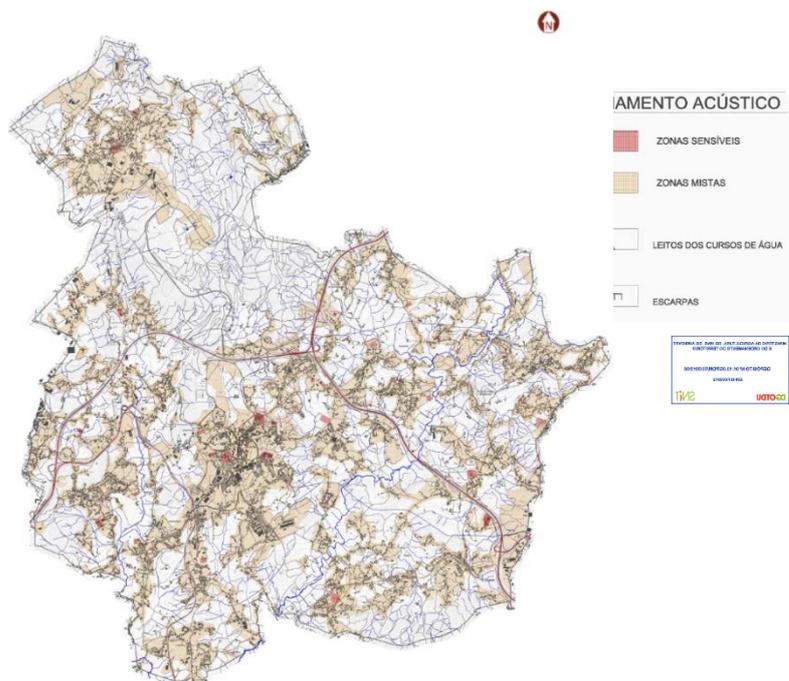


Figura 14. Planta de Condicionantes - Carta de Zonamento Acústico

FONTE: DGT, 2019

Na

Tabela 16 pode verificar-se a forma como foi evoluindo o modelo de ordenamento do território municipal em termos quantitativos, cujas dinâmicas estão plasmadas no PDM em vigor.

Tabela 16. Evolução do PDM em números (1994 e 2010)

	PDM 1994 (ha)	PDM 2010 (ha)	Área (ha)
Aglomerados	2 735	3 140	+405
RAN	2 889	2 578	-311
REN	1 880	2 455	+575
Floresta condicionada e complementar	2 826	2 693	-133
Terrenos agrícolas complementares	218	279	+61
Equipamentos	96	170	+74
Espaços de atividades económicas	290	285	-5

FONTE: PDM, 2012

Importa ressaltar a diminuição do espaço atribuído às atividades económicas de 1994 para a atualidade, assim com a diminuição das áreas de RAN, muito relacionada com a construção das duas infraestruturas rodoviárias que implicaram em 2006 aditamentos às propostas de RAN e REN.

Em contrapartida, o PDM em vigor propôs mais áreas para aglomerados, para equipamentos, terrenos agrícolas e no âmbito das condicionantes, aumento das áreas afetas à REN.

Ainda sob a temática da estrutura de ordenamento é importante deixar a nota que está a ser estudada a elaboração de um Plano de Pormenor para a Praça do Românico, na área contígua ao Centro de Interpretação do Românico.

4.4.2. Reabilitação Urbana

A reabilitação de áreas urbanas é fundamental na política de ordenamento do território do município de Lousada, sendo uma das prioridades estratégicas do executivo municipal, na medida em que é crucial salvaguardar o património e revitalizar as dinâmicas económicas e turísticas.

As presentes Áreas de Reabilitação Urbana, ARU, enquadram-se legalmente no estabelecido na Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, a qual procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, onde se estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, RJRU, e à 54ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana.

Para efeitos de aplicação do RJRU, (artigo 2º, alínea b), entende-se por “Área de Reabilitação Urbana - a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e

verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana”.

Neste sentido, encontram-se delimitadas duas ARU26, aprovadas em Assembleia Municipal a 30 de junho de 2017, nomeadamente:

- ARU da Vila de Lousada
- ARU da Vila Aparecida.

A prioridade de investimento tida pelo município de Lousada enquadra-se na adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído, está incluída no Eixo Prioritário 4 – Qualidade Ambiental, estando associado ao objetivo temático 6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos do Programa Operacional da Região Norte – Portugal 2020 –, tendo sido aprovado o montante de 4,6 milhões.

A tipologia de ação adotada visa a reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 266 –B/2012, de 31 de dezembro.

4.4.2.1. Área de Reabilitação Urbana da vila de Lousada

A ARU da vila de Lousada, delimitada na Figura 15, apresenta uma orientação norte-sul, abrangendo a União das Freguesias de Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga, a União das Freguesias de Cristelos Boim e Ordem e ainda a União das Freguesias de Nespereira e Casais. Incide sobre o centro histórico do concelho e contem ainda áreas adjacentes resultantes do crescimento urbano. Atualmente esta área apresenta malhas urbanas distintas, estando inevitavelmente relacionada com diferentes fatores, que ao longo da história vieram condicionar o desenvolvimento urbano.

²⁶ Aviso de deliberação de aprovação n.º 9316/2017, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 156 — 14 de agosto de 2017

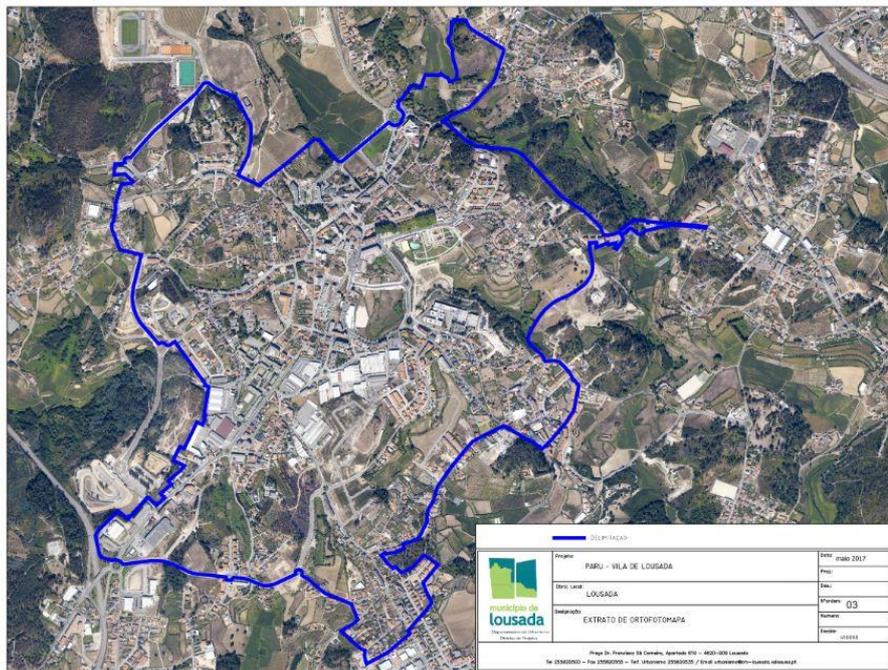


Figura 15. Delimitação da ARU vila de Lousada

FONTE: CML, 2017

O centro da vila de Lousada tem registado alterações da sua matriz identitária ao longo dos últimos anos, com o abandono dos edifícios, a sua conseqüente degradação e as alterações no uso do espaço urbano. Atendendo a que a estratégia de desenvolvimento do município tem em conta os problemas/necessidades existentes nesta área de intervenção, os objetivos estratégicos da ARU podem ser sistematizados da seguinte forma:

- *Existência de edifícios (entre os quais espaços comerciais) parcialmente ocupados e devolutos, em mau e péssimo estado de conservação (o edificado muito degradado ou a necessitar de grandes reparações é da ordem dos 17% no Concelho);*
- *Avançado estado de degradação de pavimentos/infraestruturas viárias;*
- *Necessidade de reconversão funcional e revitalização do tecido empresarial local.*

Os referidos objetivos estratégicos foram, assim, definidos de forma a contribuir para a supressão destes problemas/necessidades e são:

- *Reabilitação urbana dos edifícios degradados, promovendo a ocupação dos edifícios da Vila de Lousada, contribuindo, por seu turno, para o seu repovoamento e rejuvenescimento;*
- *Requalificação do tecido urbano da Vila de Lousada, privilegiando a circulação pedonal e promovendo novas dinâmicas de vivência do espaço urbano;*
- *Revitalização do tecido urbano da Vila de Lousada, através da revitalização dos núcleos de comércio e serviços da Vila de Lousada;*

- *Assegurar o investimento público já contratualizado e potenciar a captação de novos, melhores e mais diversificados investimentos públicos e privados para a reabilitação e revitalização da ARU da Vila de Lousada;*
- *Definir um quadro de apoios e de incentivos municipais favoráveis à reabilitação e revitalização da ARU da Vila de Lousada.*

Pretende-se que a concretização destes objetivos resulte numa melhoria da qualidade do tecido urbano e estímulo das vivências de proximidade, no desenvolvimento das dinâmicas sociais, económicas e culturais, potenciando, nomeadamente, a fixação de população, de investimento, o estímulo empreendedor do território com a criação de novos negócios e o desenvolvimento turístico de excelência. É, pois, essencial concretizar as ações estruturantes que prossigam os objetivos anteriormente referidos que se consubstanciam em 26 como em seguida se listam:

1. Reabilitação do Mercado Municipal;
2. Regeneração urbana do Espaço Público da Praça do Românico;
3. Reabilitação da Casa das Videiras;
4. Requalificação do espaço público envolvente à Rua do Picoto;
5. Requalificação da Rua do Alecrim e da Travessa da Alfazema;
6. Requalificação da Avenida Cidade de Tulle;
7. Requalificação da Rua António Gomes Ribeiro
8. Requalificação do espaço público da Zona Industrial, Silvares;
9. Requalificação da Avenida de S. Vicente com ligação à Variante Urbana;
10. Requalificação da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra com ligação à Variante Urbana;
11. Requalificação da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra;
12. Requalificação da Rua António Emílio;
13. Requalificação do espaço público ocupado pela Serração de Madeiras;
14. Requalificação da Rua da Boavista;
15. Requalificação da Estrada Municipal 605 ao Cruzamento do Jogo, Pias;
16. Requalificação do espaço público exterior do Edifício dos CTT;
17. Requalificação do espaço público exterior do Bairro Dr. Abílio;
18. Requalificação da Rua do Auditório;
19. Requalificação do Largo da Feira;
20. Requalificação da Rua Primeiro de Maio e da Avenida da Liberdade;
21. Revitalização do Pavilhão;

22. Reabilitação da Biblioteca Municipal;
23. Reabilitação do Auditório Municipal;
24. Requalificação da Praça do Sr. dos Aflitos;
25. Requalificação da Rua de Santo António;
26. Ações Imateriais da Vila de Lousada.

Note-se que se encontra em elaboração a Operação de Reabilitação Urbana, ORU, da vila de Lousada.

4.4.2.2. Área de Reabilitação Urbana da vila de Aparecida

A delimitação da ARU da vila de Aparecida, exibida na Figura 16, apresenta uma orientação este-oeste, abrangendo as freguesias do Torno e Vilar do Torno e Alentém. Abrange um dos núcleos urbanos de maior relevância à escala do concelho de Lousada, em termos de densidade populacional, de concentração e de diversidade de atividades económicas e de localização de edifícios públicos com valor patrimonial.

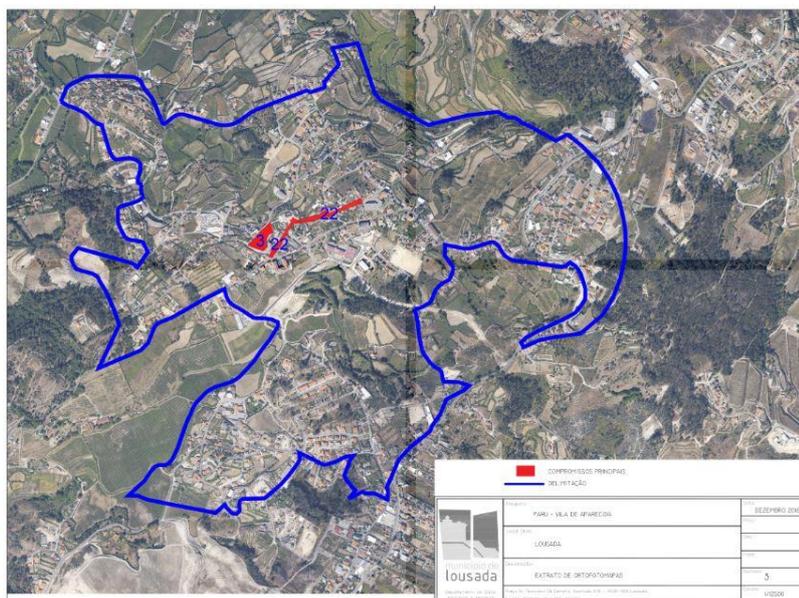


Figura 16. Delimitação da ARU da Vila de Aparecida

FONTE: CML, 2017

O centro da Vila de Aparecida tem registado alterações da sua matriz identitária ao longo dos últimos anos, com o abandono dos edifícios, a sua conseqüente degradação e as alterações no uso do espaço urbano à semelhança do que ocorre no centro da Vila de Lousada.

O projeto para a regeneração urbana da Vila de Aparecida assenta então na qualificação dos espaços públicos, na reabilitação do edificado existente, bem como na revitalização urbana.

Os objetivos estratégicos da ARU da Vila de Aparecida derivam das características já mencionadas e organizam-se da seguinte forma:

- *Existência de edifícios (entre os quais espaços comerciais) parcialmente ocupados e devolutos, em mau e péssimo estado de conservação (o edificado muito degradado ou a necessitar de grandes reparações é da ordem dos 10% no Concelho);*
- *Avançado estado de degradação de pavimentos/infraestruturas viárias;*
- *Necessidade de reconversão funcional e revitalização do tecido empresarial local.*

Os referidos objetivos estratégicos foram, assim, definidos de forma a contribuir para a eliminação destes problemas e necessidades que são:

- *Reabilitação urbana dos edifícios degradados, promovendo a ocupação dos edifícios no centro da Vila de Aparecida, contribuindo, por seu turno, para o seu repovoamento e rejuvenescimento;*
- *Requalificação do tecido urbano da Vila de Aparecida, privilegiando a circulação pedonal e promovendo novas dinâmicas de vivência do espaço urbano;*
- *Revitalização do tecido urbano da Vila de Aparecida, através da revitalização dos núcleos de comércio e serviços do centro da Vila de Aparecida.*
- *Assegurar o investimento público já contratualizado e potenciar a captação de novos, melhores e mais diversificados investimentos públicos e privados para a reabilitação e revitalização da ARU de Vila de Aparecida;*
- *Definir um quadro de apoios e de incentivos municipais favoráveis à reabilitação e revitalização da ARU de Vila de Aparecida.*

A concretização dos objetivos estratégicos anteriormente apresentados passa, em grande medida, pela implementação de um conjunto de ações estruturantes de reabilitação, requalificação e revitalização do tecido urbano da vila de Aparecida. Apresentadas de seguida sob a forma listagem, estão as 2 ações definidas para esta área:

1. Requalificação do espaço público do Largo Sr.^a da Aparecida;
2. Requalificação do espaço público da Avenida do Santuário e da Avenida do Alto do Fogo.

Note-se que se encontra em elaboração a ORU da vila de Aparecida.

4.4.3. Portugal 2020

O Portugal 2020 é um acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a atuação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

Neste âmbito, a CML definiu os principais vetores de desenvolvimento local e medidas de ação consideradas estruturantes, consubstanciadas em sede de Plano de Ação de Regeneração Urbana, PARU, e de Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, PAMUS, a fim de beneficiarem, para efeitos de financiamento, das prioridades de investimento 6.5 e 4.5, respetivamente.

Importa ainda no contexto dos fundos de apoio comunitário, salutar a importância de participação na discussão em torno da Estratégia Nacional para o Portugal Pós 2020, uma vez que o Governo está a realizar um conjunto de audições e consultas públicas, solicitando a opinião de todos.

4.4.3.1. Plano de Ação de Reabilitação Urbana

A reabilitação urbana tem um papel central nas políticas de gestão dos centros urbanos, uma vez que estimula a requalificação do edificado e dos espaços públicos e promove a revitalização das atividades económicas.

Portanto, o PARU apresenta-se como uma oportunidade de superar os constrangimentos existentes em vários domínios, sendo de destacar a capacidade de desenvolvimento de novas competências viradas para o futuro, em particular na área da eficiência energética e da construção sustentável.

Neste âmbito, a CML definiu os compromissos prioritários enumerados na Tabela 17.

Tabela 17. Compromissos prioritários do PARU

Nome da Operação	Investimento Total Aprovado (€)	Investimento Elegível Aprovado (€)	Fundo Aprovado (€)
Regeneração urbana - Casa das Videiras	146.866,60	128.625,00	109.331,25
Ações imateriais da vila de Lousada	234.581,90	180.000,00	153.000,00
Requalificação do espaço público da Avenida do Santuário e da Avenida do Alto do Fogo	550.981,75	550.981,75	468.334,49
Requalificação do espaço público envolvente à Rua do Picoto	494.781,70	494.781,70	420.564,45
Reabilitação da Biblioteca Municipal	232.970,69	180.821,69	153.698,44
Reabilitação da Avenida Cidade de Tulle	204.928,80	204.928,80	174.189,48

Nome da Operação	Investimento Total Aprovado (€)	Investimento Elegível Aprovado (€)	Fundo Aprovado (€)
Reabilitação do Auditório Municipal de Lousada	708.289,24	708.289,24	602.045,85
Requalificação da Rua Santo António	109.278,31	109.278,31	92.886,56
Requalificação da Av. S. Vicente com ligação à variante urbana	423.014,47	423.014,47	359.562,29
Requalificação do Espaço Público do Largo Srª da Aparecida	469.305,82	469.305,82	398.909,95
Regeneração Urbana do Espaço Público envolvente à Rua do Picoto – 2º Fase	398.019,43	398.019,43	338.316,52
Regeneração urbana do espaço público da Praça do Românico	1.192.586,97	1.065.919,38	906.031,47
Requalificação da Rua Primeiro de Maio e da Avenida da Liberdade- 1º Fase	365.510,79	365.510,79	310.684,17
TOTAL	5.531.116,47	5.279.476,38	4.487.554,92

FONTE: NORTE 2020, maio 2019

Note-se que para as trezes operações prioritárias, foram aprovados quase cinco milhões de euros de fundos.

Adicionalmente, importa salientar o conjunto alargado de compromissos complementares, a saber:

- Reabilitação do Mercado Municipal;
- Requalificação da Avenida Sr. dos Aflitos;
- Revitalização do Pavilhão;
- Requalificação da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra com ligação à Variante Urbana;
- Requalificação do espaço público exterior do Bairro Dr. Abílio;
- Requalificação da Estrada Municipal 605 ao Cruzamento do Jogo, Pias;
- Requalificação do espaço público ocupado pela Serração de Madeiras;
- Requalificação da Rua António Emílio;
- Reabilitação do espaço público exterior do Edifício dos CTT;
- Requalificação da Rua do Alecrim e da Travessa da Alfazema;
- Requalificação da Rua António Gomes Ribeiro;
- Requalificação do espaço público da Zona Industrial, Silvares;
- Requalificação da Rua do Auditório;
- Requalificação do Largo da Feira;
- Requalificação do espaço público da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra;
- Requalificação da Rua da Boavista.

4.4.3.2. Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

As necessidades de mobilidade cresceram e estão marcadas pela utilização do transporte individual motorizado. Neste sentido, adotar comportamentos amigos do ambiente, sobretudo nas áreas urbanas, assume-se como objetivo primordial da sociedade atual.

Neste contexto, o PAMUS assume-se como capaz de estabelecer uma estratégia em matéria de acessibilidades e mobilidade, definindo um conjunto de ações e medidas que contribuam para a implementação e promoção de um modelo de mobilidade urbana multimodal sustentável.

Assim, a CML estabeleceu os compromissos prioritários enumerados na Tabela 18.

Tabela 18. Compromissos prioritários do PAMUS

Nome da Operação	Investimento Total (€)	Investimento Não Reembolsável (€)	FEDER (€)
Construção de Central de Autocarros	309.159,28	309.159,28	262.785,39
Rede de Percursos Pedonais – Ordem / Sousela	243.256,39	243.256,39	206.767,93
Rede de Percursos Pedonais – Macieira (EM564-2) / Parque da Torre de Vilar	306.051,58	306.051,58	260.143,84
Rede de Percursos Pedonais – Complexo Desportivo / Parque Urbano Municipal	113.000,00	113.000,00	96.050,00
Rede de Percursos Pedonais – Parque Urbano Municipal / Parque da Torre de Vilar	32.675,90	32.675,90	27.774,52
Rede de Percursos Pedonais – Meinedo / Lousada Centro	72.308,12	72.308,12	61.461,90
Rede de Percursos Pedonais – Ponte de Vilela / Caíde de Rei	130.044,73	130.044,73	110.538,02
TOTAL	1.206.496,00	1.206.496,00	1.025.521,60

FORNE: NORTE 2020, maio 2019

Note-se que para as sete operações prioritárias, foram aprovados cerca de 1 milhão de euros de fundos provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, FEDER, a saber:

Adicionalmente, importa salientar a existência de um conjunto alargado de compromissos complementares, para os quais foram já atribuídos cerca de três milhões de euros, a saber:

- Rede de Percursos Pedonais – Boavista / Lousada Centro;
- Rede de Percursos Pedonais – Ponte de Vilela / Igreja de Meinedo;
- Rede de Percursos Pedonais – EN106;
- Rede de Percursos Pedonais – EN106-1;

- Rede de Percursos Pedonais – Lustosa;
- Rede de Percursos Cicláveis – Eixo Lousada / Lustosa;
- Interface de ligações à ferrovia na Estação de Caíde de Rei e ao Apeadeiro de Meinedo;
- Melhoria de rede de interfaces;
- Rede de Percursos Pedonais – Meinedo / Caíde de Rei;
- Rede de Percursos Pedonais – Nevogilde / Casais;
- Rede de Percursos Pedonais – Casais / Covas;
- Rede de Percursos Pedonais – Barrosas / Santo Estevão;
- Rede de Percursos Cicláveis – Ligações às Interfaces de Transportes;
- Rede de Percursos Cicláveis – Ecovia / Lousada.

4.4.4. Estratégia Local de Habitação

Na prossecução do quadro de soluções da Nova Geração de Políticas de Habitação²⁷, NGPH, foi recentemente criado o 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no sentido de garantir o direito de acesso à habitação, numa dinâmica predominantemente dirigida à reabilitação e ao arrendamento, promovendo a inclusão social e coesão territorial.

As candidaturas a este programa são apresentadas pelos municípios ao IHRU, sob a forma de uma Estratégia Local de Habitação, ELH, elaborada de acordo o princípio do planeamento estratégico local, da reabilitação do edificado, do incentivo ao arrendamento e da integração social.

Nesta senda, reconhecendo a pertinência e utilidade da ELH no planeamento da intervenção pública à escala local, o município de Lousada procedeu à sua elaboração e respetiva apresentação no final do mês de agosto²⁸, a fim de responder às especificidades locais, criando condições de acesso à habitação digna às pessoas que não dispõem de capacidade financeira para aceder a uma solução habitacional apropriada.

De referir que foram realizadas, durante julho e agosto, reuniões com os presidentes das juntas de freguesia e instituições particulares de solidariedade social do concelho e ainda fóruns de discussão, no sentido de apurar e identificar as necessidades habitacionais e possíveis soluções.

Neste contexto, num primeiro momento - até 12 de agosto -, identificaram-se 440 famílias em situação indigna, para as quais se estabeleceram medidas no sentido de diluir as carências habitacionais, designadamente:

²⁷ Desenvolvida no sentido de ultrapassar situações de carência e vulnerabilidade no acesso à habitação, perspetivando o alargamento de habitação para arrendamento público.

²⁸ <https://verdadeiroolhar.pt/2019/09/02/ha-400-familias-viver-casas-sem-dignidade-lousada/>

- *Promoção da habitação municipal;*
- *Disponibilização de solução habitacional a custos controlados;*
- *Garantia da existência de uma diversidade de tipologias habitacionais;*
- *Reabilitação de prédios ou frações com destino habitacional;*
- *Reabilitação da habitação pública municipal / IHRU;*
- *Disponibilização de imóveis adaptados a pessoas com mobilidade reduzida;*
- *Criação de bases de dados;*
- *Incremento de metodologias e instrumentos de gestão de proximidade desde a gestão das habitações e dos edifícios passando para uma gestão do bairro, sempre numa perspetiva de acompanhamento contínuo e de participação com os moradores;*
- *Construção, adaptação ou reabilitação de imóveis destinados a equipamentos complementares de apoio.*

Ademais, relativamente ao orçamentado para as soluções preconizadas, estima-se um custo aproximado de 12,2 milhões de euros em intervenções associadas ao realojamento, reabilitação, construção, arrendamento e aquisição de habitação, tendo a CML a expectativa de melhorar substancialmente a qualidade de vida dos cidadãos através do aumento do acesso a uma habitação condigna.

Por fim, ainda neste âmbito da habitação, acresce também realizar uma anotação relativamente à recente publicação da Lei de Bases da Habitação²⁹, apontando o artigo 22.º para a elaboração de uma Carta Municipal de Habitação como “o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal (PDM), com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal”.

4.4.5. Dinâmica Urbanística

Para avaliar a dinâmica urbanística no concelho de Lousada nos últimos anos, analisaram-se as pretensões que deram entrada nos serviços municipais, nomeadamente licenciamentos e loteamentos, pretendendo-se avaliar a sua evolução e expressão territorial.

²⁹ Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro - Lei de Bases da Habitação

A aferição destas características reveste-se de elevada importância para a compreensão dos processos edificatórios de Lousada, uma vez que identifica os polos territoriais onde a dinâmica urbanística apresenta maior representatividade.

Nesta senda, a análise seguinte parte do tratamento dos dados do Departamento de Gestão Urbanística da CML, consistindo no uso de métodos gráficos e cartográficos que consideram a distribuição temporal e espacial, respetivamente, das pretensões que deram entrada nos serviços municipais entre 2012 e 2018.

4.4.5.1. Licenciamentos

O licenciamento é um tipo de controlo prévio aplicável à realização de operações de loteamento, obras de urbanização, construção, conservação, reconstrução, ampliação, alteração e demolição de imóveis³⁰.

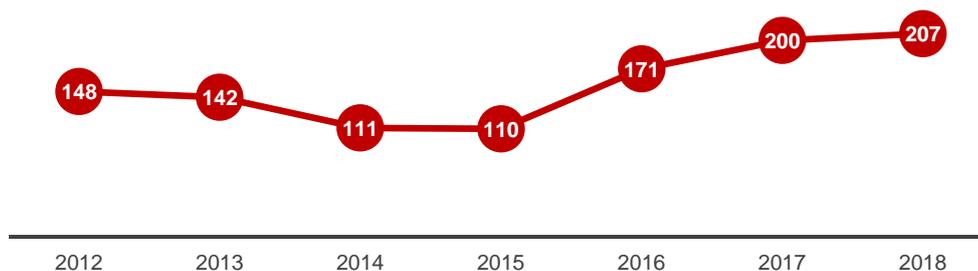


Gráfico 1. Licenciamentos (N.º) no concelho de Lousada (2012-2018)

FONTE: CML, 2019

Desta feita, Lousada registou entre 2012 e 2018 um total de 1 089 licenciamentos que, tal como se observa no Gráfico 1, apresentam uma tendência crescente desde o ano de 2015.

Além disso, importa referir que estes se localizam, sobretudo, em Solo Urbanizado, representando 92,3% dos licenciamentos, como se constata na Tabela 19.

³⁰ Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

Tabela 19. Abrangência dos licenciamentos (N.º e %), por classes de uso do solo, no concelho de Lousada (2012-2018)

CLASSE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	LICENCIAMENTOS		
			N.º	%	
Solo Urbano	Solo Urbanizado	Espaços Centrais	18	1,6	
		Espaços Residenciais Tipo I	62	5,5	
		Espaços Residenciais Tipo II	198	17,6	
		Espaços Residenciais Tipo III	718	63,9	
		Uso Especial	9	0,8	
		Atividades Económicas	32	2,8	
	Solo Urbanizável	Solo Urbanizável	Espaços Residenciais Tipo I	1	0,1
			Espaços Residenciais Tipo II	0	0,0
			Espaços Residenciais Tipo III	1	0,1
			Uso Especial	1	0,1
			Atividades Económicas	9	0,8
	Solo Rural	Espaços Verdes	Espaços de Enquadramento e Proteção	1	0,1
		Espaço Agrícola	Espaço Agrícola de Produção	22	2,0
		Espaço Florestal	Florestal de Produção	17	1,5
		Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal	Uso Múltiplo Agrícola e Florestal		
				5	
Espaços Comuns	Estrutura Ecológica Municipal	Estrutura Ecológica Municipal em solo rural e urbano	3	0,3	
		Espaço Cultural	Património Arqueológico	7	0,6
			Património Arquitetónico	6	0,5
Reservas	Reserva Ecológica Nacional	-	7	0,6	
	Reserva Agrícola Nacional	-	7	0,6	
Total			1 124	100	

FONTE: CML, 2019

Neste âmbito, no que respeita às subcategorias do solo, os Espaços Residenciais Tipo III³¹ registam o maior número de licenciamentos entre 2012 e 2018, o que vai de encontro a uma das medidas consagradas no PDM em vigor, dado que é mencionada a necessidade de consolidação do modelo de baixa densidade baseado na moradia.

³¹ Áreas que se destinam preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante, caracterizando-se por apresentarem baixa densidade e de tipologias predominantemente de moradia unifamiliar isolada. Aviso n.º 1746/2012. Regulamento do PDM de Lousada.

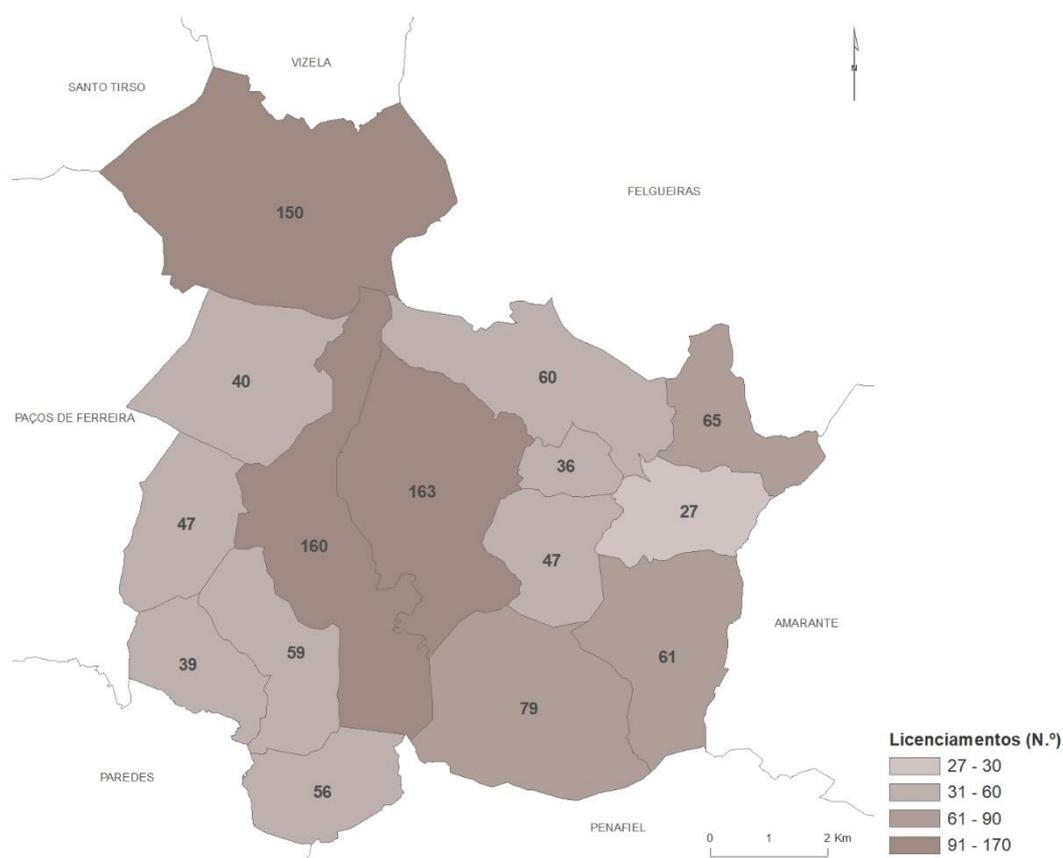


Figura 17. Licenciamentos (N.º) no concelho de Lousada (2012-2018)

FONTE: CML, 2019

Por sua vez, a Figura 17 indica que são as Uniões de freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga (163), Cristelos, Boim e Ordem (160) e Lustosa e Barrosas (150) que apresentam o maior número de licenciamentos, situação que não é alheia ao facto de estas deterem a porção mais elevada de população residente e possuírem também uma fração considerável de solo destinado a espaços residenciais.

De notar que a dinâmica evidenciada vai de encontro de uma das linhas estratégicas do PDM em vigor, em que é referida a importância de reforçar a centralidade da vila de Lousada.

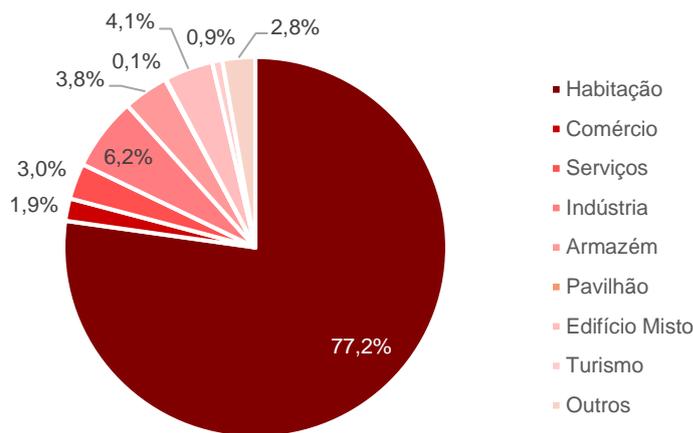


Gráfico 2. Licenciamentos (%), por destino da obra, no concelho de Lousada (2012-2018)

FONTE: CML, 2019

Por seu turno, o Gráfico 2 indica que domina, de forma destacada, a habitação (77,2%) como destino dos licenciamentos porque, de facto, como referido anteriormente, são áreas que se destinam preferencialmente a funções residenciais que registam o maior número de licenciamentos.

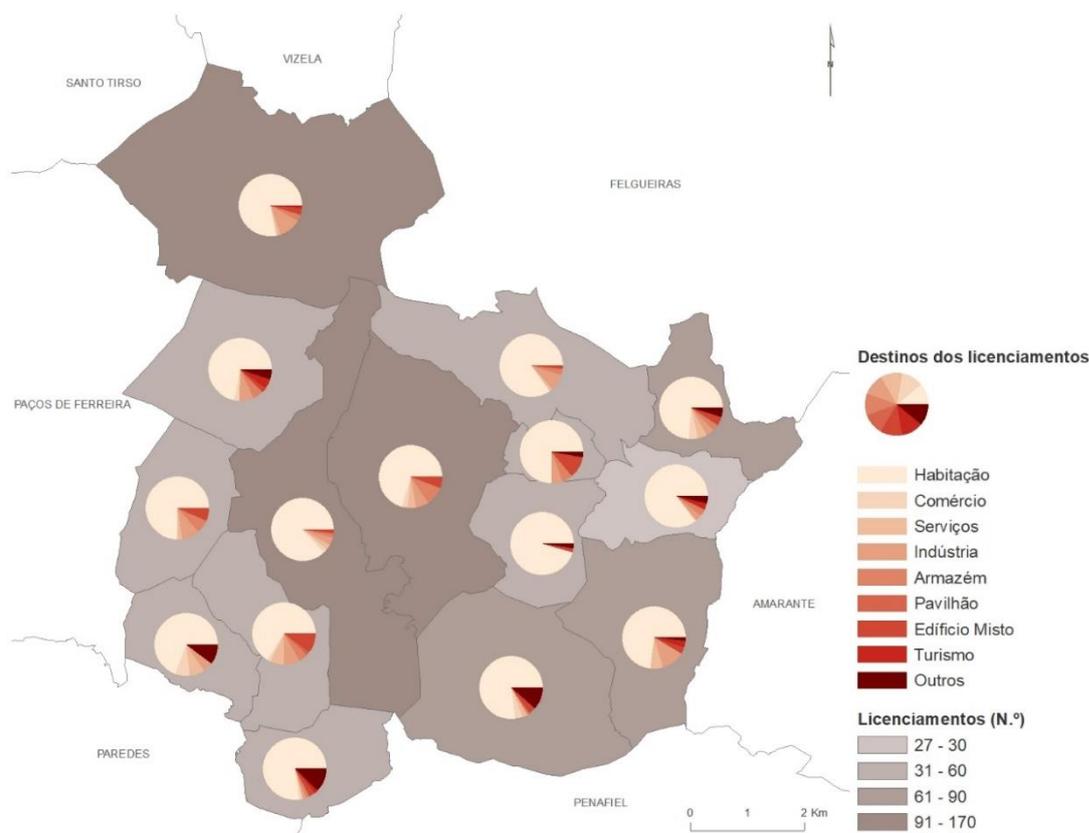


Figura 18. Licenciamentos (N.º), por destino de obra (%), no concelho de Lousada (2012-2018)

FONTE: CML, 2019

Neste contexto, pode ainda observar-se na Figura 18, que em todas as freguesias domina a habitação como destino de obra, ainda que também se registem outros usos.

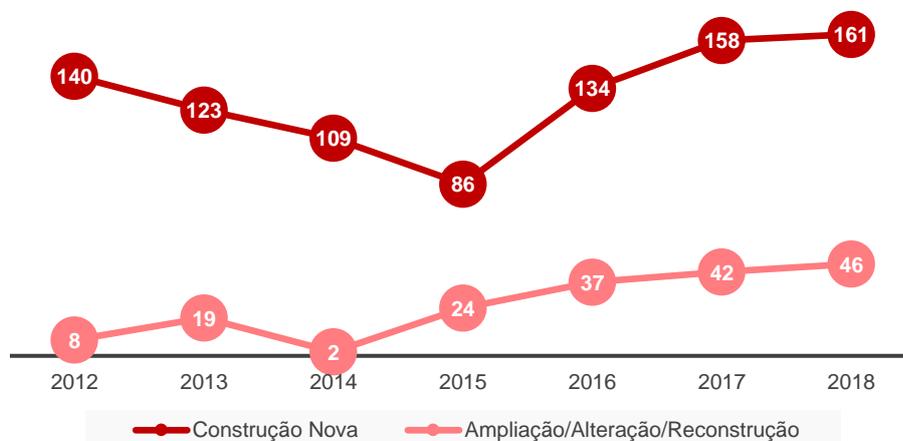


Gráfico 3. Licenciamentos (%), por tipo de obra, no concelho de Lousada (2012-2018)

FONTE: CML, 2019

Importa ainda salutar que as construções novas se superiorizam às Ampliações/Alterações/Reconstruções, notando-se, no Gráfico 3, um crescimento contínuo desde 2015. Contudo, as ampliações/alterações/reconstruções também têm aumentando.

De referir, no entanto, a importância de apostar na reabilitação urbana em detrimento da construção nova e da expansão da urbanização sobre os solos rústicos, de forma a reforçar a política municipal de regeneração da imagem urbana, promovendo, assim, a recuperação do edificado existente e contrariando situações onde os edifícios estejam inabitáveis por se encontrarem degradados.

4.4.5.2. Loteamentos

As operações de loteamento têm como objetivo a constituição de um ou mais lotes destinados, imediata ou subsequentemente, à edificação urbana e que resulte da divisão de um ou vários prédios ou do seu reparcelamento³².

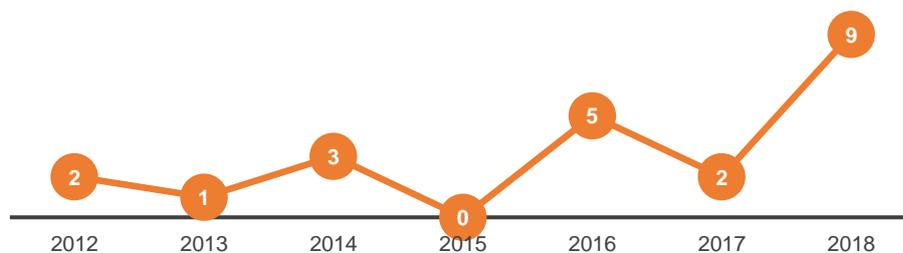


Gráfico 4. Loteamentos (N.º) no concelho de Lousada (2012-2018)

FONTE: CML, 2019

³² Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

Neste contexto, o Gráfico 4 apresenta a evolução do número de loteamentos, indicando que houve um registo oscilatório destas operações desde 2012, destacando-se positivamente o ano de 2018 com a maior quantidade de loteamentos.

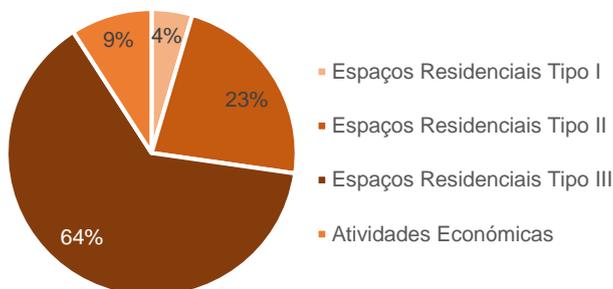


Gráfico 5. Loteamentos, por classes de uso do solo (%), no concelho de Lousada (2012-2018)

FONTES: CML, 2019

De notar ainda que o Gráfico 5 indica que as operações de loteamento incidem totalmente em Solo Urbanizado, nomeadamente em Espaços Residenciais (91%) e de Atividades Económicas (9%).

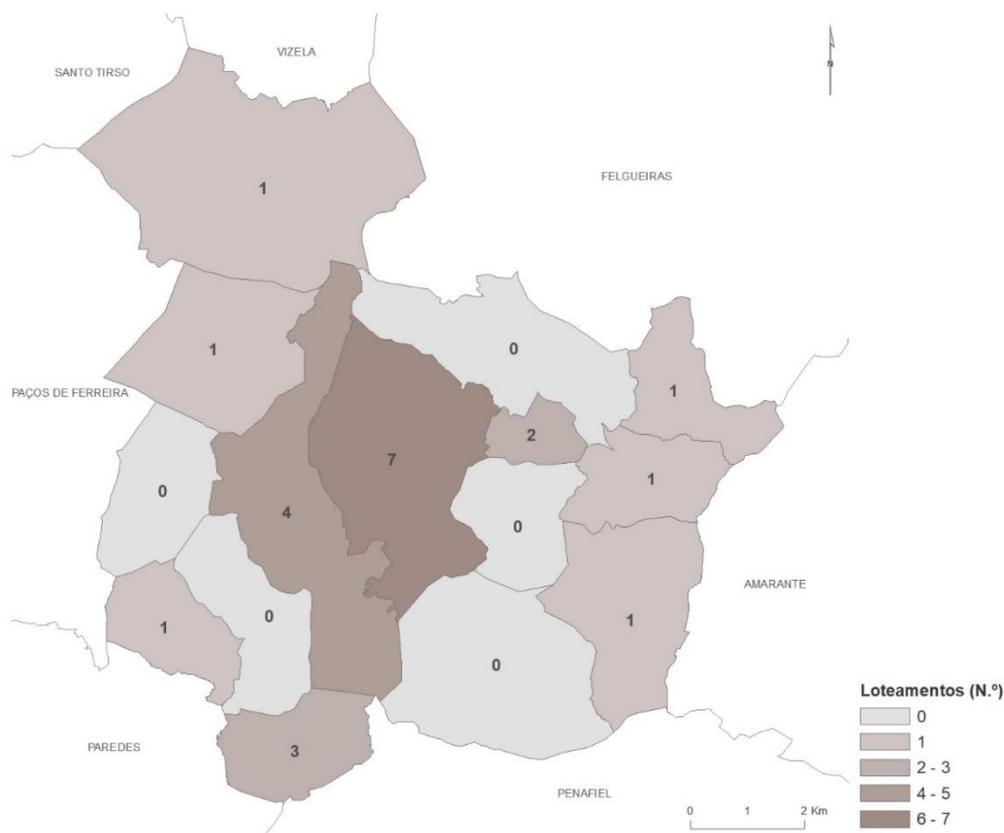


Figura 19. Loteamentos (N.º) no concelho de Lousada (2012-2018)

FONTES: CML, 2019

Por sua vez, observando a Figura 19, deteta-se uma clara concentração de loteamentos no centro concelhio, sendo a União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, a principal detentora deste tipo de operação urbanística. Esta situação deverá relacionar-se com o facto destas operações apenas se poderem realizar em áreas situadas dentro do perímetro urbano e em terrenos já urbanizados ou cuja urbanização se encontre programada, condições estas presentes na sede de concelho e ainda na União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem.

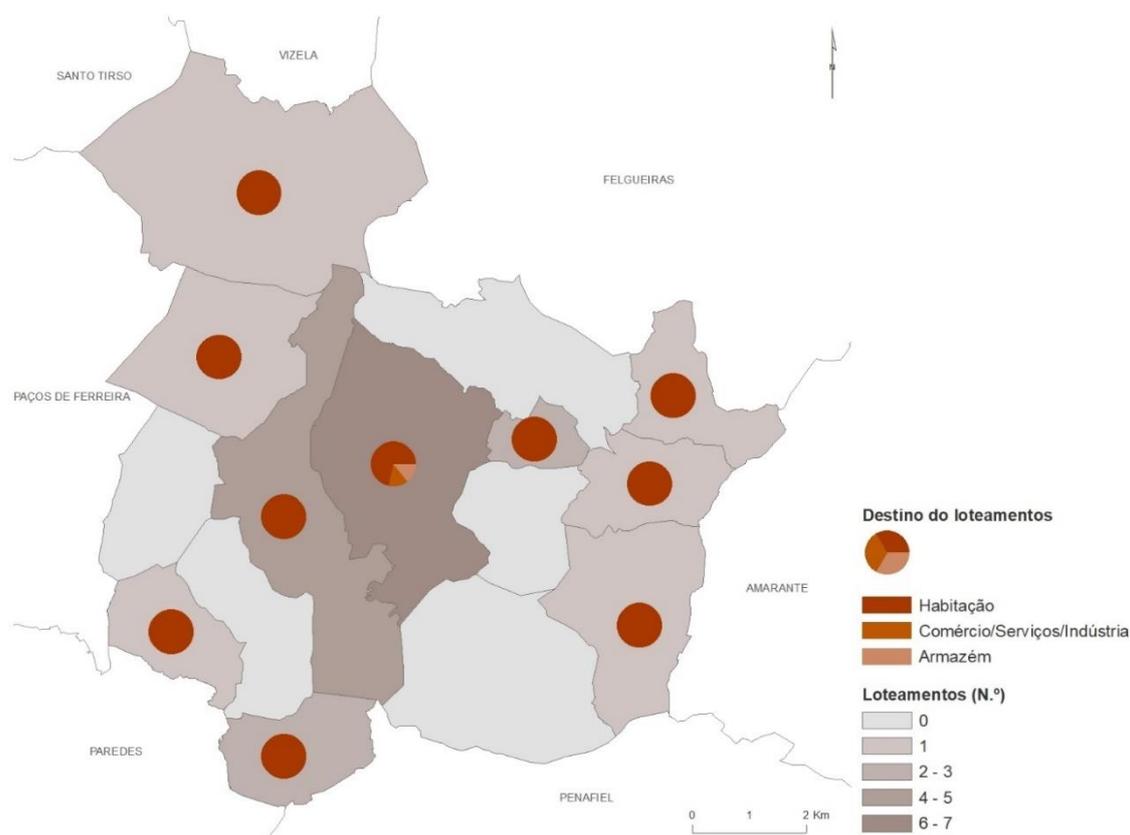


Figura 20. Loteamentos (N.º), por destino de obra (%), no concelho de Lousada (2012-2018)

FONTE: CML, 2019

No que respeita ao destino dos loteamentos exibidos na Figura 20, a Habitação é dominante em todas as freguesias, - facto já anteriormente evidenciado pela elevada porção de registos em Espaços Residenciais -, havendo ainda a registar uma operação de loteamento para Comércio/Serviços/Indústria e outra para Armazém na União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.

5. EVOLUÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

5.1. ENQUADRAMENTO FÍSICO E USO DO SOLO

As divisões administrativas do território estão profundamente relacionadas com as características orográficas do concelho de Lousada, onde os vales, sobretudo abertos e aplanados, e os cursos de água estabelecem fronteiras naturais.

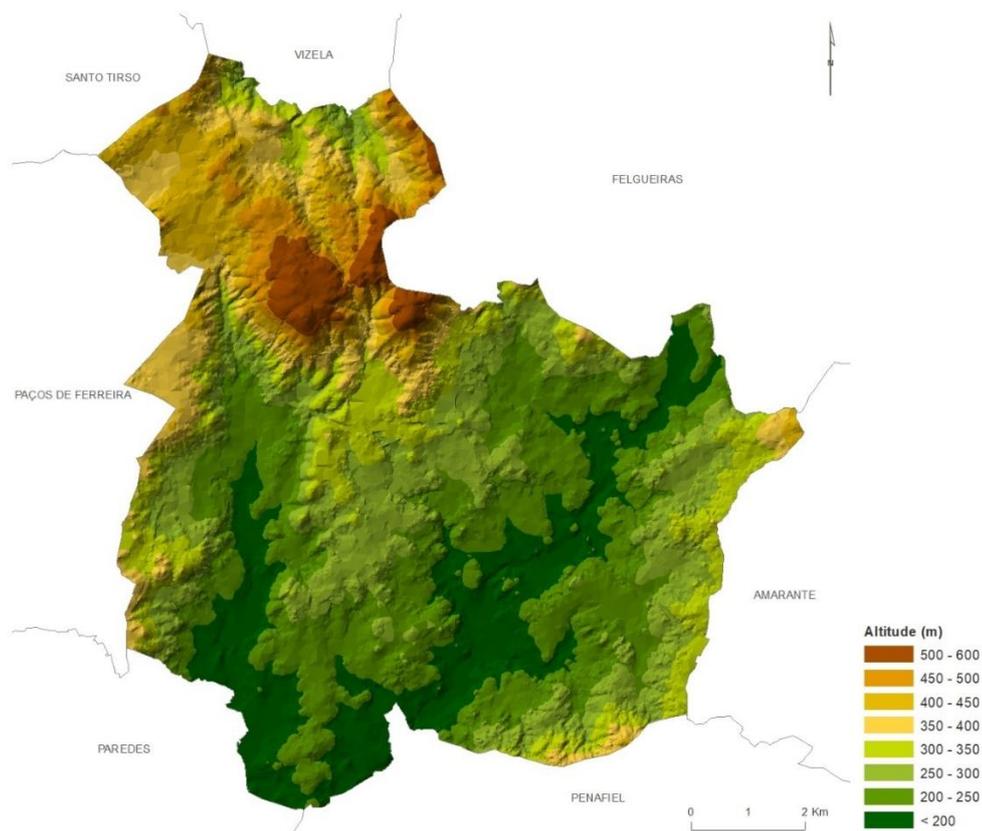


Figura 21. Altimetria do concelho de Lousada

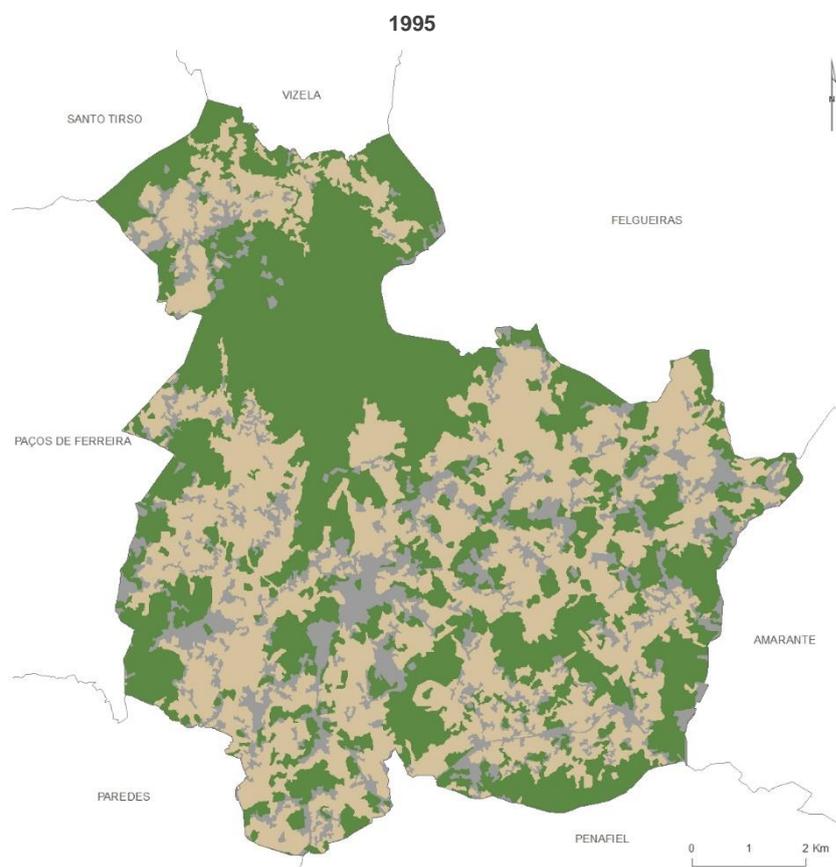
Neste âmbito, observando a Figura 21, verifica-se que no extremo norte e nordeste do concelho há “um conjunto de relevos de pendores sinuosos e cumeadas como plataformas aplanadas, como acontece com o Monte de Santa Águeda (577 m), o Monte Telégrafo (578 m), o Cabeço da Agrela (474 m), o Monte de Pena Besteira (480 m) e o Monte dos Maragotos (505 m)”³³.

Por sua vez, a sudeste do município surge o Monte Felgueiras, “marcando a paisagem e definindo a fronteira natural entre o vale do Sousa e o vale do rio Cavalum, no concelho de Penafiel”³⁴.

³³ Câmara Municipal de Lousada. Carta Geológica do Concelho de Lousada. 2008.

³⁴ Idem.

Outro dos aspetos que importa realçar é a nomenclatura da Carta de Uso e Ocupação do Solo³⁷, COS, que acata uma hierarquia que representa a ocupação e uso do solo em diferentes níveis de detalhe temático³⁸.



³⁷ Direção Geral do Território. Relatório Técnico: Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015. pp. 3-5. (2018)

³⁸ A COS detém cinco níveis de detalhe temático. Aqui foi considerado o nível um, de modo a ser possível a obtenção de uma representação legível do nível concelhio.



Figura 23. Carta de Uso e Ocupação do Solo do concelho de Lousada (1995 e 2015)

FORNTE: DGT, 2019

Neste sentido, na Figura 23 são ilustrados os principais usos e ocupações do solo nos anos de 1995 e 2015, exibindo-se a evolução de três classes de solo³⁹

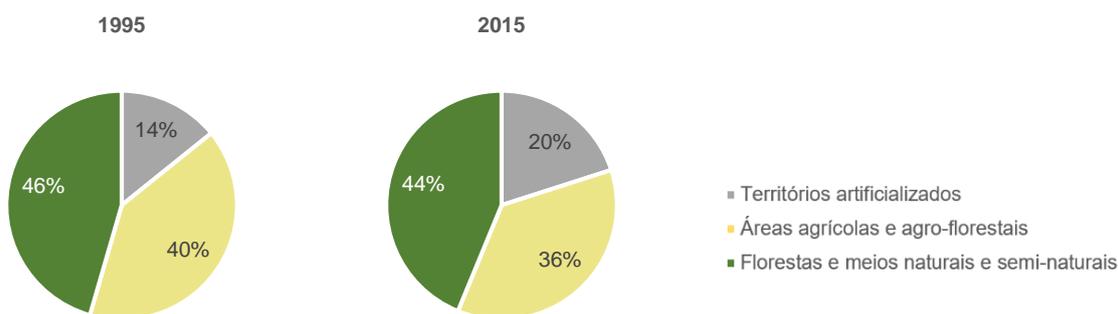


Gráfico 6. Carta de Uso e Ocupação do Solo (%) do concelho de Lousada (1995 e 2015)

FORNTE: DGT, 2019

³⁹ **Territórios artificializados:** Superfícies artificializadas ou ajardinadas, destinadas a actividades relacionadas com as sociedades humanas. Esta classe inclui áreas de tecido urbano, áreas industriais, áreas comerciais, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviços, jardins ou parques urbanos e equipamentos culturais e de lazer.
Áreas agrícolas e agro-florestais: Áreas utilizadas para agricultura, constituídas por terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes. Inclui sistemas agro-florestais.
Florestas e meios naturais e semi-naturais: Áreas onde se incluem florestas, vegetação arbustiva e herbácea e áreas naturais com pouco ou, mais raramente, nenhum coberto vegetal.

Por sua vez, o Gráfico 6 evidencia a porção de território ocupado por cada uma das classes, verificando-se que em 20 anos, os territórios artificializados aumentaram, enquanto que as áreas agrícolas e agrofloretais, bem como as florestas e meios naturais e semi-naturais, diminuíram a sua representatividade.

Na Tabela 20 é possível aferir, com maior detalhe, as características destas classes do solo no ano de 2015.

Tabela 20. Classes de ocupação do solo (ha e %) no concelho de Lousada (2015)

Situação Existente em 2015		
Categorias de Espaço - Nível 1	(ha)	%
Territórios artificializados	1923,9	20
Zona industrial e comercial	186,3	10
Predominantemente habitacionais	1737,6	90
Agrícolas e Agrofloretais	3474,7	36
Vinhas	673,0	19
Outros	2801,8	81
Florestas	4209,5	44
Eucaliptos	2494,1	59
Outros	1715,3	41
TOTAL	9608,1	100

FONTE: DGT, 2019

De referir que a distribuição dos territórios artificializados está muito associada à presença de vias rodoviárias principais, enquanto as áreas agrícolas e agrofloretais estão localizadas nas imediações dos aglomerados populacionais e, quando estão mais dispersas, distribuem-se nas áreas de instalação da rede hidrográfica e de relevo menos acentuado. Destaca-se ainda o peso do cultivo da vinha, por se tratar de um concelho que integra a região demarcada do vinho verde. Por seu turno, é o eucalipto que sobressai na classe das florestas e meios naturais e seminaturais.

Síntese

*ENQUADRAMEN
TO FÍSICO E
USO DO SOLO*

No extremo norte e nordeste do concelho há um conjunto de relevos de pendores sinuosos e cumeadas como plataformas aplanadas.

Nas áreas de menores altitudes encontram-se os cursos de água, fazendo parte, a maior parte do território, da bacia hidrográfica do Douro.

Destaca-se o rio Sousa, afluente da margem direita do Douro, que atravessa o concelho de Lousada no sentido NE-SO, e o seu subsidiário, o rio Mezio, que percorre a região no sentido N-S.

Nos últimos 20 anos, os territórios artificializados aumentaram, enquanto que as áreas agrícolas e agroflorestais, bem como as florestas e meios naturais e semi-naturais, diminuíram a sua representatividade.

Destaca-se o peso do cultivo da vinha, por se tratar de um concelho que integra a região demarcada do vinho verde e ainda o eucalipto na classe das florestas e meios naturais e seminaturais.

5.2. DEMOGRAFIA

Os indicadores demográficos são domínios indispensáveis de análise, cada vez mais importantes para melhor compreender a composição e distribuição populacional no território, ao mesmo tempo que servem de base para definir uma estratégia de desenvolvimento adaptada ao contexto.

Assim, no que respeita ao enquadramento regional, Lousada integra-se na Região Norte e na sub-Região do Tâmega e Sousa, unidades territoriais que são apresentadas na Tabela 21, a fim de se perceber a tendência verificada desde o nível nacional ao municipal.

Tabela 21. População residente (N.º) desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2001	2011	Tx. de Variação (%)	2018*	Tx. de Variação (%)
Portugal	10 356 117	10 561 614	2,0	10 276 617	-2,7
Região Norte	3 687 293	3 689 609	0,1	3 572 583	-3,2
Tâmega e Sousa	551 309**	550 469**	-0,2	417 268	-24,2
Lousada	44 712	47 387	6,0	46 790	-1,3

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

** Valor relativo à antiga NUT III do Tâmega

Deste modo, pode perceber-se que o concelho de Lousada apresenta uma dinâmica crescente entre 2001 e 2011, onde se assinalou um aumento de 2 675 habitantes. Contudo, as estimativas⁴⁰ de 2018, apontam para uma variação de -1,3% face a 2011, o que, de resto, é meramente indicativo, dado estas avaliações apresentarem um carácter incerto, mas note-se que se trata de uma tendência semelhante à apresentada para Portugal, para Região Norte e ainda para o Tâmega e Sousa.

Além disso, as projeções efetuadas não têm em consideração as estratégias entretanto implementadas para atração de população como, por exemplo, as que estão relacionados com a empregabilidade, e que poderão vir a alterar a tendência estimada.

Aliás, apenas o próximo recenseamento demográfico poderá confirmar a evolução populacional, uma vez que apresentará um conjunto de dados oficiais que permitirão retirar conclusões mais assertivas.

⁴⁰ Trata-se de Séries Estimativas Provisórias Anuais da População Residente do INE, com base nos últimos Censos de 2011. Em termos metodológicos não é correta a comparação técnica entre dados reais aferidos em momentos temporais definidos (Censos) e dados extrapolados por intermédio de cálculos estatísticos (Estimativas), no entanto não deixa ser importante uma vez que é o valor mais atual da população do concelho.

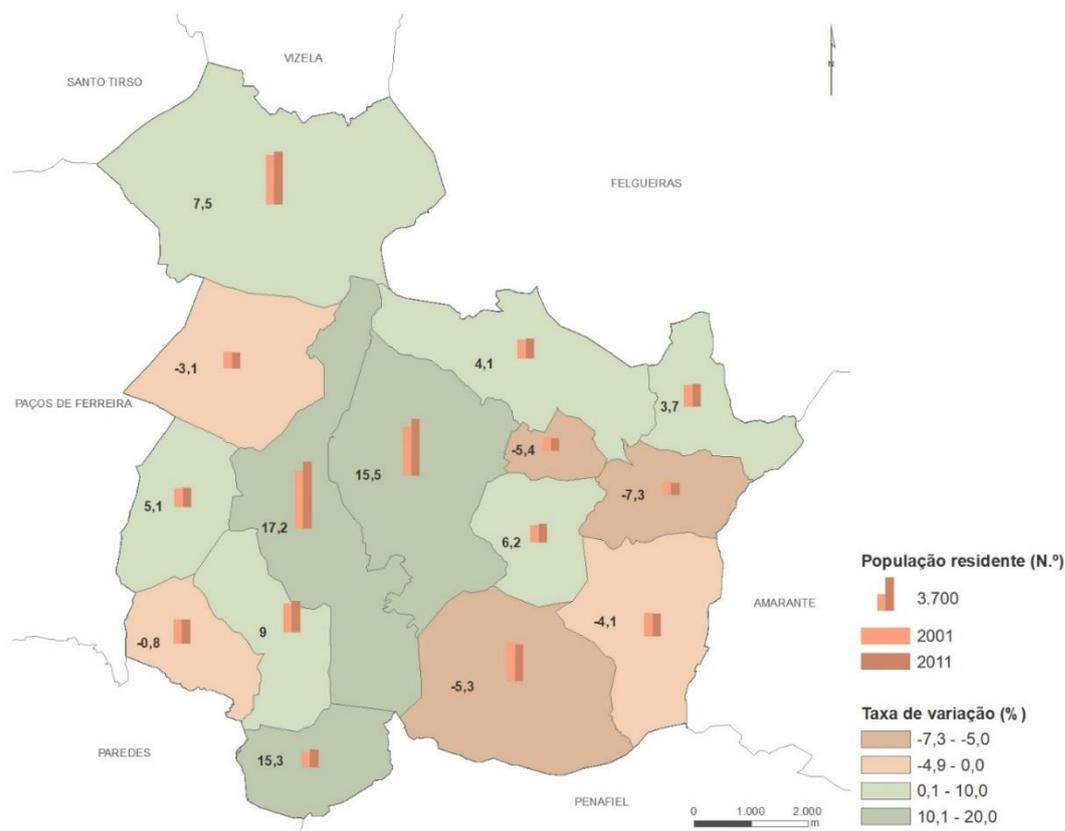


Figura 24. População residente (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2001 e 2011

Neste âmbito, pode ainda observar-se que a Figura 24, que apresenta a distribuição da população residente por freguesias, evidencia que no período de 2001 e 2011, a generalidade das mesmas registou, maioritariamente, crescimentos populacionais, à exceção das freguesias de Vilar do Torno e Além, Meinedo, Macieira, Caíde de Rei, Sousela e Nevogilde, em resultado dos atributos orográficos caracterizados por altitudes médias a altas, da significativa porção do território ocupada por espaços florestais e agrícolas e do, conseqüente, menor potencial para o estabelecimento de residência.

De notar que as freguesias de Meinedo e Caíde de Rei, pese embora sejam atravessadas pela linha ferroviária que estabelece ligação entre o Porto e Caíde e/ou Pocinho, esta característica não indica potenciar a atração e fixação da população naqueles lugares.

Em contrapartida, a União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, a União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, assim como Lodaes inscreveram uma taxa de variação acima dos 10%, o que se deverá relacionar com as características urbanas do solo e ainda com a distribuição das estradas nacionais na rede urbana.

De referir que Lustosa e Barrosas, que é a freguesia localizada mais a norte, apesar das altitudes elevadas inibidoras da distribuição população, detém uma mancha de solo urbano considerável e uma importante concentração de atividades económicas, que aliada ainda à proximidade aos

concelhos do Vale do Ave, onde a indústria têxtil tem particular relevância na geração de emprego, fizeram com que a população residente registasse um aumento no último período intercensitário.

Nesta senda, importa também verificar a intensidade do povoamento para cada freguesia, estabelecida pela razão entre o número de habitantes e a área em quilómetros quadrados.

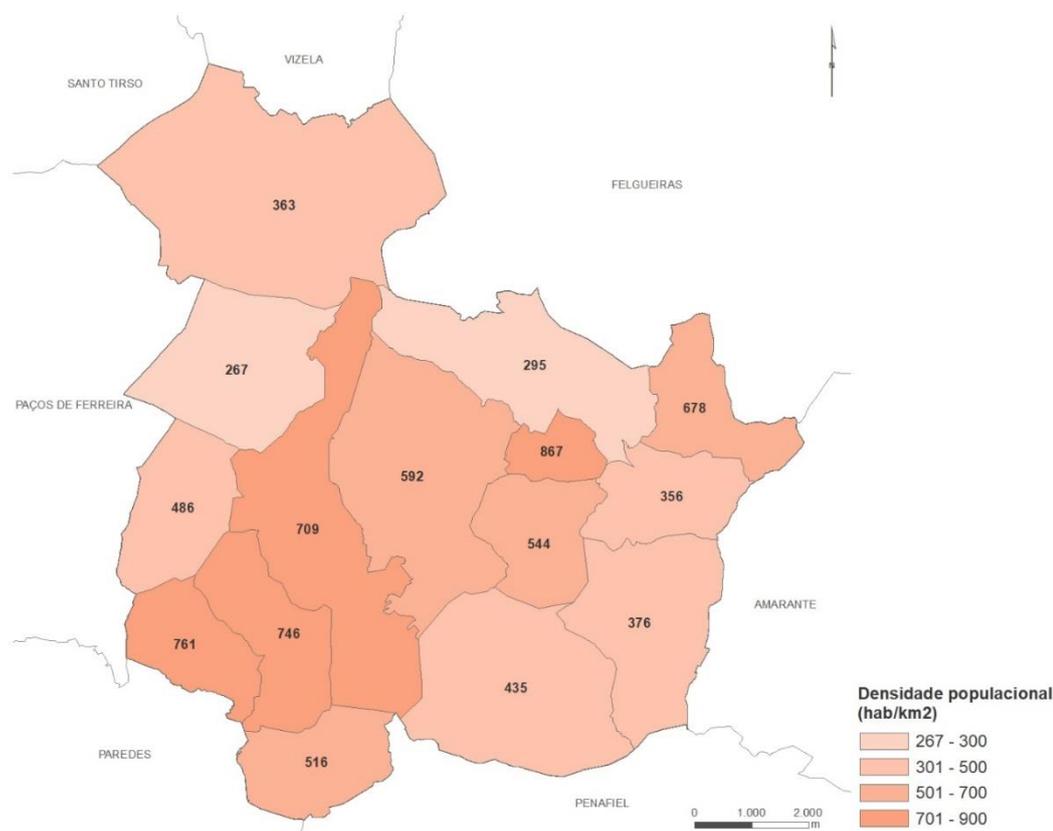


Figura 25. Densidade populacional (hab./km²), por freguesia, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2011

Assim, na Figura 25 constata-se que as freguesias mais densamente povoadas são, sobretudo, aquelas que apresentam características urbanas, detendo, por isso, condições favoráveis para a fixação da população, na medida em que a oferta de solo habilitado para construção, as oportunidades de trabalho e ainda a proximidade a serviços e equipamentos aumentam a atratividade destes territórios.

Neste âmbito, apresenta-se de seguida, no Gráfico 7, a análise da composição da população por grupos etários, uma vez que esta reforça a compreensão da estrutura populacional do concelho, contribuindo para a perceção das tendências de envelhecimento ou de juventude.

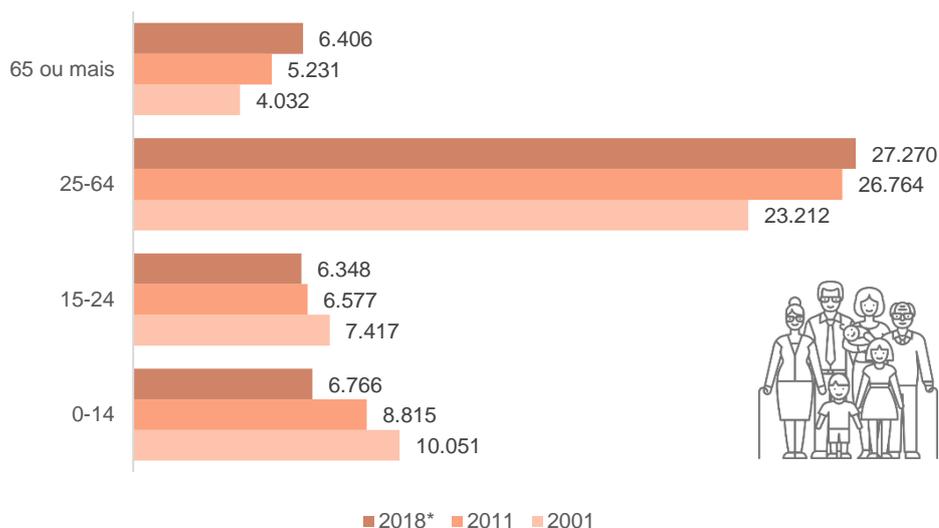


Gráfico 7. População residente (N.º), por grupo etário, no concelho de Lousada

Fonte: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Assim, ao nível dos grupos etários é evidente a existência de dois cenários distintos. Por um lado, os grupos etários das crianças dos 0 aos 14 anos e dos jovens dos 15 aos 24 anos revelam uma diminuição dos efetivos populacionais, o que corresponde a uma redução de 1 236 crianças e 840 jovens, entre 2001 e 2011. Por outro lado, a população adulta dos 25 aos 64 anos e idosa com mais de 65 anos registou um aumento, correspondente ao acréscimo de 3 552 adultos e 1 199 idosos, entre 2001 e 2011. De notar ainda que as estimativas de 2018 apontam para a continuação do mesmo panorama, o que deve constituir uma preocupação a ser considerada na estratégia de desenvolvimento concelhio.

Sobressai, portanto, a possibilidade de surgimento, a médio prazo, do designado fenómeno de envelhecimento populacional, o que pode pôr em causa a capacidade de substituição das gerações e condicionar também a programação de equipamentos como, por exemplo, os escolares, uma vez que o funcionamento das escolas é dificultado pela falta de alunos.

De facto, como é observável no Gráfico 8, a proximidade entre a taxa de natalidade e mortalidade tem encurtado distância nos últimos anos, impedindo, deste modo, o rejuvenescimento populacional.

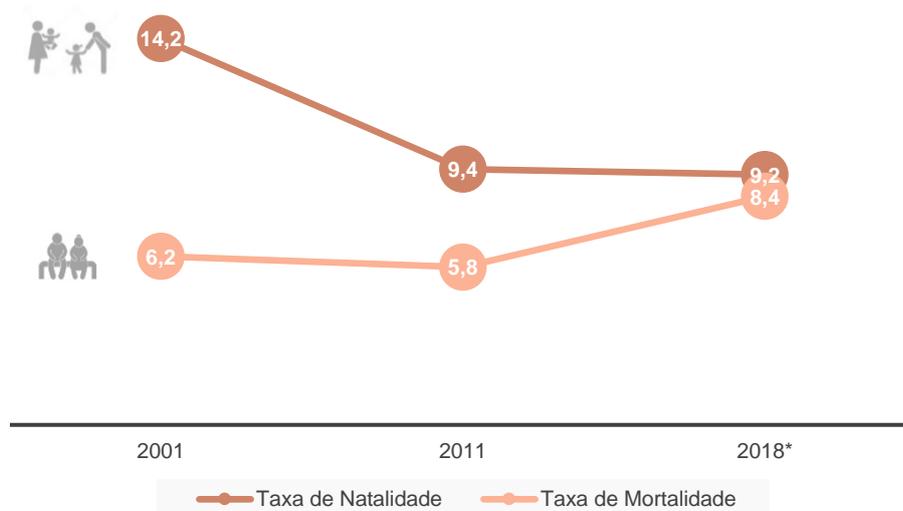


Gráfico 8. Taxa de natalidade e mortalidade (%) no concelho de Lousada

FONTES: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Constata-se assim, neste âmbito, que o concelho de Lousada apresentava uma taxa de natalidade de 14,2‰ nascimentos por 1 000 habitantes em 2001, seguindo até 2011 uma tendência descendente ao registar 9,4‰. Por sua vez, a evolução entre os resultados definitivos de 2011 e as estimativas de 2018 também apontam para uma ligeira diminuição de 0,2‰.

Contudo, é importante referir que Lousada é o concelho mais jovem de Portugal Continental, o que em muito advém da qualidade de vida associada, por exemplo, à facilidade de acesso a serviços básicos e a equipamentos, à oferta cultural e desportiva ou a benefícios fiscais proporcionados pelo município. Acrescem também as favoráveis ligações rodoviárias e reduzida oferta habitacional nos concelhos limítrofes que, conseqüentemente, conduz à compra ou construção de habitação a custos mais reduzidos no concelho de Lousada.

De notar ainda que a CML implementou o Orçamento Participativo Jovem, o que promove a participação plural dos jovens na escolha e definição de políticas públicas.

No que diz respeito à taxa de mortalidade, evidencia-se uma dinâmica semelhante entre 2001 e 2011. Contudo, as estimativas de 2018 apontam para um aumento de 2,6‰.

Deste modo, a diferença entre a taxa de mortalidade e de natalidade, com a última a ser sempre superior, traduz-se numa taxa de crescimento natural positivo crescente entre 2001 e 2011, mas com perspetivas de diminuição entre 2011 e 2018, conforme é evidenciado no Gráfico 9.

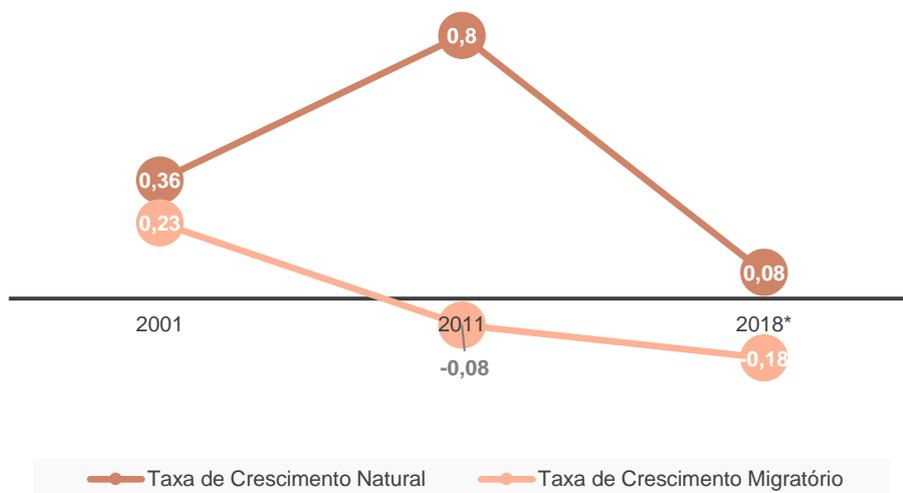


Gráfico 9. Taxa de crescimento natural e crescimento migratório (%) no concelho de Lousada

FONTES: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Por sua vez, a taxa de crescimento migratório também tem diminuído, chegando a atingir valores negativos em 2011. A este facto não será alheia a conjuntura socioeconómica nacional e internacional desfavorável à data do último ano censitário. No entanto, o concelho tem vindo a realizar esforços, a fim de capacitar o concelho de condições de atratividade que permitam alterar esta dinâmica. Note-se, portanto, que as estimativas podem não traduzir a efetiva realidade.

Relativamente aos índices de dependência exibidos no Gráfico 10, estes expressam a relação entre a população jovem ou idosa e a população em idade ativa.

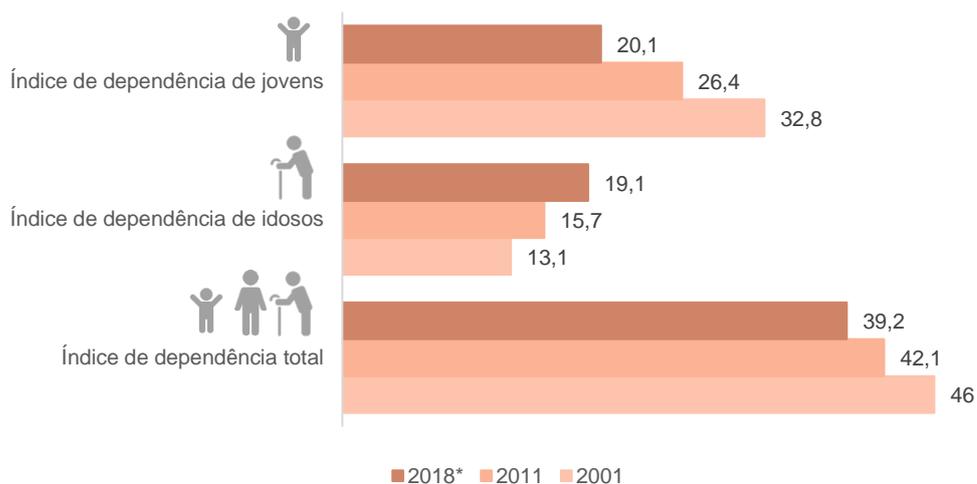


Gráfico 10. Índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho de Lousada

FONTES: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Em Lousada, entre 2001 e 2011, a variável respeitante à dependência da população com 65 ou mais anos aumentou, ao contrário do que sucedeu com os jovens. Este acréscimo revela o alargamento do peso da população idosa dependente. Deve realçar-se ainda o facto de os valores de dependência total serem inferiores a 100, o que indica que há menos jovens e idosos do que pessoas em idade ativa.

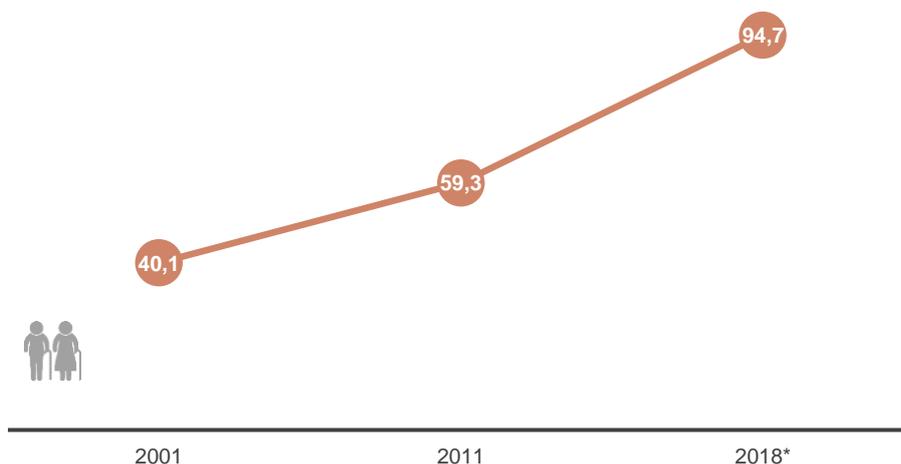


Gráfico 11. Índice de envelhecimento (N.º) no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018*

*Estimativas INE

Neste âmbito, o Gráfico 11 reforça a tendência descrita anteriormente no que concerne ao aumento da população idosa relativamente aos jovens. Contudo, os valores apresentarem-se francamente positivos, havendo 59 idosos por cada 100 jovens em 2011. As estimativas indicam que este índice sofrerá um aumento considerável, mas, como referido anteriormente, as estratégias entretanto implementadas poderão vir a alterar esta tendência calculada.

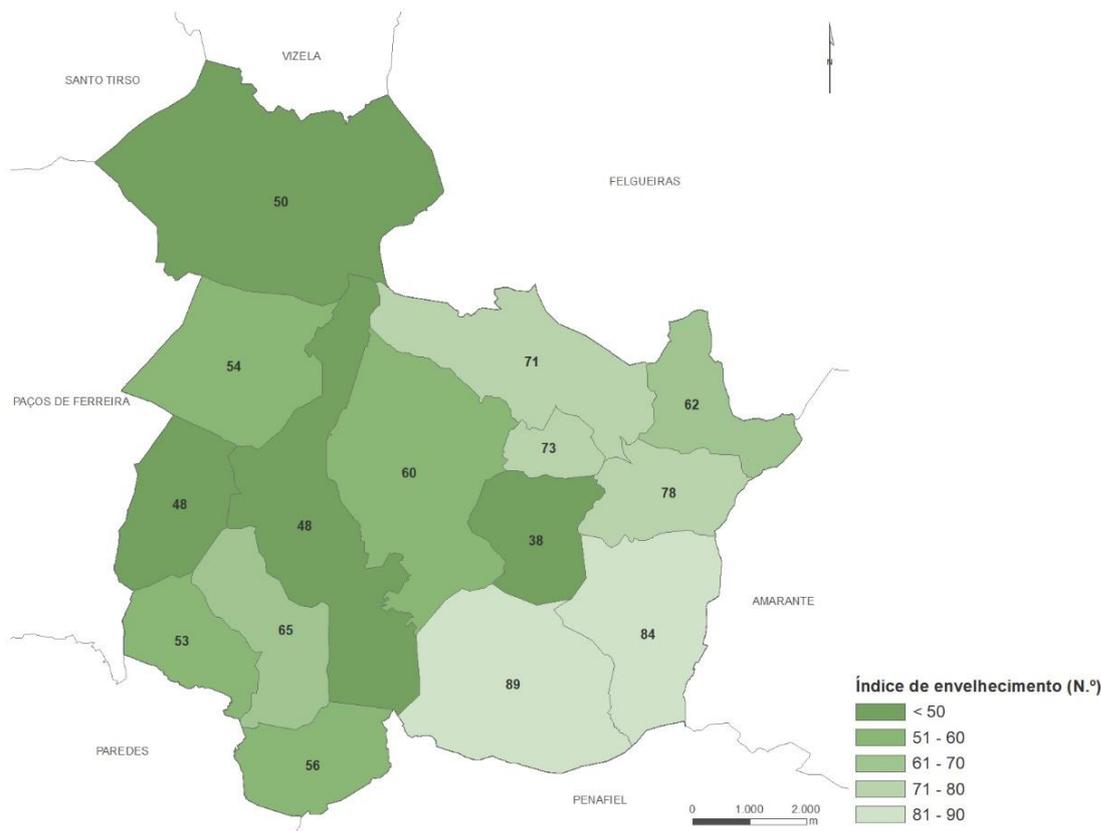


Figura 26. Índice de envelhecimento (N.º), por freguesia, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2011

Observando a distribuição do referido índice ao nível da freguesia, a Figura 26 indica que a dinâmica é semelhante, ou seja, em todas as freguesias o número de população com menos de 15 anos é superior àquele que possui 65 ou mais anos, sobretudo na sede de concelho e os territórios circundantes, uma vez que são freguesias também as freguesias mais populosas.

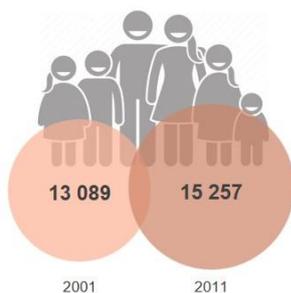


Figura 27. Famílias clássicas (N.º), por freguesia, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2001 e 2011

Por fim, importa patentear que, no que concerne ao número de famílias clássicas, na Figura 27 verifica-se que no período entre 2001 e 2011 se registou uma variação de 16,6%, acompanhando o aumento populacional assinalado neste intervalo de tempo.

De referir que o município disponibiliza um conjunto de apoios às famílias, a fim de atrair e fixar a população, nomeadamente a taxa mínima do Imposto Municipal sobre Imóveis, à qual acresce uma redução adicional para os agregados familiares com mais de dois dependentes, bem como a gratuidade das ligações às redes públicas de água e saneamento e tarifas sociais, entre outros apoios.⁴¹

Note-se que perceber a evolução do número de famílias é importante do ponto de vista demográfico, mas também no âmbito da programação do parque habitacional, na medida em que esta tendência crescente deverá refletir-se na pressão no mercado habitacional e, conseqüentemente, na definição do modelo de organização territorial do concelho.

⁴¹ Câmara Municipal de Lousada. <http://www.cm-lousada.pt/download/pt/ficheiros/janeiro-20190122-140603.pdf>

Síntese

DINÂMICA

DEMOGRÁFICA

Entre 2001 e 2011 assistiu-se a uma variação populacional de 6% no concelho de Lousada, registado na generalidade das freguesias, sobretudo naquelas que detém características urbanas do solo e que beneficiam do atravessamento de importantes estradas nacionais.

Os atributos orográficos caracterizados por altitudes médias a altas e ainda a significativa porção do território ocupada por espaços florestais e agrícolas favoreceram perdas populacionais em algumas freguesias, pelo menor potencial para o estabelecimento de residência. Meinedo e Caíde de Rei, pese embora sejam atravessadas pela linha ferroviária, esta característica não indica potenciar a atração e fixação da população nestes lugares.

As freguesias mais densamente povoadas são, sobretudo, aquelas que apresentam características urbanas, detendo, por isso, condições favoráveis para a fixação da população, na medida em que a oferta de solo habilitado para construção, as oportunidades de trabalho e ainda a proximidade a serviços e equipamentos aumentam a sua atratividade.

A proximidade entre a taxa de natalidade e mortalidade tem encurtado distância nos últimos anos. Contudo, Lousada é o concelho mais jovem de Portugal Continental, o que em muito advém da qualidade de vida associada, por exemplo, à facilidade de acesso a serviços básicos e a equipamentos, à oferta cultural e desportiva ou ainda a benefícios fiscais.

Os valores do índice de envelhecimento apresentarem-se francamente positivos, havendo 59 idosos por cada 100 jovens em 2011. As estimativas indicam que este índice sofrerá um aumento considerável, mas as estratégias entretanto implementadas poderão vir a alterar esta tendência calculada.

A taxa de crescimento migratório tem diminuído, chegando a atingir valores negativos em 2011. A este facto não será alheia a conjuntura socioeconómica nacional e internacional desfavorável à data do último ano censitário. No entanto, o concelho tem vindo a realizar esforços, a fim de capacitar o concelho de condições de atratividade que permitam alterar esta dinâmica.

As famílias clássicas, no período entre 2001 e 2011, registaram uma variação de 16,6%, acompanhando o aumento populacional assinalado neste intervalo de tempo. De referir que há um conjunto de medidas de apoio às famílias carenciadas e numerosas.

5.3. HABITAÇÃO

A análise do parque habitacional permite melhor compreender a evolução das características e dinâmicas dos últimos anos, detetando eventuais fragilidades e potencialidades, por forma a servir de apoio à perspetivação de futuras intervenções no âmbito do ordenamento do território.

Assim, neste âmbito, no concelho de Lousada foram registados 14 384 edifícios no ano de 2011, correspondendo a 7,3% do total existente na sub-região do Tâmega e Sousa e 3,9% da região do Norte, tal como se pode observar na Tabela 22.

Tabela 22. Edifícios (N.º) desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2001	2011	Tx. de Variação (%)
Portugal	3 160 043	3 544 389	12,2
Região Norte	1 100 329	1 209 911	10,0
Tâmega e Sousa	*173 068	*197 914	14,4
Lousada	11 873	14 384	21,1

FONTE: INE, 2001 e 2011

*Valor da antiga NUT III do Tâmega

De referir que o concelho contou, em 2011, com uma taxa de variação de 21,1% do edificado face a 2001, crescimento mais elevado que o registado nas unidades territoriais supramunicipais.

Na Figura 28 é possível verificar que o crescimento está também patente na totalidade das freguesias do concelho de Lousada, exibindo Lodares o maior aumento do edificado ao registar uma taxa de variação de 34,9%, seguida da União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem com 30,6% e Aveleda com 30,4%.

Em contrapartida, a União das freguesias de Cernadelo e Lousada e a freguesia de Nevogilde, apresentam os menores crescimentos, registando uma variação de cerca de 10%.

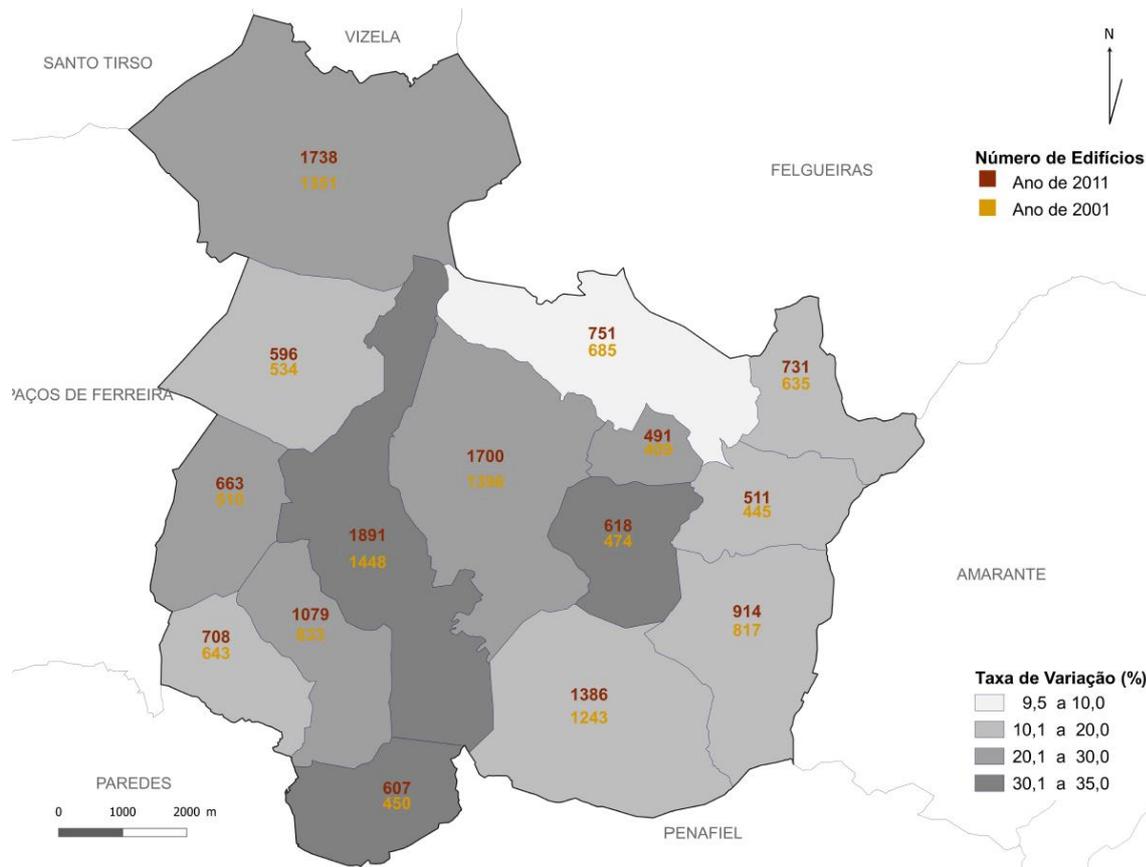


Figura 28. Edifícios (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2001 e 2011

Relativamente à idade média dos edifícios, o concelho de Lousada assinala em 2011, uma média de 30 anos, registo inferior à média nacional (38 anos) e da Região Norte (37 anos), pelo que se pode considerar que o concelho possui um parque edificado relativamente novo.

Além disso, na Figura 29 pode observar-se que Caíde de Rei e Sousela revelam ser as freguesias com parque edificado mais antigo, com 42 e 35 anos, respetivamente.

Por sua vez, a União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e a freguesia de Aveleda afirmam-se com a média de edifícios mais baixa do concelho de Lousada, com 26 e 27 anos, respetivamente.

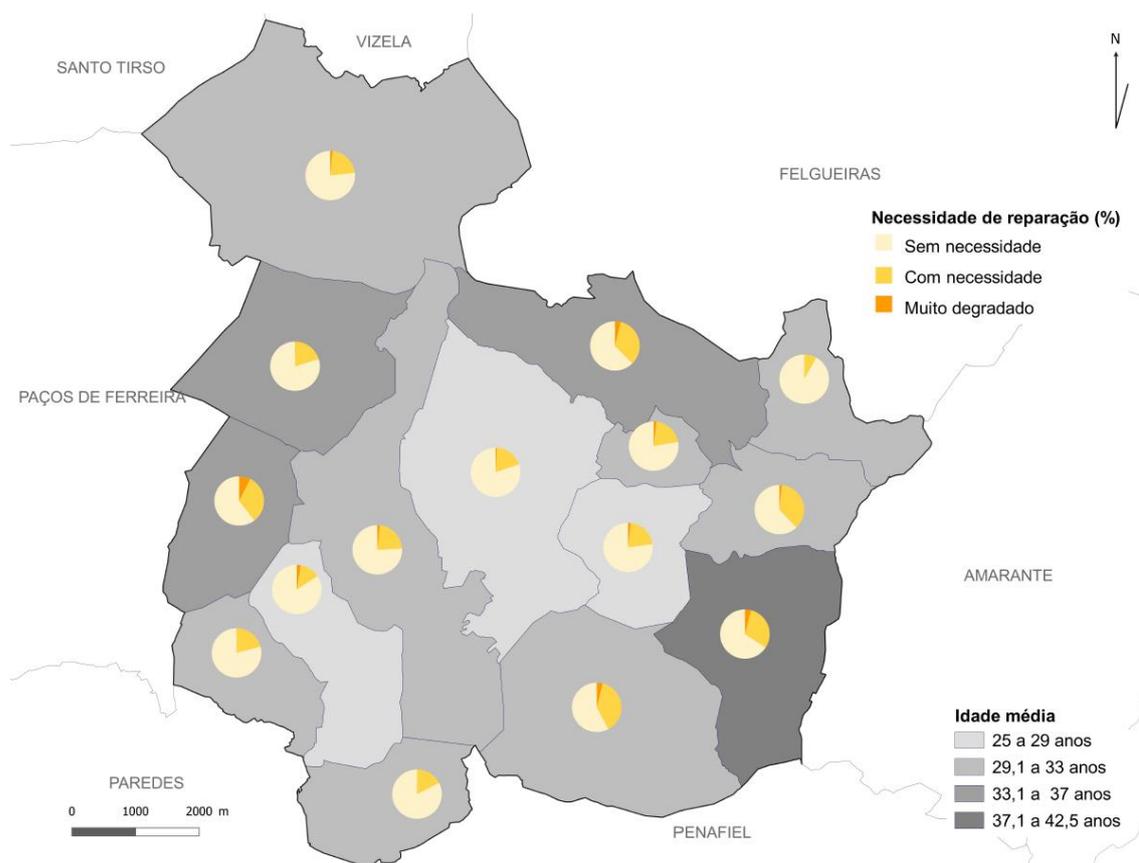


Figura 29. Idade média dos edifícios (anos) e necessidade de reparação (%), por freguesia, no concelho de Lousada

FORNTE: INE, 2011

No que concerne ao número de alojamentos, verifica-se que à semelhança do número de edifícios, estes também aumentaram no concelho de Lousada, registando em 2011 um total de 18 667 alojamentos, correspondendo a uma variação de 22,1% face a 2001, conforme evidenciado na Tabela 23.

Tabela 23. Alojamentos (N.º) desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2001	2011	Tx. de Variação (%)
Portugal	5 054 922	5 878 756	16,5
Região Norte	1 613 781	1 850 890	14,8
Tâmega e Sousa	*214 944	*248 504	15,7
Lousada	15 304	18 667	22,1

FORNTE: INE, 2001 e 2011

*Valor da antiga NUT III do Tâmega

Por sua vez, ao nível das freguesias, também se assiste ao aumento generalizado do número de alojamentos entre 2001 e 2011, tal como se pode verificar na Figura 30.

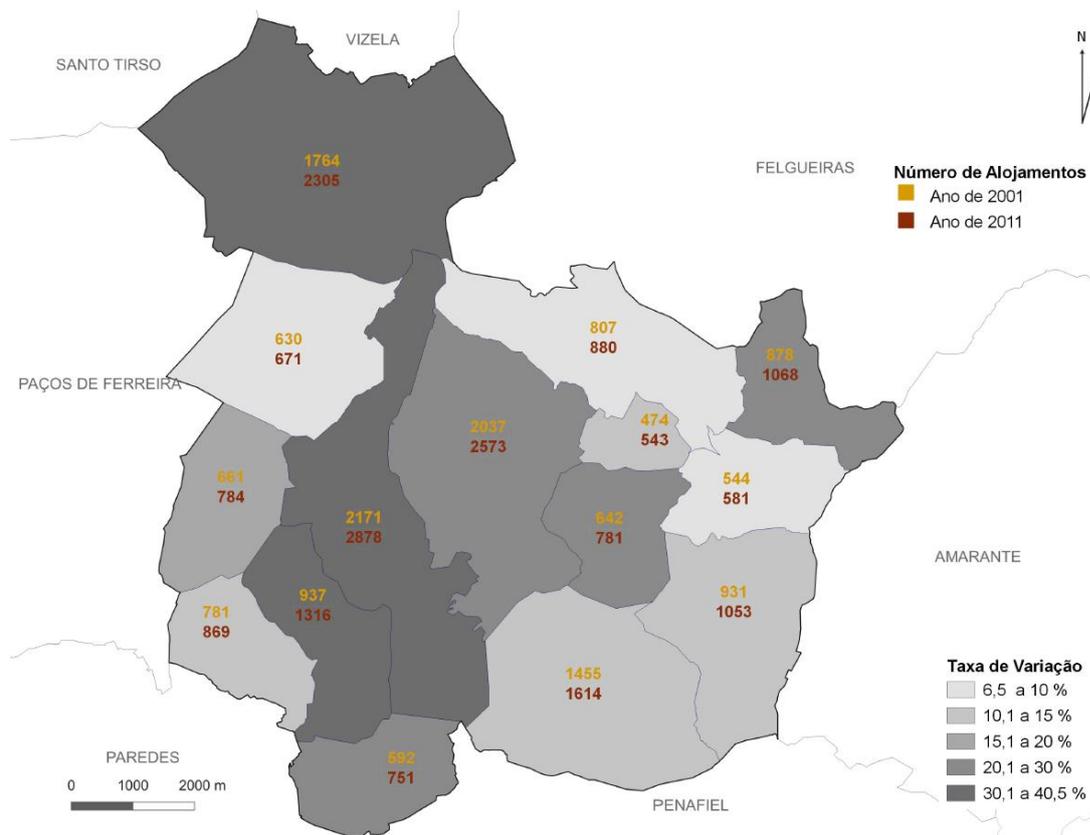


Figura 30. Alojamentos (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Lousada

Fonte: INE, 2001 e 2011

A União das freguesias de Nespereira e Casais, assim como a de Cristelos, Boim e Ordem e ainda Lustosa e Barrosas, são as freguesias que manifestaram maior variação de alojamentos nos dez anos em análise, na ordem dos 40,4, 32,6 e 30,7%, respetivamente.

Por sua vez, as freguesias com menor aumento de número de alojamentos foram Sousela e em Vilar do Torno e Alentém, registando uma variação que rondou os 7% em ambas localidades.

De facto, os indicadores relativos ao número de edifícios e alojamentos correlacionam-se, apresentando, como é natural, uma dinâmica territorial semelhante. Por isso é exetável que as freguesias que tenham registado um maior acréscimo do número de edifícios, sejam também aquelas que apresentam um aumento mais elevado relativamente ao alojamento.

Em relação à forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos exibidos no Gráfico 12, em 2011 cerca de 81% são destinados a residência habitual, indicador que contou com uma variação de 16,6% no último período censitário.

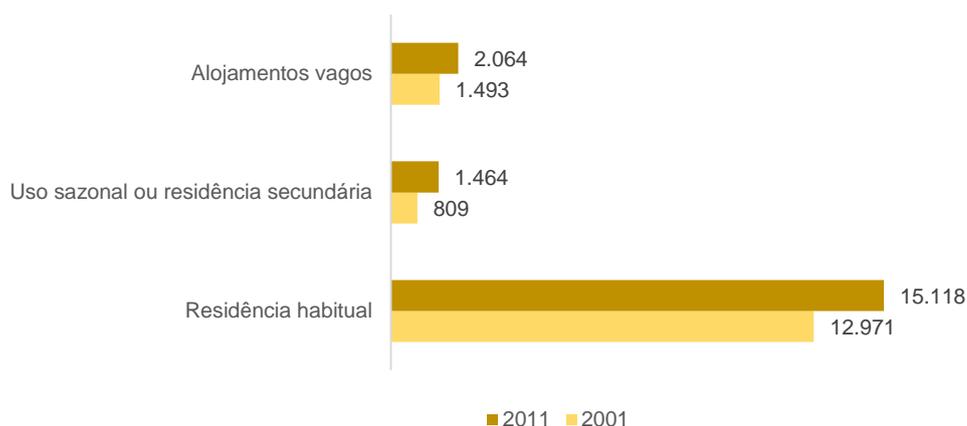


Gráfico 12. Alojamentos familiares clássicos (N.º), por forma de ocupação, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2001 e 2011

Por sua vez, os alojamentos de uso sazonal ou secundário correspondem a 7,9% dos alojamentos familiares clássicos do concelho que, apesar de não ser uma forma de ocupação expressiva, registaram uma variação na ordem dos 81%, o que pode significar o aumento da atratividade do concelho para estadias mais ou menos prolongadas, pela população residente ou por indivíduos externos ao município. O crescimento destes alojamentos foi notável na freguesia de Macieiras (+1700%) e na União das freguesias de Nespereira e Casais (+541%).

Ademais, interessa salientar que os números de alojamentos vagos existentes no município são superiores ao número de alojamentos de uso sazonal. Em 2011, no concelho de Lousada, cerca de 11% dos alojamentos encontravam-se vagos, situação que se vem a agravar desde 2001, sobretudo na União das freguesias de Nespereiras e Casais (+445%) e na freguesia de Aveleda (+139%).

Por outro lado, Nevogilde, a União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida) e Sousela reduziram o parque habitacional vago, em -44,4, -23% e -2,7%, respetivamente.

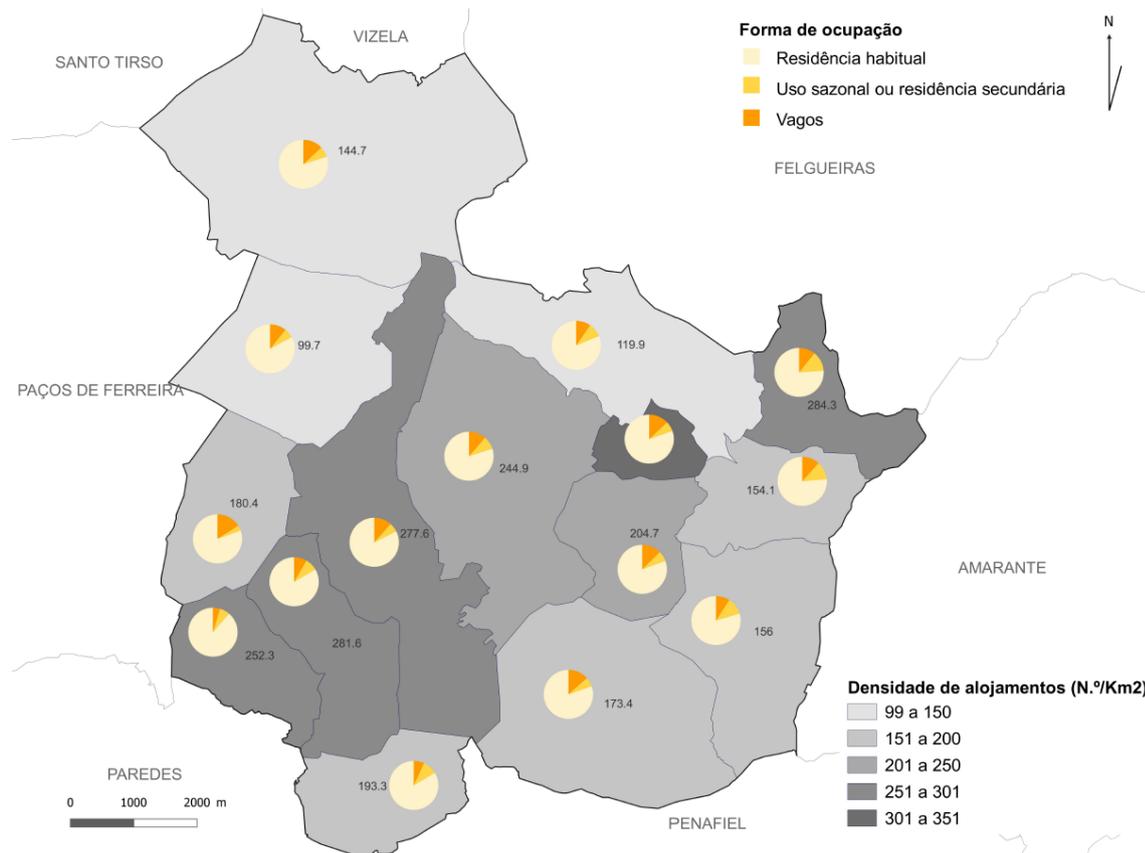


Figura 31. Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (%) e respetiva densidade (N.º/Km²), por freguesia, no concelho de Lousada

FORTE: INE, 2011

A Figura 31 demonstra ainda a densidade dos alojamentos familiares clássicos e como se pode verificar, a freguesia de Macieira é a que maior densidade de alojamentos apresenta, registando 350 aloj/km², o que estará relacionado com o facto de esta freguesia ser a mais pequena do concelho de Lousada, com uma área de 1,55 km².

Mais recentemente, o INE disponibilizou os dados apresentados na Tabela 24, referentes ao ano de 2018, onde comparativamente com 2001 e 2011, anteriormente detalhados, se apresenta uma evolução edificatória positiva, em resultado do aumento do número de edifícios e alojamentos.

Tabela 24. Características do parque habitacional no concelho de Lousada

Indicadores	Unidades
Edifícios de habitação familiar clássica (N.º)	14 938
Média de alojamentos por edifício (N.º)	1,3
Densidade de edifícios (N.º/Km ²)	155,5
Alojamentos familiares clássicos (N.º)	19 313
Média de habitantes por alojamento (N.º)	2,4
Densidade de alojamentos (N.º/Km ²)	201,1

FONTE: INE, 2018*

*Com base nas estimativas das obras concluídas e da população residente

Habitação Social

A CML dispõe de um serviço de habitação social com o objetivo de “promover a habitação social e a gestão social, patrimonial e financeira dos Empreendimentos e colaboração nos outros fogos do IHRU Empresa.”⁴² Este serviço é particularmente exercido no património do município, que conta com 90 fogos de habitação social, distribuídos da seguinte forma:

- Empreendimento Social do Maninho – Meinedo – 32 frações
- Empreendimento Social da Ramada – Cernadelo – 18 frações
- Empreendimento Social de Pensas – Lustosa – 40 frações

Segundo os dados do INE, referentes a 2011 e 2015 expostos na Tabela 25, verifica-se que o concelho abarca mais habitações a custos controlados, do que aqueles do controlo do município.

Tabela 25. Habitação social no concelho de Lousada

Habitação social	2011	2015
Edifícios (N.º)	15	17
Fogos (N.º)	271	271
Valor médio de rendas (€)	36	51

FONTE: INE, 2011 e 2015

Por outro lado, considera-se que o concelho de Lousada detém de um parque habitacional social estagnado, tendo em consideração que a evolução dos fogos não acompanhou a evolução dos edifícios. Ocorre ainda entre 2011 e 2015 um aumento do valor médio de rendas em 15 euros.

⁴² Câmara Municipal de Lousada: <http://www.cm-lousada.pt/pt/familias>

Síntese

HABITAÇÃO

A totalidade das freguesias registou um aumento do número de edifícios entre 2001 e 2011, revelando uma dinâmica edificatória positiva, com destaque para Lodares com uma variação na ordem dos 35%.

A idade média dos edifícios é na ordem dos 30 anos, valor esse inferior à média regional e nacional, sendo que o parque edificado mais antigo se encontra em Caíde de Rei e Sousela.

Regista-se o aumento do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário no período de entre 2001 e 2011, na ordem dos 81%, sobretudo na freguesia de Macieiras e na União das freguesias de Nespereira e Casais.

Em 2011, cerca de 11% dos alojamentos encontravam-se vagos, situação que se vem a agravar desde 2001, sobretudo na União das freguesias de Nespereiras e Casais e em Aveleda.

A CML dispõe de um serviço com o objetivo de promover a habitação social e a gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos.

5.4. ECONOMIA

Os municípios possuem um papel muito relevante no processo de promoção do desenvolvimento económico local. É expectável, portanto, que o setor público e do associativismo, a execução de projetos indutores do progresso territorial centrados no aproveitamento potencialidades e dos recursos locais seja uma aposta do planeamento.

Ademais, neste âmbito, face às atuais tendências numa sociedade em constante transformação sujeita a desafios cada vez mais exigentes, em que a procura e consumo dos recursos naturais está sujeita a uma crescente pressão, importa alertar para a importância de encontrar formas de minimizar as consequências destes comportamentos, sendo fundamental uma mudança de paradigma, criando um novo modelo de gestão do território, dos recursos económicos e sociais, a designada economia circular.

Desde modo, o estudo das dinâmicas económicas procura identificar as tendências evolutivas dominantes, assim como os setores e atividades que têm desempenhado um papel mais preponderante no desenvolvimento concelhio, no sentido de aferir rumos e trajetórias de desenvolvimento e dar ferramentas de apoio à decisão baseadas no retrato territorial.

Este capítulo desenvolve-se com o objetivo de caracterizar o concelho de Lousada, através da análise de vários indicadores que permitem construir um cenário económico e social deste território.

Tabela 26. População ativa (N.º) e taxa de atividade (%) desde o nível nacional até ao municipal

Unidade Geográfica	2001		2011	
	População Ativa	Taxa Atividade	População Ativa	Taxa Atividade
Portugal	4 990 208	47,6	5 023 367	48,1
Região Norte	1 775 015	47,6	1 756 065	48,1
Tâmega e Sousa	**253 359	**46,6	**256 397	**45,9
Lousada	22 588	50,6	23 995	50,5

FONTES: INE, 2001 e 2011

** Valor relativo à antiga NUT III do Tâmega

De acordo com as informações relativas ao período intercensitário em análise, exibidas na Tabela 26, a população ativa de Lousada, em comparação com os valores dos territórios supra municipais, regista uma taxa de atividade superior a 50%, tanto no ano de 2001 como no ano de 2011, o que denota uma percentagem de população em idade ativa mais elevada em relação à presente nas restantes unidades territoriais, superando mesmo a taxa de atividade nacional.

Esta situação poderá explicar-se, relativamente ao concelho de Lousada, pela presença população mais jovem, o que também tem reflexo no indicador do Gráfico 13, o índice de renovação da

população ativa, que relaciona o volume potencial da população que está a entrar em atividade com o volume potencial da população que está a sair da atividade.

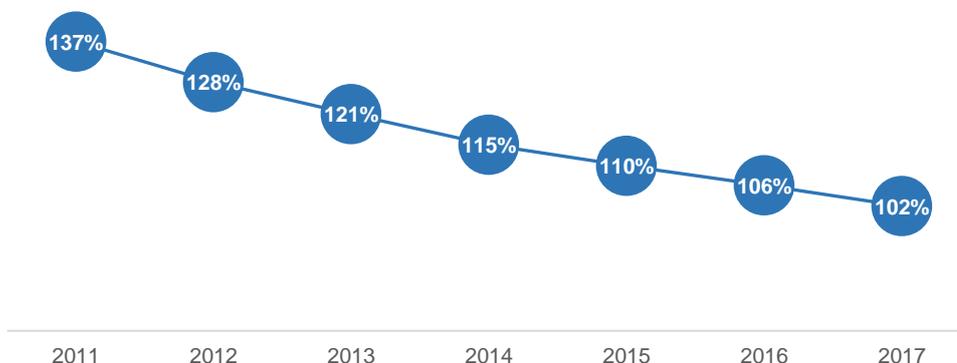


Gráfico 13. Índice de renovação da população ativa (%) no concelho de Lousada

FORNTE: INE, série 2011-2017

O município de Lousada tem tido uma taxa de compensação, desde 2011 até 2017, sempre cifrada num valor superior 100%, muito embora numa trajetória decrescente, o que decorre da diminuição da população jovem, mas que continua até 2017 a assegurar a transição compensatória, o que se traduz numa situação em que o número de pessoas em idade potencial de saída (entre 55 e 64 anos) do mercado trabalho tem vindo a ser compensado pelo número de pessoas em idade potencial de entrada (entre 20 e 29 anos).

Tabela 27. População ativa (N.º), por freguesia, no concelho de Lousada

Freguesias	2001	2011
Aveleda	967	1 031
Caíde de Rei	1 190	1 161
Lodares	931	1 002
Macieira	715	645
Meinedo	2 054	1 923
Nevogilde	1 354	1 322
Sousela	949	912
Torno	1 176	1 231
Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	995	1 041
Cristelos, Boim e Ordem	3 211	3 854
Figueiras e Covas	1 039	1 073
Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	2 871	3 157
Nespereira e Casais	1 734	1 835
Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	2 703	3 161
Vilar do Torno e Alentém	699	647
Totais	22 588	23 995

FORNTE: INE, 2001 e 2011

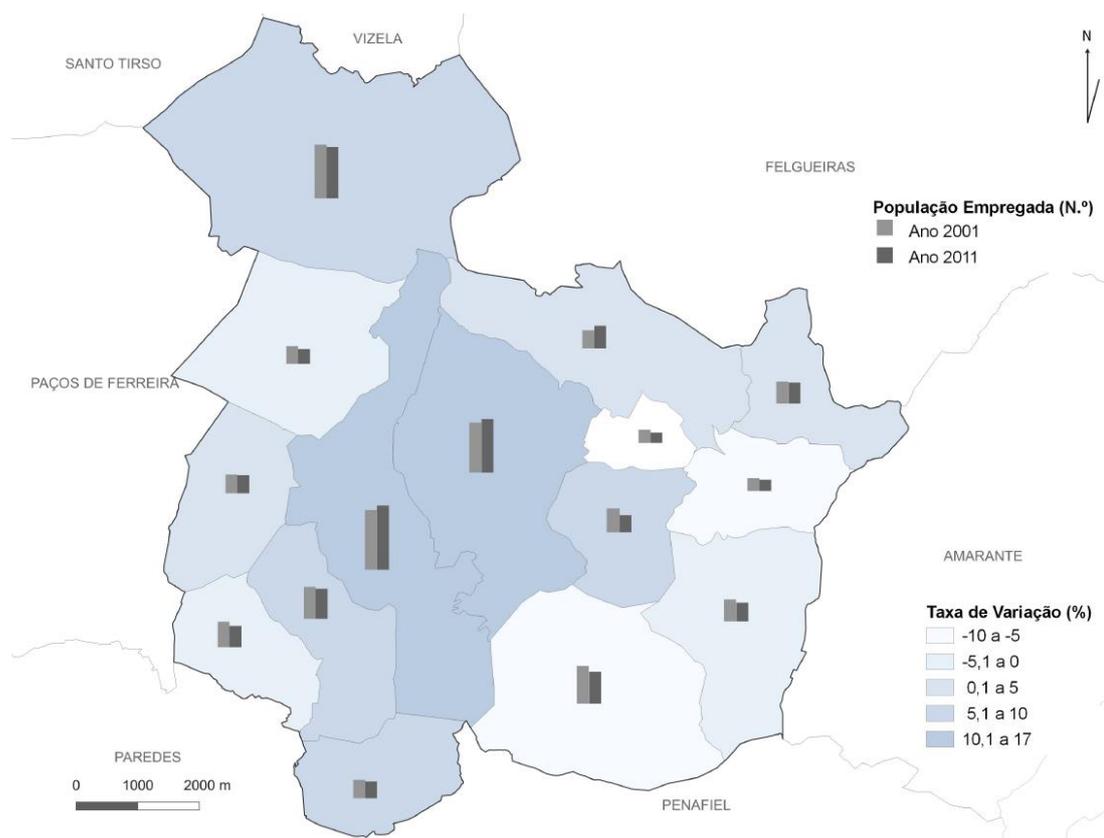


Figura 32. Taxa de variação (%) da população ativa no período intercensitário, por freguesia, no concelho de Lousada e população empregada

FONTES: INE, 2001 e 2011

Quando se desce ao nível da freguesia, verifica-se um aumento da população ativa, na sua globalidade, no território concelhio, destacando-se as freguesias próximas da vila de Lousada, uma vez que estas registam um aumento de população ativa que chega a atingir 17%.

Em contrapartida, as freguesias mais afastadas apresentam taxas de variação negativas, assinalando perdas de ativos que chegam aos 11%. A Figura 32 e a Tabela 27 que a precede evidenciam esta realidade nas freguesias de Macieira, Vilar do Torno e Alentém, Meinedo, Sousela, Nevogilde e Caíde de Rei.

A acompanhar esta tendência está também o número de população empregada que aumenta de 2001 para 2011 nos territórios onde a taxa de variação da população ativa é maior e regride onde esta é menor.

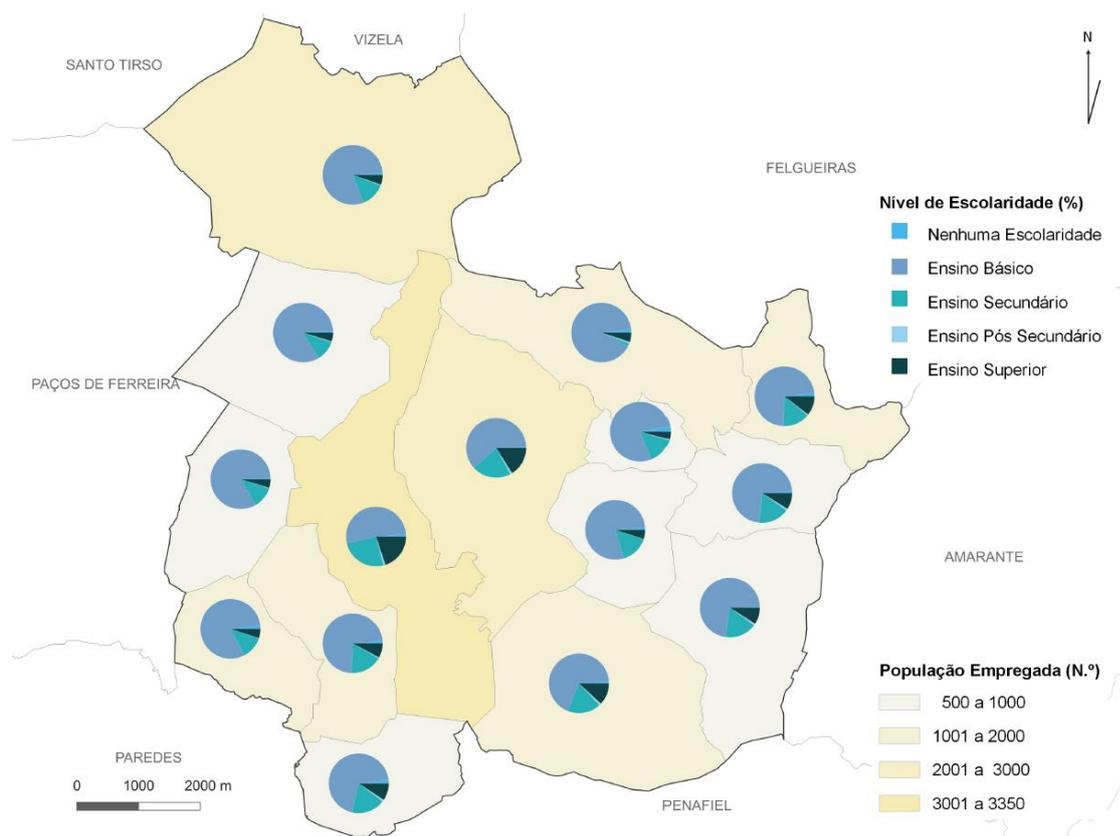


Figura 33. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população empregada, por freguesia, no concelho de Lousada

FONTES: INE, 2011

A Figura 33 evidencia o nível de escolaridade dominante na população empregada no concelho de Lousada, em que são as freguesias mais centrais no território, - onde se concentram os serviços em termos de atividade económica -, apresentam maior número de população empregada e os ensinos básico e secundário são dominantes. Contudo, também se verifica que cerca de ¼ possui o ensino Superior, como nos casos da União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, assim como na União das freguesias de Silvaes, Pias, Nogueira e Alvarenga.

Em sentido contrário, os territórios das restantes freguesias, onde se concentra menos população, apresentam números mais baixos de população empregada, que se caracteriza por ser maioritariamente constituída por indivíduos com o ensino básico.

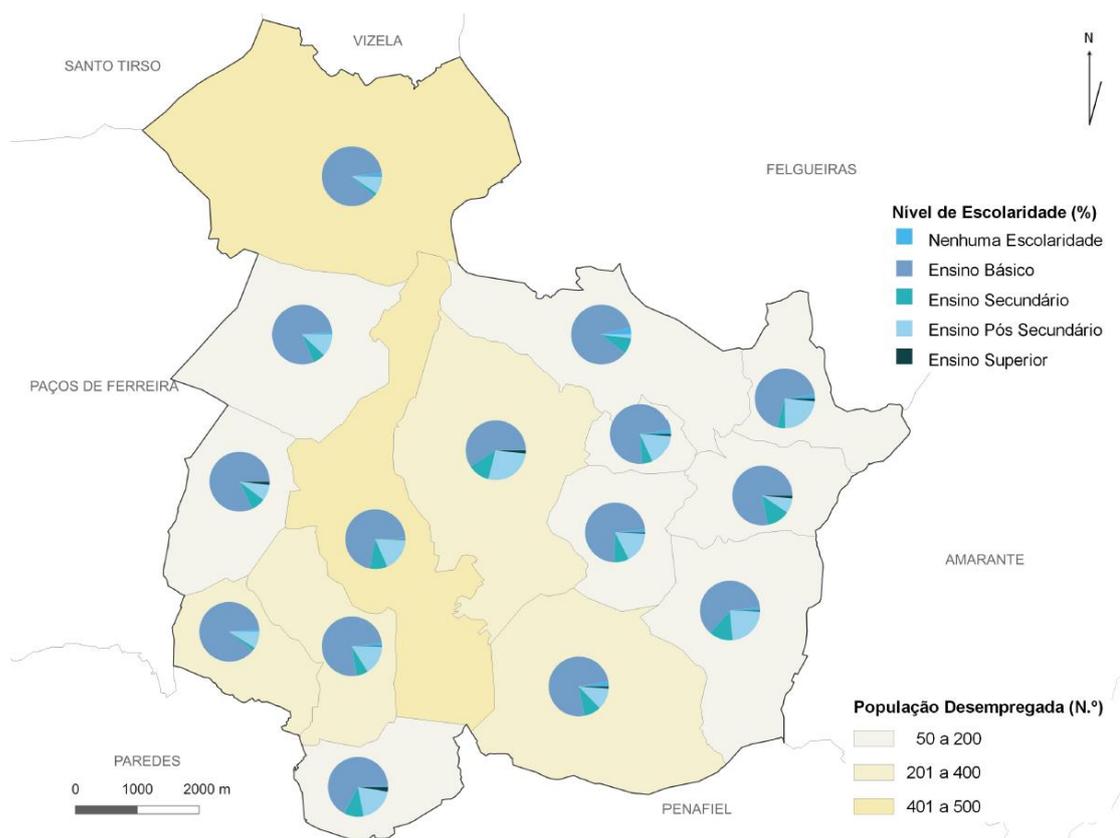


Figura 34. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população desempregada, por freguesia, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2011

Acresce mencionar o reduzido número de população sem escolarização. No entanto, quando analisado a Figura 34, verifica-se que a população desempregada é na sua larga maioria detentora apenas do ensino básico.

Além disso, sabe-se que as dinâmicas demográficas, económicas e socioculturais têm expressão na capacidade de fixação de população jovem e na criação de atividades geradoras de novos e mais qualificados empregos. Nesse sentido, importa avaliar a relação entre a população empregada e os setores de atividade. É fundamental a análise deste tipo de características, a fim de criar dinâmicas que possam contornar eventuais situações pouco vantajosas.

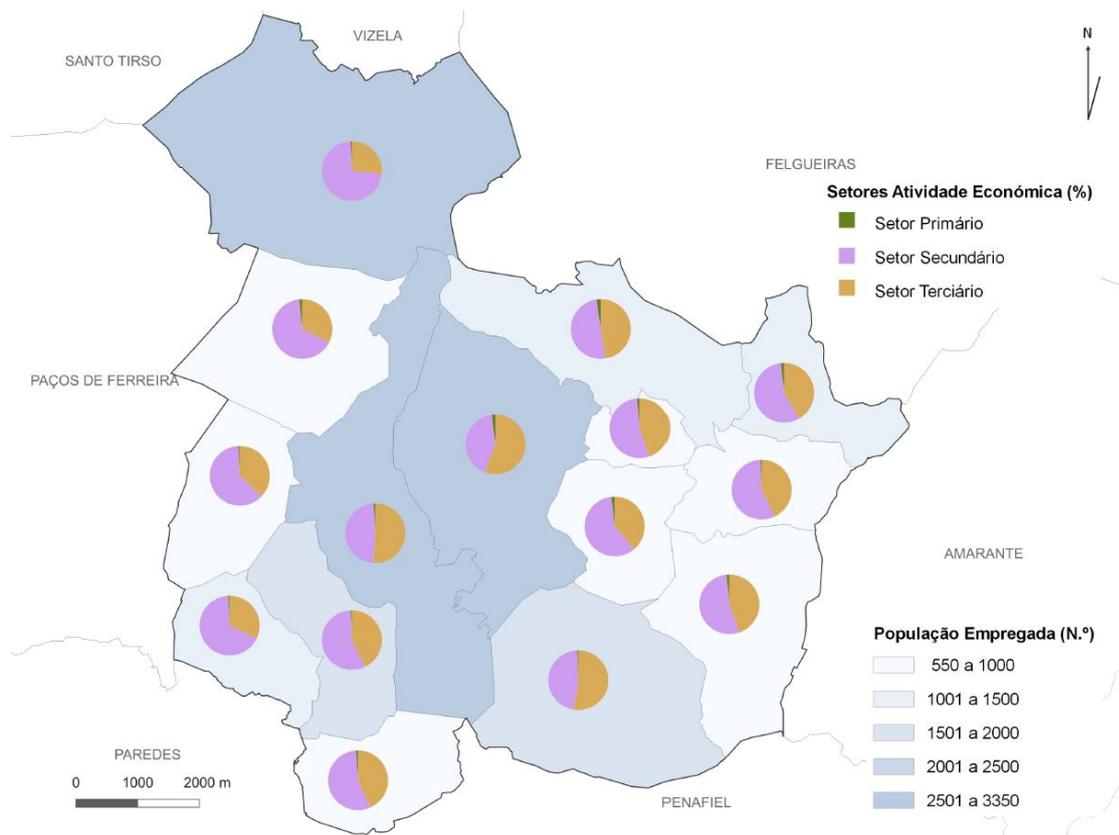


Figura 35. População empregada (N.º) segundo os setores de atividade (%), por freguesia, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2011

Na Figura 35 constata-se que as freguesias ao longo da estrada nacional 106 e nas imediações da sede concelho são as que tem o maior número de população empregada e onde o setor terciário, associado ao comércio de bens e à prestação de serviços, é o mais representativo. É designada terciarização económica.

Por seu turno, o setor secundário, relacionado com a transformação de matérias-primas, em produtos acabados ou semiacabados é o que domina em termos de empregabilidade, tanto nas freguesias com mais população como nas que tem menores quantitativos de população empregada.

No mesmo sentido, a participação do setor primário na geração de emprego é muito diminuta. Esta situação advém da reduzida atratividade para os mais jovens, resultante da dificuldade em obter apoios e também do sistema de minifúndio da propriedade que não permite processos de mecanização por forma a colocar a atividade agrícola no mercado concorrencial.

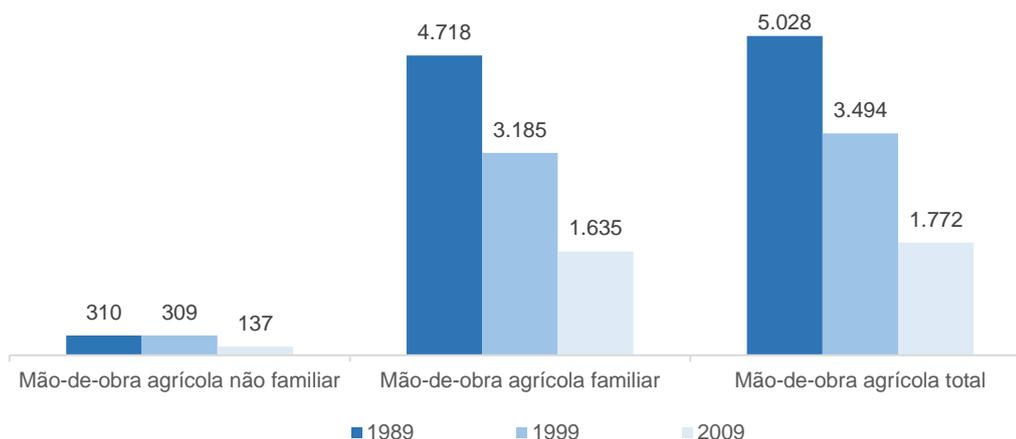


Gráfico 14. Mão-de-obra agrícola (N.º), por tipologia, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 1989, 1999 e 2009

Soma-se igualmente o facto de a agricultura ser predominantemente de subsistência, situação que está patente no Gráfico 14, que expõe uma porção muito elevada de mão-de-obra agrícola familiar, ou seja, de trabalhadores pertencentes à família do produtor.

Por seu turno, a problemática do desemprego é um fator de menor preocupação a cada ano que passa, uma vez que tem vindo a reduzir nos últimos anos, em resultado de uma conjuntura económica mais favorável no país e que se reflete ao nível regional e local.

Tabela 28. Taxa de desemprego (%) desde o nível nacional ao municipal (2001, 2011 e 2018*)

Unidade Territorial	2001	2011	2018*
Portugal	6,7	13,2	6,5
Região Norte	6,6	14,5	7,6
Tâmega e Sousa	**5,1	**14,3	7,7
Lousada	3,5	13,2	4,7

FONTE: INE; PORDATA*

** Valor relativo à antiga NUT III do Tâmega

Assim, à semelhança do que ocorreu ao nível nacional, o concelho de Lousada registou um aumento da taxa de desemprego na ordem dos 10 pontos percentuais no último período intercensitário, conforme é visível na Tabela 28. Contudo, o ano de 2011 assentou em valores iguais à taxa nacional, 13,2%.

Por sua vez, no ano mais recente com dados disponíveis, 2018, os resultados são francamente mais favoráveis, dado que Lousada vê a sua taxa de desemprego baixar para 4,7%, à semelhança do que acontece na região e no país, em franco crescimento económico, depois da saída da crise que atravessou na década 2010.

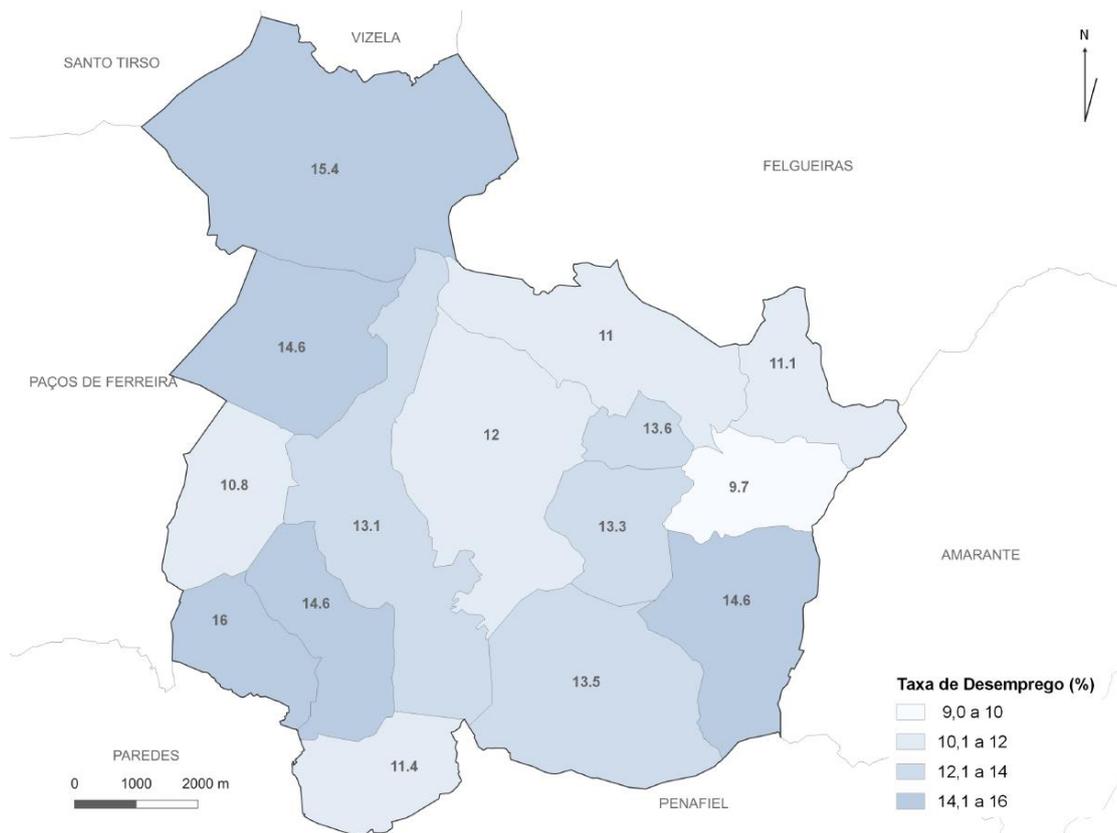


Figura 36. Taxa de desemprego (%), por freguesia, no concelho de Lousada.

FONTE: INE, 2011

A Figura 36 revela a taxa de desemprego e a sua distribuição diferenciada entre as freguesias que compõem o concelho. De notar que em 2011, as freguesias que se apresentavam com menos população empregada, eram também as que exibiam taxas de desemprego mais elevadas.

A sede de concelho, bem como as freguesias circundantes possuem um cenário mais favorável, presumivelmente associado à proximidade ao centro urbano de Lousada pela oferta de atividades económicas e ainda pela presença de boas acessibilidades.

5.4.1. Dinâmica Empresarial

Segundo os dados estatísticos apresentados no Gráfico 15, que expõe o número de empresas existentes no concelho, é a partir de 2012 que se assiste à transição e à recuperação económica, registando-se, deste modo, um aumento gradual até ao ano de 2017, invertendo a linha de tendência de diminuição que vinha de 2008, anos de franca crise económica nacional.

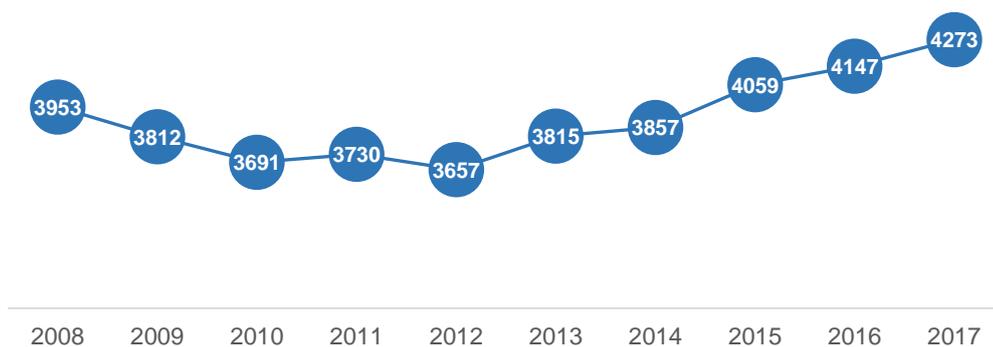


Gráfico 15. Empresas (N.º) no concelho de Lousada

FONTE: INE, série 2008-2017

Esta tendência evolutiva assemelha-se ao comportamento das microempresas apresentado no Gráfico 16, uma vez que estas, constituídas por menos de 10 pessoas ao serviço, demonstram uma dinâmica de oscilação que indica o peso do panorama geral regional e nacional.

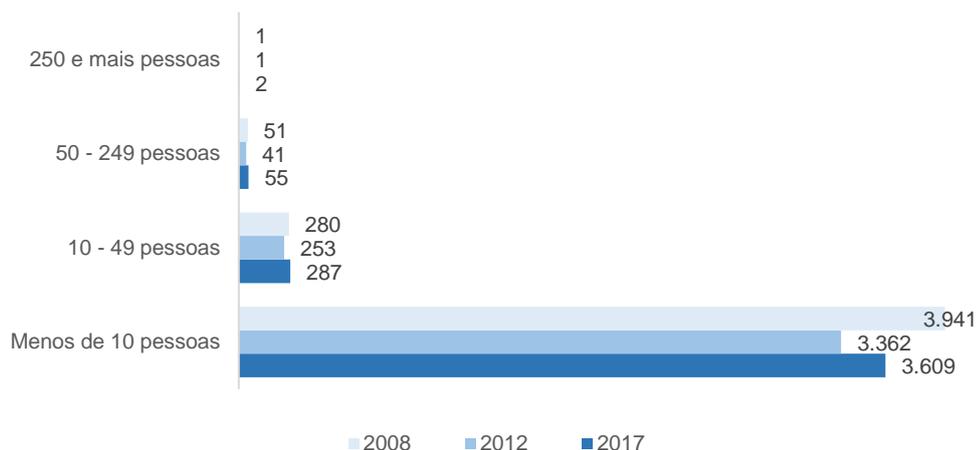


Gráfico 16. Empresas (N.º), por pessoal ao serviço, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2008, 2012 e 2017

De notar, assim, o domínio das empresas com menos de 10 trabalhadores, constituindo em 2017, 85% do tecido empresarial existente no concelho, mas também a existência de duas empresas com mais de 250 trabalhadores, o que reflete uma dinâmica económica positiva.

Aliás, importa referir que a empresa ATEPELI, Lda., que está integrada num dos maiores grupos multinacionais de produtos de luxo, tem uma das suas unidades de produção a operar em Caíde de Rei desde abril de 2018, constituindo um forte reforço do tecido económico de Lousada.

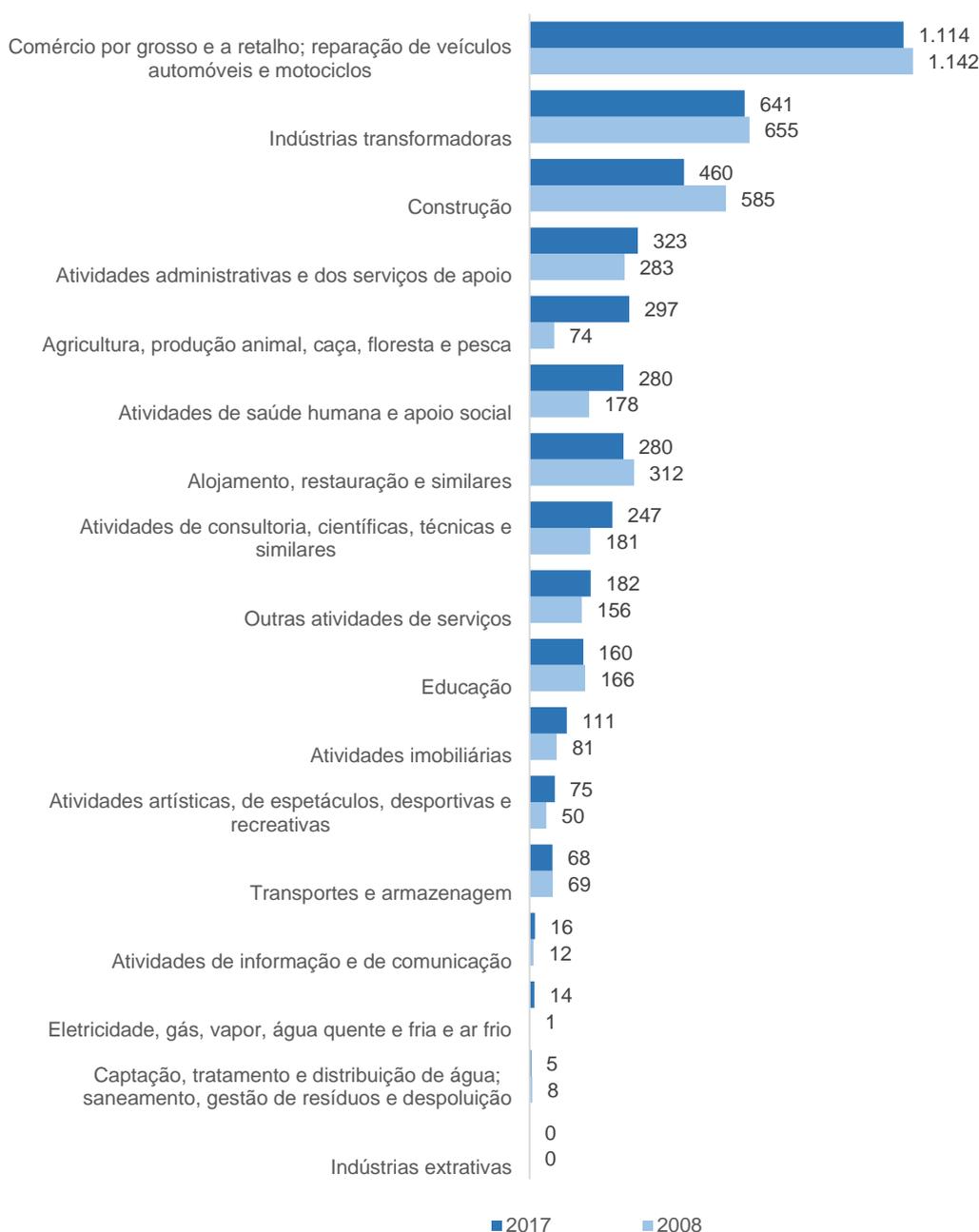


Gráfico 17. Empresas (Nº), por atividade económica, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2008 e 2017

Por sua vez, o Gráfico 17 aponta para a diminuição dos setores empresariais dominantes, nomeadamente o *comércio por grosso e a retalho*, a *reparação de veículos automóveis e motociclos*, a *construção* e a *indústria transformadora*. Atente-se que o período de crise económica terá influenciado tal dinâmica, sobretudo na indústria têxtil, nomeadamente de confeção, que é o setor mais significativo no concelho de Lousada.

Em sentido contrário, o registo obrigatório na autoridade tributária dos agricultores com atividade comercial, fez aumentar significativamente o setor da *agricultura, produção animal, caça, floresta e*

pesca, constituindo, assim, um aumento do número de empresas em nome individual. No entanto, também o crescimento da produção de vinho e de “produtos *gourmet*”, fez desenvolver o peso do setor.

De referir, no entanto, que a taxa de sobrevivência das empresas tem apresentado nos últimos anos, tal como é possível verificar no Gráfico 18, um aumento contínuo apenas a partir de 2012, sendo que até então a tendência foi decrescente, sendo notório o impacto na crise económica que nos anos de 2010, 2011 e 2012 levou a que só cerca de metade das empresas criadas tenha sobrevivido ao fim de 2 anos.

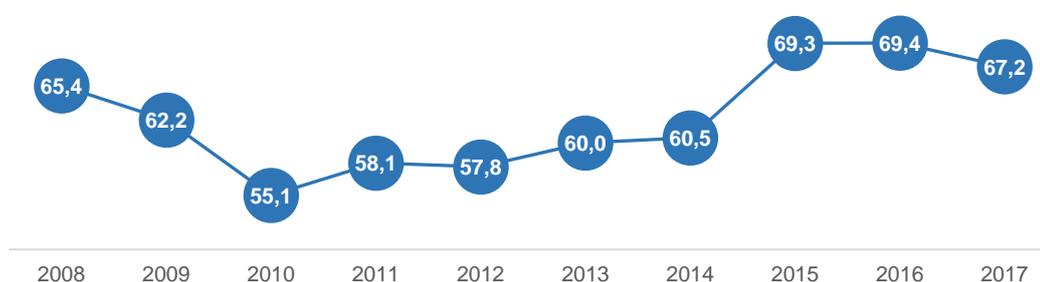


Gráfico 18. Taxa de sobrevivência (%), por empresas nascidas 2 anos antes, no concelho

FONTES: INE, série 2008-2017

Por sua vez, no Gráfico 19 encontra-se expresso o valor dos bens importados e exportados pelas empresas de Lousada no período entre 2008 e 2018. Pode observar-se que, neste intervalo de tempo, o valor das exportações foi superior ao das importações, demonstrando, de uma forma empírica, que a venda de bens e de serviços ao estrangeiro pelas empresas existentes no concelho é superior à compra dos bens e serviços.

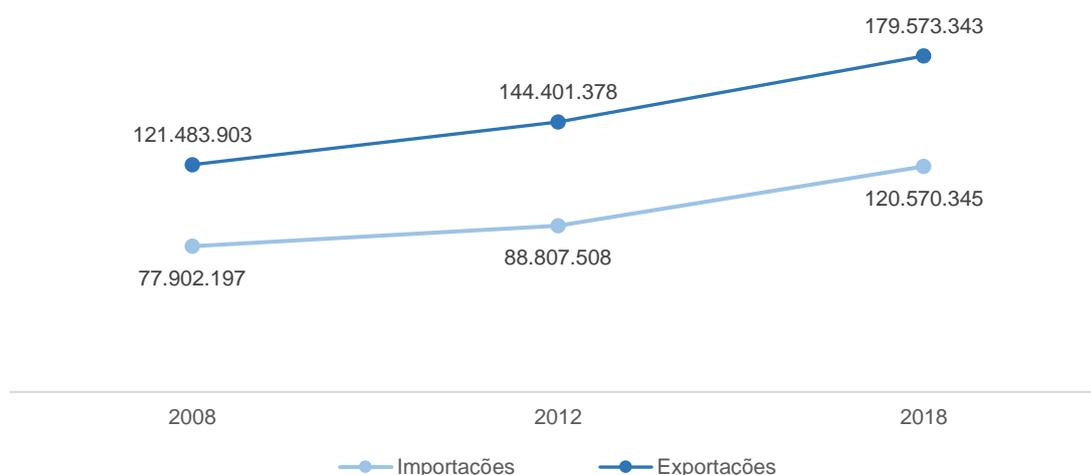


Gráfico 19. Valor dos bens importados e exportados (€) no concelho de Lousada

FONTES: INE, 2008, 2012 e 2018

Face ao exposto, apresenta-se um saldo positivo da balança comercial, uma vez que as empresas exportam mais do que importam. Estes valores de volume de negócios demonstram um tecido económico concelhio vigoroso e em crescente na última década, mas também fortemente marcado por empresas internacionalizadas e vocacionadas para o mercado externo.

Tabela 29. Evolução do volume de negócios (€) das empresas, por sectores de atividade, no concelho de Lousada

Setor de atividade	2008	2012	2017	Taxa Variação 2012- 2017
Primário - Agricultura, Silvicultura e Pescas	2 665 126	2 738 814	6 101 477	123 %
Secundário - Indústria	251 178 251	243 847 702	317 600 107	30 %
Terciário - Comércio e Serviços	454 123 950	379 612 848	480 201 817	26 %

FONTE: INE, 2008, 2012 e 2017

No âmbito da conjuntura económica mais diretamente relacionada com as empresas e o peso do seu volume de negócios, por sector de atividade, na economia do concelho de Lousada, a Tabela 29 evidencia que é o terciário de comércio e serviços o mais representativo, mas o secundário industrial também tem também um peso significativo no volume de negócios total. Ambos apresentam taxas de variação de 2012 para 2017 na ordem dos 30%, o que pode traduzir os resultados da internacionalização do período pós crise.

Por sua vez, o setor primário verifica um crescimento exponencial na ordem dos 123%, mas detém com um peso diminuto no total da receita do tecido empresarial municipal.

Importa também referenciar a importância dos apoios dos fundos europeus na dinâmica atual do tecido económico e empresarial local.

No contexto do sistema de incentivos às micro e pequenas empresas com investimentos na região, o NORTE 2020 apoia projetos de qualificação ou internacionalização, inovação e I&DT e ainda o estímulo ao microempreendedorismo - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego.

Assim, entre 2015 e 2017, Lousada conta com 40 projetos de investimento empresarial aprovados, no domínio da competitividade e empreendedorismo, aos quais correspondem os financiamentos que se podem aferir na Tabela 30.

Tabela 30. Projetos aprovados (N.º) do Norte 2020 para o concelho de Lousada

Concelho	Projetos Aprovados	Investimento Elegível EUR	Apoio UE EUR
Lousada	40	14 811 635	8 741 356

FONTE: NORTE 2020, maio 2019

Por outro lado, são três as tipologias de investimento consagradas e financiadas através dos Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, FEDER, como se pode verificar na Tabela 31, nomeadamente a qualificação e internacionalização, a inovação empresarial e empreendedorismo e a qualificação e internacionalização.

Tabela 31. Investimentos do fundo FEDER (euros) no concelho de Lousada

Tipologia Norte 2020	Investimento Total Aprovado	Investimento Elegível Aprovado	Fundo Aprovado
<i>Qualificação e Internacionalização</i>	2 222 808,5	1 918 636	863 386,2
<i>Inovação Empresarial e Empreendedorismo</i>	12 876 974	11 394 190	7 241 162

FONTE: NORTE 2020, maio 2019

Resumidamente, o concelho de Lousada integra a região urbano-industrial do Vale do Sousa, sendo o território concelhio dominado pela fileira da indústria do vestuário. No contexto regional em que se insere é um dos municípios com melhores indicadores ao nível do emprego, o que se repercute numa baixa taxa de desemprego.

De notar ainda que, embora em termos de volume de negócios seja o setor terciário dos serviços e comércio o que mais contribui para a balança económica local, é o setor secundário da indústria que mais população emprega e que apresenta melhor desempenho, até pelos projetos de investimento com apoio dos fundos europeus que ajudam a uma maior robustez económica local.

Como nota final, interessa voltar a reforçar a importância de apostar na economia circular, no sentido de reduzir, reutilizar, recuperar e reciclar materiais e energia, inspirado nos mecanismos dos ecossistemas naturais que geram os recursos, num processo dinâmico e contínuo de produção, utilização, reciclagem e reabsorção, visando a construção de um circuito movido pela inovação ao longo da cadeia.

5.4.2. Turismo

O turismo, enquanto atividade económica, é o setor mais importante do comércio internacional de serviços em Portugal e depende de uma política assente na valorização do território.

Deste modo, nas sociedades atuais, o turismo detém uma panóplia de efeitos multiplicadores que fomentam o desenvolvimento local e regional, designadamente:

- Promoção do desenvolvimento de outras atividades económicas;
- Criação de emprego e riqueza;
- Preservação e valorização do património cultural e natural;

- Promoção da melhoria da qualidade de vida das populações.

O estímulo das funções turísticas e recreativas sustentadas pelas aptidões do concelho impõem-se como fundamentais para o desenvolvimento global do território. A base deste impulso passa, necessariamente, pelo aproveitamento das potencialidades que a região oferece.

O turismo em Lousada é um sector em crescimento. Muitas são as potencialidades do concelho em termos de património edificado, equipamentos culturais e desportivos, parques e jardins, artesanato, gastronomia e um sem número de eventos de vária índole, capazes de atrair visitantes e turistas ao município. Assim, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho profícuo e cooperante pela autarquia e por particulares ligados a esta atividade, no sentido da crescente dinamização turística. A oferta diversificada no concelho de programas e atividades turísticas e de lazer tem vindo a ter reflexo nos números e indicadores que caracterizam este território, sendo importante destacar dois projetos recentes:

A **Mata de Vilar**, por ser um espaço florestal recentemente intervencionado para que ocorra a eliminação de espécies invasoras e a introdução de espécies folhosas autóctones, como é o caso de carvalhos, cerejeiras bravas, sobreiros e faias, em que o município tem vindo a apostar através de fundos nacionais e comunitários, enquadrados no Programa Valorizar – Turismo de Portugal, no sentido de criar o projeto VilarIntegra, que existe por forma a requalificar de forma integrada a Mata de Vilar, com a construção de uma vedação para regular as visitas, a prestação de serviços adequados de receção e apoio aos visitantes e a construção de um Centro Interpretativo. Esta mata certificada internacionalmente como “Florestas de Alto Valor de Conservação”, é uma aposta da autarquia em termos de requalificação, assim como a criação de um banco de sementes e um viveiro pedagógico que, nas competências do Centro Interpretativo, permitirá a interligação do serviço educativo com a investigação científica.



Figura 37. Mata de Vilar

FONTE: Rota do Românico, 2019

No contexto das rotas e percursos de Lousada, importa destacar a **Rota do Românico** onde se encontram integrados seis monumentos do concelho e à qual estão associados um sem número de

eventos e atividades turísticas em formato de programas, com a mais valia de recentemente ter sido criada no âmbito do turismo acessível dois programas específicos.

“Ancorada num conjunto de 58 monumentos de grande valor e de excecionais particularidades, esta Rota pretende assumir um papel de excelência no âmbito do turismo cultural e paisagístico, capaz de posicionar a região como um destino de referência do românico, estilo arquitetónico que perdurou entre os séculos XI e XIV”⁴³.

Aliás, a Rota do Românico está ainda integrada na Transromânica, que em 2007 foi oficialmente reconhecida como uma “Grande Rota Cultural do Conselho da Europa”, em virtude do valor cultural partilhado por diferentes países europeus⁴⁴.

O município conta também, no seu território, com o **Centro de Interpretação do Românico**, equipamento de divulgação do património histórico-cultural que se distingue pela sua arquitetura contemporânea, mas igualmente pelas múltiplas experiências interativas proporcionadas pelos seus conteúdos museológicos e que abriu ao público em 2018. De referir ainda que é neste espaço que se encontra a sede administrativa da Rota do Românico.



Figura 38. Centro de Interpretação do Românico

FONTE: Rota do Românico, 2019

Ademais, importa mencionar que o Centro de Interpretação do Românico tem uma parceria com a CP-Comboios de Portugal, dispondo de bilhetes promocionais para aqueles que pretender visitar este equipamento.

De acordo com os dados estatísticos do Gráfico 20, o número de estabelecimentos hoteleiros no concelho de Lousada tem vindo a evoluir no sentido do aumento a partir de 2012, chegando ao ano de 2017 com o triplo de unidades que detinha até 2011.

⁴³ Rota do Românico. <https://www.rotadoromanico.com/pt/rota/quem-somos/>

⁴⁴ TRANSROMANICA. <https://www.transromanica.com/>

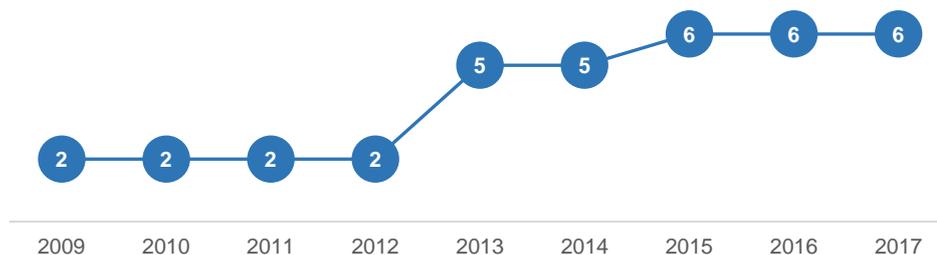


Gráfico 20. Estabelecimentos hoteleiros (N.º) no concelho de Lousada

FONTE: INE, série 2009-2017

Por outro lado, também se tem verificado uma oferta crescente em termos de alojamento local, o que se traduz no exponencial aumento quer do número de hóspedes, quer do número de dormidas a partir de 2014, conforme identificado no Gráfico 20.

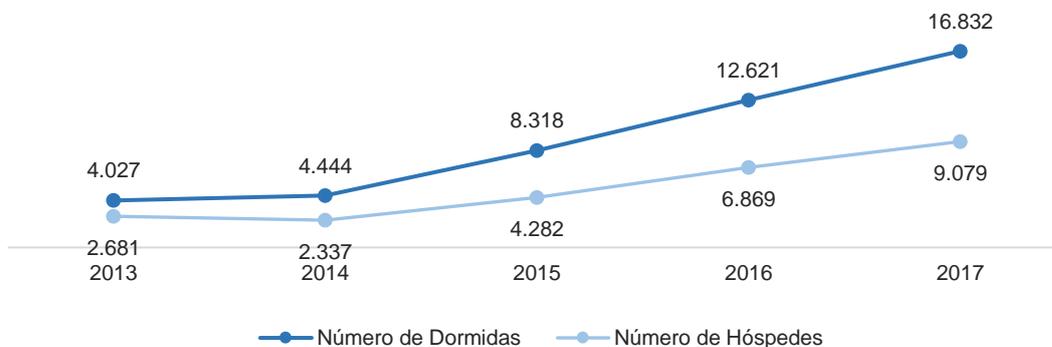


Gráfico 21. Hóspedes e dormidas (N.º) no concelho de Lousada

FONTE: INE, série 2013-2017

Atualmente e recorrendo aos dados do Turismo de Portugal, encontram-se registados as tipologias de alojamento identificadas na Tabela 32 e Tabela 33.

Tabela 32. Empreendimentos turísticos em Lousada (2018)

Empreendimentos Turísticos	Capacidade	Unidades de alojamento (Nº)	Freguesia
Casa de Marlães	4	2	Nespereira
Lousada Country Hotel Rural	73	30	Lousada
Quinta da Longra	10	5	Santo Estevão Barrosas
Quinta de Lourosa	14	7	Sousela

FONTE: Registo Nacional de Turismo, 2019

Tabela 33. Unidades de Alojamento local em Lousada (2018)

Alojamento Local	Capacidade	Unidades de alojamento (Nº)	Freguesia
Aveleda Village	10	4	Aveleda
Casa de Ledesma	8	4	Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)
Casa de Sedoura	6	3	Cristelos, Boim e Ordem
Casinha de Campo	4	1	Vilar do Torno e Alentém
Estalagem e Restaurante Lousadense, Lda.	48	24	Cristelos, Boim e Ordem
My Portugal For All - Lousada Village	6	2	Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)
Quinta da Tapada AL	9	5	Nespereira e Casais
Quinta do Rego - Ordem	8	4	Cristelos, Boim e Ordem
Quinta do Souto	18	9	Macieira
Quinta Tapada	10	5	Nespereira e Casais

FONTE: Registo Nacional de Turismo, 2019

Face ao exposto, entende-se que o turismo pode efetivamente assumir um papel relevante no dinamismo do concelho e, como se verifica, tem vindo a contribuir significativamente para o aumento da oferta em termos de estabelecimentos de alojamento no concelho.

Síntese

*ECONOMIA,
DINÂMICA
EMPRESARIAL E
TURISMO*

A população ativa, em comparação com os valores dos territórios supra municipais, regista uma taxa de atividade superior a 50%, e um aumento de 2001 para 2011.

Os níveis de escolaridade dominantes da população empregada são os ensinos básico e secundário.

A população empregada concentra-se, na sua maioria, no setor terciário, associado ao comércio de bens e à prestação de serviços.

A agricultura é predominantemente de subsistência e a mão-de-obra agrícola é essencialmente familiar.

A taxa de desemprego é de 5,6%, à semelhança do que acontece na região e no país em 2017.

O setor empresarial do concelho é dominado pelas micro e pequenas empresas.

O saldo da balança comercial do tecido empresarial municipal é positivo, o que denota que exportam mais do que importam produtos e bens.

O fomento da economia circular deve fazer parte da estratégia municipal, no sentido de minimizar problemas ambientais e sociais.

A Rota do Românico assume-se como uma importante âncora de desenvolvimento, tendo um papel de excelência no âmbito do turismo cultural e paisagístico.

Lousada tem vindo a registar um aumento de estabelecimentos hoteleiros no seu território.

5.5. REDES DE CONETIVIDADE

A criação de dinâmicas em rede potencia a concretização efetiva de um sistemas de transportes e de comunicação que interligue os diversos lugares do território com as atividades económicas, propiciando o crescimento das designadas economias de escala, que garantam fatores de sucesso e de competitividade, apenas conseguidas por intermédio de melhores condições de acessibilidade e mobilidade, quer a nível concelhio, quer supramunicipal.

De facto, esta temática constitui hoje em dia um dos temas centrais das políticas de planeamento e ordenamento do território na medida em que se pretende reequacionar os desafios inerentes à qualificação urbanística e à sustentabilidade ambiental, energética e económica.

Deste modo, seguidamente será apresentado o enquadramento rodoviário e ferroviário do concelho de Lousada, entendendo-se pertinente aferir sobre as ligações das infraestruturas no estabelecimento de conexões intra e extra município. Além disso, realizar-se-á a análise aos padrões e fluxos de mobilidade da população, atendendo às características dos movimentos pendulares, assim como a contextualização do sistema de transportes públicos coletivos e as dinâmicas desenvolvidas no âmbito da mobilidade suave e ativa.

5.5.1. Rede Rodoviária

Lousada encontra-se numa situação privilegiada, favorecida por um conjunto de vias que permitem estabelecer importantes ligações, garantindo, por isso, o acesso a todos os aglomerados urbanos e a ligação aos territórios circundantes, o que constitui um objetivo sempre prioritário e estruturante para o desenvolvimento municipal.

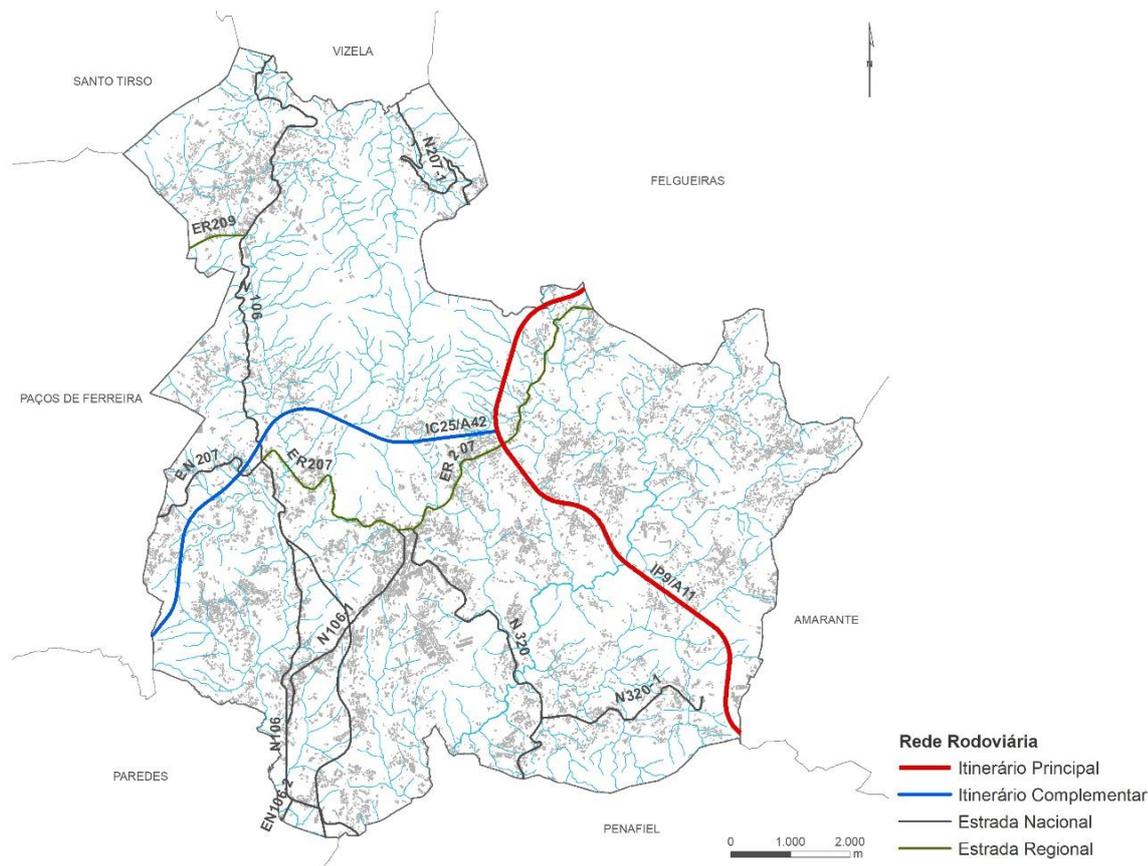


Figura 39. Rede rodoviária no concelho de Lousada

FONTE: Infraestruturas de Portugal, 2019

Neste contexto, a Figura 39 apresenta a infraestrutura rodoviária principal, identificando a capacidade viária instalada em Lousada, que é constituída por:

a) Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais – IP)

- IP9/A11 – Atravessa Felgueiras, segue por Lousada a este do concelho e liga a Penafiel;

b) Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares – IC e Estradas Nacionais – EN)

- IC25/A42 – A partir do IC24 em Paredes, segue por Paços de Ferreira e estabelece ligação com o IP9 em Lousada;
- EN106 – Atravessa o concelho e estabelece ligação com Paredes a sul e a norte com Vizela;
- EN106-1 – Estabelece ligação entre a EN106 e a sede de concelho;
- EN106-2 – Faz a conexão entre a EN106 e o concelho de Paredes;

- EN207 – Conecta a este do concelho de Paços de Ferreira;
- EN207-1 – Realiza a ligação a norte do concelho a partir da conexão com a ER207;
- EN320 – Conecta a sede de concelho ao norte do concelho de Penafiel;
- EN320-1 – Liga à estação ferroviária de Caíde e apeadeiro de Meinedo.

c) Estradas Regionais – ER

- ER207 – Atravessa o concelho, permitindo ligação entre Paços de Ferreira e Felgueiras;
- ER209 – A noroeste de Lousada faz conexão com o nordeste do concelho de Paços de Ferreira.

De mencionar que, neste âmbito, várias têm sido as iniciativas por parte da CML e no âmbito do PARU, no que respeita à beneficiação e infraestruturização da rede viária.

Tabela 34. Ações no âmbito da rede viária no concelho de Lousada

Âmbito	Código da Operação	Designação da Operação	Estado
Município	-	Beneficiação da CM1156 desde a Rotunda da Juventude à EN106 em Lodares	Realizada
Município	-	Beneficiação da EM561 desde a EN207 (Ordem) à EN106 (Sousela)	Realizada
Município	-	Beneficiação da EM desde a Rua da Igreja (Cernadelo) à EM564-2 (Macieira)	Realizada
Município	-	Beneficiação da Rua de Santana em Boim até à EN320 em Meinedo	Realizada
Município	-	Beneficiação da Rua Joaquim Burmester à EN106	Realizada
Município	-	Beneficiação do CM1150 desde a EN207-2 ao Largo da Feira	Em execução (suspensa)
Município	-	Acesso à EB1/JI da Boavista Silveiras desde o entroncamento da EM605 à EN207 – Beneficiação da Rua Fonte de St.º António	Realizada
Município	-	Beneficiação de pavimentos a cubos em ruas urbanas – Beneficiação da Rua da Cerca em Casais	Realizada
Município	-	Reparação do pavimento na EN207-2 desde o Km 8,200 ao Km 8,850 – Pavimentação desde o Km 8,200 ao Centro de Saúde de Caíde de Rei e ligação ao Km 8,500 (2.ª fase)	Realizada
Município	-	Construção de passeio de ligação do Centro da vila da Aparecida à Igreja de Vilar Do Torno e Alentém	Realizada
PARU	NORTE -05-2316-FEDER-000281	Requalificação da Rua Santo António	Em execução (fase de concurso)

Âmbito	Código da Operação	Designação da Operação	Estado
PARU	NORTE -05-2316-FEDER-000236	Reabilitação da Avenida Cidade de Tulle	Em execução
PARU	NORTE-04-2316-FEDER-000282	Requalificação da Rua de S. Vicente com ligação à Variante Urbana	Em execução (fase de concurso)
PARU	NORTE-04-2316-FEDER-000301	Requalificação da Rua Primeiro de Maio e da Avenida da Liberdade (1.ª fase)	Em execução (fase de concurso)
PARU - complementares	-	Requalificação da Avenida Sr. dos Aflitos	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra com ligação à Variante Urbana	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação da EM605 ao cruzamento do Jogo, Pias	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação da Rua António Emílio	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação da Rua do Alecrim e da Travessa da Alfazema	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação da Rua António Gomes Ribeiro	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação da Rua do Auditório	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação da Rua da Boavista	Prevista nas ações complementares do PARU
-	-	Beneficiação da Rua da Restauração em Boim	Prevista 2019-2021
-	-	Beneficiação da Rua do Parque de Lazer e da Rua do Recanto em Casais	Prevista 2019-2021
-	-	Beneficiação da Rua Senhora do Carmo e da Rua da Trovoada em Vilar do Torno e Alentém	Prevista 2019-2021
-	-	Beneficiação da Rua de S. Gonçalo em Macieira	Prevista 2019-2021

Âmbito	Código da Operação	Designação da Operação	Estado
-	-	Ligação da Rua Padre Joaquim Coelho da Silva com a Avenida Combatentes da Grande Guerra Cristelos - Lousada	Prevista 2019-2021
-	-	Beneficiação da Rua Presa da Lameira e parte da Rua de S. Veríssimo, em Nevogilde	Prevista 2019-2021
-	-	Beneficiação da Rua do Loureiro (Lustosa)	Prevista 2019-2021
-	-	Beneficiação da Rua 1.º de Maio em Boim	Prevista médio/longo prazo
-	-	Beneficiação da Rua das Corredouras e da Rua da Ribeira em Nespereira	Prevista médio/longo prazo
-	-	Beneficiação do CM1149 desde a rotunda de Tecas - Cernadelo (Rua de S. Pedro) até ao entroncamento da EN207 (S. Miguel)	Prevista médio/longo prazo
-	-	Beneficiação da Av. Dr. Sérgio Moreira da Cunha, Av. Adriano Rafael e Av. do Souto em Macieira	Prevista médio/longo prazo
-	-	Beneficiação da Rua de S. Veríssimo em Nevogilde	Prevista médio/longo prazo
-	-	Beneficiação da Rua do Mouro em Caíde de Rei	Prevista médio/longo prazo
-	-	Beneficiação da Av. da Agrela e da Rua Casal de Baixo (Aveleda)	Prevista médio/longo prazo
-	-	Beneficiação da Rua da Agra e da Rua de Sequeirô (Lustosa)	Prevista médio/longo prazo
-	-	Beneficiação da Rua de São Mamede em Vilar do Torno e Alentém	Prevista médio/longo prazo
-	-	Beneficiação da Rua dos Casais e da Rua da Nossa Senhora	Prevista médio/longo prazo
-	-	Beneficiação da Rua Sra. do Carmo	Prevista médio/longo prazo

FONTE: CML, 2019

A Tabela 34 evidencia que foi realizado um conjunto alargado de operações, com destaque para a beneficiação das ligações entre os caminhos e estradas municipais com as EN, bem como para a reparação de pavimentos.

De notar que há ainda um extenso número de ações que preveem a beneficiação de ruas a curto, longo e médio prazo.

5.5.2. Rede Ferroviária

Ao nível da rede ferroviária, partindo do Porto, o concelho é atravessado pela linha do Douro em direção ao Pocinho e ainda pelo comboio urbano que estabelece a ligação a Marco de Canaveses, fazendo paragem na estação de Caíde e no apeadeiro de Meinedo identificados na Figura 40.

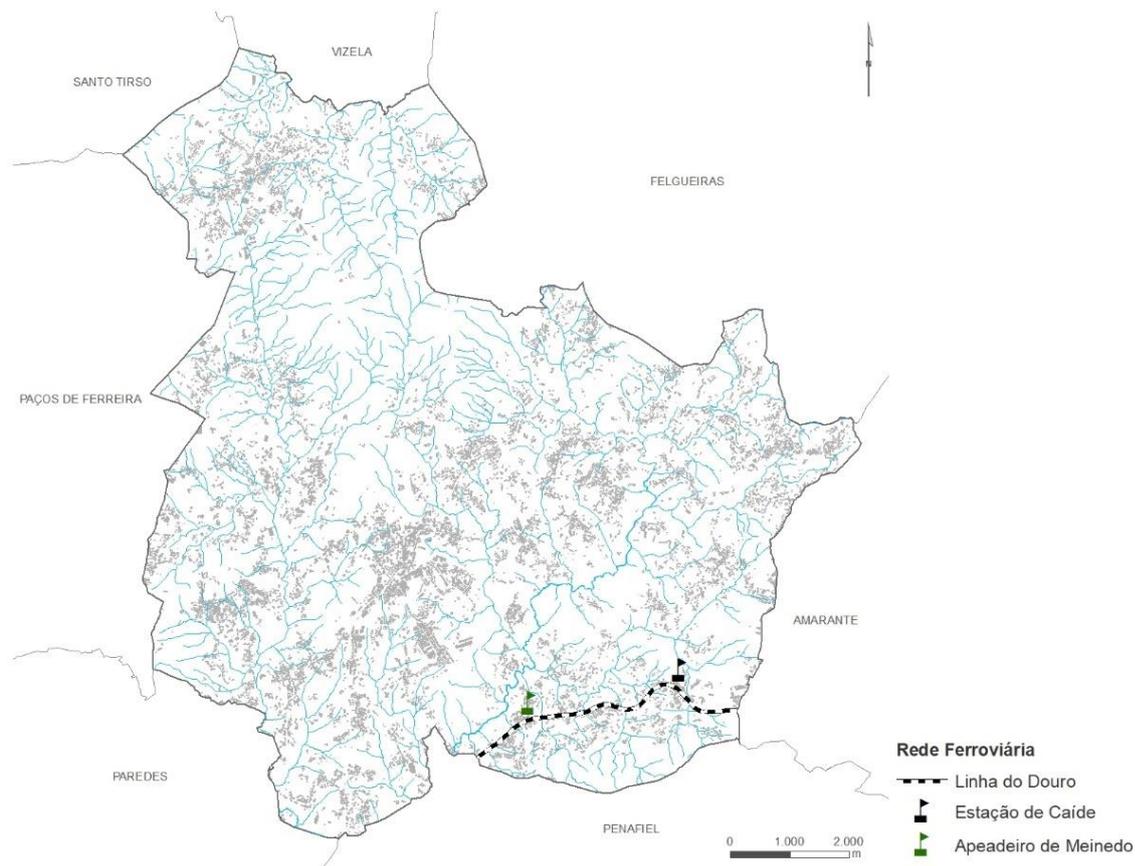


Figura 40. Rede ferroviária no concelho de Lousada

FONTE: Infraestruturas de Portugal, 2019

De referir na linha do Douro, nos últimos meses, decorreram obras de modernização e eletrificação do troço Caíde - Marco de Canaveses, a fim de dotar a linha de um nível de serviço superior, com maior segurança, eficiência e competitividade no sistema ferroviário⁴⁵, permitindo, assim a circulação de comboios elétricos suburbanos com origem e destino no Porto⁴⁶.

O Presidente da CML, Pedro Machado, aquando da visita do Primeiro-Ministro, António Costa, às obras, reforçou que “Caíde de Rei é uma terra que tem o comboio ligado à sua história há 143 anos”⁴⁷ e, portanto, este investimento irá beneficiar os movimentos intermunicipais dos lousadenses.

⁴⁵ Infraestruturas de Portugal. <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/centro-de-imprensa/linha-do-douro-0>

⁴⁶ Vale do Sousa TV. <https://valsousa.tv/primeiro-ministro-visitou-obras-no-tunel-ferroviario-de-caide-de-rei/>

⁴⁷ Idem

5.5.3. Padrões e Fluxos de Mobilidade da População

A natureza, o ritmo e a intensidade dos movimentos pendulares constituem um importante contributo para a dinamização da economia local.

Esse tipo de movimento populacional ocorre, em regra, na escala urbana ou regional e tem por contexto temporal, o quotidiano dos indivíduos. Em busca de melhores condições de trabalho ou então por questões académicas, muitos indivíduos são impulsionados a transpor frequentemente os limites territoriais do município em que residem.

De facto, os movimentos pendulares podem ser indicadores que explicam relações entre lugares distintos, as desigualdades sócio espaciais, as áreas mais e menos dinâmicas e melhor ou pior dotadas de equipamentos e serviços.

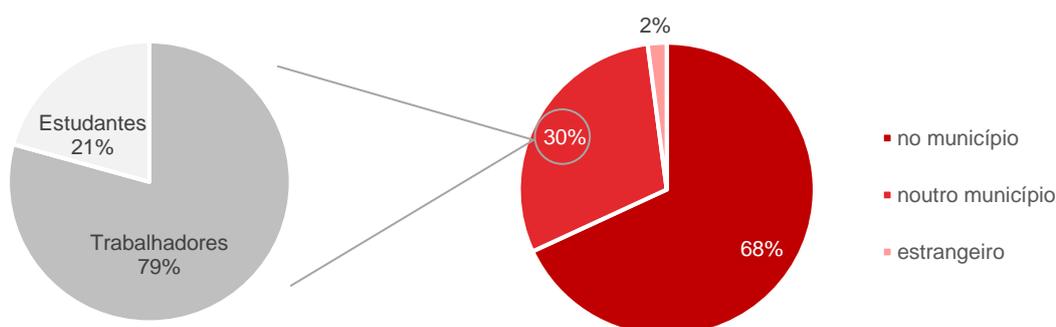


Gráfico 22. População residente empregada ou estudante (N.º), por local de trabalho ou estudo, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2011

Assim, no Gráfico 22, que apresenta a percentagem da população que trabalha ou estuda, segundo o local de trabalho ou estudo, constata-se que 21 223 (68%) habitantes não necessitam de sair do concelho. Contudo, há 9 311 (30%) pessoas que se descolam para outro município para trabalhar ou estudar, sendo que mais de 2/3 são trabalhadores.

Felgueiras e Paços de Ferreira, por constituírem importantes polos geradores de emprego, sobretudo associado à indústria do calçado e do mobiliário, respetivamente, assumem-se como os concelhos mais atrativos para os lousadenses (Figura 41). De notar ainda que os restantes fluxos evidenciam uma conexão significativa com todos os territórios limítrofes.

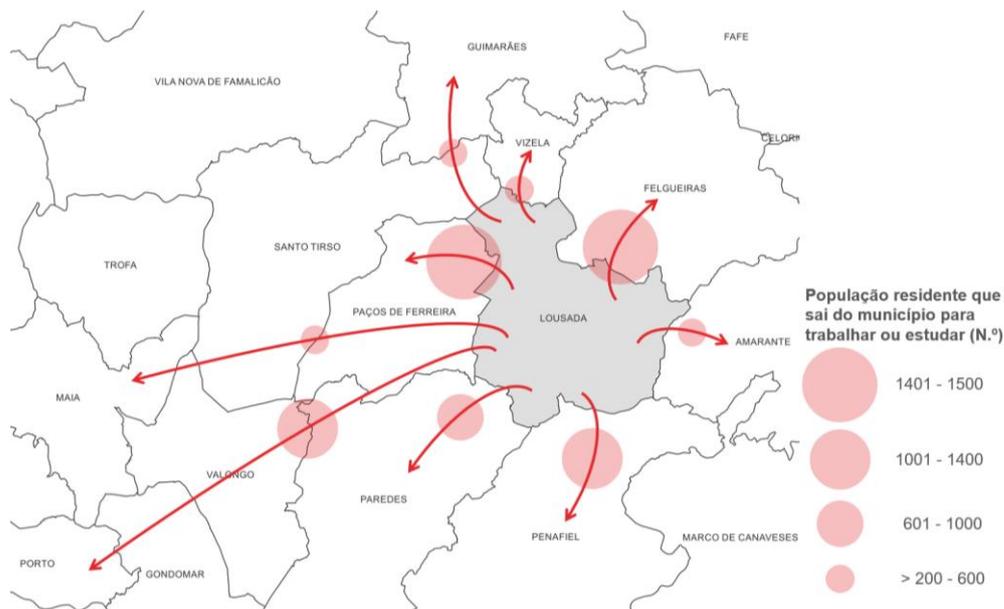


Figura 41. Principais fluxos externos da população residente do concelho de Lousada que se desloca para outro município para trabalhar ou estudar (N.º)

Fonte: INE, 2011

Importa mencionar também o facto de se registar uma elevada porção de população residente, que trabalha ou estuda deslocar-se para o Porto, que é reflexo do favorável sistema rodoviário e ferroviário existente no concelho de Lousada.

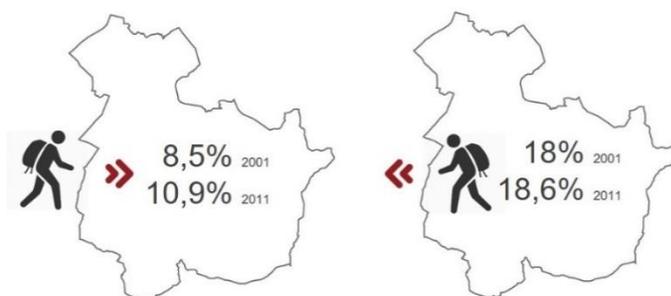


Figura 42. População que entra e sai (%), para trabalhar ou estudar, no concelho de Lousada

Fonte: INE, 2001 e 2011

Por sua vez, na Figura 42 é possível observar a proporção de população residente que trabalha ou estuda, - em relação à população residente total -, segundo as entradas e saídas do município. Verifica-se, deste modo, que Lousada apresenta em 2001 e 2011, um valor de população que sai para trabalhar ou estudar superior àquele que entra. Esta situação reflete as recentes dinâmicas demográficas, nomeadamente as deslocações motivadas pela necessidade de obtenção de níveis superiores ou especializados de ensino e também a carência de emprego dentro dos limites concelhios, uma vez que, como evidenciado anteriormente, é a população trabalhadora que mais sai do concelho.

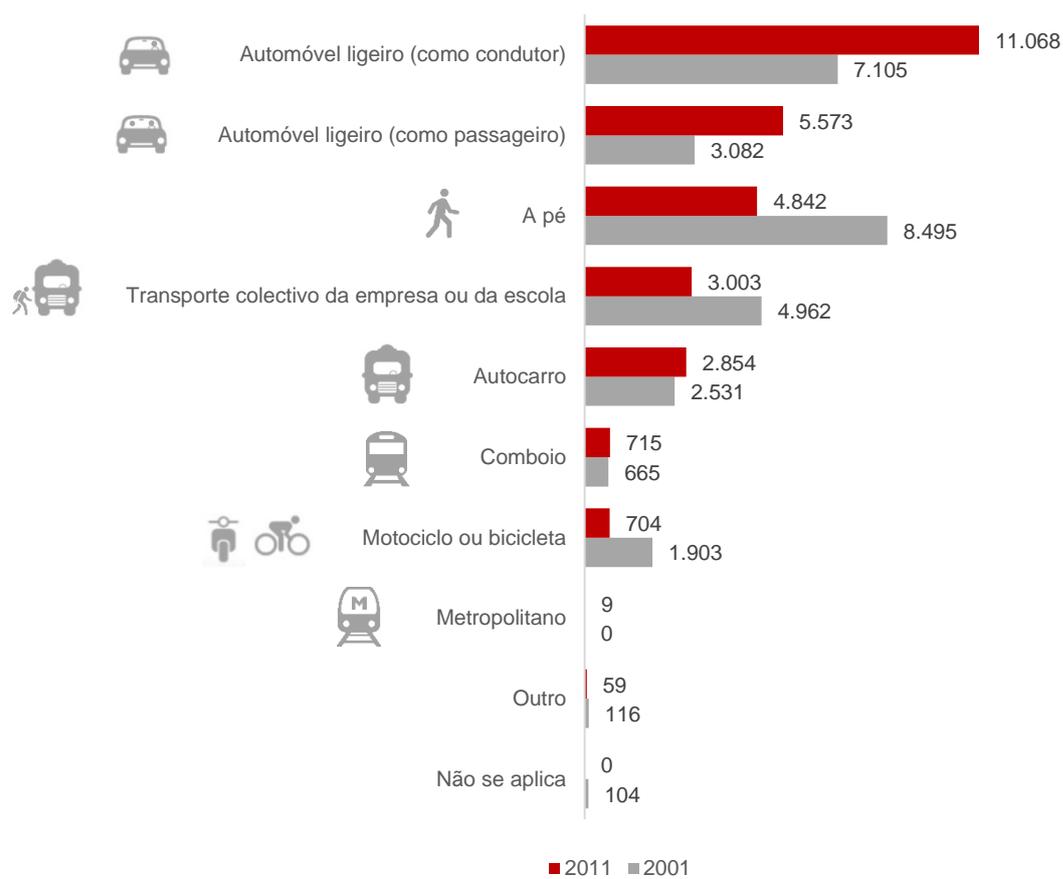


Gráfico 23. Modo de transporte mais utilizado (N.º) nos movimentos pendulares no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2001 e 2011

No que respeita ao modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, verificando o Gráfico 23, relativamente a 2001 deteta-se o domínio das deslocações a pé (29%), situação esta que sofreu alterações em 2011, uma vez que a utilização do automóvel ligeiro como condutor (38%) passou a representar a preferência dos lousadenses, contrariando os conceitos de sustentabilidade.



Figura 43. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2001 e 2011

Ademais, a Figura 43 assinala que a duração média das deslocações entre 2001 e 2011 diminuiu. Esta situação deverá relacionar-se com o aumento da utilização do automóvel particular, permitindo maior rapidez nas movimentações, o que também pode indiciar a necessidade de uma rede de transportes públicos mais eficiente.

Neste contexto, importa destacar a relevância que o Decreto-Lei n.º 60/2016 de 8 de setembro, - que fixa as regras para a implementação de serviços públicos de transporte de passageiros flexível, TPF - , pode ter em territórios como o de Lousada, na medida em que constitui uma oportunidade de melhor operacionalização do sistema, colmatando limitações no transporte público convencional, sobretudo em áreas mais isoladas e de menor procura.

O TPF pode realizar-se através de percursos predefinidos e/ou flexíveis nas componentes de itinerários, paragens e horários. De referir que enquanto transporte a pedido, o TPF pode ser efetuado por solicitação do passageiro, diretamente ao longo do percurso, em paragens preestabelecidas, ou através de reserva.

5.5.4. Sistema de Transportes Públicos

A existência de uma rede de transportes públicos de passageiros devidamente estruturada e articulada representa uma componente importante na promoção da inclusão e da sustentabilidade demográfica, da competitividade da rede urbana e da coesão dos territórios de baixa densidade.

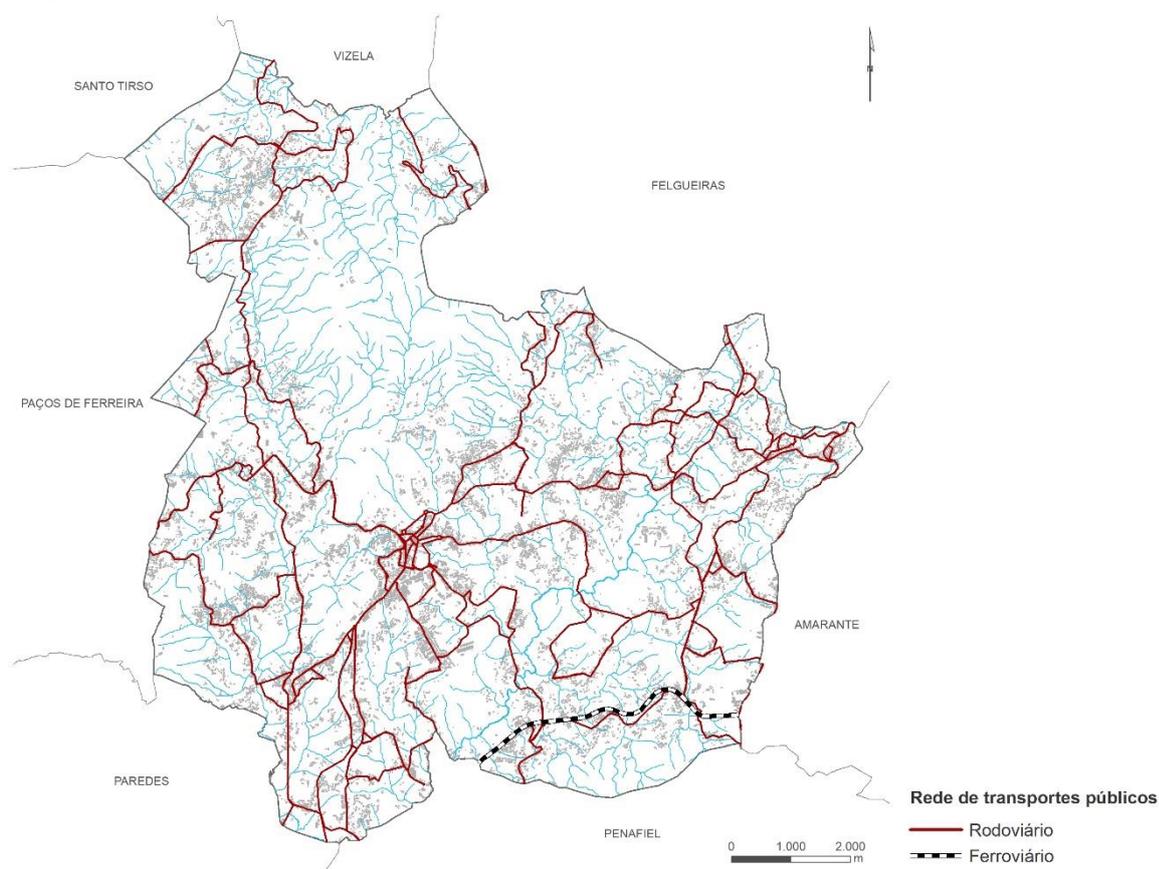


Figura 44. Rede de transportes públicos no concelho de Lousada

FORTE: CML, 2019

Neste contexto, importa mencionar que o sistema de transportes públicos do concelho de Lousada, apresentado na Figura 44, no âmbito rodoviário está a cargo da Auto Aviação Pacense, Transdev

Norte, Auto Viação Landim, Valpi Bus e Rodonorte, enquanto que o ferroviário é assegurado pela CP-Comboios de Portugal.

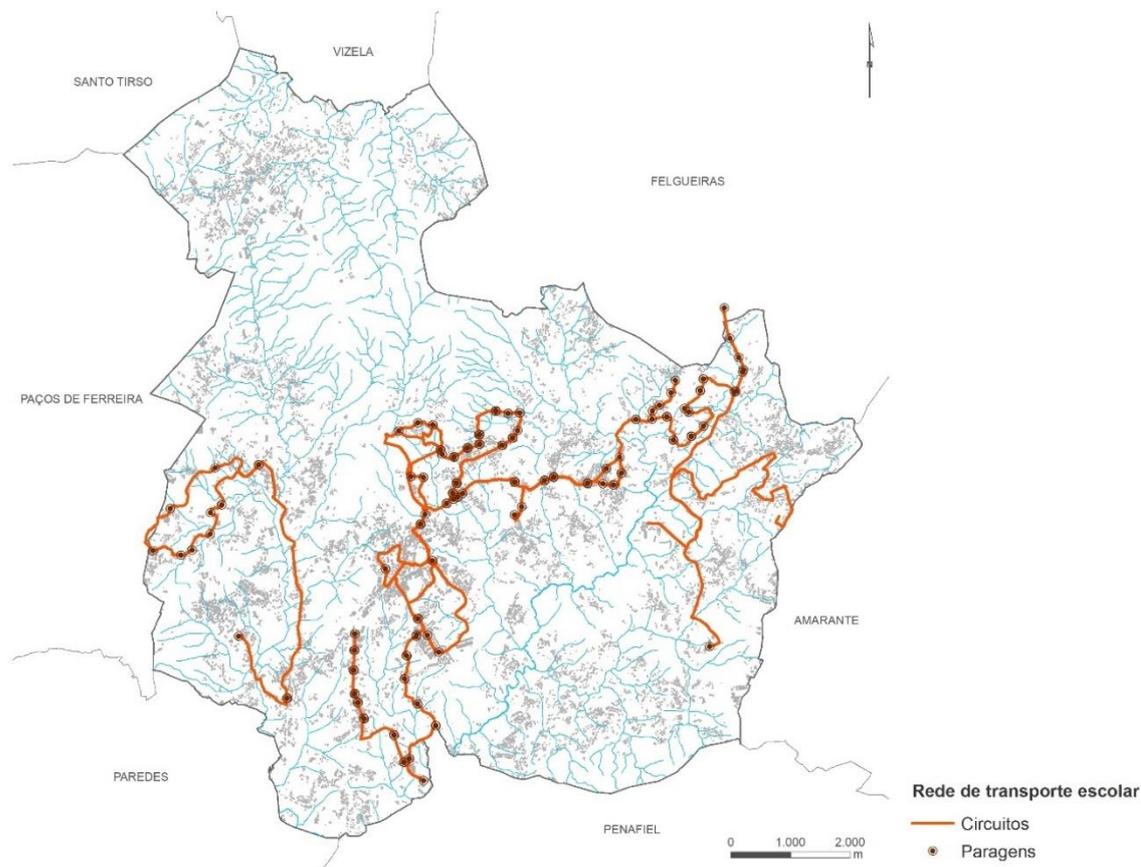


Figura 45. Rede de transportes escolares no concelho de Lousada

FONTE: CML, 2019

No que respeita aos transportes escolares, a CML garante a deslocação de e para os estabelecimentos de ensino e financia os passes escolares. Este transporte é efetuado essencialmente através de empresas de transportes, mas também em autocarros do município, estando estabelecidos diferentes circuitos, tal como é exposto na Figura 45.

Mais se informa que neste domínio, como se observa na Tabela 35, está prevista, no âmbito do PAMUS, a melhoria da rede de interfaces, permitindo, deste modo, multiplicar as alternativas de mobilidade.

Tabela 35. Ações no âmbito dos transportes públicos de passageiros no concelho de Lousada

Âmbito	Código da Operação	Designação da Operação	Estado
PAMUS	-	Melhoria da rede de interfaces	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS	NORTE-03-1406-FEDER-000101	Construção de Central de Autocarros	Candidatura submetida
PAMUS - complementares	-	Interface de ligações à ferrovia na Estação de Caíde de Rei e ao Apeadeiro de Meinedo	Prevista nas ações complementares do PAMUS
Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros - Lei nº 52/2015 de 9 de junho	-	Projeto de reestruturação da Rede Pública de Transporte de Passageiros da CIM do Tâmega e Sousa	Em elaboração
CALL CEF 2018	-	Serviços de disponibilização de informação ao público	Em execução (candidatura aprovada)

FONTE: CML, 2019

Em elaboração está o projeto de reestruturação da rede de transportes públicos de passageiros da CIM-TS e em execução, com candidatura já aprovada, estão os serviços de disponibilização de informação ao público. Foi ainda submetida a candidatura para a construção de uma central de autocarros.

De mencionar também que, recentemente, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária, PART, os cidadãos passaram a beneficiar de preços mais baixos nos passes dos transportes públicos através do “Passe CIM Tâmega e Sousa”, o que se deverá refletir numa maior utilização destes modos de transporte e ainda no fomento da coesão territorial.

5.5.5. Mobilidade Suave e Ativa

As questões ligadas às preocupações da sustentabilidade passaram a estar na ordem de trabalhos e esforços ao nível da gestão da mobilidade nos aglomerados urbanos.

De facto, a minimização dos efeitos nefastos, provocados pelo uso do automóvel enquanto principal modo de transporte nos últimos anos, passou a ser a principal razão na procura de outras formas de mobilidade, mais sustentáveis e mais conciliadoras de um espaço urbano saudável e que ofereça maior qualidade de vida à população.

Neste contexto, os modos suaves⁴⁸ de transporte, têm sido parte integrante da estratégia municipal de Lousada, uma vez que as condições territoriais estão a ser pensadas e redesenhadas, apostando-se na criação de redes de percursos pedonais e cicláveis, bem como na beneficiação do espaço público, conforme é exibida na Tabela 36.

Tabela 36. Ações no âmbito da mobilidade suave e ativa no concelho de Lousada

Âmbito	Código da Operação	Designação da Operação	Estado
PAMUS	NORTE-03-1406-FEDER-00015	Rede Recursos Pedonais Ordem / Sousela	Realizada
PAMUS	NORTE-03-1406-FEDER-000017	Rede de Percursos Pedonais Ação n.º 1 – Parque Urbano Municipal / Parque da Torre de Vilar (1.ª fase)	Realizada
		Ação n.º 2 – Macieira (EM 564-2) / Parque da Torre de Vilar (1.ª fase)	Em execução (suspensa)
		Ação n.º 3 – Macieira (EM 564-2) / Parque da Torre de Vilar (3.ª fase)	Realizada
PAMUS	NORTE-03-1406-FEDER-000018	Rede de Percursos Pedonais - Meinedo / Lousada Centro (1.ª fase)	Realizada
PAMUS	NORTE-03-1406-FEDER-000019	Percursos Pedonais Ponte Vilela / Caíde (1.ª fase)	Realizada
PAMUS	NORTE-03-1406-FEDER-000098	Rede Percursos Pedonais - Complexo desportivo / Parque Urbano	Candidatura submetida
(+) ACESSO - PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE INCLUSIVA - Centros Urbanos Complementares	NORTE-03-1406-FEDER-000133	Construção de percurso pedonal EN207-2 à EN320-1, Caíde de Rei – Rede de Percursos Pedonais Meinedo / Caíde de Rei (1.º fase)	Candidatura submetida
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Pedonais Boavista / Lousada Centro	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Pedonais – Ponte de Vilela / Igreja de Meinedo	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Pedonais – EN106	Prevista nas ações complementares do PAMUS

⁴⁸ Transportes de velocidade reduzida que ocupam pouco espaço, têm pouco impacte na via pública e que não emitem gases para a atmosfera, como a simples pedonalidade ou a deslocação com recurso a bicicletas, ou quaisquer outros similares, encarados como uma mais-valia económica, social e ambiental. SILVA, 2015 in Resolução da Assembleia da República n.º3/2009.

Âmbito	Código da Operação	Designação da Operação	Estado
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Pedonais – EN106 -1	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Pedonais – Lustosa	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Cicláveis – eixo Lousada / Lustosa	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Pedonais – Meinedo / Caíde de Rei	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Pedonais – Nevogilde / Casais	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Pedonais – Casais / Covas	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Pedonais – Barrosas / Santo Estevão	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Pedonais – Ligações às interfaces de Transporte	Prevista nas ações complementares do PAMUS
PAMUS - complementares	-	Rede de Percursos Cicláveis – Ecovia / Lousada	Prevista nas ações complementares do PAMUS
Município	-	Beneficiação de pavimentos e construção de passeios em Nevogilde e Casais	Realizada
Município	-	Beneficiação e manutenção de arruamentos urbanos – Requalificação da Rua do Alecrim	Realizada
PARU	NORTE -04-2316-FEDER-000070	Regeneração Urbana do espaço público da Praça do Românico	Candidatura submetida
PARU	NORTE-04-2316-FEDER-000232	Requalificação do espaço público envolvente à Rua do Picoto (1ª fase)	Em execução
PARU	NORTE-04-2316-FEDER-000288	Requalificação do espaço público envolvente à Rua do Picoto (2ª fase)	Em execução
PARU	NORTE-04-2316-FEDER-000283	Requalificação do espaço público do Largo Srª da Aparecida	Em execução (fase de concurso)

Âmbito	Código da Operação	Designação da Operação	Estado
PARU	NORTE-04-2316-FEDER-000230	Requalificação do espaço público da Avenida do Santuário e da Avenida Alto do Fogo	Em execução
PARU - complementares	-	Requalificação do espaço público exterior do Bairro Dr. Abílio	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação do espaço público ocupado pela Serração de Madeiras	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Reabilitação do espaço público exterior do Edifício dos CTT	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação do espaço público da Zona Industrial, Silvares	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação do Largo da Feira	Prevista nas ações complementares do PARU
PARU - complementares	-	Requalificação do espaço público da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra	Prevista nas ações complementares do PARU
-	-	Construção de passeios e implementação de medidas de acalmia do tráfego automóvel na EN207-2 Torno	Prevista médio/longo prazo
-	-	Construção de rotunda ao km 24+300/Construção de passeios entre o Km 24+100 e o Km 24+400 e plantação de faixa arbórea lateral	Prevista médio/longo prazo
EduMove-te	-	CIRandaR	Em execução (candidatura aprovada)

FONTE: CML, 2019

De realçar ainda que no âmbito do *EduMove-te: Educar para a mobilidade sustentável*, está em execução a operação *CIRandaR*, a fim de promover o serviço de *bikesharing*, baseado, portanto, na partilha de bicicletas e na promoção de um transporte rápido, fácil, barato e eficiente.

Síntese

REDES DE CONETIVIDADE

Lousada encontra-se numa situação privilegiada, favorecida por um conjunto de vias que permitem estabelecer importantes ligações ao nível interconcelhio.

Várias têm sido as iniciativas por parte do município no que respeita à beneficiação e infraestruturização da rede vária.

O concelho é servido pela linha do Douro, onde recentemente decorreram obras de modernização e eletrificação no troço Caíde - Marco de Canaveses, o que irá beneficiar os movimentos intermunicipais dos lousadenses.

Em 2011, 30% do total da população saía do concelho para estudar ou trabalhar noutra município, sendo que mais de 2/3 eram trabalhadores.

Em média, o tempo gasto na deslocação trabalho ou estudo é até 16,7 min, estando este facto associado ao uso elevado do automóvel, o que contraria os conceitos de sustentabilidade.

Os indicadores indicam que a rede de transportes públicos deverá ser mais eficiente, por isso o transporte de passageiros flexível pode constituir uma oportunidade de melhor operacionalização do sistema, sobretudo nas áreas mais isoladas e de menor procura.

Em 2011, a porção de população que saía para estudar ou trabalhar era superior àquela que entrava, o que se pode relacionar com as deslocações decorrentes do ensino superior ou mesma com a carência de emprego dentro dos limites concelhios.

Os modos suaves de transporte têm sido parte integrante da estratégia municipal de Lousada, uma vez que as condições em meio urbano estão a ser pensadas e redesenhadas.

A CML assegura o transporte de e para os estabelecimentos de ensino e financia os passes escolares.

5.6. PATRIMÓNIO

O património poderá ser entendido como uma síntese de vários valores identitários que contribuem para um sentimento de pertença e de identificação de um coletivo social, fornecendo elementos de significação cultural, particularmente relevantes num contexto de globalização onde coexistem leituras diferenciadas, que permitem situar-se em relação ao passado quando, muitas vezes, já nada resta dele.

O conceito de património inclui vertentes diversas, desde os edifícios classificados até às frentes urbanas de conjunto ou linguagens arquitetónicas populares e vernaculares, todos são sentidos como identidade local, afirmação coletiva e sinal de pertença. Desta forma, impõe-se uma revisitação aos conceitos e ao território, a fim de estruturar de forma sólida este importante item urbanístico social e cultural.

Assim, importa destacar o valor patrimonial presente no concelho de Lousada, que deve ser preservado e valorizado. À data da 1ª revisão do PDM de Lousada, em 2012, estavam identificados 5 imóveis classificados e 5 imóveis em vias de classificação, como se pode verificar na Tabela 37.

Tabela 37. Património classificado e em vias de classificação à data da 1ª revisão do PDM (2012)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO PDM 2012	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Pelourinho de Lousada	S. Miguel	Classificado	MN - Monumento Nacional
Torre de Vilar	Torre - Vilar de Torno e Alentém	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Igreja de Santa Maria ou de Nossa Senhora das Neves Igreja Matriz de Meinedo	Estação - Meinedo	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Casa de Vila Verde	Vila Verde - Caíde de Rei	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Igreja do Salvador de Aveleda	Igreja - Aveleda	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Conjunto Rural constituído pela casa das Vinhas, Casa do Carreiro de Baixo, Casa do Pedregal, Casa de Juzã, também designada Jusam, Casa do Carreiro de Cima, Casa da Afreita e Casa de Passos, integrando o caminho de acesso ao Lugar de Carreiro	Nevogilde	Em vias de classificação	Em vias de classificação (Homologação como IIP, 3 de fevereiro de 2005)
Castro de São Domingo/Cristelos	Cristelos	Em vias de classificação	Em vias de classificação

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO PDM 2012	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Igreja de São Lourenço de Pias	Pias	Em vias de classificação	Em vias de classificação
Ponte de Espindo	Meinedo	Em vias de classificação	Em vias de classificação
Ponte de Vilela	Aveleda	Em vias de classificação	Em vias de classificação

FONTE: PDM em vigor, 2012

Atualmente, e como se pode observar na Tabela 38, embora se mantenham os cinco imóveis classificados, em relação ao património imóvel em vias de classificação a situação alterou-se, uma vez que dos cinco identificados na Tabela 37, dois mantêm-se, efetivamente, em vias de classificação, mas os procedimentos de classificação dos outros três já caducaram.

Tabela 38. Património classificado e em vias de classificação atualmente (2019)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO 2019	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Pelourinho de Lousada	S. Miguel	Classificado	MN - Monumento Nacional
Torre de Vilar	Torre - Vilar de Torno e Alentém	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Igreja de Santa Maria ou de Nossa Senhora das Neves Igreja Matriz de Meinedo	Estação - Meinedo	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Casa de Vila Verde	Vila Verde - Caíde de Rei	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Igreja do Salvador de Aveleda	Igreja - Aveleda	Classificado	IIP - Imóvel de Interesse Público
Conjunto Rural constituído pela casa das Vinhas, Casa do Carreiro de Baixo, Casa do Pedregal, Casa de Juzã, também designada Jusam, Casa do Carreiro de Cima, Casa da Afreita e Casa de Passos, integrando o caminho de acesso ao Lugar de Carreiro	Nevogilde	Em vias de classificação	Em vias de classificação (Homologação como IIP, 3 de fevereiro de 2005)
Castro de São Domingo/Cristelos	Cristelos	Em vias de classificação	Em vias de classificação
Igreja de São Lourenço de Pias	Pias	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO 2019	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Ponte de Espindo	Meinedo	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável
Ponte de Vilela	Aveleda	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável

FONTE: DGPC, 2019

Os três procedimentos caducados estão de acordo com o previsto nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, DR, 1.ª série, N.º 206 de 23-10-2009, alterado pelo Decreto-Lei n.º 265/2012, DR, 1.ª série, n.º 251, de 28-12-2012.

É de salientar que, embora estes três imóveis se destacam por razões diferentes, todos contribuem para um reforço e valorização de Lousada.

A Igreja de São Lourenço de Pias, construída entre 1736 e 1739 é um exemplo de arquitetura religiosa, setecentista, composta por nave única, capela-mor e dois corpos adossados às fachadas laterais. O interior é bastante rico com as modinaturas das janelas e arco triunfal ornado por pinturas murais oitocentistas, formando apainelados de marmoreados fingidos e elementos decorativos vários. Destaca-se a talha dourada, do período joanino, com retábulos de plantas côncavas e profusa decoração. O retábulo lateral do Evangelho é de talha dourada e pintada de dourado, de planta reta e um eixo definido por duas colunas coríntias, encimadas por friso e cornija e por urnas.⁴⁹

Por sua vez, a Ponte de Espindo está implantada no antigo caminho medieval que ligava Bustelo a Boim, sendo uma das estruturas de passagem sobre o Rio Sousa, curso fluvial alvo de um intenso povoamento durante os séculos XII a XIV. É uma característica ponte baixo-medieval de modestas proporções, certamente semelhante a muitas outras que, pela mesma altura, marcaram a paisagem do Entre-Douro-e-Minho. Como estrutura dinâmica de importância vital para a sociedade rural do Entre-Douro-e-Minho até há escassas décadas, a ponte de Espindo foi objeto de múltiplas reformas.⁵⁰

Já em relação à Ponte de Vilela, não existem factos concretos que permitam apontar uma data exata ou aproximada para a construção da Ponte de Vilela, e se a análise dos aspetos construtivos leva a considerar muitas semelhantes com as pontes medievais, também não se pode esquecer que este sistema construtivo foi continuado nas épocas seguinte. É mais uma das muitas pontes históricas nacionais construídas de acordo com determinações utilitárias e pragmáticas. De salientar que a

⁴⁹ FONTE: DGPC, 2019 e SIPA, 2019

⁵⁰ FONTE: DGPC, 2019

ponte está integrada no caminho velho vindo de Caíde e que ia entroncar na "Estrada Real" Porto - Amares.⁵¹

Assim, considera-se que os três imóveis suprarreferidos representam parte da identidade local, contribuindo para a valorização do território de Lousada. Dessa forma, deverá ser ponderada a reabertura dos procedimentos caducados, a fim de uma reavaliação e possível classificação da Igreja de São Lourenço de Pias, da Ponte de Espindo e da Ponte de Vilela.

⁵¹ FONTE: DGPC, 2019 e SIPA, 2019

Síntese

PATRIMÓNIO

Não se verificam alterações em relação ao Património classificado à data da 1ª revisão do PDM (2012) e a atualidade. Assim, identifica-se um imóvel classificado como Monumento Nacional e quatro como Imóveis de Interesse Público.

Relativamente ao património em vias de classificação, dos cinco identificados na 1ª revisão do PDM (2012), apenas dois se mantêm, uma vez que três dos procedimentos caducaram.

Dada a relevância dos três imóveis cujos procedimentos caducaram, e tendo em vista a preservação e reforço da identidade local, considera-se pertinente ponderar a reabertura dos mesmos.

5.7. EQUIPAMENTOS

Os equipamentos coletivos são utilizadores de espaço, hoje fundamentais à vivência das populações e à qualificação das áreas urbanas, sendo, em muitos casos, estruturantes no território e, como tal, é essencial a sua consideração ao nível do planeamento.

Atualmente, o concelho de Lousada tem uma rede de equipamentos alargada. Na Figura 46 encontram-se representados os de saúde, de educação e de desporto, associados essencialmente às áreas urbanas, no sentido de satisfazer as necessidades da população.

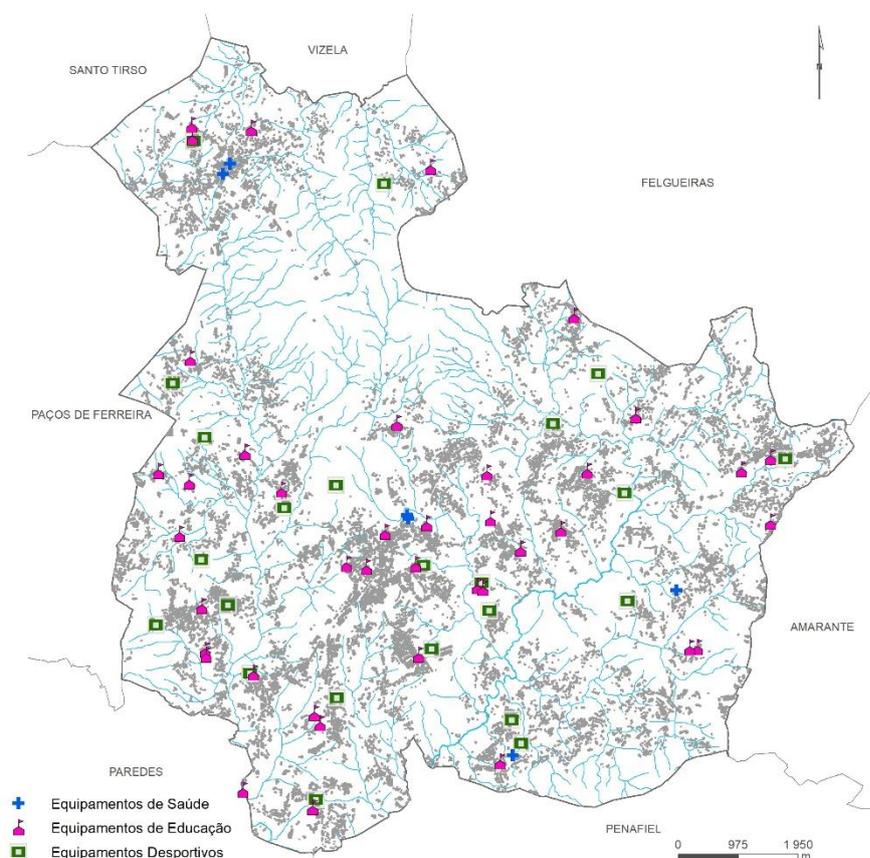


Figura 46. Equipamentos de saúde, de educação e de desporto, no concelho de Lousada

FONTE: CML, 2019

Neste preâmbulo, proceder-se-á, de seguida, à apresentação das tipologias de equipamentos coletivos existentes no concelho de Lousada, numa abordagem de identificação e localização mais abrangente, que compreende todas as tipologias de equipamentos normativos.

5.7.1. Equipamentos de Educação

Uma das áreas principais no quadro das múltiplas ações de uma Autarquia Local é, sem dúvida, o ensino. Questões como o insucesso escolar, o abandono pela população em idade escolar da instrução básica, os estabelecimentos de ensino e os equipamentos de apoio apelativos (com as condições de conforto atualmente exigíveis), assim como a boa cobertura de transportes escolares, são imprescindíveis ter em conta quando se pretende combater, por um lado, o insucesso escolar e, por outro, a insatisfação da população neste setor.

Assim, o presente capítulo terá o seu enfoque na atualização da informação sobre a rede escolar existente em termos quantitativos.

5.7.1.1. Ensino Secundário

O ensino secundário consolida a diversificação e especialização dos percursos educativos e formativos, oferecendo alternativas de educação e formação, cujo teor dominante pode ser de formação geral, vocacional, artística ou profissional.

Neste nível, o ensino é, em regra, organizado por disciplina e tendencialmente sujeito a provas de avaliação externa, integradas no processo de certificação final da frequência do curso. As ofertas educativas neste nível de ensino, com duração típica de três anos letivos, podem, portanto, ter organizações curriculares predominantemente orientadas para o prosseguimento de estudos no ensino superior, ou para o ingresso no mundo do trabalho, havendo gradações no peso relativo destas orientações, de acordo com o tipo de curso.

Tabela 39. Equipamentos com o ensino secundário

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Escola Básica e Secundária de Lousada Oeste	Nevogilde	Pública	CDE
Escola Básica e Secundária de Lousada Norte	Lousada	Pública	CDE
Escola Secundária de Lousada	Lousada	Pública	DE
Externato Senhora do Carmo	Lousada	Particular	ABCDE
Escola Básica e Secundária Dr. Mário Fonseca	Nogueira	Pública	ABCDE

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

FONTE: FONTE: DGEstE, 2019

5.7.1.2. Estabelecimentos de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

Compreendem os ciclos de estudo relativos à escolaridade obrigatória, integrando o 2.º Ciclo, jovens com idades de frequência dos 10 aos 11 anos e estende-se por dois anos de escolaridade, organizados em áreas interdisciplinares de formação básica da responsabilidade de um professor por área, tendo em vista habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a formação humanística, artística, desportiva, científica, tecnológica, moral e cívica, que o currículo nacional proporciona neste nível de ensino.

O 3.º Ciclo, com idades normais de frequência dos 12 aos 14 anos, compreende três anos de escolaridade, desenvolve o currículo respetivo no regime de um professor por disciplina ou grupos de disciplinas afins e integra diversas áreas vocacionais no ano terminal do ciclo. Pretende-se neste ciclo de ensino propiciar condições para a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida ativa e ao prosseguimento dos estudos, bem como a orientação profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida ativa.

Tabela 40. Equipamentos com os 2º e 3º ciclos de ensino

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Escola Básica de Lousada Centro	Lousada	Pública	CD
Escola Básica de Lousada Este	Lousada	Pública	CD
Escola Básica e Secundária de Lousada Oeste	Nevogilde	Pública	CDE
Escola Básica e Secundária de Lousada Norte	Lousada	Pública	CDE
Colégio de S. José de Bairros	Bairros	Particular	ABCD
Externato Senhora do Carmo	Lousada	Particular	ABCDE
Escola Básica e Secundária Dr. Mário Fonseca	Nogueira	Pública	ABCDE

A - Pré-escolar | B - 1.º Ciclo | C - 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E - Secundário | M - Artístico | O - Profissional

FONTE: FONTE: DGEstE, 2019

5.7.1.3. Escolas Básicas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância

Tratam-se de escolas com o 1º ciclo do ensino básico e com a valência da educação pré-escolar e que compreendem uma faixa etária dos 3 aos 9 anos. O 1.º ciclo compreende quatro anos de escolaridade, com idades normais de frequência dos 6 aos 9 anos, proporciona um ensino globalizante da responsabilidade de um único professor. Tem como objetivos específicos o enriquecimento da linguagem oral e a iniciação da aprendizagem da leitura, escrita, aritmética,

cálculo e a aquisição de noções básicas do meio físico e social, expressão plástica, dramática, musical e motora.

Tabela 41. Equipamentos com o ensino básico e jardins de infância

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Escola Básica de Boavista	Silvares	Pública	AB
Escola Básica de Boim	Boim	Pública	AB
Escola Básica de Cristelos	Cristelos	Pública	AB
Escola Básica de Ordem	Ordem	Pública	AB
Escola Básica de Pias	Pias	Pública	AB
Escola Básica de Caíde de Rei	Caíde de Rei	Pública	AB
Escola Básica de Meinedo	Corgo	Pública	AB
Escola Básica de Vilar do Torno e Alentém	Vilar do Torno e Alentém	Pública	AB
Escola Básica do Torno	Torno	Pública	AB
Escola Básica n.º 1 de Cruzeiro	Cernadelo	Pública	AB
Escola Básica de Campo	Campo	Pública	AB
Escola Básica de Igreja	Figueiras	Pública	AB
Escola Básica de Lagoas	Lagoas	Pública	AB
Escola Básica de Lodares	Lodares	Pública	AB
Escola Básica de Nespereira	Nespereira	Pública	AB
Escola Básica de Santo António	Casais	Pública	AB
Escola Básica de Carmo	Santo Estevão de Barrosas	Pública	AB
Escola Básica de Estrada do Meio	Estrada do Meio	Pública	AB
Escola Básica de Lustosa	Lustosa	Pública	AB
Escola Básica de Mós	Lousada	Pública	AB
Escola Básica de Sousela	Sousela	Pública	AB
Escola Básica de Telheiro	Telheiro	Pública	AB
Colégio de S. José de Bairros	Bairros	Particular	ABCD
Externato Senhora do Carmo	Lousada	Particular	ABCDE
Escola Básica e Secundária Dr. Mário Fonseca	Nogueira	Pública	ABCDE

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

FONTE: DGEstE, 2019

5.7.1.4. Educação Pré-Escolar

A educação Pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. É de frequência facultativa e é ministrada em jardins de infância públicos ou privados. Os investimentos verificados na última década no desenvolvimento da rede nacional de educação pré-escolar, compreendendo estabelecimentos públicos e privados, visam efetivar a universalidade da educação pré-escolar.

Os estabelecimentos de educação pré-escolar podem funcionar em edifícios distintos ou estar associados a estabelecimentos de ensino básico. Cada sala de educação pré-escolar deve ter uma frequência mínima de 20 e máxima de 26 crianças. Em zonas de baixas densidade populacional poderá ser autorizada uma frequência inferior a 20 ou a adoção de modalidades alternativas, designadamente de educação itinerante e a animação infantil comunitária.

Tabela 42. Equipamentos com ensino pré-escolar

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Jardim de Infância do Centro Social Paroquial de Lustosa	Lustosa	IPSS	A
Jardim Infantil do Centro B. E. Infantário Visconde de Sousela	Sousela	IPSS	A
Jardim de Infância de Granja	Covas	Pública	A
Jardim de Infância de Lagoa	Lagoa	Pública	A
Jardim de Infância de Uchas	Uchas	Pública	A

A - Pré-escolar | B - 1.º Ciclo | C - 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E - Secundário | M - Artístico | O - Profissional

FONTES: DGEstE, 2019

5.7.2. Equipamentos Desportivos

A prática de atividades físicas e desportivas é, atualmente, uma área de indiscutível importância na qualidade de vida da população que se pretende ativa e dinâmica. De um modo geral, e segundo as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, os espaços onde se realizam atividades podem ser agrupados em:

- Espaços naturais ou espaços adaptados;
- Espaços construídos, espaços artificiais ou equipamentos propriamente ditos.

A caracterização dos equipamentos desportivos, a que se procede aqui neste documento, apoia-se sobretudo nos critérios defendidos relativamente ao conjunto dos equipamentos ditos de base, sem descurar uma breve passagem pelos equipamentos especiais.

Como se foi adiantando anteriormente, os equipamentos desportivos encontram-se classificados em categorias: equipamentos especiais e equipamentos básicos. A hierarquia traçada, definida no Decreto-Lei n.º 317 / 97, de 25 de novembro, sobre instalações desportivas de uso público, e referenciada nas normas publicadas pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, DGOTDU, é a seguinte:

Tabela 43. Hierarquia da rede de equipamentos para o desporto

Equipamentos Especiais	Competição / Espetáculo	Competição de Alto Nível
	Especializados	Formação Especializada
		Atividades Específicas
Equipamentos Básicos	Formativos / Normativos	Formação
		Recreação
	Recreativos	Recreação
		Jogo Infantil
		Jogo Tradicional

FONTE: Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos, DGOTDU (2002)

5.7.2.1. Grandes Campos de Jogos

Os Grandes Campos de Jogos, GCJ, encontram-se tradicionalmente associados à prática do futebol de onze. É uma modalidade que ao longo dos anos tem tido um papel importante no desenvolvimento desportivo do concelho. Apresentando-se, de seguida, na Tabela 44, os GCJ que se distribuem pelo território municipal de Lousada e que constituem a tipologia de equipamentos desportivos mais numerosa.

Tabela 44. Grandes Campos de Jogos

Instalação Desportiva	Localização
Estádio Municipal de Futebol, Complexo Desportivo de Lousada	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Estádio Municipal de Hóquei, Complexo Desportivo de Lousada	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Campos Multifuncionais - Futebol e Rugby, Complexo Desportivo de Lousada	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Campo de Futebol do Aparecida Futebol Clube	Torno
Campo de Futebol da ARD Macieira	Macieira
Campo de Futebol do F.C. Romariz	Meinedo
Campo de Futebol da U.D. Lagoas	Nevogilde

FONTE: CML, 2019

5.7.2.2. Pequenos Campos de Jogos

Relativamente aos equipamentos desportivos referenciados como Pequenos Campos de Jogos, PCJ, designadamente os polidesportivos descobertos, os pequenos campos, os campos de ténis e outras estruturas similares, Lousada é servido por um equipamento, os Campos de Ténis no Complexo Desportivo de Lousada, na União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.

5.7.2.3. Piscinas Cobertas

Relativamente à oferta de piscinas cobertas, o concelho é servido por um equipamento municipal, que compreende as várias valências desta tipologia de equipamentos: as piscinas de aprendizagem, as polivalentes e as piscinas desportivas, localizadas na União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, sendo a instalação desportivas denominada de Piscinas Municipais de Lousada.

5.7.2.4. Pavilhões e Salas de Desporto

Em relação a esta tipologia de equipamentos desportivos, o município de Lousada dispõe de vários, e que são enumerados na Tabela 45. Este grupo é constituído por salas de desporto polivalente, pavilhões polivalentes e pavilhões desportivos.

Tabela 45. Pavilhões e Salas de Desporto

Instalação Desportiva	Localização
Pavilhão Polidesportivo do Complexo Desportivo de Lousada	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Pavilhão do CCD Ordem	União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem
Pavilhão da EBS Dr. Mário Fonseca	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Pavilhão da EB 2.3 de Lousada	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga

FONTE: CML, 2019

5.7.3. Equipamentos de Saúde

O acesso aos equipamentos de saúde deverá ser privilegiado e incentivado a baixos custos a toda a população e é um direito consagrada pela Constituição da República que consagra a proteção à saúde de todos os cidadãos e da comunidade, assegurado pelo Serviço Nacional de Saúde.

A rede de cuidados de saúde de Lousada é composta por unidades de saúde primária, constituídas por Centros de Saúde, CS, com unidades que prestam cuidados de prevenção primária, promoção e

educação para a saúde, e ainda por cuidados secundários ou hospitalares de diagnóstico e tratamento.

Tabela 46. Equipamento de Saúde

Equipamento de Saúde	Localização
Centro de Saúde de Lousada	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Unidade de Saúde Familiar - USF Nova Lousada	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Unidade de Saúde Familiar - USF Torrão	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Unidade de Cuidados na Comunidade - UCC Lousada	Meinedo
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados - UCSP Pólo Caíde	Caíde de Rei
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados - UCSP Pólo Meinedo	Meinedo
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados - UCSP Lousada II, Pólo Lustosa	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão)
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados - UCSP Lousada II, Pólo Lousada	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga

FONTE: ARSNorte, 2019

5.7.4. Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

Com o objetivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou de escalões etários mais dependentes, as instituições de Segurança Social baseiam a sua ação na tentativa da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos.

O exercício da ação social é efetuado diretamente pelo Estado, através da utilização de serviços e equipamentos públicos ou em cooperação com as entidades cooperativas, sociais e privadas não lucrativas, designadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social, IPSS. O alargamento progressivo da cobertura dos concelhos com rede social tem em conta o princípio do planeamento com o objetivo da adoção de um plano social que vincule a Administração Central, Regional e Local e as instituições. As instituições têm assim o objetivo de estimular o voluntariado social para uma atuação integrada junto dos indivíduos e famílias.

O levantamento realizado para o concelho de Lousada permitiu identificar quais as instituições de cariz social, assim como, as respetivas valências/tipologias das iniciativas dirigidas a favor da diversa população-alvo. Os equipamentos de solidariedade e apoio social são fundamentais para o desenvolvimento social dos mais jovens e para a manutenção dos espaços de convivialidade dos mais idosos, fatores essenciais para o bem-estar destas populações. O panorama concelhio, relativamente a equipamentos desta natureza, encontra-se descrito nos pontos seguintes e resulta da

consulta ao portal da Carta Social de 2018 que reúne os principais elementos de caracterização da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.

5.7.4.1. Infância e Juventude – Creches e Jardins de Infância

Na área de intervenção da infância e juventude, as creches e jardins-de-infância que tem como definição: “Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.”⁵²

Estes equipamentos de natureza pública, mas também de âmbito privado, assim IPSS, que no seu conjunto pretendem assegurar acolhimento às crianças do município no período de horário laboral, para lhes proporcionarem condições adequadas de desenvolvimento, cooperando ativamente com as famílias no processo educativo.

No total, existem em Lousada 9 equipamentos que asseguram esta resposta social e que estão integrados nas instituições, podendo-se verificar na Tabela 47.

Tabela 47. Creches e Jardins de Infância

Instituição	Freguesia
Complexo Social de Lousada	Macieira
Centro Bem Estar Infantil Visconde Sousela e Isabel Maria	Sousela
Centro Social e Paroquial de Lustosa	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão)
Associação de Solidariedade Social de Nespereira	União das freguesias de Nespereira e Casais
Associação Coração Solidário de S. Miguel de Silvares	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Externato Senhora do Carmo, Lda.	Vilar do Torno e Alentém
Ângulos e Argumentos, Lda.	Lodares
Escola Básica de Lagoas	Nevogilde
Centro Escolar de Campo	Nevogilde
Centro Escolar de Nespereira	União das freguesias de Nespereira e Casais
Centro Escolar de Casais	União das freguesias de Nespereira e Casais
Agrupamento Escolar Dr. Mário Fonseca	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga

FONTE: Carta Social 2018, 29-03-2019

⁵² Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ^o Secretário de Estado da Segurança Social de 17-01-2006.

5.7.4.2. Infância e Juventude – Centro de Atividades de Tempos Livres

Os Centros de atividades de Tempos Livres reconhecidos como ATL e cuja definição é: “Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.”⁵³

Esta resposta social da área de intervenção infância e juventude destina-se a proporcionar atividades ocupacionais e de tempos livres no âmbito sociocultural às crianças do concelho, a partir dos 6 anos de idade, mas também aos jovens nos períodos livres das atividades e responsabilidades escolares.

Na Tabela 48 apresentam-se as instituições que nos seus equipamentos disponibilizam este tipo de ocupação de tempos livres, perfazendo no total 4 e distribuídos pelas correspondentes freguesias.

Tabela 48. Centro de Atividades Tempos Livres - ATL

Instituição	Freguesia
ATL de Caíde de Rei	Caíde de Rei
Complexo Social de Lousada	Macieira
Associação Social Recreativa e Cultural ao Encontro das Raízes	União das freguesias Cristelos, Boim e Ordem
Centro Social e Paroquial de Lustosa	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão)

FONTE: Carta Social 2018, 29-03-2019.

5.7.4.3. População Adulta com Deficiência – Atividades Ocupacionais

Outro âmbito de respostas sociais que o concelho tem é o relativo às pessoas adultas com deficiência, em que está consagrada uma instituição como centro de atividades ocupacionais, definida como: “Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.”⁵⁴

Este tipo de resposta social destinada a jovens e adultos com deficiência é assegurada no concelho de Lousada pela ACIP - AVE Cooperativa de Intervenção Psicossocial, CRL na União das freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga.

⁵³ Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ° Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

⁵⁴ Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ° Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

5.7.4.4. População Adulta e Idosa – Centros de Dia

Os centros de dia na área de intervenção para a população adulta e idosa, são uma: “Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.”⁵⁵

O centro de dia é uma valência que assegura um conjunto de serviços (refeições, convívio/ocupação, cuidados de higiene, tratamento de roupa, férias organizadas) e que contribui para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

Assim, sob a gestão de duas instituições, há distribuída por duas freguesias, esta resposta social, conforme exibido na Tabela 49.

Tabela 49. Centros de Dia

Instituição	Freguesia
Centro Social e Paroquial de Sousela	Sousela
Associação de Solidariedade Social de Nespereira	União das freguesias de Nespereira e Casais

FONTE: Carta Social 2018, 29-03-2019

5.7.4.5. População Adulta ou Idosa – Lares de Idosos

Na área de intervenção social relacionada com a população idosa, os lares de idosos que se definem como: “Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.”⁵⁶

Também denominados, segundo a nomenclatura, como estrutura residencial para idosos - vulgo lar de idosos - são estabelecimentos nos quais são desenvolvidas atividades de apoio social, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene e conforto, fomentando o convívio, proporcionando animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes. Existem três equipamentos, cujas instituições que os gerem e asseguram esta valência, estão apresentadas Tabela 50.

⁵⁵ Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ^o Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

⁵⁶ Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ^o Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

Tabela 50. Lares de Idosos

Instituição	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia de Lousada	União das freguesias de Nespereira e Casais
Lar Residencial da Santa Casa da Misericórdia de Lousada	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Lar Sousa Freire	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga

FONTE: Carta Social 2018, 29-03-2019

5.7.4.6. População Adulta – Serviços de Apoio Domiciliário (Idosos)

Quanto à população adulta e idosa, Lousada nesta área de intervenção das pessoas idosas tem como resposta social os serviços de apoio domiciliário que se definem como: “Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.”⁵⁷

Por conseguinte, distribuídas pelos equipamentos de várias instituições, como se podem aferir na Tabela 51, existem atualmente oito entidades que asseguram esta tipologia de resposta social.

Tabela 51. Serviços de Apoio Domiciliário a Idosos

Instituição	Freguesia
Centro Social e Paroquial de Macieira	Macieira
ADASM Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Meinedo	Meinedo
CSSEF Centro Social Paroquial de Sousela	Sousela
Cooperativa de Serviços de Saúde Envelhecimentos e Formação	União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem
Centro Social e Paroquial de Lustosa	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão)
Associação de Solidariedade Social de Nespereira	União das freguesias de Nespereira e Casais
Vida em Movimento - Apoio Domiciliário, Lda.	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Cristina Fernanda Pereira de Sousa, Lda.	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Santa Casa da Misericórdia de Lousada	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga

FONTE: Carta Social 2018, 29-03-2019

⁵⁷ Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ° Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

5.7.4.7. Família e Comunidade – Centro Comunitário

Os Centros Comunitários destinam-se às famílias e á comunidade em geral e são uma resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

No município, este tipo de resposta social, é assegurada por duas instituições, como se pode verificar na Tabela 52.

Tabela 52. Centros Comunitários

Instituição	Freguesia
Centro Social e Paroquial de Macieira	Macieira
Associação Social Recreativa e Cultural ao Encontro das Raízes	União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem

FONTE: Carta Social 2018, 29-03-2019

5.7.5. Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

A Segurança pública e a proteção civil convergem num conjunto de serviços indispensáveis à sociedade com dispositivos e medidas de prevenção que asseguram ao cidadão a proteção. Na Tabela 53 apresentam-se os equipamentos que asseguram esta resposta de segurança e proteção aos cidadãos do município, quer por parte dos Bombeiros, quer da Guarda Nacional Republicana, GNR.

Tabela 53. Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

Equipamento	Freguesia
GNR - Posto Territorial de Lousada	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Bombeiros Voluntários de Lousada	União das freguesias, Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga

FONTE: CML; GNR, BV Lousada, 2019

Síntese

EQUIPAMENTOS

Lousada através dos agrupamentos escolares permite uma qualidade de ensino atrativa e distribuída por equipamentos que vão desde o pré-escolar até ao ensino secundário.

A prática desportiva é assegurada por equipamentos como grandes e pequenos campos de jogos, pavilhões e salas de desporto.

Na saúde e bem estar, o município através de equipamentos como o complexo das piscinas municipais, assegura esta valência.

Na área social para a infância e juventude conta com 16 equipamentos, creches, jardins de infância e ATL.

Lousada apoia a população adulta com deficiência através da ACIP - AVE Cooperativa de Intervenção Psicossocial, CRL .

A resposta social à população adulta e idosa, conta com 14 equipamentos, dentro do apoio domiciliários, lares de idosos e centros de dia.

A segurança pública e a proteção civil são asseguradas por 2 equipamentos, um da GNR e outro dos Bombeiros.

5.8. AMBIENTE E INFRAESTRUTURAS

Cada vez mais se reconhece a preocupação com o ambiente, aumentando a consciencialização da sociedade face à importância da utilização de boas práticas, tendo em vista o desenvolvimento sustentado dos recursos.

Neste sentido, interessa abordar um conjunto de indicativos referentes aos resíduos, ao saneamento, à qualidade do ar e da água, à energia e ao ruído. Aliás, proceder-se-á também à análise do papel da proteção civil relativamente à defesa da floresta e na resposta a situações de emergência ou catástrofe.

5.8.1. Resíduos

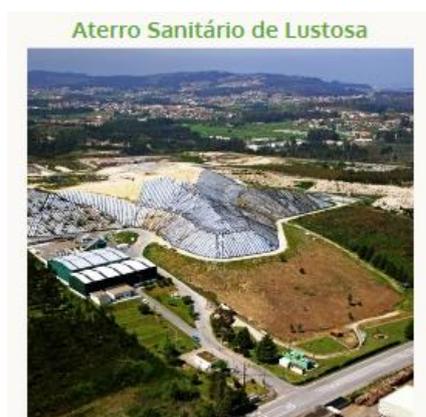
Os Resíduos Sólidos Urbanos, RSU, constituem um dos maiores problemas ambientais das cidades no século XXI. O crescimento exponencial do vulgo “lixo”, a par com uma maior diversidade do tipo de resíduos e uma menor capacidade de se degradarem na natureza, são fatores que nos separam sobremaneira do estilo de vida do início e meados do século XX.

Por este motivo, o município, a fim de assegurar a sustentabilidade, tem assumido a importância de otimização dos recursos disponíveis.

O município de Lousada é a entidade titular que tem por atribuição assegurar a provisão do serviço de gestão de resíduos urbanos no respetivo território, sendo ainda a entidade gestora responsável pela recolha indiferenciada e seletiva.

A triagem, valorização e eliminação dos resíduos urbanos é da responsabilidade da Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM, AMBISOUSA.

São várias as infraestruturas de apoio existentes no concelho, designadamente:



Este aterro foi projetado para servir as populações dos seguintes concelhos do Vale do Sousa: Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira e iniciou a sua atividade em novembro de 1998.

Situa-se em plena Serra de Campelos na freguesia de Lustosa.

Figura 47. Aterro Sanitário

FONTE: Ambisousa (2019)

Central de Valorização Energética do Biogás de Lustosa



Figura 48. Central de Biogás

FONTE: Ambisousa (2019)

Entrou em funcionamento em 2009 com o objetivo de produzir biogás a partir dos RSU do aterro, para introduzir na rede pública habitacional. Situa-se na freguesia de Lustosa.

Sistema de Mini-Geração de Energia de Lustosa



Figura 49. Sistema fotovoltaico

FONTE: Ambisousa (2019)

Este sistema de mini-geração de energia elétrica através da instalação de 304 painéis fotovoltaicos, na freguesia de Lustosa em 2014, permite produzir energia elétrica para venda à EDP.

Estação de Triagem de Lustosa



Figura 50. Estação de triagem

FONTE: Ambisousa (2019)

A estação e triagem localizada em Lustosa na zona do aterro, é fundamental para compatibilizar a deposição de RSU com as medidas de separação necessárias de modo a não "consumir" espaço de aterro disponível, bem como garantir o correto encaminhamento dos diversos materiais valorizáveis e recicláveis.

A funcionar desde no ano 2000, foi objeto de ampliação e inaugurado o novo edifício em 2019.

Além das infraestruturas que existem no município, importa salientar alguns dados estatísticos que permitem verificar a evolução ao longo dos últimos anos no que respeita à temática ambiental de tratamento de resíduos.

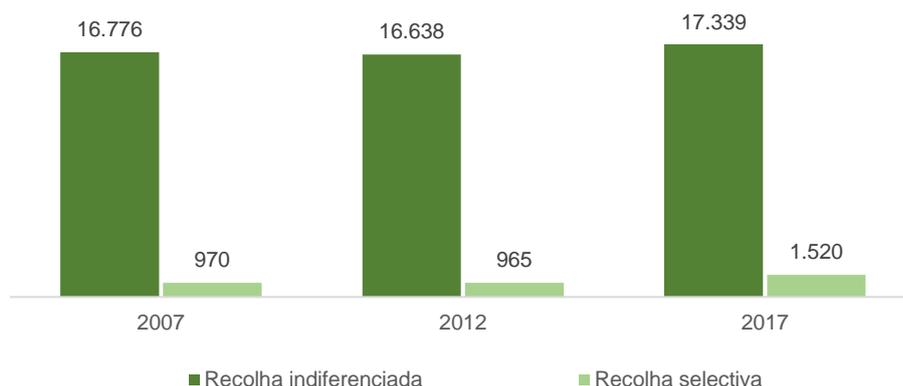


Gráfico 24. Resíduos urbanos recolhidos (t) no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2007, 2012 e 2017

Assim, de acordo com o Gráfico 24, é possível confirmar que a recolha de resíduos urbanos apresentou uma evolução crescente em termos quantitativos globais na década em análise. No entanto, quando se observa por tipologia, é de 2012 para 2017 que há um aumento maior tanto na recolha de resíduos indiferenciados, como no aumento da recolha seletiva, resultado da aposta municipal em ações planeadas no sentido de atingir as metas definidas pelo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, PERSU 2020, para a região.

Em relação ao tipo de destino dos resíduos e a sua utilização, como se pode aferir na Tabela 54, só a partir do ano de 2012 existem dados sobre as estratégias de valorização que vão além da valorização multimaterial.

Tabela 54. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de destino, no concelho de Lousada

Ano	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Valorização multimaterial
2017	17 370	104	9	1 275
2012	16 638	0	0	965
2007	16 776	0	0	970

FONTE: INE, 2007, 2012 e 2017

No entanto só em 2017 se percebe o impacto das infraestruturas criadas no município, como a central de biogás do aterro de Lustosa e o centro de triagem da mesma freguesia, a par com um aumento quantitativo da recolha seletiva.

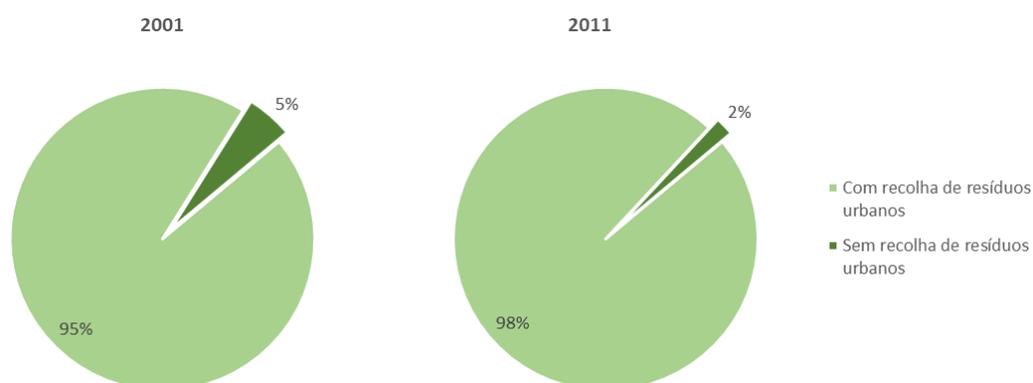


Gráfico 25. Edifícios (N.º), por existência de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, no concelho de Lousada

FONTE: INE Dados Censitários, 2001 e 2011

Por fim, no Gráfico 25 destaca-se o facto de os edifícios abrangidos com sistema de recolha de RSU constituírem 98% do total em 2011, ou seja, registou-se um aumento de 3% face a 2001, o que denota uma boa cobertura em termos de sistema de recolha de RSU no município.

5.8.1.1. Plano Municipal para a Prevenção de Resíduos

Segundo a APA, o PERSU, aprovado em 1997, configurou um instrumento de planeamento de referência na implementação de um conjunto de ações para a concretização da política de resíduos urbanos.

Neste âmbito, o PERSU 2020, para o período compreendido entre 2014 e 2020, foi aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 179, de 17 de setembro.

A estratégia preconizada neste Plano tem o objetivo de garantir um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de processos, tecnologias e infraestruturas adequadas. Promove ainda a minimização da produção e da perigosidade dos resíduos e procura integra-los nos processos produtivos como materiais secundários por forma a reduzir os impactes da extração de recursos naturais e assegurar os recursos essenciais à economia, ao mesmo tempo que se criam oportunidades de desenvolvimento económico e de emprego.

Neste sentido, o PERSU 2020 define a política, as orientações e as prioridades para os resíduos urbanos, designadamente:

- *Resíduos geridos como recursos endógenos, minimizando os seus impactes ambientais e aproveitando o seu valor socioeconómico.*

- *Eficiência na utilização e gestão dos recursos primários e secundários, dissociando o crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos.*
- *Eliminação progressiva da deposição de resíduos em aterro, com vista à erradicação da deposição direta de RU em aterro até 2030.*
- *Aproveitamento do potencial do setor dos RU para estimular economias locais e a economia nacional: uma atividade de valor acrescentado para as pessoas, para as autarquias e para as empresas, com capacidade de internacionalização, no quadro de uma economia verde.*
- *Envolvimento direto do cidadão na estratégia dos RU, apostando-se na informação e em facilitar a redução da produção e a separação, tendo em vista a reciclagem.*

Assim, em 2015, o município de Lousada apresentou o seu Plano de Ação, e estando o município de Lousada inserido no sistema AMBISOUA, EIM, traduziu no mesmo, a estratégia assumida para apoio ao cumprimento das metas atribuídas ao sistema, com o principal intuito de diminuir a deposição de resíduos em aterros, aumentar as quantidades de materiais recicláveis, fomentar a cidadania ambiental e responsabilizar infratores, em compatibilização com a estratégia do PERSU 2020.

Neste âmbito, foram estabelecidas metas aplicáveis aos sistemas de gestão de resíduos, tendo sido fixadas para o sistema AMBISOUA as seguintes:

- Retomas de recolha seletiva – 32 kg/hab.
- Preparação para reutilização e reciclagem – 35 %
- Meta máxima de deposição de RUB em aterro – 50 %

Para que a AMBISOUA possa atingir os valores acima apresentados é fundamental, entre outros, o contributo do município de Lousada. De referir, contudo, que o apoio do município se centra fundamentalmente no cumprimento da meta de retoma da recolha seletiva.

Face aos quantitativos de resíduos recolhidos e à população de 2014, o município de Lousada apresentava o seguinte posicionamento face à meta da retoma: 17 kg/hab por ano.

Deste modo, atentando ao grau de cumprimento da meta associada à recolha seletiva definida no PERSU 2020, observando a Tabela 55, verifica-se que o alcance do objetivo tem registando um crescente e encontra-se a 2kg por habitante ao ano, em termos da meta de resíduos em recolha seletiva para o município de Lousada.

Tabela 55. Grau de cumprimento da meta “Retomas de Recolha Seletiva”

Ano	Recolha seletiva (ton) Totais					Resultados (kg/hab.ano)		Meta PERSU 2020 (kg/hab.ano)
	Plástico/metal	Papel/Cartão	Vidro	LOUSADA	AMBISOUSA	LOUSADA	AMBISOUSA	
2018	271,19	544,27	565,38	1 534,89	9 733,27	30	27	32
2017	183,62	359,01	486,77	1 132,11	8 242,40	22	23	
2016	159,97	341,24	481,50	982,70	7 881,07	19	22	

FONTE: Ambisouza, 2019

Aliás, Lousada criou o projeto piloto “Lixo Sustentável”, tendo resultado no crescimento mensal do número de consumidores que aderiram à iniciativa, aumentando o volume de recolha de resíduos recicláveis nos ecopontos distribuídos no concelho e ampliado ainda a entrega de material no Ecocentro Municipal, que resulta no usufruto de descontos sobre a fatura mensal dos resíduos urbanos.⁵⁸

5.8.2. Saneamento

A empresa Águas do Norte S. A. gere e explora a rede pública de captação e distribuição da água potável no concelho de Lousada.

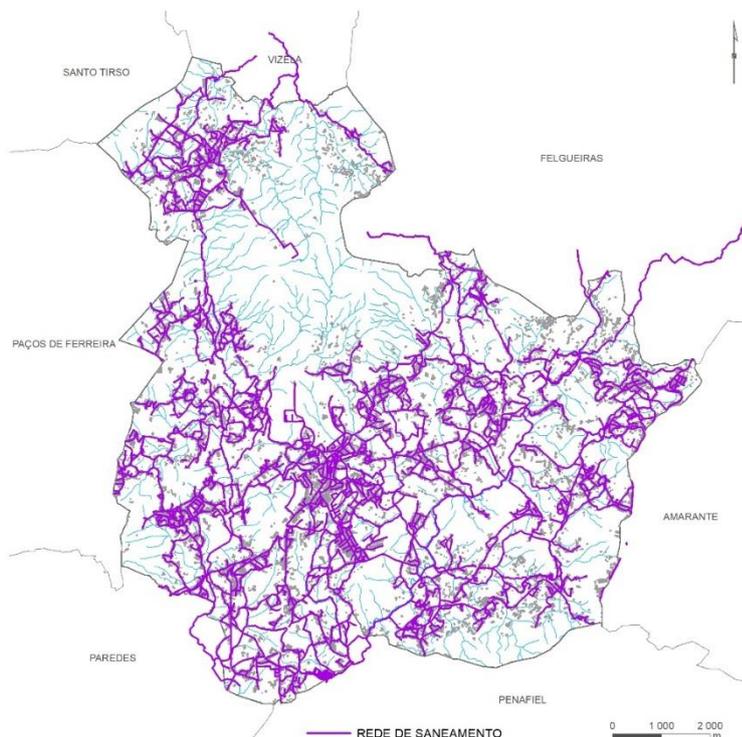


Figura 51. Rede de Saneamento no concelho de Lousada

FONTE: CML, 2019

⁵⁸ Câmara Municipal de Lousada. <http://www.cm-lousada.pt/pt/noticias/lousadenses-trocam-lixo-separado-por-descontos>

Na Figura 51 evidencia-se uma elevada cobertura da rede de drenagem de águas residuais, havendo uma clara relação direta com os aglomerados existentes. Acresce ainda o facto de em 2017 terem iniciado empreitadas nas redes de drenagem de águas residuais na Bacia do Mezio, do Vizela e do Sousa, no sentido de permitir a ligação à rede de saneamento de mais de mil habitações lousadenses nas seguintes freguesias⁵⁹:

- **Bacia do Mezio** Nevogilde, União das freguesias de Nespereira e Casais, União das freguesias de Figueiras e Covas, União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, e Sousela;
- **Bacia do Vizela** União das freguesias de Lustosa e Barrosas;
- **Bacia do Sousa** União das freguesias de Cernadelo e Lousada.

Atualmente, as infraestruturas da rede de drenagem de águas residuais, correspondem a uma metragem de cobertura no concelho de Lousada de 660 854 m, superior aos 418 803 m à data da entrada em vigor do PDM.

5.8.3. Qualidade e Abastecimento da Água

O mais precioso bem do planeta é a água, sendo insubstituível e indispensável para a vida na Terra. A sua disponibilidade sempre será uma condição essencial à fixação da população e ao desenvolvimento das atividades humanas.

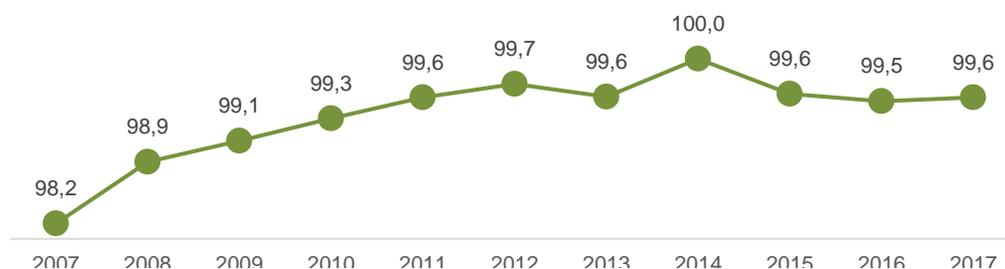


Gráfico 26. Água segura (%) no concelho de Lousada

FONTES: ERSAR, 2019

De acordo com os dados disponibilizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ERSAR, a qualidade da água para consumo no concelho de Lousada, expressa no Gráfico 26, revela que em 2007 registou a percentagem de água segura mais baixa, 98,2%. Posteriormente, o aumento da qualidade da água tem vindo a ser constante ao longo dos anos, sendo que é a partir de 2011 que os resultados destas análises realizadas consideram 99,5% da água segura para consumo.

⁵⁹ Câmara Municipal de Lousada. <http://www.cm-lousada.pt/download/pt/ficheiros/dezembro-20171211-145517.pdf>

Tabela 56. Análise (N.º) das águas para consumo humano, por parâmetro de qualidade, no concelho de Lousada

Ano	Análises regulamentares obrigatórias	Análises realizadas obrigatórias	Análises em falta	Análises realizadas com valor paramétrico	Análises em cumprimento do valor paramétrico	Análises em incumprimento do valor paramétrico
2017	924	924	0	700	697	3
2012	931	931	0	721	719	2
2007	1008	813	246	629	619	10

FONTE: INE, 2007, 2012 e 2017

Ademais, análises à qualidade da água foram sendo realizadas ao longo dos anos. Como se pode constatar na Tabela 56, o número de observações de controle foi-se mantendo, mas a partir do ano de 2012, ano de publicação do PDM em vigência, as análises em falta reduziram-se a zero.

Este cuidado, permitiu que o incumprimento do valor paramétrico atingisse valores muito abaixo dos de 2007, passando de 10 análises em incumprimento com o parâmetro de qualidade de água para consumo humano, para números mais aproximados de zero, 2 e 3, respetivamente.

Contudo, importa destacar que, relativamente ao abastecimento de água, as perdas têm aumentado, como é verificável no Gráfico 27, o que deve constituir uma preocupação para o município.

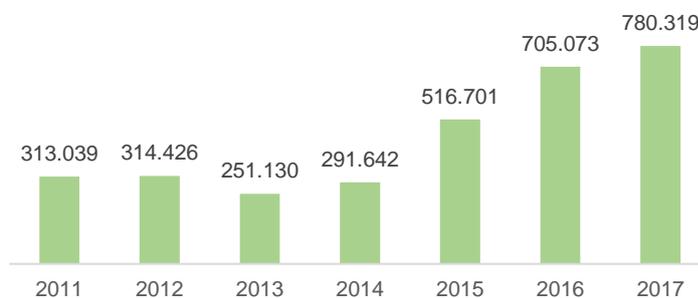


Gráfico 27. Perdas nos sistemas de abastecimento de água (m³) no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2007-2017

Ainda assim, neste âmbito, interessa evidenciar a elevada cobertura da rede de abastecimento de água, sendo possível apurar na Figura 52, a relação direta com os aglomerados existentes.

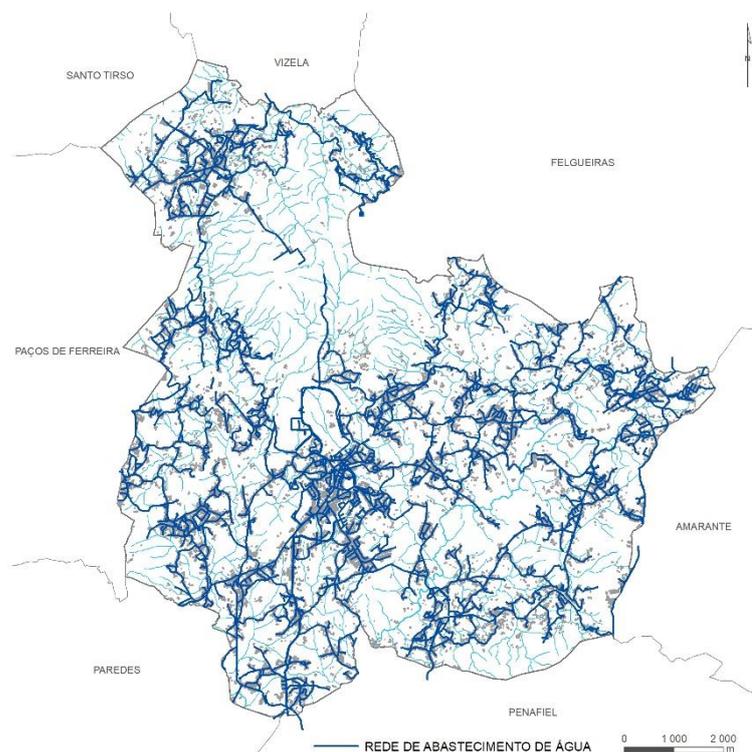


Figura 52. Rede de Abastecimento de Água no concelho de Lousada

FONTE: CML, 2019

Atualmente, as infraestruturas da rede de abastecimento de água correspondem a uma metragem de cobertura no concelho de Lousada de 488 835 m, superior aos 392 330 m à data da entrada em vigor do PDM.

5.8.4. Qualidade do Ar

O ar é um recurso natural que, ao contrário de outros, não necessita de ser racionalizado em termos de quantidade, mas precisa de ser gerido ao nível da qualidade.

A Agência Portuguesa do Ambiente, com base em informação recolhida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, CCDR, disponibiliza o índice da Qualidade do Ar, que é calculado, recorrendo aos dados das redes de Medição da Qualidade do Ar, constituídas por Estações de Monitorização da Qualidade do Ar, EMQAr, e atribuído por zonas do país.

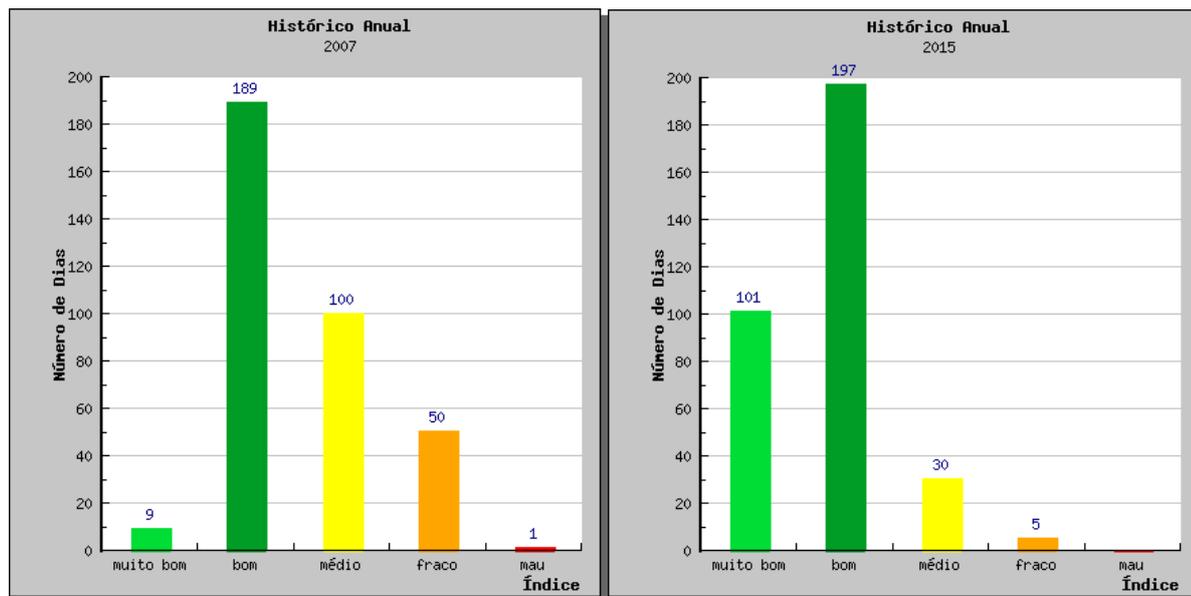


Gráfico 28. Índice da qualidade do ar na Zona Norte Litoral

FONTE: QualAr, APA 2007 e 2015

De acordo com o histórico de dados validados, a qualidade do ar na Zona Norte Litoral, onde se insere o concelho de Lousada é, de uma forma geral, considerada “boa”. De notar o aumento da classificação “muito bom” entre 2007 e 2015, como é possível verificar no Gráfico 28.

5.8.5. Energia

A energia constitui um tema estratégico no contexto geopolítico global, uma vez que o desenvolvimento dos países depende de uma infraestrutura energética capaz de colmatar as necessidades da população e das atividades económicas.

Ademais, o tipo de fonte de energia utilizada tem implicações ambientais, que devem ser consideradas aquando da definição das metas de sustentabilidade.

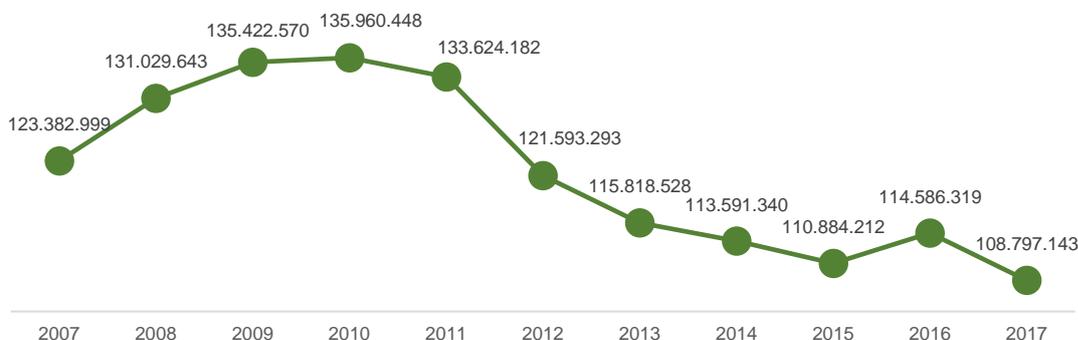


Gráfico 29. Consumo total de energia elétrica (kWh) no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2007-2017

No caso particular de Lousada, o Gráfico 29 indica que o consumo total de energia elétrica arrolou um progressivo aumento até 2011, tendo em conta o período em análise. No entanto, a partir de 2011 os consumos começam a reduzir até ao ano de 2017, com a exceção do ligeiro aumento registado em 2016. Pode adiantar-se que nos últimos anos tem vindo a ser encetados esforços no sentido da eficiência energética no concelho o que se sustenta nos números apresentados.

Noutra vertente de análise, quando se cruza o total de consumos com a tipologia (Gráfico 30), verifica-se que a maior fatia em termos de consumo de energia elétrica é no consumo doméstico e na indústria, mas também no consumo não doméstico, que é a única tipologia que regista aumentos de no decénio em causa.

Por conseguinte, mesmo com o aumento do edificado e da habitação, do crescimento industrial e do aumento populacional, o que se apura é que o consumo total tem vindo sempre a diminuir. Com particular relevância para a iluminação pública e no interior dos edifícios do Estado, em que a diminuição é mais acentuada, em resultados das políticas de eficiência energética quem tem vindo a ser aplicadas e no caso do município de Lousada, todo um conjunto de intervenções em âmbito de obra, que resultam nos resultados atuais.

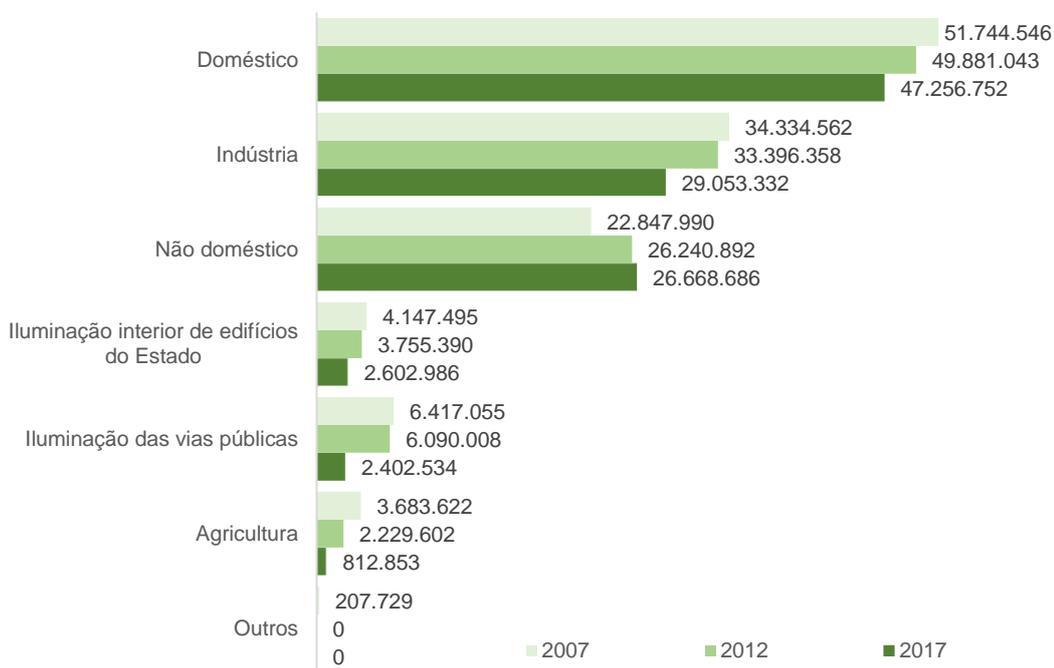


Gráfico 30. Consumo total de energia elétrica (kWh), por tipo de consumo, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2007-2017

Por exemplo, em termos de consumo de energia elétrica em iluminação pública, a CML fez um investimento que permitiu, em 2017, ser o primeiro município 100% *Light Emitting Diode*, LED, no país.

Quando se observa o número de consumidores de energia por tipologias, como apresentado no Gráfico 31, e atendendo ao período em análise, verifica-se que só os consumidores domésticos apresentam uma dinâmica crescente, justificável tanto pelo aumento da população residente como pelo aumento do número de edifícios para a habitação.

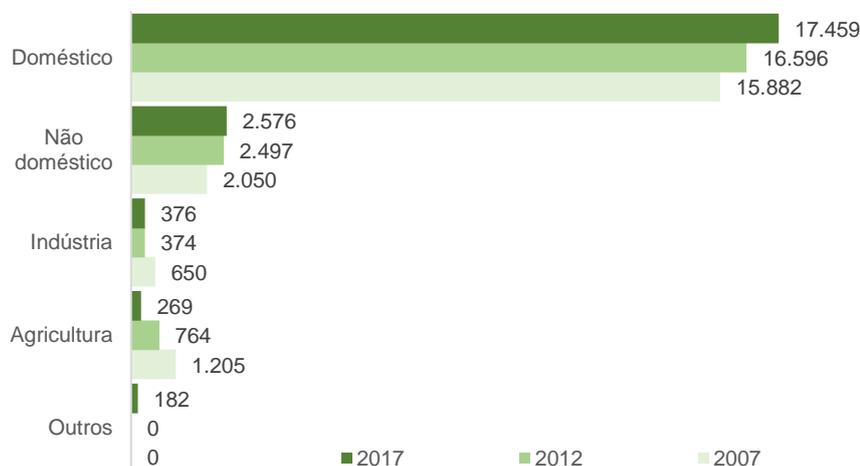


Gráfico 31. Consumidores de energia elétrica (N.º), por tipo de consumo, no concelho de Lousada

FONTE: INE, 2007, 2012 e 2017

Importa ressaltar a diminuição do número de compradores industriais, pela diminuição de pequenas unidades, decorrente da crise económica que assolou o país e também os agrícolas, atividade no concelho muito marcada pela economia familiar e de subsistência.

No entanto quando comparados, a diminuição do número de consumidores, com a evolução do consumo total de energia elétrica no município, a diminuição não só se fica a dever ao aumento da eficiência energética como também à redução do número de consumidores na globalidade.

Como se pode aferir na Tabela 57, têm também vindo a ser concretizadas intervenções pelo município ao abrigo do Norte 2020, enquadradas no contexto do aumento da eficiência energética municipal, com apoios consubstanciados em ações e obras concretas para o alcance do objetivo que tem vindo a ser descrito.

Tabela 57. Operações no âmbito da eficiência energética - Norte 2020 - no concelho de Lousada

Intervenções Municipais no Âmbito da Eficiência Energética

Obras de requalificação e de eficiência energética no edifício Paços de Concelho

Obras de requalificação e de eficiência energética no edifício Serviços Técnicos

Obras de requalificação e de eficiência energética na Biblioteca

Obras de requalificação e de eficiência energética no CE de Torno

Obras de requalificação e de eficiência energética no edifício EB1 de Macieira

Intervenções Municipais no Âmbito da Eficiência Energética

Obras de requalificação e de eficiência energética no edifício EB1 de Nevogilde
Obras de requalificação e de eficiência energética no edifício JI de Covas
Obras de requalificação e de eficiência energética no edifício JI de Cernadelo
Obras de requalificação e de eficiência energética no edifício CE de Boim
Obras de requalificação e de eficiência energética no edifício JI de Aveleda
Obras de requalificação e de eficiência energética no edifício JI de Pias
Obras de Requalificação e de Eficiência energética do CE Barrosas (St. Estevão)
Obras de Requalificação e de Eficiência energética do CE de Figueiras
Obras de Requalificação e de Eficiência energética do EB1 de Aveleda
Obra de Requalificação e Eficiência energética do edifício público do CE de Lustosa
Obra de Requalificação e Eficiência energética do edifício público do EB1 de Pias
Obra de Requalificação e Eficiência energética do edifício público do EB1 de Lagoas, Nevogilde
Obra de Requalificação e Eficiência energética do edifício público do CE de Ordem
Obra de Requalificação e Eficiência energética do edifício CE de S. Miguel
Obra de Requalificação e Eficiência energética do edifício CE em Vilar do Torno
Obra de Requalificação e Eficiência energética do edifício EB1 de Cernadelo
Obra de Requalificação e Eficiência energética dos Balneários do edifício de hóquei em campo
Obra de Requalificação e Eficiência energética do edifício JI de Nevogilde
Obra de Requalificação e Eficiência energética do edifício Pavilhão Municipal
Obra de Requalificação e Eficiência energética do edifício EB1 JI de Boavista, Silhares
Obra de reabilitação e eficiência energética no Bairro Social do município de Lousada

FONTE: CML, 2019

5.8.6. Ruído

O ruído é uma das principais causas da diminuição da qualidade do ambiente urbano. Os transportes são, em geral, as principais fontes, embora as obras de construção civil e as atividades comerciais e industriais sejam também importantes contribuintes. Habitualmente, os tipos de ruídos presentes nas cidades são provenientes de:

- *Ruído de Vizinhança* – associado ao uso habitacional e às atividades que lhes estão inerentes, pela sua duração, repetição ou intensidade são influentes na tranquilidade dos vizinhos ou na saúde pública;
- *Atividades Ruidosas* – suscetíveis de produzir ruído nocivo ou incomodativo para os que habitem, trabalhem ou permaneçam nas imediações do local onde ocorrem;

- *Atividades Ruidosas Temporárias* –assumem carácter não permanente, tais como obras de construção civil, competições desportivas, espetáculos, festas ou outros divertimentos, feiras e mercados.

Neste âmbito, o mais recente Mapa de Ruído, MR, de Lousada, apresentado na Figura 53, foi elaborado aquando da revisão do PDM, sendo referente ao ano de 2011, pese embora os trabalhos da sua realização datem desde 2004.

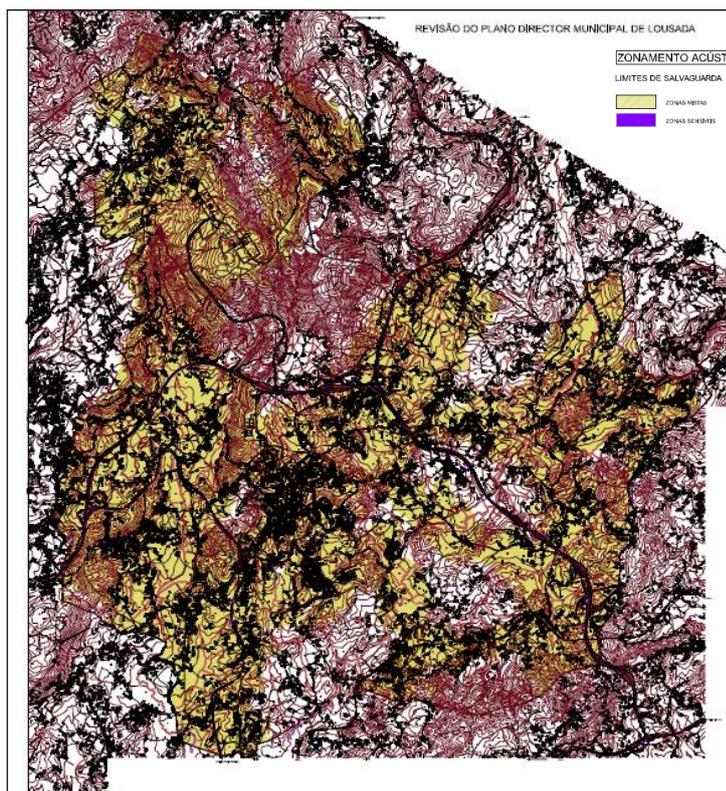


Figura 53. Mapa de Ruído

FORTE: CML, 2011

De referir que este foi produzido mediante os seguintes dados:

- Clima;
- Geografia e geomorfologia;
- Cartografia digital base fornecida pelo cliente;
- Contagens de tráfego rodoviário com distinção ligeiros/pesados. Velocidades permitidas e perfil da via, para o período diurno e noturno.

Note-se ainda que a realização do MR englobou as seguintes fases:

- Identificação e levantamento das principais fontes de ruído rodoviárias;
- Identificação e levantamento das principais fontes de ruído industriais;

- Identificação de barreiras (muros, taludes);
- Realização de medições de ruído junto às fontes de ruído, em pontos considerados estratégicos;
- Introdução dos dados recolhidos e fornecidos pela autarquia num programa informático, de forma a reproduzir o ambiente sonoro do concelho;
- Comparação dos dados medidos com os resultados obtido pelo programa informático;
- Impressão final do MP e análise final por inspeção visual, para eventuais deteções de erros de processamento.

Neste contexto, interessa salientar o facto deste MR ter já sido elaborado há vários anos, sendo, por isso, importante proceder à sua atualização.

5.8.7. Proteção Civil

5.8.7.1. Defesa da Floresta

A elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, PMDFCI, é indicada no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho. Lousada, desde o ano de 2018, tem em vigor o PMDFCI - 3ª geração, Despachos n.ºs 443A/2018 e 1222B/2018, com um período de vigência que vai até 07/12/2028.

Neste âmbito, o PMDFCI do concelho de Lousada visa operacionalizar a nível municipal as normas contidas na legislação, em especial os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, PNDFCI, em concordância com o PROF e com o Plano Distrital de Defesa da Florestas Contra Incêndios, no âmbito das atribuições da Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

O PMDFCI constitui, por isso, um documento de referência, onde são estabelecidas orientações e medidas específicas para acudir à ocorrência de incêndio e identificados ainda os objetivos a alcançar. Na Figura 54 encontra-se descrita a estrutura do PMDFCI, sendo constituído, portanto, pelo Diagnóstico, pelo Plano de Ação e ainda pelo Plano Operacional Municipal.

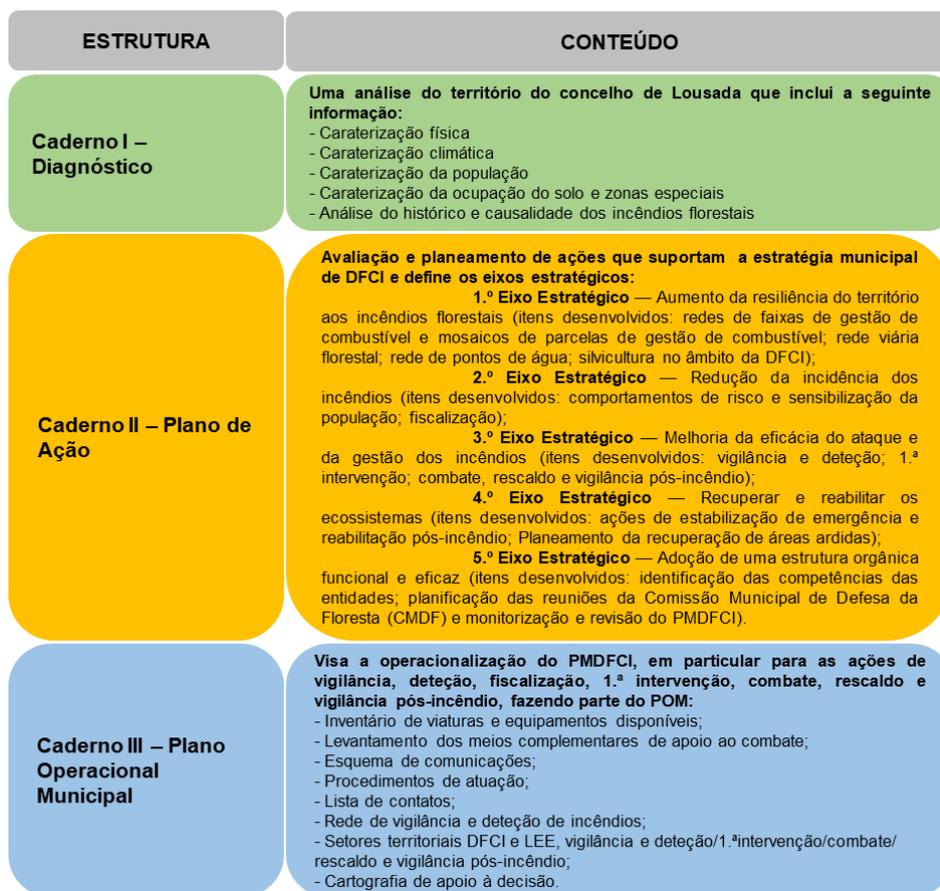


Figura 54. Estrutura do PMDFCl de Lousada

FONTE: PMDFCl de Lousada, 2018

Importa referir também que as ações que sustentam o PMDFCl procuram satisfazer os objetivos e as metas preconizadas no PNDfCl. Neste sentido, Lousada definiu os seguintes objetivos e metas:

Tabela 58. Objetivos e metas definidos para o PMDFCl do concelho de Lousada

OBJETIVO	METAS/ANO									
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Eliminar a ocorrência (incêndios) de determinadas dimensões	Não ocorrência de qualquer incêndio com área superior 100 ha					Não ocorrência de qualquer incêndio com área superior 80 ha				
Diminuição significativa do número de incêndios com áreas superiores a 1 ha	Reduzir 25 % sobre o número médio de incêndio com mais de 1 hectares dos últimos 10 anos.									
Redução do número de reacendimentos	Reduzir para menos de 1% das ocorrências totais.									
Redução da área ardida	Redução progressiva de 15% da área percorrida por incêndios florestais considerando 100 000 ha/ano.									
Manter a 1.ª intervenção em menos de 20 minutos em toda a área do concelho	1.ª intervenção em menos de 20 minutos em 95% das intervenções									

FONTE: PMDFCl de Lousada, 2018

De facto, os incêndios florestais apresentam-se, desde há muitos anos, como um grave problema de consequências nefastas ao nível económico, social e ambiental no concelho de Lousada.

De acordo com a COS, a floresta representava cerca de 44% da ocupação do solo do concelho de Lousada em 2015, onde predomina o eucalipto (59%), espécie de elevada combustibilidade, que permite a rápida propagação dos incêndios florestais, particularmente devido à falta de descontinuidades nesses povoamentos com espécies menos inflamáveis.

Como é possível retirar da análise da carta de risco de incêndio rural apresentada na Figura 55, as áreas que são suscetíveis de risco elevado e muito elevado, recaem maioritariamente nas que são essencialmente de povoamentos florestais e com relevo mais acidentado.

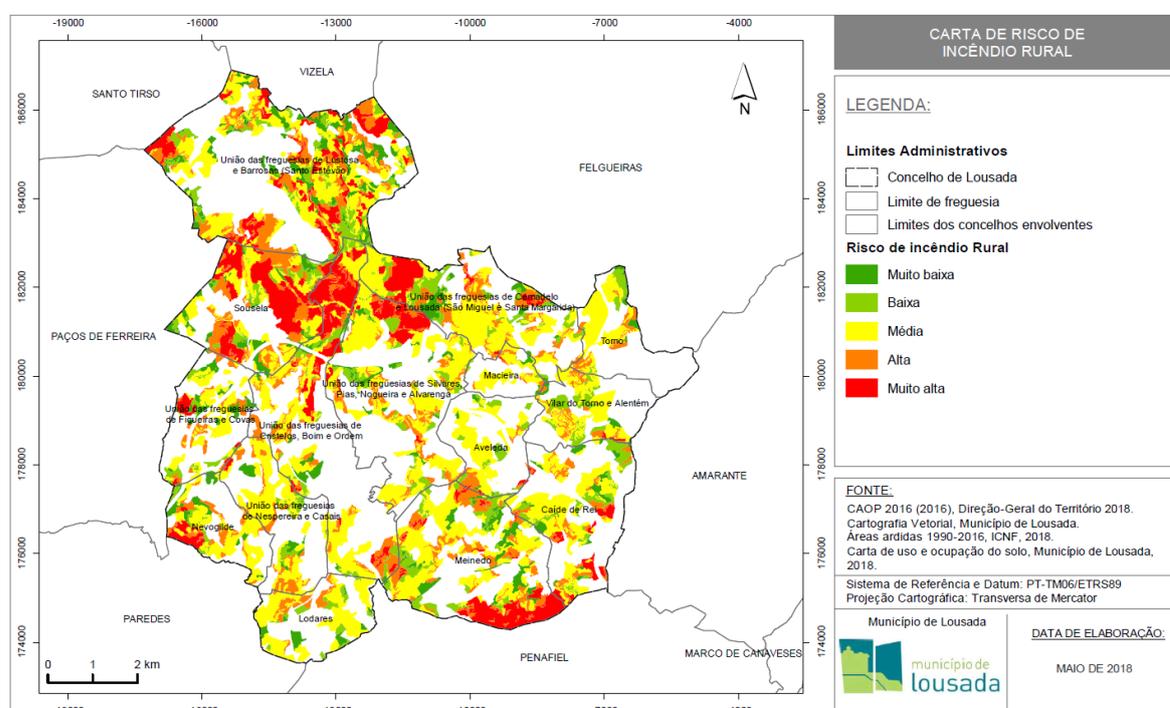


Figura 55. Risco de Incêndio Rural

FONTE: PMDFCI de Lousada, 2018

Assim sendo, foi na zona de relevo mais acentuado e essencialmente florestal, que foi delimitada a área de Zona de Intervenção Florestal, ZIF, criada por despacho da Autoridade Florestal Nacional n.º 14/2011/ZIF, após um longo trabalho no terreno da Associação Florestal do Vale do Sousa, ficando esta responsável pela sua gestão, tendo contado com a importante colaboração da CML e encontrando-se em vigência até à atualidade.

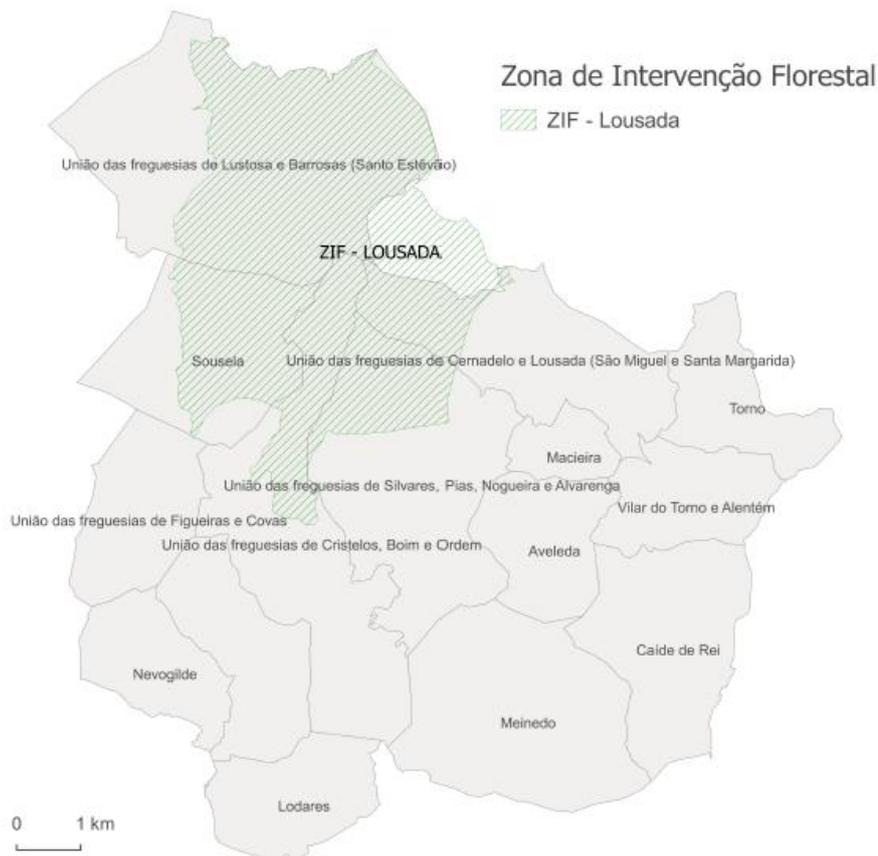


Figura 56. Enquadramento da ZIF no concelho de Lousada

FONTES: ICNF, 2011

As ZIF são áreas territoriais contínuas e delimitadas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade cujos objetivos são:

- Promover a gestão sustentável dos espaços florestais que as integram;
- Coordenar, de forma planeada, a proteção dos espaços florestais e naturais;
- Reduzir as condições de ignição e de propagação dos incêndios;
- Coordenar a recuperação dos espaços florestais e naturais quando afetado pelos incêndios;
- Dar coerência territorial e eficácia à ação da administração central e local e dos demais agentes com intervenção nos espaços florestais.

A delimitação da ZIF abrange uma área total com 2.405,61 hectares, observável na Figura 56, dos quais 1.395,00 hectares são ocupados por espaços florestais.

Com a constituição da ZIF, pretende-se promover o investimento no território, através dos Planos de Gestão, cuja concretização é garantida sob a forma de apoio ao seu funcionamento e consequentemente a realização do Cadastro Florestal, intervenções de Silvicultura Preventiva e de

Produção Florestal efetiva e implementação de procedimentos que conduzam à Certificação de Sistemas de Gestão Florestal Sustentável.

Com a implementação desta zona de intervenção, considerada um “Pulmão Verde”, o município e a região irão beneficiar com a gestão sustentável dos espaços florestais que integram a maior mancha florestal do concelho, vendo salvaguardada a recuperação da fauna e flora existentes e, por outro lado, reduzidas as condições de ignição e de propagação de incêndios e, não menos importante, o seu aproveitamento para o sequestro de carbono.

Como se pode verificar na Figura 57, com o histórico decenal de incêndios florestais no concelho, a ZIF está delimitada sobre a área com maior incidência.

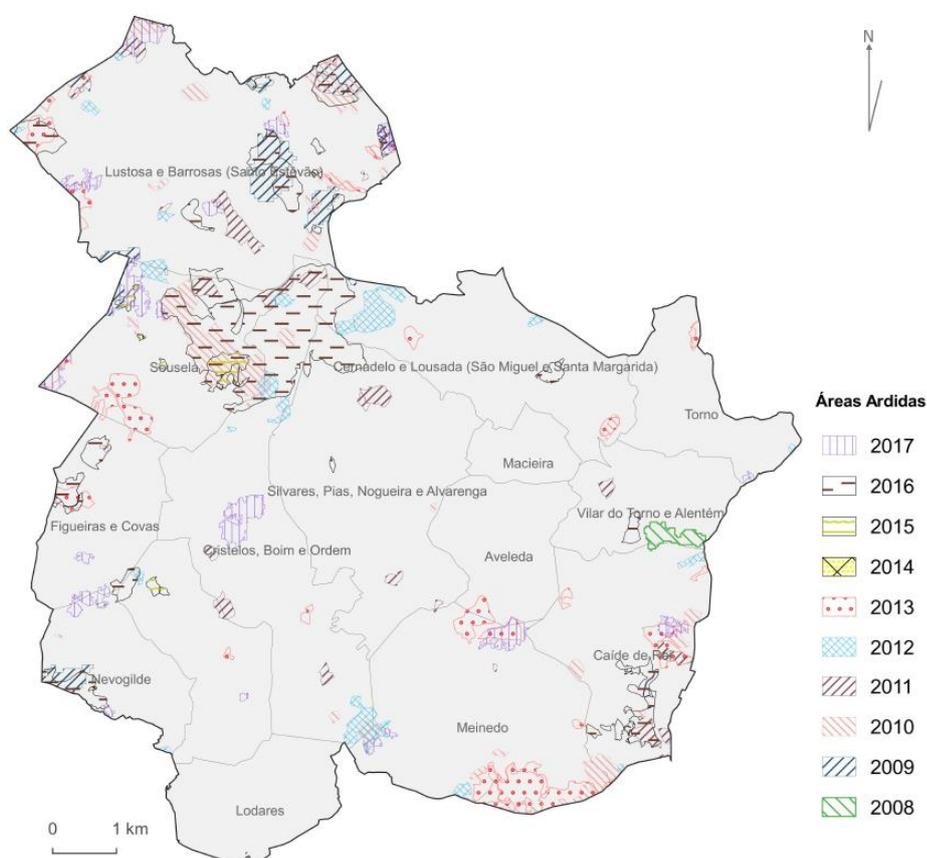


Figura 57. Áreas ardidas no concelho de Lousada

FONTE: ICNF, 2018

Neste âmbito, na Figura 57 é possível observar o panorama de áreas ardidas entre 2008 e 2018, destacando-se determinados lugares, mas há ocorrências por todo o território municipal.



Gráfico 32. Áreas ardidas (ha), por ano, no concelho de Lousada

FONTE: ICNF, 2008-2018

Por sua vez, o Gráfico 32 evidencia a evolução da área ardida, onde se observa um elevado pico em 2016, em que duplicam os hectares de área afetada por incêndios florestais. Ainda de ressaltar não ter ocorrido nenhum incêndio no ano de 2018 e nos restantes anos, as áreas ardidas serem abaixo dos 300 hectares.

5.8.7.2. Situações de emergência ou catástrofe

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lousada, PMEPC, é um plano geral elaborado em 2013, e determina um conjunto de medidas, normas, procedimentos e missões, destinadas a dar resposta a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como a mitigar as suas consequências. Quanto à sua vigência, decorre da lei que estes planos gerais de emergência devem ser revistos no mínimo bianualmente, no entanto a obrigatoriedade de revisão acontece aquando da perceção de novos riscos ou a identificação de novas vulnerabilidades no território a que respeita.

A elaboração do plano realizou-se em conformidade com a Resolução n.º 25/2008⁶⁰, de 18 de julho, cujo um dos seus objetivos incide sobre a necessidade de existir uma maior interligação entre os mecanismos de planeamento de emergência de proteção civil e os instrumentos de gestão territorial, no sentido de se promoverem sinergias ao nível da identificação dos riscos e vulnerabilidades e da harmonização com as bases cartográficas.

Neste sentido, procurou-se promover essa articulação do PMEPC, com os instrumentos de incidência direta no município de Lousada, com os seguintes objetivos:

- *Prevenir no território municipal os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe dele resultante;*

⁶⁰ Elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

- *Atenuar na área do município os riscos coletivos e limitar os seus efeitos e no caso das ocorrências descritas na alínea anterior;*
- *Socorrer e assistir no território municipal as pessoas e outros seres vivos em perigo e proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;*
- *Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas do município afetadas por acidente grave ou catástrofe.*

Por outro lado, a fim de garantir uma melhor identificação dos riscos com maior probabilidade de ocorrência no território concelhio, foi articulado com o PDM em vigor.

Face à ocorrência ou iminência de acidente grave ou catástrofe, segundo os critérios definidos no PMEPCCL, é ativado o mesmo segundo a estrutura de organização de resposta apresentada na Figura 58.

ESTRUTURA INICIAL DERESPONSA	MEDIDAS INICIAIS DERESPONSA
Presidente da Câmara Municipal de Lousada	⇒ Convoca e preside à CMPC; ⇒ Propõe a ativação do PMEPCCL; ⇒ Declara a situação de alerta de âmbito municipal
Comissão Municipal de Proteção Civil de Lousada	⇒ Delibera a ativação do PMEPCCL.
Comandante Operacional Municipal de Lousada	⇒ Assume a coordenação das operações de socorro
Serviço Municipal de Proteção Civil de Lousada	⇒ Disponibiliza a informação necessária
Comandante das Operações de Socorro	⇒ Comanda as operações no local de ocorrência
Agentes de Proteção Civil, Organismos e Entidades de Apoio	⇒ Executam funções específicas

Figura 58. Estrutura organizativa da resposta

FONTE: PMEPCCL, 2013

Após a ativação do plano, na sua fase de execução, a estrutura operacional responsável por assegurar a prossecução das operações de emergência e socorro é a exibida na Figura 59.

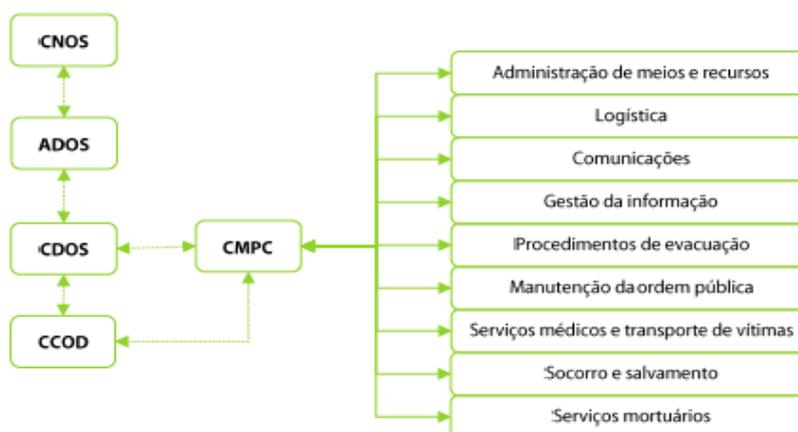


Figura 59. Estrutura operacional da resposta

FONTE: PMEPCCL, 2013

Importa ressaltar que em âmbito de área de intervenção, toda a logística, comunicações, gestão da informação, procedimentos de evacuação, monitorização da ordem pública, serviços médicos de transporte de vítimas, socorro e salvamento, serviços mortuários, estão devidamente enquadradas e protocoladas com todas as entidades e infraestruturas de apoio designadas no PMEPCCL.

Síntese

AMBIENTE

A triagem, valorização e eliminação dos resíduos urbanos é da responsabilidade da AMBISOUSA, existindo várias infraestruturas localizadas no município.

A recolha de resíduos urbanos apresentou uma evolução crescente em termos quantitativos globais na década em análise, de 2007 para 2017.

De 2012 para 2017 há um aumento maior tanto na recolha de resíduos indiferenciados, como no aumento da recolha seletiva.

No grau de cumprimento da meta associada à recolha seletiva definida no PERSU 2020, Lousada encontra-se a 2kg por habitante ao ano, em termos da meta de resíduos em recolha seletiva que se cifra em 32kg.

A qualidade do ar na Zona Norte Litoral, onde se insere o concelho de Lousada é, de uma forma geral, considerada “boa” e “muito boa”.

A partir de 2011/2012, os resultados das análises realizadas à água no concelho, consideram mais de 99,5% da água segura para consumo.

A partir de 2011 os consumos de energia elétrica, começam a reduzir até ao ano de 2017, resultado da aposta na eficiência energética no município.

Têm vindo a ser concretizadas pelo município, com apoios do Norte 2020, ações e obras concretas, enquadradas no contexto do aumento da eficiência energética municipal.

O mapa de ruído foi elaborado há vários anos, sendo, por isso, importante proceder à sua atualização.

As áreas que são suscetíveis de risco elevado e muito elevado de incêndio rural, recaem maioritariamente em zonas de relevo mais acentuado e com povoamento florestal.

6. NÍVEL DE EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO PDM

O Relatório do Plano da Revisão do PDM de Lousada, onde os princípios estratégicos, as linhas estratégicas, as metas e as intervenções e medidas propostas estruturantes para a implementação da forma de desenvolvimento se encontram definidas, permitiu realizar uma matriz⁶¹ do modelo proposto para o território municipal.

Assim, apresentar-se-á, de seguida, a avaliação do grau de implementação das ações previstas no PDM em vigor.

Tabela 59. Grau execução das intervenções/medidas propostas, no âmbito da qualificação do território, no PDM em vigor do concelho de Lousada

Intervenções/Medidas Propostas	Grau de Execução
Requalificar e promover os centros urbanos;	Em execução
Priorizar o transporte público e o estacionamento;	Sem informação à data
Delimitar a estrutura ecológica em espaço urbano;	Sem informação à data
Criar parques urbanos e parques verdes;	Executada
Reforçar a preservação dos corredores ecológicos;	Sem informação à data
Consolidar o modelo de baixa densidade baseado na moradia;	Em execução
Criação de equipamentos de lazer e turismo qualificados;	Sem informação à data
Reforço das acessibilidades com a vila de Lousada e dos nós de acesso à A4, A42 e A11;	Em execução
Consolidação da vocação industrial e empresarial;	Sem informação à data
Articulação e promoção dos equipamentos desportivos supramunicipais;	Sem informação à data
Promoção da vocação turística da ruralidade;	Em execução
Promoção das quintas em espaço rural e dos centros cívicos tradicionais.	Em execução

No que respeita à qualificação do território, a Tabela 59 indica que apenas se concretizou a criação de parques urbanos e parques verdes. Adicionalmente, importa salientar que há cinco intervenções/medidas em execução, no âmbito das requalificação e consolidação dos aglomerados, bem como do reforço das acessibilidades e do fomento de melhores condições de desporto e lazer.

⁶¹ Anexo - Avaliação do nível de execução do PDM

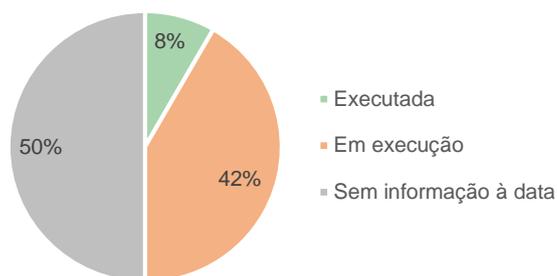


Gráfico 33. Intervenções/medidas propostas no âmbito da qualificação do território (%), por grau de execução, no PDM em vigor do concelho de Lousada

No entanto, no cômputo geral, constata-se que, observando o Gráfico 33, apenas 8% intervenções/medidas foram executadas, situação sobre a qual deverá recair especial atenção, na medida em que são várias as propostas não concretizadas que constituem particular importância para estratégia preconizada no PDM em vigor.

Tabela 60. Grau de execução das intervenções/medidas propostas, no âmbito da estruturação da rede urbana, no PDM em vigor do concelho de Lousada

Intervenções/Medidas Propostas	Grau de Execução
UOPG 1 Lustosa;	Não executada
UOPG 3 Expansão Noroeste da vila de Lousada;	Em execução
UOPG 4 Área central da vila de Lousada;	Não executada
UOPG 6 Nevogilde;	Não executada
UOPG 7 Torno e Vilar;	Não executada
UOPG 9 Caide de Rei;	Não executada
UOPG 10 Meinedo;	Não executada
UOPG 11 Expansão de Casais;	Não executada
UOPG 12 Santa Margarida;	Não executada
UOPG 13 Quinta dos Ingleses;	Não executada
UOPG 14 Expansão Nordeste da vila de Lousada;	Não executada
UOPG 18 Sousela;	Não executada
UOPG 21 Área de Expansão de Lodares;	Não executada
Rede de abastecimento de água pública e de drenagem de águas residuais domésticas e industriais.	Em execução

Por sua vez, a concretização das intervenções/medidas relativas à estruturação da rede urbana registam uma reduzida expressão, uma vez que nenhuma das UOPG propostas foi realizada, tal

como pode ser verificado no Tabela 60. Porém, está em fase de execução a UOPG 3, em virtude de os trabalhos de elaboração do Plano de Pormenor da Praça do Românico terem já iniciado.

Acresce como aspeto positivo, a elaboração da rede de abastecimento de água pública e de drenagem de águas residuais domésticas e industriais, encontrando-se esta em fase de execução.

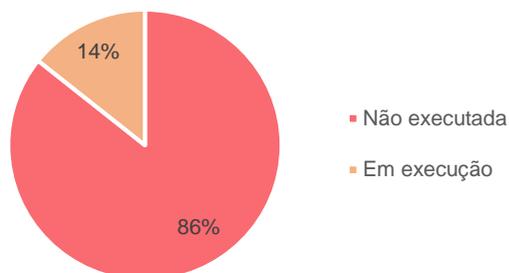


Gráfico 34. Intervenções/medidas propostas no âmbito da estruturação da rede urbana (%), por grau de execução, no PDM em vigor do concelho de Lousada

Neste sentido, o Gráfico 34 indica que 86% das propostas não foram materializadas.

Tabela 61. Grau de execução das intervenções/medidas propostas, no âmbito da salvaguarda e valorização do património natural, edificado e cultural, no PDM em vigor do concelho de Lousada

Intervenções/Medidas Propostas	Grau de Execução
Parques urbanos no perímetro da vila de Lousada;	Executada
Parque de Casais;	Executada
Parque do Torno;	Não executada
Parque de Nevogilde;	Não executada
Parque de Covas;	Não executada
Parque de Macieira;	Executada
UOPG 15 Parque verde nascente da vila de Lousada;	Não executada
UOPG 16 Parque verde norte da vila de Lousada;	Não executada
UOPG 17 Vale do Ribeirinho de Pontarrinhas;	Não executada
UOPG 20 Costilha;	Não executada
Criação de instrumentos operacionais de gestão urbanística para proteção do património edificado;	Não executada
Criar uma Normativa de Classificação do Património que defina elementos classificados e elementos não classificados;	Não executada
Proteger e classificar o património existente, nomeadamente os cursos de água, e gerir as áreas florestais atendendo à produção, à proteção do solo e à diversidade biológica.	Em execução

Intervenções/Medidas Propostas	Grau de Execução
UOPG 2 Área de acolhimento empresarial de Lustosa;	Em execução
UOPG 5 Área de acolhimento empresarial de Mezio (Ex-fábrica de tomate);	Em execução
UOPG 8 Área de acolhimento empresarial de Caíde de Rei;	Em execução
UOPG 19 Área de acolhimento empresarial de Torno.	Em execução

Por sua vez, nas intervenções/medidas relativas à salvaguarda e valorização do património natural, edificado e cultural identificadas na Tabela 61, registam-se três concretizações, que dizem respeito à realização de parques de lazer.

Acresce ainda o facto de quatro UOPG's relativas ao uso empresarial/industrial estarem em fase de execução, assim como a proposta de proteção do património natural existente no concelho de Lousada.

Por outro lado, destaca-se a não concretização de nove medidas, principalmente relacionadas com o fomento do bem-estar e lazer e também com a proteção do património edificado.

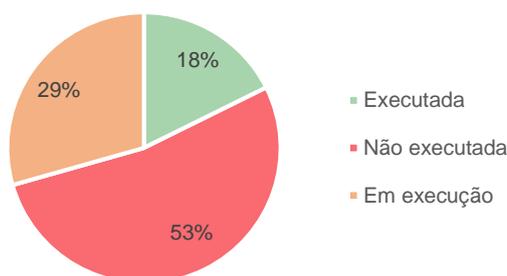


Gráfico 35. Intervenções/medidas propostas no âmbito da salvaguarda e valorização do património natural, edificado e cultural (%), por grau de execução, no PDM em vigor do concelho de Lousada

Deste modo, note-se que o Gráfico 35 indica que 18% do total das propostas foram concluídas, enquanto 29% se apresentam em execução e 53% sem qualquer avanço.

Tabela 62. Grau de execução das intervenções/medidas propostas, no âmbito do reforço da acessibilidade e mobilidade, no PDM em vigor do concelho de Lousada

Intervenções/Medidas Propostas	Grau de Execução
Eixos concelhios estruturantes, 6,6 km previstos;	Em execução
Eixos concelhios complementares, 5 km previstos;	Em execução
Ruas de provimento local, 8 km previstos;	Em execução
Via mista (pedonal e ciclovia), 7,3 km previstos.	Executada

Intervenções/Medidas Propostas	Grau de Execução
Criar infraestruturas de apoio para transportes públicos, tais como: corredores de circulação para autocarros, paragens, terminais e interfaces;	Não executada
Criar uma rede de ciclovias a concretizar entre 5 a 10 anos;	Sem informação à data
Criação de parques de estacionamento para bicicletas;	Sem informação à data
Intervir na melhoria de pavimentos;	Em execução
Promover a eliminação de obstáculos nos cruzamentos e semaforização adaptada à bicicleta.	Sem informação à data

No que respeita ao grau de execução do reforço da acessibilidade e mobilidade, a Tabela 62 destaca a concretização da proposta de via mista, pedonal e ciclovia, o que denota preocupações ligadas à sustentabilidade. Note-se que se registem ainda outras propostas neste contexto, mas sem informação, à data, sobre o seu nível de concretização.

Das restantes propostas, evidencia-se que estão em fase de execução quatro intervenções/medidas no âmbito da melhoria das ligações rodoviárias

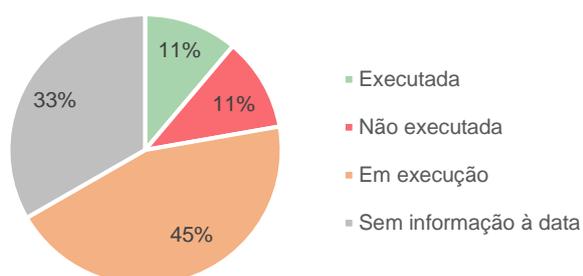


Gráfico 36. Intervenções/medidas propostas no âmbito do reforço da acessibilidade e mobilidade (%), por grau de execução, no PDM em vigor do concelho de Lousada

Neste sentido, o Gráfico 36 assinala que o reforço da acessibilidade e mobilidade apresenta valores insuficientemente abonatórios, na medida em que somente 11% das ações foram executadas.

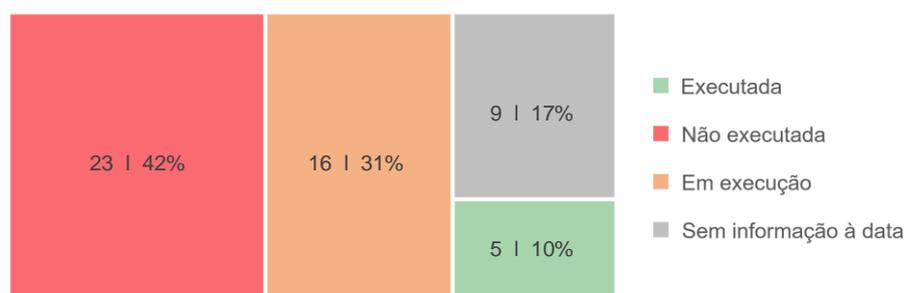


Gráfico 37. Intervenções/medidas propostas (N.º e %), por grau de execução, no PDM em vigor do concelho de Lousada

Em suma, de acordo com o Gráfico 37, apenas 10% das propostas se concretizaram num universo de 52 intervenções/medidas, o que é um valor débil. Considera-se, portanto, muito relevante a prossecução dos esforços em torno da execução das propostas definidas, no sentido de ser possível alcançar os objetivos do PDM.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Volvidos sete anos desde a entrada em vigência da 1ª revisão do PDM de Lousada, torna-se agora pertinente realizar um balanço sobre o estado de ordenamento do território, a fim de retratar o mais fielmente possível a atual conjuntura de desenvolvimento municipal.

Desde a aprovação do PDM de Lousada, novas esferas de decisão foram criadas ou alteradas, transformando assim os modelos pré-existentes e modificando o modo como as prioridades passaram a ser definidas. As transformações, em termos de delimitação das NUT para fins estatísticos em 2013, acarretaram uma nova dimensão territorial e política. Neste sentido, o concelho de Lousada, ao invés de integrar a sub-região do Tâmega, insere-se agora na sub-região do Tâmega e Sousa, onde se agregaram novos concelhos, o que gera sinergias municipais num contexto de diferentes municípios associados.

A criação da CIM-TS destina-se a assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central, reunindo um conjunto de fins e competências, condição esta que gera uma nova centralidade de decisão, da qual também está dependente a gestão dos programas de apoio ao desenvolvimento regional.

Do ponto de vista estritamente municipal, a reorganização dos limites administrativos ao nível das freguesias, em 2013, concretizou-se, em Lousada, na redução destas, de 25 para 15, através do processo de agregação, o que configura novas escalas de análise e incorpora alterações políticas e decisórias que criam novos contextos de ação com interferência no PDM.

Atendendo ao enquadramento nestas sinergias locais e regionais, bem como às relações entre territórios, pode afirmar-se que as formas de governação local têm vindo a transformar-se, na sequência do crescente envolvimento de novos atores, como a CIM e os organismos de coordenação política regional, com impacto no desenvolvimento local e na tomada de decisão.

No quadro legislativo, por sua vez, registaram-se alterações introduzidas pela LBGPPSOTU, nomeadamente quanto às regras relativas à classificação e qualificação do solo, as quais foram concretizadas na publicação da revisão do RJIGT que, por sua vez, prevê a obrigatoriedade da sua integração no prazo máximo de cinco anos após entrada em vigor – 13 de julho de 2020 – e, posteriormente o seu reforço com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, devendo, neste sentido, o PDM em vigor realizar a devida adequação a estes diplomas.

Atente-se também para a mais recente alteração do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto – Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto –, uma vez que a adaptação da delimitação da REN deve conformar-se com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional no prazo de cinco anos.

Ocorreram ainda mudanças nos planos de hierarquia superior de incidência territorial no concelho de Lousada, o que é fundamental ter em consideração, atendendo a que a 1.^a revisão do PDM em vigor data de 2012.

Neste âmbito, a publicação da revisão do PNROT em 2019 introduz um novo modelo territorial e novos desafios às políticas de ordenamento. Entre outros aspetos, o PDM deve ter os conteúdos estratégicos reforçados, assim como as orientações e práticas consentâneas, aliadas a um planeamento mais claro e firme no que respeita à organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos.

Por seu turno, em 2016 foi publicada a revisão do PNA, que teve como consequência a entrada em vigor do 2º ciclo de planeamento (2016-2020) dos PGRH do Cávado, Ave e Leça e do Douro, com abrangência sobre o território municipal, onde se estabeleceram medidas a concretizar em Lousada, que até ao momento não se executaram na totalidade.

Ainda neste campo, a entrada em vigor do PROF Entre Douro e Minho em 2019, que estabelece normas específicas de intervenção, utilização e exploração dos espaços florestais, tem implicações no PDM em vigor, devendo, por exemplo, algumas normas ser atualizadas ou compatibilizadas no regulamento.

No concerne às dinâmicas territoriais, mais particularmente no que respeita à evolução demográfica, interessa destacar o caso paradigmático do número de jovens no concelho, que o coloca como o mais jovem de Portugal Continental, situação à qual a CML não está alheia, uma vez que em muito advém da qualidade de vida proporcionada pelo município, bem como pela promoção da participação plural dos jovens na escolha e definição de políticas públicas.

Esta qualidade de vida está também relacionada com o contexto económico concelhio, dado que Lousada, dominada pela fileira da indústria de confeção, integra a região urbano-industrial do Vale do Sousa e é, no âmbito regional, um dos municípios com melhores indicadores de empregabilidade.

De notar que, embora seja o setor terciário dos serviços e comércio que mais contribui para o volume de negócios, é o setor secundário da indústria que maior número de população emprega, devendo-se destacar a importância dos projetos de investimento com apoio dos fundos europeus que auxiliam a uma maior robustez económica local.

Deve também salientar-se que esta dinâmica empresarial possante está estritamente relacionada com o favorável contexto de mobilidade, nomeadamente pela presença de importantes eixos de circulação, como são o caso do IP9/A11 e do IC25/A42, que facilitam o acesso aos aglomerados urbanos e reforçam as ligações com os territórios circundantes. Acresce ainda o facto de quatro

UOPG's, de carácter empresarial, se encontrarem em fase de execução, o que reforçará a oferta de condições para o desenvolvimento de atividades económicas.

Ademais, a acompanhar a dinâmica demográfica, o número de edifícios no concelho cresceu, seguindo esta tendência também os alojamentos, onde domina o regime de ocupação de residência habitual.

De notar, por isso, que a dinâmica urbanística se apresenta positiva e crescente, com particular reforço da centralidade da vila de Lousada, recomendando-se, portanto, a elaboração de um Plano de Urbanização, no sentido de promover a gestão urbanística à escala geográfica adequada e da preservação dos valores patrimoniais e paisagísticos existentes.

Ainda neste âmbito, reconhecendo a pertinência e utilidade da ELH no planeamento da intervenção pública à escala local, o município de Lousada procedeu à sua elaboração, a fim de criar condições de acesso à habitação digna às pessoas que não dispõem de capacidade financeira para aceder a uma solução habitacional apropriada.

Atente-se igualmente para a recente publicação da Lei de Bases da Habitação, que aponta para a necessidade de elaboração de uma Carta Municipal de Habitação, a articular, no quadro do PDM, com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.

Por seu turno, no que diz respeito ao turismo, distingue-se a Rota do Românico, que é uma mais valia na promoção do valor patrimonial e paisagístico, constituindo uma importante âncora de desenvolvimento por posicionar a região como um destino de referência do românico. Acresce também o facto de esta estar integrada na Transromânica, a qual inclui valor cultural partilhado por diferentes países da Europa.

Adicionalmente, no âmbito do património, salienta-se a existência de três imóveis cujos procedimentos caducaram, sendo pertinente ponderar a reabertura dos mesmos, reavaliando a possível classificação da Igreja de São Lourenço de Pias, da Ponte de Espindo e da Ponte de Vilela, no sentido da preservação e do reforço da identidade local.

Na temática ambiental, o concelho de Lousada aposta em ações planeadas no sentido de atingir as metas definidas pelo PERSU 2020, bem como na promoção da eficiência energética, resultado de uma clara aposta de eficiência na iluminação pública e no interior dos edifícios do Estado.

Aliás, importa mencionar que o objetivo de neutralidade carbónica da economia portuguesa em 2050 é um desígnio nacional, em que as entidades locais como a CIM-TS e CML devem ter um papel preponderante na identificação e análise das implicações associadas a trajetórias alternativas,

tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceites, que permitam cumprir o objetivo zero na relação entre emissões e remoções de gases com efeito de estufa.

Outra grande temática que está na ordem do dia é a da emergência climática, em que o ordenamento deverá ser determinante na mitigação dos riscos e na adaptação às alterações climáticas, por isso o PDM, enquanto instrumento de ação local, deve incluir os cenários de riscos a que podem estar sujeitos o território que abrange.

Neste âmbito, cumpre alertar particularmente para a necessidade de fomentar medidas que enfrentem os problemas ambientais e sociais consequentes da globalização dos mercados, visando reduzir, reutilizar, recuperar e reciclar materiais e energia, num processo dinâmico e contínuo de produção, utilização, reciclagem e reabsorção, construindo, assim, uma economia circular movida pela inovação ao longo da cadeia.

A este respeito, é também de suma importância o estabelecimento de abordagens integradas que atendam às especificidades do município de Lousada, de forma a promover sinergias e assegurar simbioses e assim melhorar a captação de benefícios económicos e ambientais.

Por sua vez, importa ainda destacar o impacto dos apoios financeiros no território municipal, decorrentes do Programa Portugal 2020, especificamente nos domínios da reabilitação urbana, da mobilidade, da eficiência energética e ainda no que respeita ao tecido económico privado, mas também municipal. Atente-se que, no contexto dos fundos de apoio comunitário, deve acompanhar-se o documento do Portugal 2030, em elaboração pelo atual Governo.

No que concerne ao nível da execução do PDM, destaca-se o facto de apenas 10% das propostas se terem concretizado. Porém, note-se que várias intervenções/medidas se relacionam com propostas de execução de UOPG's que não se materializaram, algumas devido à sua prescindibilidade e outras pela dificuldade burocrática de operacionalização. Acresce ainda a coincidência temporal entre o período de crise financeira em Portugal e a entrada em vigor do PDM, que condicionou a execução das intenções, tanto do ponto de vista económico, como do tempo útil para a sua realização. Não obstante a possibilidade de se proceder à sua execução, importará proceder à reavaliação das mesmas à luz da nova legislação.

Em suma, constata-se, portanto, a relevância da prossecução dos esforços em torno da execução das propostas definidas, considerando a mutabilidade do território municipal, uma vez que se deverá atender à necessidade de adequação à evolução das condições económicas, sociais, ambientais e culturais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Portuguesa do Ambiente. 4.1.4. *Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica I PGRH do Cávado, Ave e Leça - RH2 e PGRH do Douro – RH3*. 2016.

Câmara Municipal de Lousada. *Carta Educativa do Concelho de Lousada*. 2006.

Ambisousa. *Relatório Anual da Reciclagem*. 2018.

CCDR-N. *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – PROT-Norte: Relatório*. dezembro de 2009.

Câmara Municipal de Lousada. *Carta Geológica do Concelho de Lousada*. 2008.

Câmara Municipal de Lousada. *Lousada Geológico. História, Toponímia e Património*. 2016.

Câmara Municipal de Lousada. *Mapa de Ruído do Município de Lousada: Resumo Não Técnico*. 2004.

Câmara Municipal de Lousada. *PDM de Lousada. Relatório com Programa de Execução de Plano de Financiamento*. Ed. Livro Branco, Lda. 2010.

Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa. *Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Tâmega e Sousa*. novembro 2018.

Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa. *Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade do Tâmega e Sousa*. dezembro 2014.

Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa. *Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética 2014-2020*. 2014.

Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal*. maio 2014.

Direção-Geral do Território. *Carta Administrativa Oficial de Portugal*. 2018.

Direção-Geral do Território. *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015*. 2018.

Direção-Geral do Território. *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Diagnóstico*. 2018.

Direção-Geral do Território. *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Estratégia*. 2018.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos*. 2002.

Câmara Municipal de Lousada. *Estratégia Local de Habitação*. Agosto 2019.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. *PROF de Entre Douro e Minho*. Documento Estratégico capítulo A - Z, 2018.

Legislação

Aviso n.º 1281/2018. Diário da República, 2.ª série — N.º 19 — 26 de janeiro de 2018. Alteração do Plano Diretor Municipal de Lousada – RERAE.

Aviso n.º 9316/2017. Diário da República, 2.ª série — N.º 156 — 14 de agosto de 2017. Delimitação definitiva da Área de Regeneração Urbana da Vila de Lousada.

Aviso n.º 9294/2016. Diário da República, 2.ª série — N.º 142 — 26 de junho de 2016. Publicação das correções materiais ao Plano Diretor Municipal de Lousada.

Aviso n.º 1746/2012. Diário da República, 2.ª série — N.º 25 — 3 de fevereiro de 2012. Revisão do Plano Diretor Municipal de Lousada.

Decreto-Lei n.º 124/2019. Diário da República, 1.ª série — N.º 124 — de 28 de agosto. Altera o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Decreto-Lei n.º 11/2019. Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21. Altera o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro. Diário da República n.º 215/2016, Série I de 2016-11-09. Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro. Diário da República n.º 173/2016, Série I de 2016-09-08. Estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 novembro de 2014. Diário da República n.º 214/2014, Série I de 2014-11-05. Estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro. Diário da República n.º 176/2014, Série I de 2014-09-12. Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020.

Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho. Diário da República n.º 120/2012, Série I de 2012-06-22. Proceda à segunda alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. Diário da República n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23. Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Decreto-Lei n.º 307/2009. Diário da República n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23. Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

Decreto-Lei n.º 166/2008. Diário da República, 1.ª série — N.º 162 — 22 de agosto de 2008. Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março.

Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho. Diário da República n.º 146/2006, Série I de 2006-07-31. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.

Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho. Diário da República n.º 123/2006, Série I-A de 2006-06-28. Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril. Diário da República n.º 90/2002, Série I-A de 2002-04-17. Aprova o Plano Nacional da Água.

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro. Diário da República n.º 291/1999, Série I-A de 1999-12-16. Estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho. Diário da República n.º 163/1998, Série I-A de 1998-07-17. Redefine o Plano Rodoviário Nacional e cria estradas regionais.

Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de fevereiro. Diário da República n.º 44/1994, Série I-A de 1994-02-22. Regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos.

Despacho n.º 782/2014. Diário da República n.º 12/2014, Série II de 2014-01-17. Determina a revisão dos planos regionais de ordenamento florestal.

Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000. Estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água.

Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro. Lei de Bases da Habitação.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio. Diário da República n.º 104/2014, Série I de 2014-05-30. Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12. Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro. Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28. Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.

Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto. Diário da República n.º 165/2008, Série I de 2008-08-27. Regime Jurídico do Associativismo Municipal.

Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro. Diário da República n.º 170/2007, Série I de 2007-09-04. Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro. Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 2005-12-29. Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Lei n.º 33/96, de 17 de agosto. Diário da República n.º 190/1996, Série I-A de 1996-08-17. Lei de Bases da Política Florestal.

Portaria n.º 58/2019 - Diário da República n.º 29/2019, Série I de 2019-02-11. Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM).

Portaria n.º 187-A/2014. Diário da República, 2.ª Série, n.º 179, de 17 de setembro. Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro. Diário da República n.º 181/2016, Série I de 2016-09-20. Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016. Diário da República n.º 161/2016, Série I de 2016-08-23. Fixa as orientações estratégicas para a alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.

Sítios da Internet

Agência Portuguesa do Ambiente. <https://www.apambiente.pt>

Agência Portuguesa do Ambiente. Plano Nacional da Água.
<https://www.apambiente.pt/?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=833>

Administração Regional de Saúde do Norte. <http://www.arsnorte.min-saude.pt/>

Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM.
<http://www.ambisousa.pt/pt/>

Câmara Municipal de Lousada. <http://www.cm-lousada.pt/>

CIM Tâmega e Sousa. <https://www.cimtamegaesousa.pt/>

Direção Geral do Património Cultural. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

Direção-Geral do Território. <http://www.dgterritorio.pt/>

Carta Social 2018. <http://www.cartasocial.pt/index2.php>

Direção Geral do Património Cultural. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. <https://www.dgeste.mec.pt/>

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. <http://www.ersar.pt/pt>

Guarda Nacional Republicana. <https://www.gnr.pt/>

Infraestruturas de Portugal. <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/centro-de-imprensa/linha-do-douro-0>

Infraestruturas de Portugal. Plano Rodoviário Nacional.
<http://www.infraestruturasdeportugal.pt/rede/rodoviaria/prn>

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. <http://www.icnf.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. <https://www.ine.pt/>

NORTE2020. <http://norte2020.pt/>

Portal da Habitação.

https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ARUs/ARU_paginas/ARUs_Lousada.html

PORDATA, base de dados sobre Portugal. <https://www.pordata.pt/>

QualAr, Agência Portuguesa do Ambiente. <https://qualar.apambiente.pt/>

Registo Nacional de Turismo. <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaAoRegisto.aspx>

Rota do Românico. <https://www.rotadoromanico.com/pt/>

Serviço Nacional de Saúde. <https://www.sns.gov.pt/>

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. <http://www.monumentos.gov.pt/>

TRANSROMANICA. <https://www.transromanica.com/>

Vale do Sousa TV. <https://valsousa.tv/primeiro-ministro-visitou-obras-no-tunnel-ferroviario-de-caide-de-rei/>

Siglas e acrónimos

AFN Autoridade Florestal Nacional

APA Agência Portuguesa do Ambiente

ADASM Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Meinedo

AMBISOUSA Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos

ARU Área de Reabilitação Urbana

CAOP Carta Administrativa Oficial de Portugal

CCDR Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CML Câmara Municipal de Lousada

COS Carta de Uso e Ocupação do Solo

CP Comboios de Portugal

CIM Comunidade Intermunicipal

CIM-TS Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

COS Carta de Uso e Ocupação do Solo

CS Centro de Saúde

CSSEF Cooperativa de Serviços de Saúde Envelhecimentos e Formação

DGOTDU Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGPC Direcção-Geral do Património Cultural

DGT Direcção Geral do Território

DQA Diretiva Quadro da Água

ELH Estratégia Local de Habitação

EMQAr Estações de Monitorização da Qualidade do Ar

EN Estrada Nacional

ER Estrada Regional

ERSAR Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

GCJ Grandes Campos de Jogos

GNR Guarda Nacional Republicana

IC Itinerário Complementar

ICNF Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IHRU Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

INE Instituto Nacional de Estatística

IP Itinerário Principal

IIP Imóvel de Interesse Público

IPSS Instituições Particulares de Solidariedade Social

LBGPPSOTU Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

LED Light Emitting Diode

MN Monumento Nacional

MR Mapa de Ruído

NGPH Nova Geração de Políticas de Habitação

NUTS Nomenclatura Comum de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

ORU Operação de Reabilitação Urbana

PAMUS Plano Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

PAMUS-TS Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Tâmega e Sousa

PAPE Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade

PART Programa de Apoio à Redução Tarifária

PARU Plano de Ação de Regeneração Urbana

PASE Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética

PEDI Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal

PCJ Pequenos Campos de Jogos

PDM Plano Diretor Municipal

PEDU Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PEOT Programa Especial de Ordenamento do Território

PERSU Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos

PGRH Plano de Gestão da Região Hidrográfica

PGRH Cávado, Ave e Leça Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça

PGRH Douro Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro

PI Prioridades de Investimento

PMDFCI Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

PMEPCL Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lousada

PMOT Plano Municipal de Ordenamento do Território

PNA Plano Nacional da Água

PNPOT Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PRN Plano Rodoviário Nacional

PROF Programa Regional de Ordenamento Florestal

PROF EDM Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre o Douro e Minho

PROT Programa Regional de Ordenamento do Território

PS Programa Setorial

PU Plano de Urbanização

RAN Reserva Agrícola Nacional

REN Reserva Ecológica Nacional

RERAE Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas

RJIGT Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RJRU Regime Jurídico de Reabilitação Urbana

RSU Resíduos Sólidos Urbanos

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

TPF Transporte de Passageiros Flexível

UCC Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

UOPG Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

USF Unidade de Saúde Familiar

USP Unidade de Saúde Pública

ZIF Zona de Intervenção Florestal

Glossário

Alojamento Pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, destina-se a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

Alojamento Familiar Clássico Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado.

Atividade Económica Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços.

Densidade Populacional Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território.

$$\text{População} / \text{Área}$$

Edifício Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Esperança média de vida Corresponde à duração média de vida de um indivíduo.

Estabelecimento Hoteleiro A atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento. Incluem-se os hotéis, pensões, estalagens, pousadas, motéis, hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

Grupo Etário Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

Habitação Social Habitação a custos controlados que se destina a venda ou a arrendamento a agregados familiares de baixos recursos.

Família Clássica Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Índice de Dependência de Idosos Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

$$(\text{População com 65 ou mais anos} / \text{População entre os 15 e os 64 anos}) * 100$$

Índice de Dependência de Jovens Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa.

$$(\text{População com menos de 15 anos} / \text{População entre os 15 e os 64 anos}) * 100$$

Índice de Dependência Total Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens e idosos do que pessoas em idade ativa.

$$[(\text{População com menos de 15 anos} + \text{População com 65 ou mais anos}) / \text{População entre os 15 e os 64 anos}] * 100$$

Índice de Envelhecimento Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

$$(\text{População com 65 ou mais anos} / \text{População com menos de 15 anos}) * 100$$

Mão-de-obra Familiar Pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que, não pertencendo ao seu agregado doméstico, trabalham regularmente na exploração.

Mão-de-obra não Familiar Pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.

Movimento Pendular Deslocação diária entre o local de trabalho ou estudo e o local de residência.

Património Classificado Bem imóvel de interesse cultural classificado por lei.

População Ativa População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População Residente Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Serviço Público de Transporte de Passageiros Flexível Serviço público de transporte de passageiros explorado de forma adaptada às necessidades dos utilizadores, permitindo a flexibilidade de, pelo menos, uma das seguintes dimensões da prestação do serviço: itinerários, horários, paragens e tipologia de veículo.

Setor de Atividade Divisão das atividades económicas, de acordo com a essência da tarefa em questão. Estarão no mesmo setor instituições que produzam bens ou prestem serviços de uma mesma classe.

Taxa de Atividade Define o peso da população ativa sobre o total da população.

$$(População\ ativa / População\ total) * 100$$

Taxa de Crescimento Migratório Saldo migratório, ou seja, a diferença entre imigrantes e emigrantes, observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$[(Imigração - Emigração) / População\ Total] * 1000$$

Taxa de Crescimento Natural Saldo natural, ou seja, a diferença entre nascimentos e óbitos, observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$Taxa\ de\ natalidade - Taxa\ de\ mortalidade$$

Taxa de Desemprego Define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

$$(População\ desempregada / População\ ativa) * 100$$

Taxa de Mortalidade Óbitos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$(Óbitos\ no\ ano\ civil / População\ total) * 1000$$

Taxa de Natalidade Nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$(Nados\ vivos\ no\ ano\ civil / População\ total) * 1000$$

Taxa de Variação Diferença entre os valores em dois momentos temporais.

ANEXO

Avaliação do nível de execução do PDM

Princípios Estratégicos	Linhas Estratégicas	Metas	Intervenções/ Medidas Propostas	Grau de Execução
Qualificação do Território	Implementação de um modelo territorial que afirme o concelho como território qualificado e competitivo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Afirmar Lousada como um território competitivo no contexto regional, nacional e europeu; 2. Reforço e captação de novas atividades empresariais e logísticas no concelho; 3. Compactação dos centros urbanos existentes; 4. Consagração e estruturação do modelo de baixa densidade nas áreas interiores; 5. Organização de novas centralidades urbanas; 6. Implementação de um modelo territorial que integre a atividade turística nas áreas de solo rural; 7. Reforço de uma componente local residencial de alta qualidade; 8. Implementação do usos e qualificação da Estrutura Ecológica em solo urbano; 9. Qualificação ambiental e paisagístico do território. 	Requalificar e promover os centros urbanos;	Em execução
			Priorizar o transporte público e o estacionamento;	Sem informação à data
			Delimitar a estrutura ecológica em espaço urbano;	Sem informação à data
			Criar parques urbanos e parques verdes;	Executada
			Reforçar a preservação dos corredores ecológicos;	Sem informação à data
			Consolidar o modelo de baixa densidade baseado na moradia;	Em execução
			Criação de equipamentos de lazer e turismo qualificados;	Sem informação à data
			Reforço das acessibilidades com a vila de Lousada e dos nós de acesso à A4, A42 e A11;	Em execução
			Consolidação da vocação industrial e empresarial;	Sem informação à data
			Articulação e promoção dos equipamentos desportivos supramunicipais;	Sem informação à data
			Promoção da vocação turística da ruralidade;	Em execução
Promoção das quintas em espaço rural e dos centros cívicos tradicionais.	Em execução			
Estruturação da Rede Urbana	Requalificação urbana, reforço da centralidade da Vila de Lousada e compactação dos aglomerados existentes.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dotar a Vila de Lousada de funções centrais que potenciam a autonomia do concelho no âmbito da prestação de serviços; 2. Reforçar a centralidade da Vila de Lousada; 3. Valorização do ambiente urbano; 4. Desenvolver novas centralidades urbanas ancoradas aos nós das novas acessibilidades (A11 e A42) e potenciar expansões dos aglomerados próximos das estações da Linha de caminho de Ferro do Douro; 5. Aumentar a oferta de espaço público e usos coletivo; 6. Rentabilizar os investimentos já efetuados em infraestruturas; 7. Preservar espaços livres com elevado valor natural e paisagístico. 	UOPG 1 Lustosa;	Não executada
			UOPG 3 Expansão Noroeste da vila de Lousada;	Não executada
			UOPG 4 Área central da vila de Lousada;	Não executada
			UOPG 6 Nevogilde;	Não executada
			UOPG 7 Torno e Vilar;	Não executada
			UOPG 9 Caíde de Rei;	Não executada
			UOPG 10 Meinedo;	Não executada
			UOPG 11 Expansão de Casais;	Não executada
			UOPG 12 Santa Margarida;	Não executada
			UOPG 13 Quinta dos Ingleses;	Não executada
			UOPG 14 Expansão Nordeste da vila de Lousada;	Não executada
			UOPG 18 Sousela;	Não executada
	UOPG 21 Área de Expansão de Lodaes.	Não executada		
Infraestruturação do concelho, nomeadamente nas redes de abastecimento de água e de drenagem das águas residuais domésticas e industriais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rede de abastecimento de água pública; 2. Rede de drenagem de águas residuais domésticas e industriais. 		Em execução	

Princípios Estratégicos	Linhas Estratégicas	Metas	Intervenções/ Medidas Propostas	Grau de Execução
Salvaguarda e Valorização do Património Natural, Edificado e Cultural	Implementação de uma rede de equipamentos de utilização coletiva e criação de uma rede de parques urbanos.	1. Implementar uma rede de equipamentos de utilização coletiva e criação de uma rede de parques urbanos.	Parques urbanos no perímetro da vila de Lousada;	Executada
			Parque de Casais;	Executada
			Parque do Torno;	Não executada
			Parque de Nevogilde;	Não executada
			Parque de Covas;	Não executada
			Parque de Macieira;	Executada
			UOPG 15 Parque verde nascente da vila de Lousada;	Não executada
			UOPG 16 Parque verde norte da vila de Lousada;	Não executada
			UOPG 17 Vale do Ribeirinho de Pontarrinhas;	Não executada
	UOPG 20 Costilha.	Não executada		
	Salvaguarda e valorização do património edificado e do património natural que promova a atividade turística nas áreas de solo rural.	1. Proteger e classificar o edificado erudito, o de cariz popular e o património arqueológico; 2. Revitalização do centro histórico da vila de Lousada em torno das vertentes lúdica, turística e habitacional; 3. Modernizar as atividades agrícolas; 4. Fomentar o agroturismo nos núcleos ruais.	Criação de instrumentos operacionais de gestão urbanística para proteção do património edificado;	Não executada
			Criar uma Normativa de Classificação do Património que defina elementos classificados e elementos não classificados.	Não executada
	Requalificação florestal e qualificação ambiental e paisagística do território.	1. Proteger e classificar o património existente, nomeadamente os cursos de água; 2. Gerir as áreas florestais atendendo à produção, à proteção do solo e à diversidade biológica.		Em execução
Reordenamento industrial e reforço da captação de novas atividades empresariais.	1. Deslocalizar as unidades industriais existentes para áreas de localização empresarial; 2. Promover futuras localizações de zonas industriais e de armazenagem, revelando-se favorável, a sua concentração em espaços com grande nível de acessibilidades; 3. Reforçar a reflexão sobre o tipo de atividades industriais a instalar em função da sua proximidade a núcleos urbanos e ou a zonas ecologicamente sensíveis.	UOPG 2 Área de acolhimento empresarial de Lustosa;	Em execução	
		UOPG 5 Área de acolhimento empresarial de Mezio (Ex-fábrica de tomate);	Em execução	
		UOPG 8 Área de acolhimento empresarial de Caíde de Rei;	Em execução	
		UOPG 19 Área de acolhimento empresarial de Torno.	Em execução	

Princípios Estratégicos	Linhas Estratégicas	Metas/ Objetivos	Intervenções/ Medidas Propostas	Grau de Execução
Reforço da Acessibilidade e Mobilidade	Acréscimo da mobilidade e melhoria da acessibilidade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de eixos estruturantes transversais de ligação à vila de Lousada, que permitam desviar o tráfego das vias centrais mais congestionadas; 2. Otimização da gestão do sistema viário com a definição de 4 níveis hierárquicos (eixos de alta capacidade, eixos estruturantes concelhios, eixos complementares concelhios e ruas de provimento local); 3. Criar vias municipais e variantes para estabelecimento de uma hierarquia e reordenação da rede viária municipal para a sua ancoragem às vias de escala nacional e regional; 4. Construção de vias pedonais e ciclovias; 5. Expansão da rede de transportes públicos; 6. Intermodalidade através de alternativas, comboio, autocarro, automóvel, bicicleta e a pé; 7. Construção de uma interface na vila de Lousada. 	Eixos concelhios estruturantes, 6,6 km previstos;	Em execução
			Eixos concelhios complementares, 5 km previstos;	Em execução
			Ruas de provimento local, 8 km previstos;	Em execução
			Via mista (pedonal e ciclovia), 7,3 km previstos.	Executada
			Criar infraestruturas de apoio para transportes públicos, tais como: corredores de circulação para autocarros, paragens, terminais e interfaces;	Não executada
			Criar uma rede de ciclovias a concretizar entre 5 a 10 anos;	Sem informação à data
			Criação de parques de estacionamento para bicicletas;	Sem informação à data
			Intervir na melhoria de pavimentos;	Em execução
			Promover a eliminação de obstáculos nos cruzamentos e semaforização adaptada à bicicleta.	Sem informação à data